



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO
FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2016 – FCDF e FS/CBMDF**

**BRASÍLIA – DF
2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2016 – FCDF e FS/CBMDF

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa TCU nº 156/2016 e da Portaria TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2017 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015 e coordenado pelo Estado Maior Geral do CBMDF.

BRASÍLIA – DF
2017

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAO - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CECAF – Centro de Capacitação Física
CEABM – Centro de Assistência Bombeiro Militar
CIADE – Central Integrada de Atendimento e Despacho
CGU – Controladoria-Geral da União
CPMED – Centro de Perícias Médicas
DESEG – Departamento de Segurança Contra Incêndio
DIEAP – Diretoria de Estudos e Análises de Projetos
DISAU – Diretoria de Saúde
DITIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
DIVIS – Diretoria de Vistorias
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Fênix: Conjunto de programas de computador desenvolvidos para dar suporte ao atendimento operacional.
FS-CBMDF – Fundo de Saúde do CBMDF
GBM – Grupamento Bombeiro Militar
IN – Instrução Normativa
OBM – Organização Bombeiro Militar
OPME – Órteses, Próteses e Materiais Especiais
PARF – Plano de Aplicação de Recursos Financeiros
PARO – Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários
PODON – Policlínica Odontológica
POMED – Policlínica Médica
QOBM/Compl. – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares
QOBM/S – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde
RG – Relatório de Gestão
RI – Regimento Interno
SECOM – Seção de Comunicação
SECOP – Seção de Controle e Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde
SEXEC – Seção de Execução de Contratos da Diretoria de Saúde
SEAUD – Seção de Auditoria da Diretoria de Saúde
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Federal
SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF
SUTES – Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal
TAF – Teste de Aptidão Física
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do CBMDF	15
Figura 2 - Mapa estratégico.....	18
Figura 3 - Execução do Plano Estratégico	20
Figura 4 - Execução do Plano Estratégico por ano	20
Figura 5 – Execução Relativa do Plano Estratégico	21
Figura 6 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 1	22
Figura 7 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 2	24
Figura 8 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 3	26
Figura 9 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 4	27
Figura 10 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 5	30
Figura 11 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 6	32
Figura 12 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 7	34

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Identificação da unidade jurisdicionada.....	11
Tabela 1 - monitoramento do PLANES	21
Tabela 2 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 1.....	23
Tabela 3 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 2.....	25
Tabela 4 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 3.....	27
Tabela 5 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 4.....	28
Tabela 6 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 5.....	31
Tabela 7 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 6.....	33
Tabela 8 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 7.....	35
Quadro 2 – Ação/Subtítulos – OFSS – detalhado a nível de plano orçamentário	38
Quadro 3 – Despesas por modalidade de contratação.....	41
Quadro 4 – Concessão de suprimento de fundos	42
Quadro 5 - análise das metas de 30 indicadores.....	43
Tabela 9 – Grupo 1: Indicadores menor-melhor	44
Tabela 10 – Grupo 2: Indicadores maior-melhor	45
Quadro 6 - Estatística de atendimentos	55
Quadro 7 – Perícias realizadas – 2012 a 2016	55
Quadro 8 – Quantidade de eventos e público atendido - 2016.....	55
Quadro 9 – Projeto bombeiros nas quadras.....	56
Quadro 10 – PLANO DE ABANDONO NAS ESCOLAS.....	56
Quadro 11 – SIMULADOS DIVERSOS	57
Quadro 12 – PREVENÇÕES AQUÁTICAS	57
Quadro 13 – Força de Trabalho de UPC	62
Quadro 14 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	63
Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	63
Tabela 11 – Projeção de aposentadoria para os próximos 10 anos	66
Quadro 16 – Custos de Pessoal	68
Quadro 17 – Custos de Pessoal Inativo	68
Quadro 18 – Distribuição da lotação efetiva Pessoal Inativo.....	69
Quadro 19 – Demonstrativo das despesas com pessoal inativo	70
Quadro 20 - distribuição por grupos de viaturas operacionais.....	72
Quadro 21 - viaturas operacionais não emergenciais em uso	73
Quadro 22 – Frota de Veículos	73
Quadro 23 – Valor de veículo por marcas.....	74
Quadro 24 – Relação de Sistemas do CBMDF	78
Quadro 25 – Grau de instrução militares da DITIC	85
Quadro 26 - Natureza das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria	97
Quadro 28 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	114
Quadro 29 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno...	116
Quadro 30 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário - 2016...	119

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
1.1 Finalidade e Competência.....	12
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.	12
1.3 Organograma	15
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	16
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	16
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	17
2.1.2 Estágio de Implementação do planejamento estratégico	19
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	19
2.2.1 Desempenho dos objetivos e ações estratégicas 2013-2016.....	20
2.2.1.1 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 1	22
2.2.1.2 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 2	24
2.2.1.3 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 3	26
2.2.1.4 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 4	27
2.2.1.5 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 5	30
2.2.1.6 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 6	31
2.2.1.7 Monitoramento e avaliação das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 7	34
2.3 Desempenho Orçamentário.....	36
2.3.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	37
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	40
2.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores	41
2.3.4 Informações sobre a realização das receitas	41
2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas	41
2.4 Desempenho operacional	43
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	43
2.5.1 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional	44
2.6 Outros resultados Operacionais	55
2.6.1 Prevenções em eventos	55
2.6.2 Programa Bombeiro nas Quadras	56
2.6.3 Operação de Simulados de Abandono nas Escolas do DF	56
2.6.4 Exercícios Simulados Diversos	56
2.6.5 Reuniões Comunitárias	57
2.6.6 Prevenções Aquáticas	57
2.6.7 Palestras Realizadas	57

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	58
3.1 Descrição das estruturas de governança	58
3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados	60
3.3 Gestão de riscos e controles internos	60
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	62
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	62
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	62
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	67
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	71
4.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	71
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	72
4.2.1 Gestão da frota de veículos.....	72
4.2.1.1 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da upc (unidade prestadora de contas).....	72
4.2.1.2 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da upc, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade;	72
4.2.1.3 Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos.....	73
4.2.1.4 Idade média da frota por grupos de veículos:	73
4.2.1.5 Despesas associadas à manutenção da frota.....	74
4.2.1.6 Plano de substituição da frota:	75
4.2.1.7 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:	75
4.2.1.8 Estrutura de controles de que a upc dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.	76
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	76
4.3 Gestão da tecnologia da informação	77
4.3.1 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).....	77
4.3.2 Plano de Gestão de Pessoas	85
4.3.3 Cenário Atual do Pessoal de TIC do CBMDF.....	85
4.3.4 Capacitações em TIC	86
4.3.5 Gestão de serviços de TIC	86
4.3.6 Projetos de TIC	87
4.3.7 Independência Tecnológica	87
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	87
4.4.1 Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006; ..	88
4.4.2 Outras ações de preparação dos locais, para o devido armazenamento dos resíduos recicláveis, foram feitas com reaproveitamento de materiais considerados inservíveis, tais como contêineres, bags e espaços cobertos ociosos.....	90
4.4.3 Dentre os nossos projetos sustentáveis destacamos:.....	90

4.4.3.1	Programa de Gestão Eficiente de Recursos -	90
4.4.3.2	O Sistema Eletrônico de Informação – SEI –	90
4.4.3.3	Uso do sistema de ar comprimido, a espuma no combate a incêndios classe A e B” –.....	91
4.4.3.4	Benchmarking de consumo energético em edifícios públicos do Brasil –.....	91
4.4.3.5	Os quartéis tipo B do CBMDF	91
4.4.3.6	1º Concurso Público Verde	92
4.4.3.7	Instalação de Banners educativos.....	92
4.4.3.8	Instalação de Adesivos educativos.....	92
4.4.3.9	Lançamento do SPOT na rádio Bombeiros.....	92
4.4.3.10	Lançamento do filme sobre a A3P	92
4.4.3.11	Projeto de Educação Ambiental com o Bombeiro Mirim –.....	92
4.4.3.12	Projeto Bombeiro mais Verde	93
4.5	Gestão de fundos e de programas	93
4.5.1	Informações sobre o Fundo de Saúde do CBMDF	94
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	95
5.1	Canais de acesso do cidadão	95
5.2	Carta de serviços ao cidadão.....	98
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	98
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	98
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	99
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTABÉIS	101
6.1	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	101
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	114
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	114
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	116
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	119
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	121
8.1	RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	121
8.2	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	121
9	ANEXOS E APÊNDICES	122

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de apresentar as ações que foram implementadas e concretizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) ao longo do ano de 2016.

As ações estão alinhadas com a política corporativa inserida no Plano Estratégico da corporação (PLANES), para o período de 2013 a 2016, onde estão registrados os objetivos estratégicos e respectivas metas a serem alcançadas por todos os setores do CBMDF, e com o Plano de Comando referente ao período de 2015 a 2018.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal adota, desde 2002, como instrumento para tomada de decisão da alta gestão, o planejamento estratégico visando o desenvolvimento institucional.

O atual ciclo estratégico (2013-2016) foi desenvolvido com base na metodologia do Balanced Score Card - BSC, cuja principal característica é estabelecer objetivos e metas, a serem alcançadas com iniciativas e ações, aferidas por indicadores, nas perspectivas financeiras, de aprendizagem e crescimento, de processos internos e dos clientes.

O Plano Estratégico do quadriênio 2013-2016 estabeleceu sete objetivos estratégicos, distribuídos nas quatro perspectivas do BSC. O alcance destes objetivos foi planejado com oitenta e quatro ações estratégicas. Noventa indicadores foram elaborados para aferir o andamento e cumprimento dos objetivos e ações estratégicas.

O alcance 75,63% de realização do PLANES 2013-2016 permite atestar o sucesso da estratégia institucional.

O ano de 2016 caracterizou-se por constantes investimentos nas áreas de suporte e assistência ao pessoal do CBMDF, com ações que garantiram não somente a capacitação continuada do efetivo, mas também a melhoria das suas condições de trabalho, sem olvidar dos cuidados com a saúde de cada integrante da corporação no intuito de mantê-los sempre prontos a cumprir qualquer missão.

Com a finalidade de coordenar, planejar, controlar, fiscalizar e executar as atividades relacionadas à atenção à saúde bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas, a Diretoria de Saúde (DISAU) buscou em 2016 a manutenção da qualidade vida de todos os usuários do sistema de saúde da corporação, mediante ações preventivas ou eletivas para o restabelecimento da saúde.

A gestão financeira do CBMDF teve como uma de suas prioridades no ano de 2016 o investimento na melhoria das condições de trabalho por meio de aquisições materiais e contratação de serviços de manutenção predial. Os investimentos realizados por meio da gestão orçamentária e financeira são primordiais para o crescimento institucional e consequente aprimoramento dos serviços prestados à população do Distrito Federal.

Dentro do contexto do meio ambiente e analisando nosso passado, podemos então entender que o Corpo de Bombeiros foi uma das primeiras instituições públicas a se preocupar com o meio ambiente devido às suas atribuições legais. A adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P junto ao Ministério do Meio Ambiente – MMA vem apenas confirmar nosso

compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade, internalizando os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Muito além de primar pela lisura em todos os seus processos internos, a corporação tem como um de seus valores basilares primordiais a busca contínua pela correção de atitudes de todos e de cada um de seus integrantes. Nesse sentido, os setores responsáveis pelo controle interno do CBMDF tiveram fundamental papel no apoio à gestão da corporação no ano de 2016, durante o qual empreenderam ações de controle e auditoria que conferiram maior transparência e credibilidade ao CBMDF como instituição pública, tanto perante o público interno quanto aos órgãos de controle e à sociedade do Distrito Federal.

Apesar do ano de 2016 ter sido marcado pela restrição orçamentária, podemos considerar um ano muito produtivo, tratando-se do fortalecimento do CBMDF no panorama internacional, devido aos diversos acordos e ações de cooperação técnica realizadas com êxito.

Foram realizadas diversas ações de cooperação técnica internacional, objetivando a troca de experiências profissionais, com diversas instituições do mundo, sobre vários assuntos, resultando na valorização profissional e no aumento da gama de conhecimento dos militares que participaram das atividades. Como resultado das cooperações técnicas realizadas no ano de 2016, o CBMDF reforçou, perante a comunidade internacional, sua capacidade de ceder e receber cooperação técnica internacional, o que contribui para o crescimento institucional.

A implantação e consolidação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no CBMDF com 100% da implantação do sistema na corporação, tornando-a um marco no GDF. Dentre os benefícios do sistema, podemos destacar a agilidade na tramitação interna de documentos e a considerável redução de gastos com papel.

É fundamental que o monitoramento na gestão estratégica do CBMDF continue avançando no sentido de se sedimentar na cultura organizacional como uma ferramenta de desenvolvimento institucional. A Avaliação Participativa foi estabelecida como premissa, pelo Comando-Geral da Corporação, para a realização do diagnóstico institucional com vistas à elaboração do Planejamento Estratégico 2017-2024, diante da crença de que o Bombeiro-Militar é o principal ativo corporativo.

De tudo que foi exposto, o desenvolvimento institucional não está ligado apenas à modernização de equipamentos, de viaturas, de estruturas e de processos administrativos e operacionais, mas ao aumento da capacidade da administração pública em ser efetiva na agregação de valor social (Heidemann; SALM, 2010).

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2016 do CBMDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa- IN nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN nº 154 e 156/2016 TCU, e da Portaria nº 59/2017 TCU.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

Quadro 1 - Identificação da unidade jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas			
Número de Ordem: N			
Denominação Completa: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: CBMDF170			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73.901		Código SIAFI UG: 170394
Natureza Jurídica: Fundos		CNPJ: 08.977.914/0001-19	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3901-5912	(61) 3901-5915	
E-mail: auditoria.auditoria@cbm.df.gov.br			
Página na Internet: http://www.cbm.df.gov.br			
Endereço Postal: SAM LOTE D MODULO E, ASA NORTE, DISTRITO FEDERAL, CEP 70.610-600			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856			
Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991			
Decreto nº 31.817, de 21 de junho de 2010			
Lei nº 12.086 de 06 de novembro de 2009			
Decreto nº 7.163 de 29 de abril de 2010.			
Decreto nº 37.985, de 01 de fevereiro de 2017			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170495	Assistência Médica e Odontológica do CBMDF		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
1	Gestão do Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170394		1	

Quadro – Identificação da UJ – Relatório de Gestão

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIA

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) tem sua origem no Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, criado em 02 de julho de 1856, na então Capital do Brasil – Rio de Janeiro. O Corpo de Bombeiros foi criado naquela época para extinguir incêndios e, por conseguinte salvar pessoas e o patrimônio atingidos pelo fogo nas edificações.

Atualmente as missões legais da corporação abrangem à segurança pública, defesa social, defesa civil e defesa nacional, obedecendo aos princípios constitucionais e legais aplicáveis à administração pública, e melhores práticas gerenciais.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal disponibiliza seu poder operacional à sociedade no atendimento as urgências, emergências e desastres relacionados à prevenção e extinção de incêndios; busca e salvamento; perícias de incêndio; segurança contra incêndio e pânico; prevenção aos incêndios florestais e proteção ambiental; atendimento pré-hospitalar; atividades de defesa civil; ações de segurança pública e pesquisas técnico-científicas nas suas áreas de atuação.

Para tanto a Corporação está organizado com base na hierarquia e disciplina e constitui força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro.

O CBMDF é também órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, mantido e organizado pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, está sujeito, nos termos da Decisão nº 824/2004 – do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, às ações de controle e fiscalização desse Tribunal.

O CBMDF integra a Secretaria de Segurança Pública do DF – SSPDF como instituição de segurança pública, nos termos da Constituição Federal. A atuação da corporação nos eventos e ocorrências diárias é integrada com as demais instituições de segurança pública distrital: Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Departamento de Trânsito do DF. As ações de defesa civil no DF são coordenadas pela Subsecretaria de Defesa Civil da SSPDF, tendo o CBMDF como principal agente executor das ações de resposta aos desastres.

O Distrito Federal possui uma área de 5.779,999 Km² e está dividido em 31 Regiões Administrativas (RA). A população do DF é de 2.786.684 habitantes sendo estimado pelo IBGE que ultrapasse os 3 milhões de habitantes em 2017. O CBMDF atua no território do Distrito Federal e coopera com os municípios da região geoeconômica de Brasília, conhecida também como Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). O IBGE estimou a população da RIDE, em 2013, em 1.065.211 pessoas. Para tanto, é organizado em órgãos de direção geral, órgãos direção setorial, órgãos de apoio e órgãos de execução, sendo estes últimos agrupados em um Comando Operacional que possui 24 Grupamentos de Bombeiros Militares e 6 Grupamentos Especializados.

Dessa sorte, em observância às prescrições do TCU, voltadas ao atendimento do art. 70 da Constituição Federal, é apresentado o presente relatório de gestão das contas do exercício de 2016 do CBMDF, o qual é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-IN nº 63/2010, da Decisão Normativa – DN nº 154, e da Portaria nº 321/2015, todas do TCU.

1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), organizado com base na hierarquia e na disciplina, possui suas atribuições institucionais estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei Federal nº 7.479, de 2 de junho de 1986; pela Lei Federal nº 8.255, de 25 de

novembro de 1991; pelo Decreto Federal nº 7.163, de 29 de abril de 2010 e pelo Decreto Distrital nº 31.817, de 21 de junho de 2010.

O Art. 144 da Constituição Federal estabelece que os Corpos de Bombeiros são órgãos integrantes da segurança pública, incumbindo-lhes, além das missões definidas em legislações específicas, a execução das atividades de defesa civil.

A Lei Federal nº 7.479, de 02 de junho de 1986, que aprova o Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, alterado pela Lei Federal nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, traz:

“Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, instituição permanente, essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, e ainda força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União nos termos do inciso XIV do art. 21 e dos §§ 5o e 6o do art. 144 da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, e de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. (Redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009)”. (Grifo Nosso).

A Lei Federal nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, alterada pela Lei Federal nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, traz:

“Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, organizado com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto dos Bombeiros Militares da Corporação, destina-se a realizar serviços específicos de bombeiros na área do Distrito Federal.

Art. 2º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal:

- I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- II - realizar serviços de busca e salvamento;
- III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;
- VIII - executar as atividades de defesa civil;
- IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal.
- X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar. (Incluído pela Lei nº 12.086, de 2009).

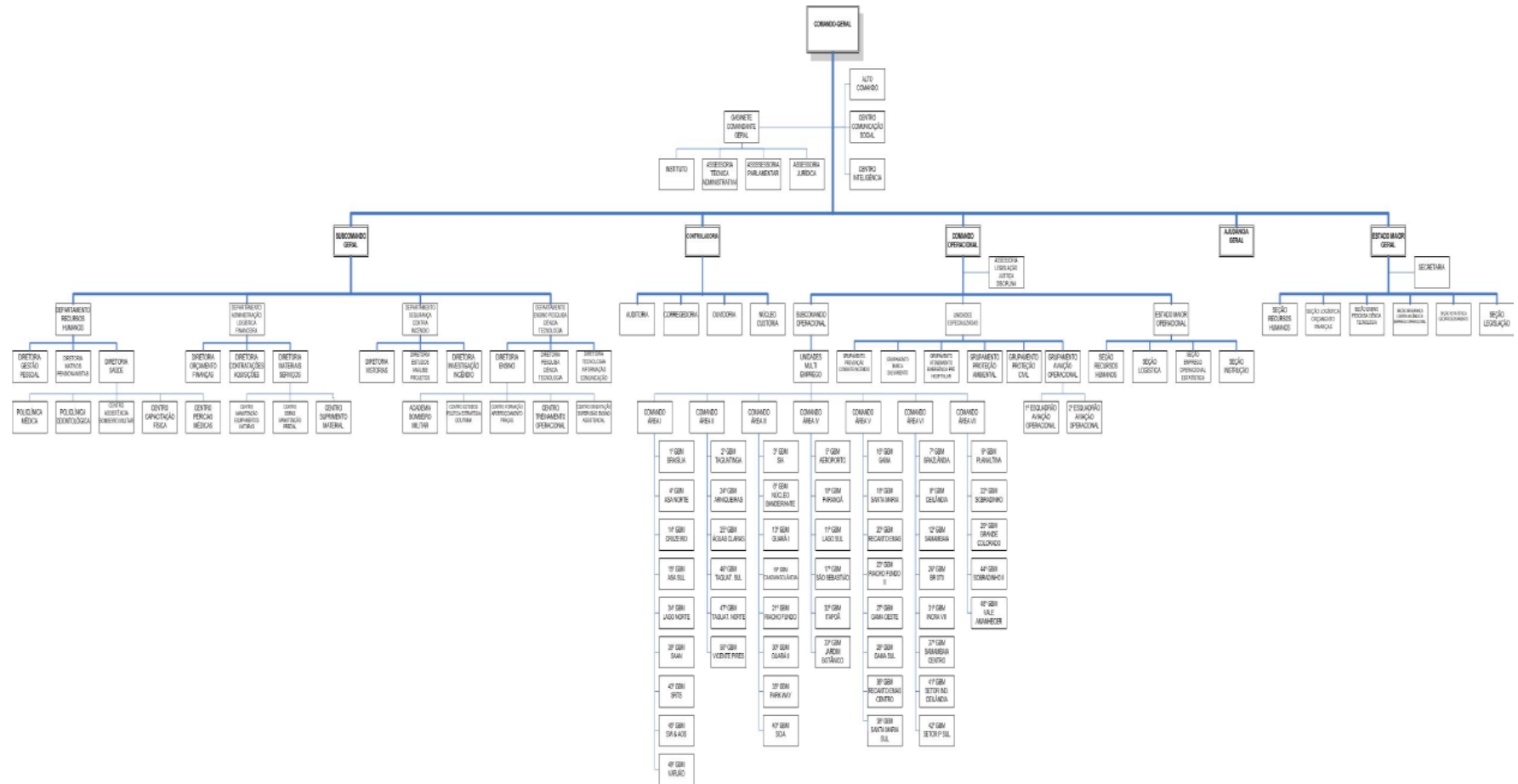
Art. “3º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, força auxiliar e reserva do Exército, subordina-se ao Governador do Distrito Federal e integra o sistema de segurança pública do Distrito Federal”.

Por fim, o Decreto Federal nº 7.163/2010 acresceu o rol de missões da Corporação, nos seguintes termos:

- desenvolver na comunidade a consciência para os problemas relacionados com incêndios, acidentes em geral e pânico;
- promover e participar de campanhas educativas direcionadas à comunidade em sua área de atuação; e
- fiscalizar, na área de sua competência, o cumprimento da legislação referente à prevenção contra incêndio e pânico, corresponde ao fim a que se destina a UJ, ou seja, o motivo da sua criação. Enquanto competência institucional está relacionada às atribuições definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

Figura 1 - Organograma do CBMDF

Anexo 1 do BG nº 154, de 18 de agosto de 2010.



¹ Lei nº 8.255, 20nov1991 (LOB CBMDF, alterada pela Lei nº 12.086 em 06nov2009)

Decreto nº 7.163, 29abr2010 (Altera o art. 10-B da Lei Nº 8.255)

Decreto nº 31.817, 21jun2010(Regulamenta o inciso II, do art. 10-B da Lei nº 8.255)

Estudo da Matriz Operacional do CBMDF (Anexo 3 ao BG nº 142, 02ago2010)

Metodologia de projeto da estrutura organizacional utilizada pela Seção de Legislação do EMG segundo Henry Mintzberg na obra "Criando Organizações Eficazes", capítulos 3 e 4, editora atlas, 2ª edição (2003).

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O PLANES foi executado pelas seguintes organizações bombeiro militar (OBM's): Gabinete do Comandante-Geral, os Departamentos, as Diretorias, o Estado-Maior-Geral e o Comando Operacional como responsáveis, por implantar a estratégia corporativa.

O Estado-Maior-Geral (EMG) como órgão de direção-geral, de orientação e planejamento, responsável pelo planejamento estratégico monitorou os resultados, aferindo o desempenho dos resultados obtidos e orientando as ações para melhorar as operações e a estratégia.

O presente relatório consolida os dados e as informações disponíveis, apresenta análises e avaliações, servindo ainda à prestação de contas do PLANES, apoia o desenvolvimento da maturidade da gestão organizacional e suporta a elaboração e a execução do próximo plano estratégico do CBMDF.

Focado no futuro e na busca de meios para o aprimoramento do processo de monitoramento na gestão estratégica, o CBMDF já possui duas ferramentas de TI. A primeira é um sistema implementado pela Diretoria de Tecnologia Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal 11 da Informação e Comunicação (DITIC), chamado GPWeb, no qual são cadastrados o plano estratégico, os objetivos estratégicos dentro das perspectivas do BSC, os indicadores, as metas, as fichas dos indicadores e todos os elementos que compõem o plano.

O sistema GPWeb é composto por duas abas fundamentais. A aba de projetos, na qual são cadastrados e acompanhados os projetos; e a aba de gestão, na qual é cadastrado e monitorado o plano estratégico.

A segunda ferramenta é a solução Reporting Services, já adquirida pelo CBMDF no mesmo pacote do Sistema de Gestão de Ocorrências (SGO). Essa solução possui dashboards (painéis) personalizáveis para a apresentação de relatórios gerenciais. Para tanto, a solução utiliza a base de dados do GPWeb e do Sistema de Gestão e Controle de Pessoal (GECOPE) do CBMDF, pois são apresentados dados como fotos dos responsáveis pelas ações. A maior funcionalidade da ferramenta Reporting Services, na gestão da estratégia do CBMDF, é gerar relatórios e dashboards, customizáveis, de caráter gerencial e estratégico.

O PLANES 2013-2016 foi carregado no software livre GPWeb e a partir dele, na ferramenta Reporting Services, foram elaborados painéis de monitoramento e gráficos.

Os painéis permitem identificar eventuais problemas e extrair informações para correção das operações e da estratégia. Os gráficos proporcionam visualização consolidada dos resultados, metas e prazos dos objetivos e ações estratégicas. O aprendizado contínuo gerado por estes instrumentos colabora com o desenvolvimento institucional.

O relatório descreve a metodologia de monitoramento e avaliação utilizada. Apresenta o mapa estratégico com o desempenho de cada objetivo estratégico por meio de um sistema de semáforos, cuja relação entre as cores e o percentual de atingimento das metas é a seguinte: verde > 80%, amarelo de 25,01% a 80% e vermelho < 25%.

Com base no banco de dados do GPWeb são apresentados em painéis de desempenho, os objetivos e ações estratégicas vinculadas. Os setores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal responsáveis pela execução das ações do PLANES são avaliados de acordo com os resultados obtidos. Além da análise setorial, as ações estratégicas são analisadas e avaliadas individualmente, sendo registradas recomendações e aprendizados. A conclusão do relatório traz a perspectiva geral do PLANES após os registros de monitoramento e avaliação do ano de 2016.

2.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Os objetivos do exercício coincidem com os sete objetivos estratégicos, na medida em que de acordo com o acompanhamento dos anos anteriores, houve atenção e esforços redobrados junto aqueles que apresentavam menores índices de execução. Desta forma apresentamos os sete objetivos:

1. Obter excelência nos serviços prestados a sociedade;
2. Otimizar a gestão estratégica e administrativa da corporação;
3. Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes;
4. Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e Comunicação;
5. Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação;
6. Obter a excelência na formação e capacitação dos bombeiros;
7. Otimizar a gestão orçamentária e financeira da corporação.

MAPA ESTRATÉGICO

Figura 2 - Mapa estratégico

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.



2.1.2 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Não aplicável o planejamento estratégico foi concluído em 2013 e está em plena execução e monitoramento no CBMDF, conforme descrito no item 2.5.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

A estratégia, formalizada por meio do Plano Estratégico 2013-2016 (PLANES), está baseada na metodologia do balanced scored card. Assim, o novo processo de monitoramento e avaliação do PLANES, implantado a partir de 2015, focou na verificação do alcance das metas dos objetivos estratégicos, as quais eram atingidas com a soma dos resultados alcançados pelas iniciativas ou ações estratégicas, aferidos por meio de indicadores. Todos esses elementos estavam distribuídos dentro das perspectivas financeiras, de aprendizagem e crescimento, de processos internos e dos clientes (CBMDF, 2016).

Focado na entrega de valor social aos cidadãos do Distrito Federal, dentro do seu escopo de responsabilidade, o PLANES ofereceu ferramentas para organizar e direcionar os recursos e esforços da Instituição. Nas quatro perspectivas do BSC, constantes no PLANES, foram estabelecidos sete objetivos estratégicos contendo oitenta e quatro ações estratégicas.

O monitoramento aferiu o cumprimento dos objetivos e ações estratégicas por meio da comparação entre as metas e o valor alcançado pelos noventa indicadores estratégicos do PLANES 2013-2016.

Trimestralmente e de forma eletrônica foram coletados os dados desses noventa indicadores, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Mesmo com a formalização eletrônica desse processo, ele ainda não ocorreu de forma automatizada. Primeiramente, via SEI, foram enviadas para os setores responsáveis pelas ações estratégicas as fichas técnicas dos indicadores estratégicos, o modelo de relatório de monitoramento e o memorando com orientações gerais de preenchimento.

Em um segundo momento, os relatórios respondidos pelos setores trouxeram as medições dos indicadores estratégicos, as quais, por meio dos analistas da Subseção de Planejamento Estratégico (SUPLE) do Estado-Maior-Geral, foram registradas no GPWeb.

O Gabinete do Comandante-Geral, os departamentos, as diretorias, o Estado-Maior-Geral e o Comando Operacional são os responsáveis por implantar a estratégia corporativa. Nesse contexto, o Estado-Maior-Geral é o órgão de direção-geral, orientação e planejamento da estratégia.

O EMG monitora e afere o desempenho dos indicadores; os resultados obtidos orientam as ações para melhorar as operações e atingir as metas estabelecidas na estratégia. Os dados e as informações disponíveis são consolidados nos relatórios de monitoramento e avaliação do plano estratégico que apresentam análises e avaliações que servem de subsídio para a tomada de decisão dos gestores.

Durante o processo de monitoramento, painéis e gráficos são gerados a partir dos dados carregados no GPWeb. A função desses painéis é possibilitar a rápida e tempestiva identificação de possíveis anomalias, gerando informações que subsidiem os gestores na tomada de decisões que permitam a correção do rumo institucional e o alcance da estratégia estabelecida. O monitoramento contínuo desses instrumentos possibilita um aprendizado sólido da relação da Instituição com a execução de sua estratégia, proporcionando o desenvolvimento corporativo.

A consolidação de resultados, metas e prazos dos objetivos e ações estratégicas favorece a organização das informações por ações, objetivos e setores responsáveis e é registrada no Relatório de Monitoramento e Avaliação do PLANES. Na conclusão destes relatórios observa-se uma perspectiva geral da execução do PLANES.

Em seguida, o Chefe do EMG valida o relatório de monitoramento e avaliação do plano estratégico e o apresenta ao Comandante-Geral e ao colegiado do Comando-Geral como uma ferramenta de subsídio à tomada de decisão para os gestores da Corporação. Os gestores também recebem o relatório para auxiliar a gestão setorial no monitoramento e correção dos possíveis entraves que inviabilizam a perfeita execução da estratégia.

2.2.1 DESEMPENHO DOS OBJETIVOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS 2013-2016

O Plano Estratégico obteve uma execução total de 75,3%, situando-se próximo ao limite superior da faixa amarela. Este valor representa a média dos resultados obtidos na execução das 84 ações estratégicas, exceção feita às ações estratégicas do objetivo 7 “Otimizar a gestão orçamentária e financeira da corporação”, cuja medição utilizada para compor o cálculo foi a do indicador do próprio objetivo. O painel a seguir ilustra o resultado final da medição do PLANES 2013-2016.

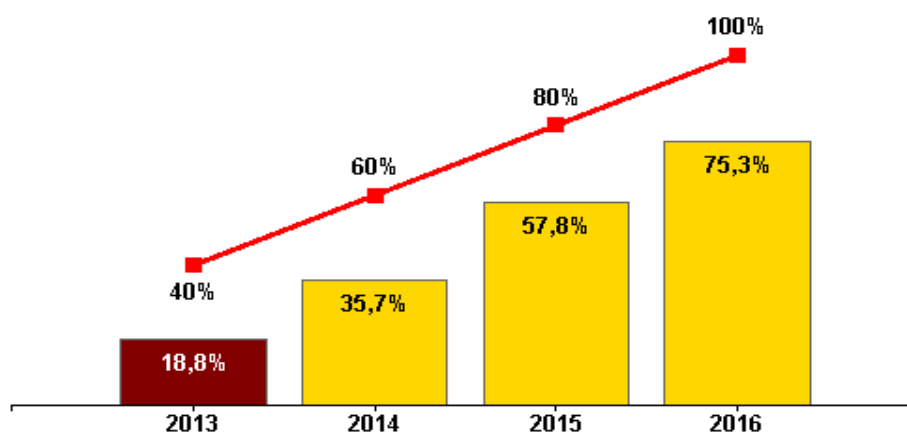
Figura 3 - Execução do Plano Estratégico



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

A figura 3 apresenta por meio da barra inclinada (vermelha) as metas absolutas de execução para cada ano e as barras os percentuais alcançados. As metas e os resultados anuais são cumulativos.

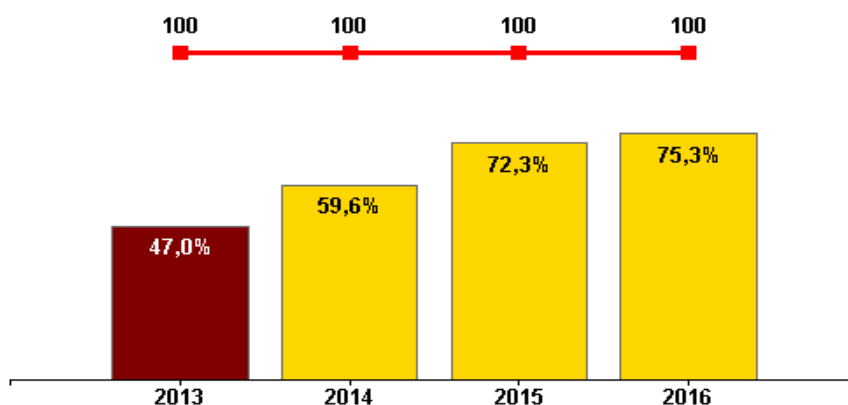
Figura 4 - Execução do Plano Estratégico por ano



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Já o gráfico a seguir apresenta os percentuais anuais relativos, obtidos a partir da equiparação da meta absoluta anual ao percentual fixo de 100%. Esta visualização permite verificar o quanto da meta estipulada para cada ano foi realizada comparativamente aos demais anos.

Figura 5 – Execução Relativa do Plano Estratégico



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

A apresentação estratificada dos resultados dos objetivos estratégicos no decorrer dos anos de execução do PLANES 2013-2016 pode ser verificada na tabela 1.

Tabela 1 - monitoramento do PLANES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2013	2014	2015	2016
1. Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade.	 33,88%	 35,38%	 61,25%	 80,38%
2. Otimizar a gestão estratégica e administrativa da Corporação.		 2,14%	 47,57%	 76,21%
3. Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes.	 18,33%	 25,00%	 62,67%	 86,00%
4. Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação	 25,56%	 64,56%	 77,56%	 80,56%
5. Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação.		 1,67%	 8,33%	 68,33%
6. Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros	 15,07%	 25,64%	 52,86%	 60,64%

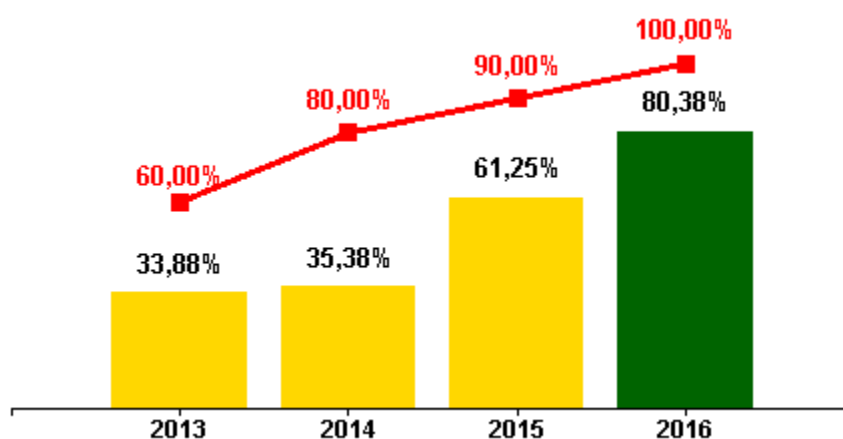
7. Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação				
	62,00%	83,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.1 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 1

O objetivo estratégico 1 tem dezessete ações estratégicas vinculadas e monitoradas. Observou-se um aumento progressivo da execução do objetivo estratégico 1 no decorrer dos anos de 2013 a 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 1,5 pontos percentuais na execução do objetivo 1. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 25,87 pontos percentuais. De 2015 para 2016, ocorreu um incremento de 19,13 pontos percentuais. Assim, esse objetivo alcançou 80,38 em 2016.

Figura 6 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 1



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, doze ações estratégicas (70,6%) atingiram a meta estipulada e 5 (29,4%) estão abaixo da meta estipulada.

As ações 01.06 e 01.07 não foram iniciadas. Além destas duas, a ação 01.13 também ficou na faixa vermelha (até 25% de execução), com uma medição negativa de -97,14%, representando perda de efetivo.

A ação 01.15 ficou na faixa amarela, entre 25% e 80%, com 75% de execução. A ação 01.10 extrapolou a meta em 15 pontos percentuais.

Em reunião do Alto Comando da corporação, a meta da ação 01.14, foi redefinida para 40%. A medição final apurou 58,85% de execução.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 1 – Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade.

Tabela 2 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 1

ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
1. Obter a excelência nos serviços prestados à comunidade.	APROS	100,000	80,38%	
01.01 Modernizar a frota terrestre destinada ao combate incêndio urbano	COMOP	100%	100,00%	
01.02 Modernizar a frota terrestre destinada à extinção e prevenção de incêndios florestais	COMOP	100%	100,00%	
01.03 Modernizar o combate a incêndio em embarcações e estruturas lacustres com uso de embarcações de combate a incêndio	COMOP	100%	100,00%	
01.04 Modernizar a frota terrestre destinada a prestação de serviços emergenciais de salvamento	COMOP	100%	100,00%	
01.05 Modernizar a frota terrestre destinada à prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar	COMOP	100%	100,00%	
01.06 Modernizar e ampliar a frota aérea destinada à prestação de serviços emergenciais de salvamento e atendimento pré-hospitalar	COMOP	100%	0,00%	
01.07 Ampliar a frota terrestre especializada destinada ao atendimento a emergências com produtos perigosos	COMOP	200%	0,00%	
01.08 Ampliar a capacidade de apoio aos serviços de combate a incêndio, APH, BREC e atuação em produtos perigosos	COMOP	100%	100,00%	
01.09 Modernizar a frota terrestre destinada à execução de serviços de prevenção de acidentes	COMOP	100%	100,00%	
01.10 Modernizar e ampliar a infraestrutura de aquartelamentos destinados à prestação de serviços de atendimento a emergências	COMOP	37%	52,00%	
01.11 Prover todo o efetivo de EPI adequado a realização dos serviços de atendimento a emergência de sua responsabilidade	COMOP	100%	100,00%	
01.12 Ampliar e modernizar a logística operacional, contemplando manutenção de viaturas e edificações operacionais, além de outras ações de logística necessárias a prestação dos serviços de atendimento a emergências em geral	COMOP	100%	100,00%	

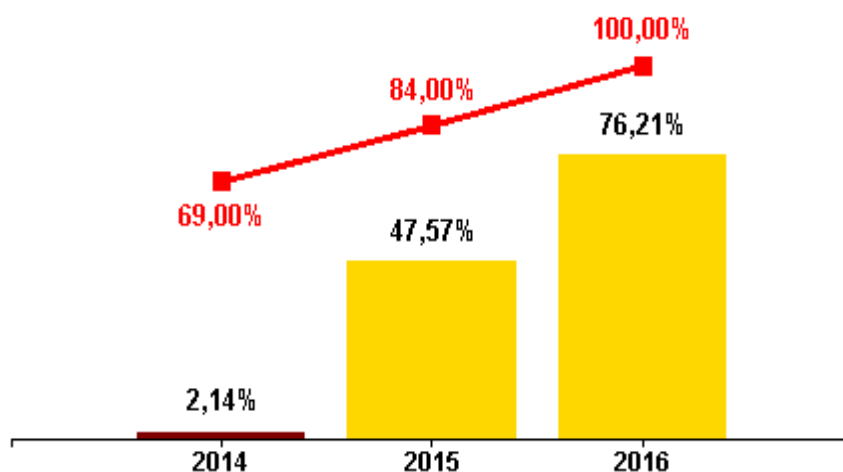
01.13 Realizar concurso público para possibilitar o ingresso de bombeiro militares	DIGEP	5%	-97,14%	
01.14 Modernizar a infraestrutura necessária as ações de fiscalização de segurança contra incêndio de edificações e eventos (análise de projetos e vistorias)	DESEG	100%	58,85%	
01.15 Elaborar uma política de atendimento e despacho de emergências	EMG	100%	75,00%	
01.16 Assistir 1500 crianças e adolescentes em condição de risco por meio dos projetos sociais existentes na Corporação anualmente	APROS	100%	100,00%	
01.17 Assistir 800 idosos por meio dos projetos sociais de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população desta faixa etária anualmente	APROS	100%	100,00%	

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 2

O objetivo estratégico 2 tem catorze ações estratégicas vinculadas. Esse objetivo sofreu um aumento progressivo de sua execução no decorrer dos anos de 2013 a 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 2,4 pontos percentuais na execução do objetivo 2. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 45,43 pontos percentuais. De 2015 para setembro 2016, ocorreu um incremento de 28,64 pontos percentuais. Assim, o objetivo estratégico 2 atingiu 76,21% de realização em 2016.

Figura 7 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 2



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, quatro ações estratégicas (02.03, 02.04, 02.05 e 02.07, representando 28,57%) atingiram a meta estipulada e dez ações (71,43%) estão abaixo da meta estipulada.

Todas as ações foram iniciadas. As ações 02.01 e 02.08 ficaram acima de 80% de execução, na faixa verde. As demais ações ficaram na faixa entre 25% e 80% de execução.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 2 – Otimizar a gestão estratégica e administrativa da corporação.

Tabela 3 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 2

ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
2. Otimizar a gestão estratégica e administrativa da Corporação.	EMG	100,000	76,21%	
02.01 Contratar assessoria para aperfeiçoar os processos internos do CBMDF	EMG	100%	82,60%	
02.02 Contratar assessoria para auxiliar na confecção do próximo plano estratégico e na gestão estratégica.	EMG	100%	72,72%	
02.03 Adquirir software para gestão estratégica	EMG	100%	100,00%	
02.04 Consolidar o regimento interno do CBMDF	EMG	100%	100,00%	
02.05 Consolidar o QOD do CBMDF	EMG	100%	100,00%	
02.06 Implementar um escritório de projetos	EMG	100%	48,00%	
02.07 Adquirir software de gestão de projetos	EMG	100%	100,00%	
02.08 Ampliar e modernizar a infraestrutura administrativa do CBMDF	DEALF	100%	95,00%	
02.09 Confeccionar um plano de carreira para oficiais e praças	EMG	100%	80,00%	
02.10 Modernizar a estrutura organizacional da Corporação	EMG	100%	50,00%	
02.11 Confeccionar uma política de gestão de pessoal inativo	EMG	100%	80,00%	

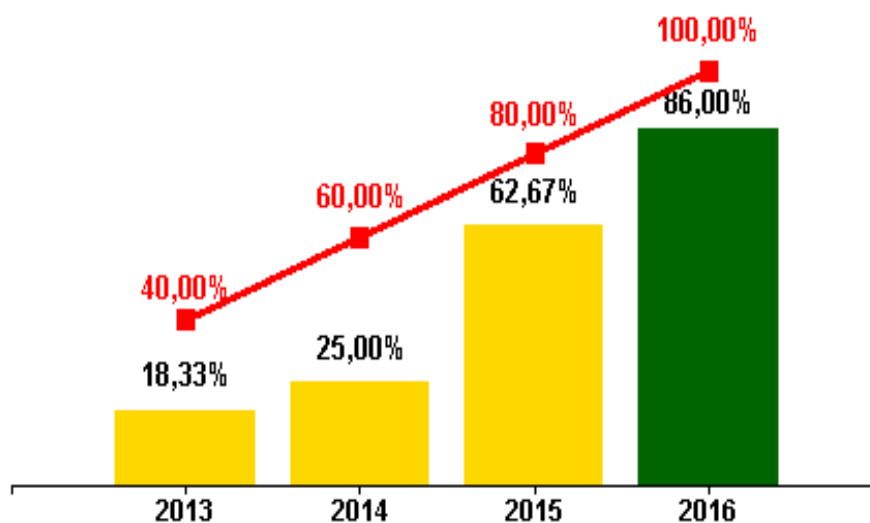
02.12 Elaborar um política de controle e transparência da corporação	EMG	100%	50,00%	☹️
02.13 Revisar o Plano de Emprego da Corporação com a inclusão do modelo operacional do CBMDF	COMOP	100%	80,00%	☹️
02.14 Disponibilizar curso de especialização para capacitar oficiais superiores na área de gestão estratégica	EMG	100%	28,57%	☹️

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.3 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 3

O objetivo estratégico 3 tem três ações estratégicas vinculadas. Constatou-se um aumento progressivo da execução deste objetivo no decorrer dos anos de 2013 a 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 6,67 pontos percentuais na execução do objetivo 3. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 37,67 pontos percentuais. De 2015 para setembro 2016, ocorreu um incremento de 23,33 pontos percentuais. Assim, este objetivo alcançou 86% em 2016.

Figura 8 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 3



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, uma ação estratégica (03.01, representando 33,33%) atingiu a meta estipulada e duas ações (66,67%) ficaram na faixa entre 25% e 80% de execução.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 3 – Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes.

Tabela 4 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 3

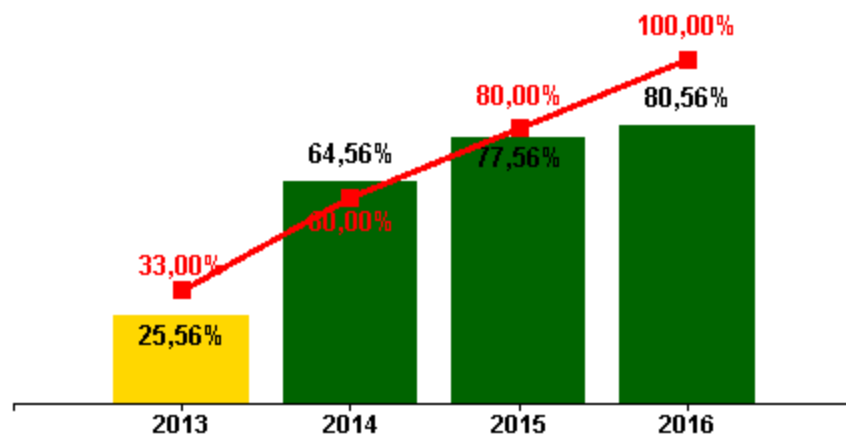
ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
3. Otimizar o atendimento à saúde dos bombeiros militares e dependentes.	EMG	100,000	86,00%	😊
03.01 Realizar campanhas preventivas de saúde	DISAU	100%	100,00%	😊
03.02 Ampliar e modernizar as instalações de assistência à saúde física e mental dos bombeiros, dependentes e pensionistas	DISAU	100%	78,00%	😐
03.03 Elaborar a política de saúde da Corporação	EMG	100%	80,00%	😐

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 4

O objetivo estratégico 4 tem vinte e sete ações estratégicas vinculadas. Observou-se um aumento progressivo na execução deste objetivo no decorrer dos anos de 2013 a 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 39 pontos percentuais na execução do objetivo 4. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 13 pontos percentuais. De 2015 para setembro 2016, ocorreu um incremento de 3 pontos percentuais. Assim, o objetivo estratégico 4 atingiu 80,56% de ações realizadas em 2016.

Figura 9 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 4



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, vinte ações estratégicas (representando 74,07%) atingiram a meta estipulada e sete ações (35,93%) não atingiram.

As ações 04.12 e 04.14 não foram iniciadas. Além destas duas, a ação 04.01, 04.24, 04.25 e 04.26 também ficaram na faixa vermelha (até 25% de execução). A ação 04.07 atingiu 95% de execução ficando na faixa verde.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 4 – Otimizar o emprego da tecnologia de informação e de comunicação.

Tabela 5 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 4

ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
4. Otimizar o emprego da Tecnologia da Informação e de Comunicação	DITIC	100,000	80,56%	
04.01 Implementar o sistema de comunicação digital	DITIC	100%	20,00%	
04.02 Implantar o Sistema Eletrônico de Informação.	DITIC	100%	100,00%	
04.03 Implementar o Sistema de Gestão de Ficha de Assentamento – SICAFI	DITIC	100%	100,00%	
04.04 Implantar Sistema de Gestão de Material Operacional – SISMAT	DITIC	100%	100,00%	
04.05 Implementar sistema de Gestão de Ordens de Missão – SISOM	DITIC	100%	100,00%	
04.06 Implantar Sistema de Gestão de Saúde – SAUDEWEB	DITIC	100%	100,00%	
04.07 Prover todas as OBMs com transmissão de dados de qualidade	DITIC	100%	95,00%	
04.08 Implementar o Sistema de Gestão de Secretarias – SISGESEC	DITIC	100%	100,00%	
04.09 Implementar o Sistema de Gestão de Viaturas – SICONV	DITIC	100%	100,00%	
04.10 Implantar o Sistema de Vistorias e Análise técnica	DITIC	100%	100,00%	
04.11 Implementar o Sistema de Gestão e Controle de Pessoal – GECOPE	DITIC	100%	100,00%	

04.12 Implementar o Sistema de Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro – SEOF	DITIC	100%	0,00%	
04.13 Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Aquisições	DITIC	100%	100,00%	
04.14 Implementar o Subsistema da Classificação Hierárquica dos Militares	DITIC	100%	0,00%	
04.15 Implementar o Subsistema de Controle de Capacitações – SICAP	DITIC	100%	100,00%	
04.16 Implementar o subsistema de controle de funções.	DITIC	100%	100,00%	
04.17 Implementar o Subsistema de Gestão de Dependentes e Pensionistas	DITIC	100%	100,00%	
04.18 Implementar o Subsistema de Gestão de Férias – GEAF	DITIC	100%	100,00%	
04.19 Implementar o Sistema ODONTOWEB	DITIC	100%	100,00%	
04.20 Implementar o Sistema de Controle de Horas de Voo – SEVOA	DITIC	100%	100,00%	
04.21 Implementar o Sistema de Marcação na Junta de Saúde	DITIC	100%	100,00%	
04.22 Implementar o Sistema de Controle de Processos da Controladoria	DITIC	100%	100,00%	
04.23 Modernizar o servidor de arquivos	DITIC	100%	100,00%	
04.24 Modernizar os servidores	DITIC	100%	20,00%	
04.25 Atualizar o Datacenter	DITIC	100%	20,00%	
04.26 Implementar o VOIP	DITIC	100%	20,00%	

04.27 Implementar nova versão do sistema de autenticação – CERBERUS	DITIC	100%	100,00%	
---	-------	------	---------	---

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 5

O objetivo estratégico 5 tem seis ações estratégicas vinculadas. Verifica-se um aumento progressivo na execução do objetivo 5 no decorrer dos anos de 2013 a 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 1,67 pontos percentuais na execução do objetivo 5. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 6,66 pontos percentuais. De 2015 para setembro 2016, ocorreu um incremento de 60 pontos percentuais. Assim, o objetivo estratégico 5 atingiu 68,33% de realização em 2016.

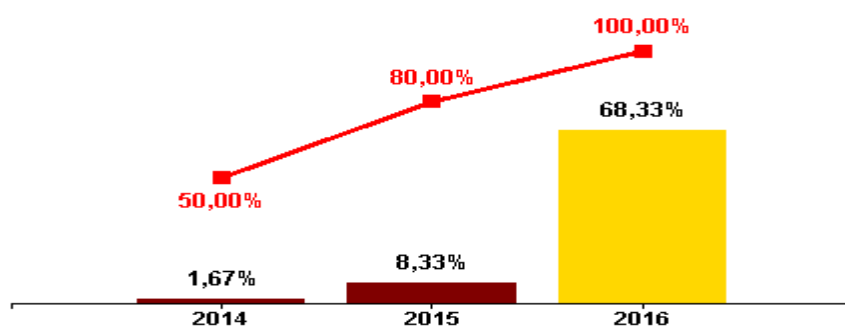


Figura 10 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 5

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, nenhuma ação estratégica atingiu a meta estipulada.

Todas as ações foram iniciadas. A ação 05.05 ficou na faixa vermelha (até 25% de execução). As ações 05.02 e 05.06 ficaram na faixa amarela entre 25% e 80% de execução. Três ações (05.01, 05.03 e 05.04) atingiram 90% de execução ficando na faixa verde.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 5 – Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação.

Tabela 6 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 5

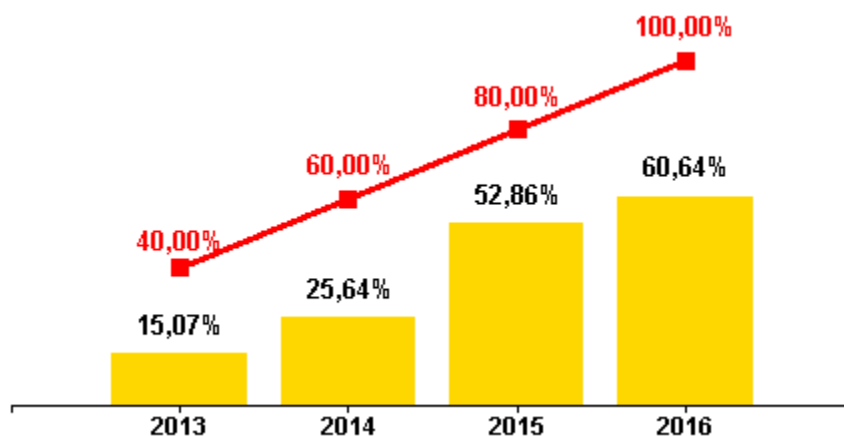
ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
5. Obter a excelência no desenvolvimento de pesquisas na área de atuação.	DIPCT	100,000	68,33%	
05.01 Desenvolver pesquisas relativas ao comportamento do fogo e ao combate a incêndios	DIPCT	100%	90,00%	
05.02 Desenvolver pesquisas na área de salvamento	DIPCT	100%	80,00%	
05.03 Desenvolver pesquisas na área de atendimento pré-hospitalar	DIPCT	100%	90,00%	
05.04 Desenvolver pesquisas na área de investigação de incêndio	DIPCT	100%	90,00%	
05.05 Disponibilizar laboratório de ciência do fogo	DIPCT	100%	10,00%	
05.06 Realizar concurso anual de artigos científicos	DIPCT	100%	50,00%	

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 6

O objetivo estratégico 6 tem catorze ações estratégicas vinculadas. Foi verificado um aumento progressivo da execução deste objetivo nos anos de 2013, 2014 e 2015 e 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 10,57 pontos percentuais na execução do objetivo estratégico 6. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 27,22 pontos percentuais. De 2015 para setembro 2016, ocorreu um incremento de 7,78 pontos percentuais. Assim, o objetivo estratégico 6 atingiu 60,64% de realização em 2016.

Figura 1 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 6



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, três ações estratégicas (06.04, 06.09 e 06.13 representando 21,43%) atingiram a meta estipulada e onze ações (78,57%) não atingiram.

A ação 06.10 não foi iniciada. Além desta, quatro ações 06.05, 06.06, 06.07 e 06.12 também ficaram na faixa vermelha (até 25% de execução). As ações 06.01, 06.02, 06.08, 06.11 e 06.14 ficaram na faixa amarela entre 25% e 80% de execução. A ação 06.03 atingiu 90,47% de execução ficando na faixa verde. A ação 06.04 superou a meta em 70,8%.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 6 – Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros.

Tabela 7 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 6

ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
6. Obter a excelência na formação e capacitação de bombeiros	DIREN	100,000	60,64%	
06.01 Buscar a execução integral do Plano Geral de Cursos (PGC) anual	DIREN	100%	79,16%	
06.02 Oportunizar curso superior aos bombeiros que ainda não possuem	DIREN	100%	77,99%	
06.03 Aprimorar a capacitação dos instrutores em métodos e técnicas de ensino	DIREN	100%	90,47%	
06.04 Capacitar o total de 1000 militares em diversos cursos	DIREN	100%	170,80%	
06.05 Implantar o museu interativo do CBMDF	GABCG	100%	10,00%	
06.06 Elaborar e implementar programa de capacitação continuada na área operacional	COMOP	100%	5,02%	
06.07 Elaborar e implementar programa de avaliação profissional	COMOP	100%	5,02%	
06.08 Construir um auditório	DEPCT	100%	75,00%	
06.09 Construir o vestiário do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP)	DEPCT	100%	100,00%	
06.10 Prover infraestrutura para fins de capacitação operacional continuada em 05 Grupamentos de Bombeiro Militar	COMOP	100%	0,00%	
06.11 Aprovar a lei de ensino	DEPCT	100%	39,00%	
06.12 Construir a nova sede do CEFAP	DEPCT	100%	19,00%	
06.13 Aquisição de simuladores para a Autoescola do CEMEV	DEALF	100%	100,00%	

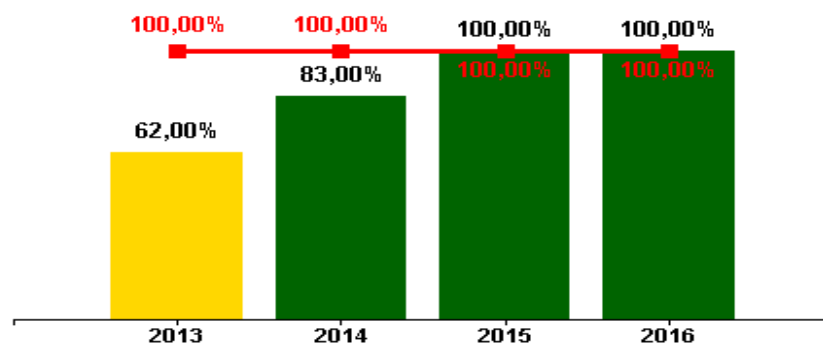
06.14 Revisar as diretrizes de ensino	EMG	100%	78,00%	
---------------------------------------	-----	------	--------	---

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

2.2.1.7 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS VINCULADAS AO OBJETIVO 7

O objetivo estratégico 7 tem três ações estratégicas vinculadas. Este objetivo teve um aumento progressivo de sua execução nos anos de 2013, 2014, 2015 e uma manutenção no topo em 2016. De 2013 para 2014, ocorreu um incremento de 21 pontos percentuais na execução desse objetivo. De 2014 para 2015, ocorreu um incremento de 17 pontos percentuais. De 2015 para 2016, ocorreu uma manutenção desejada, no topo da meta. Assim, em 2015 e 2016, o CBMDF conseguiu executar 100% do seu orçamento e atingiu a meta estabelecida.

Figura 12 - Evolução anual das ações estratégicas do Objetivo 7



Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

Em 2016, uma ação estratégica (07.02, representando 33,33%) atingiu a meta estipulada e duas ações (66,67%) ficaram na faixa entre 25% e 80% de execução.

A seguir é apresentada a tabela com as medições das ações constantes no objetivo estratégico 7 – Otimizar a gestão orçamentária e financeira da corporação.

Tabela 8 - Resultado das ações estratégicas vinculadas ao Objetivo 7

ITEM ESTRATÉGICO	OBM	2016		SITUAÇÃO
		META	VALOR	
7. Otimizar a gestão orçamentária e financeira da Corporação	DEALF	100,000	100,00%	
07.01 Executar em sua totalidade os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), do GDF e de convênios	DEALF	100%	68,44%	
07.02 Disponibilizar capacitação aos militares para realizar especificação com fins de aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento da missão institucional	DEALF	100%	100,00%	
07.03 Disponibilizar capacitação aos militares na área de gestão orçamentária e financeira	DEALF	100%	33,20%	

Fonte: Dashboard do Sistema de Gestão Corporativa do CBMDF.

O alcance 75,63% de realização do PLANES 2013-2016 permite atestar o sucesso da estratégia institucional. Kaplan e Norton (2008) afirmam que várias pesquisas realizadas nas últimas décadas indicam que 60% a 80% das empresas ficam muito longe de alcançar os objetivos definidos em seus planos estratégicos.

A partir de 2015 houve uma mudança na metodologia de monitoramento do PLANES, privilegiando-se o aspecto quantitativo na mensuração da execução da estratégia, possibilitado pela implementação e divulgação do Caderno de Indicadores Estratégicos naquele ano. Após a adoção da nova metodologia é possível observar um incremento significativo no desempenho dos resultados.

A melhoria de desempenho observada demonstra que os esforços implementados no aperfeiçoamento do processo de monitoramento implicaram em reflexos diretos na gestão da estratégia. Outros aspectos metodológicos consagrados por autores da área também vêm sofrendo constante aperfeiçoamento em nossa instituição.

Kaplan e Norton (2008) destacam quatro aspectos importantes na gestão estratégica efetiva, além do planejamento estratégico: o alinhamento da organização à estratégia, o desdobramento da estratégia em planos setoriais, o monitoramento e aprendizagem constante da estratégia e a correção e adaptação da estratégia.

Em síntese os autores defendem a formalização de um sistema de gestão estratégica organizada em etapas com um dos pilares do desenvolvimento de uma estratégia efetiva. As organizações que formalizam o processo de gestão estratégica tendem a obter maior nível de sucesso, proporcionando desempenho superior às demais.

A execução, o monitoramento e avaliação do PLANES neste viés permite apontar algumas recomendações para a gestão estratégica:

- Estabelecimento de prioridades de execução e alocação de recursos, ante a elevada quantidade de ações estratégicas a fim de elevar o índice de atingimento de metas, considerando ainda o contexto econômico e político atual;
- Reunião trimestral para correção de rumos e consolidação de aprendizagem;

- Observação dos apontamentos contidos no item 5 deste relatório, como lições aprendidas para o novo ciclo de gestão estratégica da corporação;

- Formalização da gestão estratégica visando efetivar a governança corporativa estabelecendo as etapas do processo, seu fluxo, atribuições e responsabilidades;

- Desenvolvimento do próximo ciclo estratégico com maior foco em estratégias corporativas e reduzida quantidade de ações, que permitam maiores controle e execução efetivos.

De tudo que foi exposto, é fundamental que o monitoramento na gestão estratégica do CBMDF continue avançando no sentido de se sedimentar na cultura organizacional como uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Conforme dito no início da pesquisa, o desenvolvimento institucional não está ligado apenas à modernização de equipamentos, de viaturas, de estruturas e de processos administrativos e operacionais, mas ao aumento da capacidade da administração pública em ser efetiva na agregação de valor social (Heidemann; SALM, 2010).

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O processo de planejamento institucional e execução dos recursos do FCDF apresenta uma dificuldade adicional, uma vez que, de um lado, no orçamento da União, dispomos dos recursos classificados na função de governo “28 - Encargos Especiais” e na Subfunção “845 - Outras transferências”, aos quais não se vinculam ações, produtos e metas específicos, mas apenas ações genéricas, que não agregam nenhum produto à União.

No Orçamento Federal, o principal intuito é efetuar a transferência do recurso. De outro lado, no orçamento anual do GDF, não dispomos de programas, ações, produtos e metas específicos a orientar o gasto dos recursos do FCDF, visto que os recursos desse fundo não integram esse orçamento anual.

Assim, o Fundo Constitucional do Distrito Federal é considerado, para o Orçamento Federal, como despesas de agregação neutra e, por essa razão, os programas a ele associados são do tipo “operações especiais”. Com isso, suas ações constam apenas da LOA, não integrando o PPA do governo federal.

No entanto, por determinação do Governo do Distrito Federal, o orçamento destinado ao Fundo Constitucional do Distrito Federal faz parte do PPA do GDF, porém não integra a sua Lei Orçamentária Anual, criando um fator complicador de vinculação entre o PPA e LOA.

Contudo, a participação do GDF na manutenção do CBMDF é mínima, sendo praticamente todas as despesas arcadas pelo FCDF, tornando o acompanhamento das ações previstas no PPA, via sistema inexecutável, uma vez que as ações previstas no PPA-GDF não estão e também não deveriam estar contidas no SIAFI.

As próprias orientações, disponibilizadas no Sistema E-contas, para elaboração do conteúdo do item “Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade”, preveem que devem ser tratadas de forma individual somente as ações da LOA vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA. A referida portaria ainda completa com a seguinte informação: Não há necessidade de tratamento das ações vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Muito embora se tenha essa orientação, e juntando a dificuldade advinda do fato das ações serem compartilhadas entre as forças de segurança, sendo detalhadas a nível de plano orçamentário.

O CBMDF tem buscado ao longo dos anos estabelecer um plano de aplicação de recursos financeiros (PARF), cujo processo de elaboração inicia-se sempre no primeiro trimestre do ano anterior e finda em 31/12 do ano subsequente. É um instrumento de planejamento interno que busca aliar as demandas de todos os setores com a gestão e os objetivos institucionais.

Complementarmente, na busca pela melhoria da gestão corporativa, foi ampliado o monitoramento e o acompanhamento das ações do planejamento estratégico a partir do embrião do escritório de projetos no Estado-Maior-Geral, com o qual se espera para os próximos anos melhoria contínua dos serviços prestados pela corporação. Aliado a procura da melhoria nas ações de planejamento, o pioneirismo. 2016 foi um ano de pioneirismo da corporação em ações como: a adoção da agenda A3P, a Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação com a diminuição substancial do uso de papel e a diminuição do tempo de tramitação de processos.

As principais realizações físicas decorrentes do Orçamento de investimento e de custeio de 2016 foram:

- Aquisição de 5 viaturas Auto Tanque com capacidade para 10.000 litros d'água;
- Aquisição de 10 Motocicletas tipo Moto Resgate;
- Aquisição de 1 lancha de salvamento, resgate e combate a incêndio;
- Aquisição de 10 viaturas tipo Auto Operacional de Fiscalização;
- Aquisição de 1 ventilador de urgência;
- Aquisição de 1 tenda de descontaminação;
- Aquisição de 3 detectores de gases;
- Aquisição de 100 microcomputadores e diversos equipamentos de TI;
- Aquisição de diversas ferramentas para manutenção de viaturas;
- Aquisição de 70 coletes balísticos;
- Aquisição de equipamentos para policlínica médica e odontológica;
- Aquisição de tomógrafo computadorizado
- Aquisição de 25 equipamentos fotográficos;
- Contratação do serviço de manutenção de viaturas tipo Auto Serviço de Emergência;
- Contratação do fornecimento de peças para as linhas de veículos utilitários (LAND ROVER, MERCEDES BENZ e AGRALE), e, linha pesada (IVECO, SCANIA, MERCEDES BENZ e VOLKSWAGEN);
- Obra do 25º GBM - Águas Claras, concluída e inaugurada em 2016;
- Obra da nova Policlínica, aproximadamente 71% concluído;

A manutenção do CBMDF, pode-se dizer que é custeada totalmente com recursos do FCDF. Despesas com água, luz, telefone, combustível, manutenção de viaturas e equipamentos, entre outros, são também custeadas com recursos deste fundo. Destacam-se algumas despesas realizadas que são de suma importância para o atendimento a sociedade brasiliense e também para a manutenção de serviço de assistência médica ao Bombeiro Militar e dependentes, conforme apresentado no quadro a seguir:

2.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

O Corpo de Bombeiros é uma UPC, mas não tem uma ação específica de sua responsabilidade. Apresenta detalhamento apenas a nível de plano orçamentário. As ações englobam todos os entes mantidos pelo Fundo Constitucional. Portanto, não é possível encaminhar esse quadro.

Quadro 2 – Ação/Subtítulos – OFSS – detalhado a nível de plano orçamentário

Identificação da Ação							
Código	00NR						
Descrição	Manutenção das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 0903		Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária	73901						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	887.195.178,83	887.195.178,83	865.401.283,10	865.401.283,10	0,00	21.793.895,73
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Não se Aplica			Não se Aplica			
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	38.104.277,09	32.265.709,91	1.255.042,85	Não se Aplica			

OBS1) Dotação final teve como parâmetro todo o crédito recebido.

Identificação da Ação			
Código		00NS	
Descrição		Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF	
Iniciativa			
Objetivo		Código:	
Programa		0903 Código: Tipo: Operações Especiais	
Unidade Orçamentária		73901	
Ação Prioritária		() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Lei Orçamentária Anual do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			
Nº do subtítulo/	Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	468.628.193,00	468.628.193,00	467.447.889,71	467.447.889,71	0,00	1.180.303,29
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Não se Aplica		Não se Aplica				
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	563.206,00	563.206,00	0	Não se Aplica			

OBS1) Dotação final teve como parâmetro todo o crédito recebido.

Identificação da Ação							
Código	00NT						
Descrição	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do DF						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 0903 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	73901						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	69.127.236,00	69.127.236,00	67.685.389,40	67.685.389,40	0,00	1.441.846,60
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Não se Aplica		Não se Aplica				
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	122.978,09	122.978,09	0	Não se Aplica			

--	--	--	--	--	--	--

OBS1) Dotação final teve como parâmetro todo o crédito recebido.

Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica – O CBMDF não apresentou ações específicas para pagamento de despesas de RP.

Quadro – Ações do Orçamento de Investimento

Não se aplica

2.3.2 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Apesar da inequívoca responsabilidade do ordenador de despesas quanto aos recursos federais sob sua guarda e a sua habitual fiscalização pelos órgãos de controle quanto à qualidade desta gestão, constata-se estranheza no fato de que o gestor do Fundo Constitucional se omita quanto à ingerência causada com dano ao planejamento da execução orçamentária por parte da corporação, eximindo-se de responsabilidade quando o CBMDF apresenta dificuldades em cumprir integralmente a aplicação dos recursos a ele consignados.

Com o advento das demandas regulares de contratações e aquisições previstas no planejamento da Corporação, desde 2011 o CBMDF já possui, em outubro do ano anterior à Lei Orçamentária que será executada, o planejamento de todas as aquisições e contratações de serviços. A efetivação desse plano possui uma exigência para abertura e continuidade, que é a declaração de disponibilidade orçamentária, a qual autorizará o início de todos os processos licitatórios e demais realizações de despesas que exijam tal manifestação, com fulcro na Lei nº 8.666/1993 e em estrita observância ao disposto nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. O lastro da referida declaração é o crédito consignado em lei orçamentária e a efetiva contratação/aquisição depende diretamente do crédito disponível advindo da provisão de crédito recebida por descentralização do Órgão Setorial.

Dessa forma, é no mínimo desarrazoado cogitar-se a ocorrência de impossibilidade de empenhar despesa, após todo o fluxo processual de licitação e contratação, devido à pseudo discricionariedade do Gestor do Fundo Constitucional, ao não descentralizar os créditos pertencentes ao Corpo de Bombeiros, por interpretar que o orçamento é mera peça autorizativa, inferindo a ausência de obrigatoriedade de transferência, mesmo aprovado em lei orçamentária para órgão específico.

O montante consignado na lei orçamentária encontra-se disponível para o Órgão Setorial (UG nº 170392), função exercida pela Coordenação do Fundo Constitucional do Distrito Federal, da Subsecretaria do Tesouro, da Secretaria de Estado de Fazenda do DF. Contudo, tais créditos não são descentralizados de modo a atender minimamente ao fluxo de contratações e aquisições do planejamento do CBMDF, prejudicando a execução orçamentária e financeira desta instituição.

Esta Ordenação de Despesas trata, há muitos anos, sobre as implicações na qualidade da gestão e execução orçamentária do CBMDF do contingenciamento velado aos nossos créditos orçamentários processados pela Subsecretaria do Tesouro. No entanto, chegou-se a um patamar de completo descaso com compromissos firmados, contratos em execução e execução de passivos sem que haja qualquer respaldo legal ou até qualquer justificativa técnica por parte da Coordenação do Fundo Constitucional, levando nos últimos anos a perdas de contratações/procedimentos licitatórios pela demora no acatamento dos pedidos de descentralização dos recursos já garantidos em Lei à Corporação.

O Decreto 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, plenamente adotado e respeitado por esta Corporação, impõe solicitação de autorização para despesas de investimentos

(aquisição de material permanente) que sejam superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e para despesas de contratações de serviços, superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões e reais) consoante prescrito no art. 7º do referido diploma legal. Considerando o princípio da legalidade restrita, sobre o qual todo agente público deve se submeter, não é facultada qualquer ação que não esteja especificamente expressa em regramento legal. Nesse sentido, se a Corporação não está infringindo qualquer um dos limites impostos pelo Decreto de racionalização de recursos, qualquer exigência adicional não prescrita no compêndio normativo vigente caracteriza-se como extrapolação de competência e ato administrativo imperfeito por vício de ausência de legalidade por parte da Coordenação do Fundo Constitucional.

Dessa forma, declara-se que as ingerências da Setorial orçamentária tem tornado a gestão orçamentária da Corporação temerária, prejudicando sobremaneira o planejamento institucional.

2.3.3 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Item já trabalhado no Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS – detalhado a nível de plano orçamentário;

2.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

A receita do Fundo Constitucional é referenciada pela RCL da União, conforme descrição na lei no 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

2.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Quadro 3 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: 170392		Código UO: 73901		UG: 170394
Modalidade de Contratação	Despesa empenhada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	33.649.250,35	17.306.987,92	7.686.178,08	17.306.987,92
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	2.599.252,07	5.633.609,19	2.569.619,64	5.633.609,19
d) Pregão	31.049.998,28	11.673.378,73	5.116.558,44	11.673.378,73
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	13.840.951,22	10.331.779,27	11.786.638,70	10.331.779,27
h) Dispensa	7.625.675,01	6.177.499,22	6504059,7	6.177.499,22
i) Inexigibilidade	6.215.276,21	4.154.280,05	5.282.579,00	4.154.280,05
3. Regime de Execução Especial	5878,22	124102,5	5878,22	124102,5
j) Suprimento de Fundos	5878,22	124.102,50	5878,22	124.102,50
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.472.231.377,06	1.237.376.698,41	1.461.963.435,29	1.237.376.698,41
k) Pagamento em Folha	1.472.231.377,06	1.237.173.534,25	1.461.963.435,29	1.237.173.534,25
l) Diárias	19.601,55	203.164,16	19.601,55	203.164,16

5. Outros	0	200.823,91	0	200.823,91
6. Total (1+2+3+4+5)	1.519.727.456,85	1.265.139.568,10	1.481.442.130,29	1.265.139.568,10

Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Esta UG não utiliza crédito de movimentação.

Quadro – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Esta UG não efetuou nenhuma transferência listada.

Quadro – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Esta UG não efetuou nenhuma transferência listada.

Quadro – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos⁴

Esta UG não efetuou nenhuma transferência listada.

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 4 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	170394	Fundo Constitucional do Distrito Federal – CBMDF	-	-	14	5.878,22	4.000,00
2015	170394	Fundo Constitucional do Distrito Federal – CBMDF	-	-	38	206.482,00¹	15.000,00
Fonte: SSAFI/SAOFI/DIOFI/CBMDF							

Obs.: O maior suprimento de fundos concedido no ano de 2015 foi o a concessão eventual para atender emergência do 1º Grupamento de Bombeiro Militar em virtude de ruptura na alimentação geral de água do quartel com necessidade de reparo imediato sob risco de parada do serviço operacional de socorro daquela unidade.

A grande diferença de valores concedidos entre o ano de 2016 e 2015 se explica pelo início do contrato de empresa que prestava o serviço de manutenção predial à Corporação. Considerando que o CBMDF possui vários quartéis com edificações antigas, os problemas antes atendidos via suprimento passaram a ser resolvidos com o novo contrato de manutenção predial.

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Todas as ações do Corpo de bombeiros são voltadas para o cumprimento da sua missão institucional, com o foco na sociedade. Deste o estabelecimento da visão no planejamento estratégico, que procura traduzir o que a instituição busca representar para a sociedade em função de sua missão precípua, até a incessante busca pela excelência dos atendimentos prestados.

Os recursos destinados ao CBMDF são geridos de forma a cumprir o PLANES na forma do planejamento financeiro interno o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros. Nesse intuito, a maior parte do montante recebido é destinado à aquisição de equipamentos, bens, contratação de serviços em sua maioria para manter e ampliar a rede de atendimento às ocorrências de salvamento, combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar e as diversas atividades de prevenção de sinistros, investigação e retroalimentação do sistema de segurança contra incêndio e pânico.

Desta forma, a corporação vem amadurecendo indicadores para demonstrar a sua atuação nas diversas áreas da missão fim e meio. Entende-se que é um processo de crescimento institucional e que muito há a evoluir, sendo que os índices de 2016 são apresentados a seguir:

2.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de desempenho são ferramentas bastante difundidas entre as organizações. Quando bem utilizada, complementam o Planejamento Estratégico e auxiliam em várias etapas da tomada de decisões.

Munidos de metas e acompanhados de suas séries históricas, ao formar um conjunto bem estruturado (gozando pelo menos de completude e independência estatística entre os diversos indicadores), os indicadores de desempenho têm a capacidade de monitorar o desempenho de uma empresa ou entidade, antevendo problemas e permitindo uma reação com maior potencial de sucesso.

O núcleo das informações contidas em um indicador é o seu valor. Os resultados dos indicadores estabelecidos para o CBMDF são avaliados através das metas ou estimativas estabelecidas.

O quadro abaixo que apresenta a análise das metas com os 30 indicadores previstos na Portaria no 38, de 27 de setembro de 2013.

Quadro 5 - análise das metas de 30 indicadores

Item	OBM	Indicador	Unidade de Medida	Resultados	Meta
1	COMOP	Demanda reprimida	percentual	0,2%	4%
2	COMOP	Tempo-resposta do Sistema de Segurança Pública para Operações BM	min	00:24:50	00:08:00
3	COMOP	Tempo-resposta do CBMDF para operações APH, salvamento e extinção de incêndios urbanos	min	09:30	00:07:00
4	COMOP	Índice de ocorrências atendidas	ocorrência/100.000 hab	2.519	3.500
5	GPRAM	Ocorrências de incêndios florestais atendidas	atendimento	6.944	8.000
6	GPRAM	Área queimada pelos incêndios florestais	hectare	17.442	15.000
7	DINVI	Incêndios periciados	perícia	670	260
8	SEGeo/EMG	Ações preventivas	ação preventiva	12.356	15.000
9	CPMED	Índice de absenteísmo	percentual	1,7%	5%
10	DIGEP	Índice de estabilidade dos gestores	Movimentação/chefia	0,53	2
11	CORREGEDORIA	Índice de transgressões	percentual	3	0,5

		disciplinares praticadas no âmbito da Corporação			
12	CPMED	Índice de acidentes de serviço	Acidente por 1.000 BM	3	3
13	CPMED	Índice de bombeiros acometidos por doenças ocupacionais	Doença por 1.000 BM	NA	NA
14	DERHU a/a	Índice de militares com nível superior	percentagem	55%	60%
15	POMED	Consultas médicas realizadas	consultas	42.672	46.400
16	POMED	Exames de laboratório realizados	exames	218.620	145.000
17	PODON	Procedimentos odontológicos	procedimentos	49.353	32.000
18	CECAF a/a	Índice de participação no TAF	percentual	87,90%	95%
19	CECAF a/a	Índice de obesidade/IMC	percentual	15,35%	10%
20	DISAU a/a	Índice de inscrição em restos a pagar/Assistência Médica	percentual	42,00	4%
21	DIOFI a/a	Índice de inscrição em restos a pagar/CBMDF	percentual	30,20%	1%
22	DICOA	Procedimentos de aquisição de bens e serviços	percentual	232	200
23	CEMEV	Índice de disponibilidade da frota operacional	percentual	84,49%	85%
24	OUVIDORIA	Índice de demandas respondidas no prazo inferior a 30 dias	percentual	41%	60%
25	AUDITORIA	Auditorias realizadas	percentual	97,10%	90%
26	DIREN	Índice de execução do PGC/Cursos	percentual		90%
27	DIREN	Índice de execução do PGC/Vagas.	percentual	86,00%	90%
28	COMOP	Índice de militares aptos na checagem operacional	percentual	84,00%	80%
29	DITIC	Extranet (internet/intranet)	percentual	99,52%	99,97%
30	DITIC	Índice de quebra de links na utilização do Portal	percentual	2,84%	5%

Fonte: SEGEO/EMG

2.5.1 INFORMAÇÕES E INDICADORES SOBRE O DESEMPENHO OPERACIONAL

De modo a ilustrar os resultados alcançados, como um todo, separou-se o conjunto de indicadores em dois grupos, de acordo com o sinal de cada um. Com relação ao sinal um indicador pode ser tanto do tipo maior-melhor como menor-melhor. São exemplos de indicadores maior-melhor: Participação no TAF; Demandas respondidas no prazo; e Disponibilidade da frota operacional – para os quais resultados numéricos maiores são desejados. São exemplos de indicadores menor-melhor: Tempo-resposta, Acidentes de serviço; e Inscrições em restos a pagar – para os quais resultados numéricos menores são desejados. As tabelas a seguir ilustram os indicadores de cada tipo.

Tabela 9 – Grupo 1: Indicadores menor-melhor

Número	Nome
1	DEMANDA REPRIMIDA
2	TEMPO-RESPOSTA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA OPERAÇÕES BM
3	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES APH, SALVAMENTO E EXTIÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS

4	ÍNDICE DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS
5	OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS ATENDIDAS
6	ÁREA QUEIMADA PELOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ATENDIDOS
9	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO
10	ÍNDICE DE ESTABILIDADE DOS GESTORES
11	ÍNDICE DE TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES
12	ÍNDICE DE ACIDENTES DE SERVIÇO
13	ÍNDICE DE BOMBEIROS ACOMETIDOS POR DOENÇAS OCUPACIONAIS
19	ÍNDICE DE OBESIDADE – IMC
20	ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR
21	ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR
27	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PGC – VAGAS
30	ÍNDICE DE QUEBRA DE LINKS NA UTILIZAÇÃO DO PORTAL

Tabela 10 – Grupo 2: Indicadores maior-melhor

Número	Nome
7	INCÊNDIOS PERICIADOS
8	AÇÕES PREVENTIVAS
14	ÍNDICE DE MILITARS COM NÍVEL SUPERIOR
15	CONSULTAS MÉDICAS
16	EXAMES DE LABORATÓRIO – POMED
17	PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS
18	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NO TAF
22	PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
23	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL
24	ÍNDICE DE DEMANDAS RESPONDIDAS NO PRAZO INFERIOR A 30 DIAS
25	AUDITORIAS REALIZADAS
26	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PGC – CURSOS
28	ÍNDICE DE MILITARES APTOS NA CHECAGEM OPERACIONAL
29	EXTRANET (INTERNET/INTRANET)

Resultados anuais dos indicadores – resumo do que foi apresentado pelos responsáveis

Indicador	01	Nome	Demanda reprimida	Meta	4,0%
Fórmula		$I = \frac{NA}{S} \times 100$	NA: Número de solicitações via 193 não atendidas devido à escassez dos recursos operacionais. S: Total de solicitações.	Resultado	0,2%
Fatores		A demanda reprimida estimada foi muito baixa, mais de 99% das ocorrências solicitadas foram atendidas com sucesso. Não foi possível uma análise baseada com dados nos anos anteriores, tendo em vista que o repasse dos dados foi interrompido devido a problemas no sistema de tarifação telefônica da CIADE/SSP e a mudança para o novo sistema com a nova central telefônica.			

Decisões	Implementação do Sistema Fênix com redução do Tempo Resposta, permitindo a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM da Unidade Operacional e mesa de atendimento do CIADE. O Sistema somente começou a rodar no final do mês de dezembro, não sendo possível observar ainda a redução esperada no Tempo Resposta.		
----------	---	--	--

Indicador	02	Nome	Tempo resposta do sistema SSP para operações BM	Meta	8:00
Fórmula		$I = \frac{\sum_{i=1}^N T_i}{N}$	T_i : Tempo decorrido entre a ligação para a CIADE e a disponibilização de socorro do CBMDF no local. N : Número de ocorrências de salvamento, atendimento pré-hospitalar e incêndio atendidas.	Resultado	24:50
Fatores	Falta de controle do tempo aferido entre o registro da ocorrência e o despacho para o CBMDF. Falta de acesso do sistema por parte dos gestores para fazer o controle do acionamento e deslocamento do trem de socorro. Faltam as informações referentes ao grupo e tipo de ocorrências.				
Decisões	Acionamento da DITIC para a liberação do acesso ao indicador mensal de tempo de resposta por parte dos Comandantes dos GBMs. Solicitação à DITIC para fornecer ao COMOP as informações referentes ao grupo e tipo de ocorrências. Implantação do novo sistema de registro de ocorrências; Fênix em 2017.				

Indicador	03	Nome	Tempo-resposta BM para APH, Salvamento e Inc. Urbanos	Meta	7:00
Fórmula		$I = \frac{\sum_{i=1}^N T_i}{N}$	T_i : Tempo decorrido entre o despacho da CIADE da ocorrência para o CBMDF e a disponibilização de socorro no local do evento. N : Número de ocorrências atendidas.	Resultado	9:30
Fatores	Tempo Resposta estável durante todo o ano e abaixo meta. Índice bastante satisfatório, o mais baixo nos últimos 3 anos.				
Decisões	Implementação do Sistema Fênix para gerenciamento do acionamento das Ocorrências Operacionais. O Sistema permitirá a Redução do Tempo Resposta, porém ainda não verificado para o ano de 2016, uma vez que começou a rodar experimentalmente somente no dia 27/12/16.				

Indicador	04	Nome	Índice de ocorrências atendidas	Meta	3500
Fórmula		$I = \frac{N}{P} \times 100.000$	N : Número de ocorrências atendidas pelo CBMDF. P : População do DF no último censo publicado.	Resultado	2519 ocorrências por 100 mil habitantes
Fatores	Os meses de julho, agosto e setembro são a fase crítica da Operação Verde Vivo, aumentando o número total de ocorrências, devido à grande incidência de incêndios florestais.				
Decisões	Renovação de Equipamentos. Inauguração de uma nova unidade em Águas Claras - 25º GBM. Inauguração do novo sistema de cadastro de ocorrências, Fênix, em 2017.				

Indicador	05	Nome	Ocorrências de incêndios florestais atendidas	Meta	8000
Fórmula		$I = N$	N : Número de ocorrências de incêndio florestal atendidas pelo CBMDF no período de aferição.	Resultado	6944 ocorrências
Fatores	O ano começou com uma anormalidade de chuvas nos primeiros meses, o que antecipou e intensificou o período de estiagem elevando o número de ocorrências e apresentando um quadro de atenção, mas não houve uma ruptura da normalidade e mesmo com um pouco de aumento nos números ainda ficou dentro do esperado.				

Decisões	Seguiu-se a distribuição planejada no Plano da Operação Verde Vivo e buscou-se uma intensificação nos meses com maior anormalidade. Foi fundamental a distribuição das guarnições nos pontos previstos e a intensificação das guarnições.		
----------	---	--	--

Indicador	06	Nome	Área queimada pelos incêndios florestais	Meta	15000
Fórmula	$I = \sum_{i=1}^N A_i$ A_i: Área queimada de cada ocorrência, decorrente de incêndios florestais atendidos pelo. N: Número de ocorrências de incêndio florestal.			Resultado	17442 hectares
Fatores	O ano começou com uma anormalidade de chuvas nos primeiros meses o que antecipou e intensificou o período de estiagem elevando o número de ocorrências e apresentando um quadro de atenção, mas não houve uma ruptura da normalidade e mesmo com um pouco de aumento nos números ainda ficou dentro do esperado.				
Decisões	Seguiu-se a distribuição planejada no Plano da Operação Verde Vivo e buscou-se uma intensificação nos meses com maior anormalidade. Foi fundamental a distribuição das guarnições nos pontos previstos e a intensificação das guarnições.				

Indicador	07	Nome	Incêndios periciados	Meta	260
Fórmula	$I = N$ N: Número de incêndios periciados pelo CBMDF no período de aferição.			Resultado	670 perícias
Fatores	Acompanhamento diário das ocorrências de incêndios x perícias realizadas. Análise da demanda reprimida de incêndios periciáveis. Acesso ao SGO 2.0. Reuniões com as Alas de serviço cobrando pró-atividade para diminuir a demanda reprimida (demanda reprimida = incêndios periciáveis - perícias realizadas).				
Decisões	Tratativas com a DITIC para a implantação de um sistema de gerenciamento informatizado do serviço de perícia e reuniões mensais para a definição do sistema. Apoio da DESEG e do Comando da Corporação.				

Indicador	08	Nome	Ações preventivas	Meta	15000
Fórmula	$I = N$ N: Número de prevenções e palestras, projetos de incêndio, de arquitetura e vistorias realizados.			Resultado	12356 atividades preventivas
Fatores	COMOP não informou. Quantidade de militares especializados abaixo do necessário para prestação do serviço com excelência (vistoria e análise de projetos). Oficiais analistas de projetos empenhados em cursos de progressão de carreira no período. Mudança das instalações do DESEG, DIVIS e DIEAP, do Taguatinga Shopping para o quartel do Cruzeiro - precárias as novas dependências para o abrigo do material ou pessoal.				
Decisões	COMOP não informou. Novas viaturas, que atendem à necessidade do serviço do DESEG, foram colocadas à disposição da DIVIS. Em andamento tratativas para a descentralização dos serviços prestados pelo DESEG, devendo favorecer as atividades, já prevista para outubro a implantação do posto de atendimento do DESEG no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto; Descentralização dos serviços: implantação do posto do DESEG no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. CEPI/2016: mais especialistas formados, alguns revertidos ao Departamento. Criado o Conselho Técnico do DESEG - CTDSI para solucionar mais rápido aspectos da aplicação das normas técnicas. Concluída a revisão das NTs 01 e 02, que norteiam a atividade de prevenção contra incêndio e pânico.				
Indicador	09	Nome	Índice de Absenteísmo	Meta	5,00%
Fórmula	$I = \frac{\sum A_i}{N}$ A_i: Número de dias de afastamento concedidos por			Resultado	

	$= \frac{\sum_{i=1}^N A_i}{N \times D} \times 100$	dispensas médicas totais, LTSP e LTPF para cada militar. N : Número de militares existentes no CBMDF. D : Quantidade de dias do período aferido.	1,70%
Fatores	Todos os médicos peritos são orientados a fazer análise criteriosa ao realizarem averbação de atestados de todos os militares.		
Decisões	Os militares que veem apresentando um número elevado de dispensas médicas são encaminhados para avaliação pela Junta Médica de Inspeção de Saúde.		

Indicador	10	Nome	Índice de movimentações em cargos de chefia	Meta	2
Fórmula		$I = \frac{M}{F}$	M : Número de movimentações ocorridas nos cargos de chefia dos órgãos de direção, apoio e execução. F : Número de chefias existentes.	Resultado	0,53 movimentação por cargo
Fatores	Estudo para compor efetivo de oficiais para os próximos três anos, para quando no ato das promoções os oficiais estarem com os cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos tornando-os mais capacitados.				
Decisões	Verificação do quantitativo de militares nos diversos postos e respectivos quadros, que ainda não possuem os cursos de carreira necessários à sua progressão funcional, bem como a necessidade de capacitação para desempenho das funções nos anos que se seguem. Leva-se em consideração a manutenção dos serviços administrativos e operacionais na corporação, a última data de promoção dos militares, a data de inclusão, a quota compulsória, o quantitativo de militares que requerem reserva remunerada, frisando que a especialização e a capacitação dos militares é fundamental para o desenvolvimento das atividades de instrução, bem como alguns cursos melhoram a remuneração do militares.				

Indicador	11	Nome	Índice de transgressões disciplinares praticadas	Meta	0,50%
Fórmula		$I = \frac{MP}{N} \times 100$	MP : Número de militares ativos punidos por transgressão disciplinar ou crime e condenados em 1ª instância. N : Número de militares ativos do CBMDF.	Resultado	3,00%
Fatores	Os números apresentados representam somente o número de militares punidos durante o ano, não mostram, quantitativamente, a produção da Corregedoria, uma vez que muitos processos resultam em arquivamento, ou seja, sem imputar qualquer punição ao sindicado ou indiciado.				
Decisões	Esta Correcional não possui ingerência na modificação de condutas disciplinares de forma a reduzir o número de cometimento de transgressões disciplinares cometidas pelos militares da Corporação.				

Indicador	12	Nome	Índice de acidentes de serviço	Meta	
Fórmula		$I = \frac{AT}{E} \times 1.000$	AT : Total de acidentes de trabalho registrados. E : Efetivo da Corporação.	Resultado	3 acidentes por 1000 BM
Fatores	O número de acidentes em serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e cursos.				
Decisões	A redução do número de acidentes em serviço depende da fiscalização realizada nos GBMs, quanto ao uso adequado dos EPIS.				

Indicador	13	Nome	Índice de bombeiros acometidos por doença ocupacional	Meta	2
Fórmula		$I = \frac{DO}{E} \times 100$	DO : Total de militares acometidos por doenças	Resultado	

	$= \frac{DO}{E} \times 1000$	ocupacionais. E: Efetivo da Corporação.
Fatores	Historicamente o indicador não era aferido. No entanto, dessa vez o CPMED não informou a razão	
Decisões		

Indicador	14	Nome	Índice de militares com nível superior	Meta	60,00%
Fórmula	$I = \frac{S}{E} \times 1000$ S: Total de militares com nível superior completo. E: Efetivo da Corporação.			Resultado	55,00%
Fatores	A contagem do número de militares do CBMDF com nível de escolaridade superior foi estimada, utilizando como base o relatório gerado pelo Sistema de Gestão e Controle de Pessoal – GECOPE. No entanto, pelo que é percebido, o Sistema de dados utilizado para o controle desse dado ainda não é alimentado de forma a garantir a veracidade dos dados relativos ao nível de escolaridade de todos os militares do CBMDF.				
Decisões	Dos militares que cursavam o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública com ênfase em Defesa Civil para a formação dos militares do CBMDF que não possuem o curso superior, apenas 30 militares concluíram e não apresentaram os certificados, sendo excluídos da contagem.				

Indicador	15	Nome	Consultas médicas realizadas	Meta	46400
Fórmula	$I = N$ N: Número de atendimentos realizados pela POMED.			Resultado	42672 consultas
Fatores	Houve saída de 5 médicos para o CAO com perda de, em médica, 120 vagas por semana. Afastamento de 2 médicas gestantes do atendimento. Escalação de médicos em várias funções concomitantes.				
Decisões	Diante da situação acima: Liberamos as agendas do médico de Dia para marcação. Fixamos pessoal específico para CPMED e Bienal. Aumentamos o número de atendimentos extras. Reduzimos a saída de Médico de Dia do atendimento, não mais suspendendo o atendimento no caso de demandas administrativas, que foram assumidas pelo Administrador e Subadministrador da Policlínica Médica.				

Indicador	16	Nome	Exames de laboratório realizados	Meta	145000
Fórmula	$I = N$	N: Número de exames laboratoriais realizados pela POMED por meio do seu Laboratório de Análises Clínicas.		Resultado	218.620 exames
Fatores	A demanda de pacientes no Laboratório de Análises Clínicas da POMED aumentou devido aos novos dependentes que passaram a utilizar os serviços de saúde, ao ingresso de novos militares na corporação e aos exames para a Avaliação Bial dos Militares do CBMDF.				
Decisões	Inclusão de novos exames na rotina do Laboratório, proporcionando maior conforto ao paciente que não terá de colher sangue novamente na maioria dos atendimentos. Ampla divulgação de orientações para a coleta de sangue por meio de panfletos e cartilhas distribuídas aos pacientes acelerando o atendimento no dia da coleta de sangue. Disponibilização do e-mail do Laboratório, pomed.sulac@cbm.df.gov.br para que o paciente possa ter suas dúvidas esclarecidas, oferecer sugestões e solicitar envio do laudo por e-mail.				

Indicador	17	Nome	Procedimentos odontológicos	Meta	32000
Fórmula	$I = N$			Resultado	49353
	N: Número de atendimentos realizados pela PODON no período de aferição.				
Fatores	Foi observado por essa administração que não houve aumento no número de procedimentos apresentados no período de setembro a dezembro/2016, em comparação com o mesmo período de 2015. Tal alteração deve-se à diminuição no número de profissionais (cirurgiões-dentistas), em decorrência de 2 militares que se encontravam em curso (CAO) e mais 2 militares que tiveram suas atividades encerradas no atendimento ao público (um transferido para reserva remunerada e outro por término da PTTC). Outro fator ainda relevante foi a interrupção no fornecimento de materiais de consumo odontológicos, em decorrência de vários insucessos nos processos licitatórios para a aquisição destes				
Decisões	Foi providenciada pelos órgãos competentes compra emergencial de materiais de consumo odontológicos, o que de certa forma, nos últimos meses, vem normalizando o atendimento nesta PODON. Ainda vários materiais se encontram em processo de licitação. Contudo, a unidade ultrapassou a meta estipulada para o ano de 2016.				

Indicador	18	Nome	Índice de participação no TAF	Meta	95%
Fórmula	$I = \frac{N}{E} \times 100$			Resultado	87,90%
	N: Número de militares que realizaram o TAF no ano corrente. E: Efetivo do CBMDF.				
Fatores	Militares com dispensa médica.				
Decisões	Maior rigor na apresentação da justificativa de falta, no tempo determinado para tal, estreitando o contato com a Corregedoria para as providências cabíveis. Outra decisão importante a ser tomada pelo CECAF, seria maior informação do período do TAF e das consequências em não realizá-lo. Essa divulgação aconteceria via intranet do CBMDF.				

Indicador	19	Nome	Índice de obesidade/IMC	Meta	10,00%
Fórmula	$I = \frac{O}{N} \times 100$			Resultado	15,35%
	O: Número de militares classificados como obesos pelo método IMC. N: Número de militares que realizaram o TAF.				
Fatores	A não obrigatoriedade de TFM na Instituição e a falta da cultura da disciplina consciente em manter o preparo físico, o constante número de dispensas médicas, a defasagem dos índices do TAF, a não realização do Curso de Instrutor/Monitor em Educação Física por falta de inscritos.				
Decisões	Para que o resultado possa novamente a cair e a meta seja atingida é necessário que o Curso de Instrutor/Monitor em Educação Física ocorra, difundindo o conhecimento no treinamento e monitoramento físico nas diversas OBM's. Além disso, já foi publicado Comissão para reestruturar o TAF na Instituição, tornando os exercícios mais adequados à missão operacional, mensurando qualidades físicas de maior relevância para a Instituição e aumentando o índice de cobrança em cada exercício físico durante o teste anual, o que provocará de forma direta uma maior preocupação do bombeiro militar em melhorar seu condicionamento.				

Indicador	20	Nome	Índice de inscrição em restos a pagar/ Assistência Médica	Meta	4,00%
Fórmula	$I = \frac{RP}{VA} \times 100$			Resultado	42,00%
	RP: Total (em R\$) de recursos financeiros inscritos em restos a pagar em 1º de janeiro do ano de referência. VA: Valor autorizado (em R\$) para as despesas de custeio e investimento destinados à Assistência Médica.				

Fatores	Os indicadores de gestão essenciais, contudo, conforme já relatado por intermédio do Mem 33/2016 SECOP, de 23 maio 2016, incluído no processo 053-SEI042280/2015, documento 0454491, causou estranheza o indicador de ordem institucional estabelecido e definido pela corporação para a DISAU, por meio da Portaria n.º 38, publicada no BG nº 138, de 30 set 2013, que definiu o índice de inscrição de restos a pagar no percentual de 4% do valor recebido. Esse indicador de eficácia, é medido subtraindo o valor total pago do valor total empenhado. Salienta-se, que este indicador é utilizado como parâmetro para avaliar a condução da gestão orçamentária e financeira da DISAU, e tratando-se de saúde, esses gastos são imprevisíveis, depende das empresas credenciadas e de uma série de etapas que necessitam ser respeitadas tais como: auditoria de procedimentos, materiais, conferência processual e das certidões, antes de serem homologadas; Nos últimos 5 (cinco) anos, os percentuais de restos a pagar da DISAU, tem sido superior a 39% decorrentes das peculiaridades já manifestas, entretanto, para os órgãos de controle externo este índice muito elevado tem conduzido ao entendimento equivocado que algum problema pode estar acontecendo na gestão desta diretoria, uma vez que os serviços ofertados ou compras realizadas não têm sido liquidados e pagos em datas contratadas.
Decisões	Diante do exposto, solicito que o referido índice, mediante a possibilidade seja alterado para o percentual de 30%.

Indicador	21	Nome	Índice de inscrição em restos a pagar/CBMDF	Meta	1,00%
Fórmula		$I = \frac{RP}{VA} \times 100$	RP: Total (em R\$) de recursos financeiros inscritos em restos a pagar em 1º de janeiro pela unidade gestora CBMDF, incluídos os recursos federais e distritais. VA: Valor autorizado (em R\$) de recursos financeiros para as despesas de custeio e investimento destinados ao CBMDF, excluídos os valores relativos às despesas de pessoal e auxílios.	Resultado	30,20%
Fatores		Foi considerado somente o orçamento de origem Federal da Corporação, dada a inviabilidade de apuração na esfera Distrital, tendo em vista as complexidades e limitações do sistema, além da relativa inexpressividade dos recursos oriundos do GDF. Um fator que influenciou no resultado obtido foi o não repasse à Corporação da integralidade dos recursos aprovados na LOA de 2016, além da perda de créditos para reequilíbrio de outras unidades gestoras supridas pelo FCDF. Destaca-se ainda que proporção de inscrição em RP versus orçamento recebido é diretamente influenciada pelo montante de materiais/serviços contratados em conjunto com seus prazos de entrega (usualmente ultrapassam a data de encerramento do exercício), e estas são aquisições com obrigatoriedade de empenho integral da despesa, sob pena do agente ser responsabilizado de execução sem prévio empenho.			
Decisões		A DIOFI realiza o rigoroso controle e acompanhamento dos saldos inscritos, observados por meio de convocações periódicas dos executores de contrato, com fulcro na legislação vigente aplicada à matéria. Essas medidas continuarão a ser adotadas, no intuito de aprimorar as rotinas e controles dos Restos a Pagar. Além disso, foi sugerido que o PARF fosse adequado aos créditos disponíveis nos orçamentos da Corporação, de modo a trabalhar com planejamento orçamentário e financeiro baseado nos valores reais à disposição do CBMDF.			

Indicador	22	Nome	Meta	200
Fórmula		$I = N$	Resultado	232
		N: Total de licitações, inexigibilidades e dispensas de licitação realizados pelo CBMDF no período de aferição.		

Fatores	Os principais fatores que influenciaram o resultado anual e decisões tomadas foram a capacidade de trabalho conjugada com o ambiente institucional que fomentou em cada servidor o sentimento de compromisso e importância em suprir as necessidades demandadas.
Decisões	

Indicador	23	Nome	Índice de disponibilidade da frota operacional	Meta	85,00%
Fórmula	$I = \frac{\sum_{i=1}^N P_i}{N \times D} \times 100$	P_i: Para cada viatura operacional, número de dias parados no CEMEV. N: Número de viaturas operacionais ativadas, excluídas as reservas. D: Quantidade de dias do período aferido.	Resultado		84,49%
Fatores	Houve interrupção de contrato de fornecimento de peças.				
Decisões	Os contratos de fornecimento de peças foram regularizados no decorrer do 1º trimestre, o que contribuiu para a meta anual ficar abaixo do esperado.				

Indicador	24	Nome	Índice de demandas respondidas no prazo	Meta	60,00%
Fórmula	$I = \frac{DR_{15}}{N} \times 100$	DR₁₅: Número de demandas respondidas em um prazo inferior a 15 dias. N: Total de demandas recebidas pela Ouvidoria no período de aferição.	Resultado		41%
Fatores	A partir da análise de relatórios de anos anteriores, percebeu-se que os relatórios produzidos no mês posterior à entrada da Demanda nesta Ouvidoria não permitiam ao demandado ter tempo hábil para produzir e encaminhar resposta conforme preceitua a legislação. Principalmente quando a Demanda entrava a partir do dia 10 do mês de referência. Assim, não cumpria o prazo de 20 dias para a resposta.				
Decisões	A partir do ano de 2016 os Relatórios mensais foram produzidos 60 dias após o mês de referência. Com isto, decorreu o mês de referência no qual as demandas entraram na Ouvidoria e o mês posterior serviu como o prazo legal para a resposta. Por isto não constam ainda neste relatório anual os dados do mês de Dezembro de 2016.				

Indicador	25	Nome	Auditorias realizadas	Meta	90,00%
Fórmula	$I = \frac{AR}{AD} \times 100$	AR: Número de auditorias concluídas no período de aferição. AD: Número de solicitações de auditorias.	Resultado		97,10%
Fatores	Quantidade de militares abaixo do mínimo necessário. O acúmulo de funções que não competem à Auditoria tem trazido embaraços, como o lançamento de itens no sistema SIGGO.				
Decisões	O planejamento de ações e empenho da equipe, trabalho coordenado e colaboração de setores externos foram preponderantes para o alcance das metas propostas. Constantes alterações do Auditor, sem tempo hábil para a adaptação do gestor no setor é considerado um ponto negativo. Nos últimos 2 (anos) foram nomeados 5 (cinco) diferentes Auditores.				

Indicador	26	Nome	Índice de execução do PGC/Cursos	Meta	90,00%
Fórmula	$I = \frac{\sum_{i=1}^N R_i}{\sum_{i=1}^N P_i} \times 100$		R_i : Número de cursos realizados de acordo com o PGC. P_i : Número de cursos inicialmente planejados no PGC. N : Número de cursos nas modalidades formação, aperfeiçoamento, altos-estudos, especialização e estágios ministrados pela Corporação no período de aferição.	Resultado	46,93%
Fatores	Prejudicado – o setor analisou a fórmula do indicador equivocadamente, sendo possível alcançar índices superiores a 100%.				
Decisões	O processo foi devolvido para que o indicador seja reavaliado pelo setor.				

Indicador	27	Nome	Índice de execução do PGC/Vagas	Meta	90,00%
Fórmula	$I = \frac{\sum_{i=1}^N M_i}{\sum_{i=1}^N P_i} \times 100$		M_i : Número de matrículas realizadas para cada curso. P_i : Número de vagas disponibilizadas para cada curso. N : Número de cursos nas modalidades formação, aperfeiçoamento, altos-estudos e estágios ministrados pela Corporação no período de aferição.	Resultado	86,00%
Fatores	Os Indicadores Institucionais da DIREN do ano de 2012 foram baseados na Portaria nº 88/2011 (BG 222/2011). A partir de 2013 os Indicadores Institucionais seguiram a Portaria nº 38/2013 (BG 186/2013). Há de se observar que a realização de matrículas na maioria dos cursos ocorre mediante interesse do militar e que alguns cursos demandam, também, processo seletivo para ingresso, não tendo a Diretoria de Ensino nenhuma ingerência sobre tal variável.				
Decisões	Prejudicado – o setor não se pronunciou.				

Indicador	28	Nome	Índice de militares aptos na checagem operacional	Meta	80,00%
Fórmula	$I = \frac{N}{E}$		N : Número de militares considerados aptos na checagem operacional E : Número de militares submetidos ao processo de checagem operacional.	Resultado	84,00%
Fatores	Não informado.				
Decisões	A checagem operacional foi implementada pela Instrução Normativa nº 13, publicada no BG nº 33, de 19 de fevereiro de 16. Ao longo do ano de 2016 foram avaliados o total de 565 (quinhentos e sessenta e cinco) militares em salvamento no GBSAL, em prevenção e combate a incêndio no GPCIN e atendimento pré-hospitalar no GAEPH. Foram considerados "aptos" 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) militares, correspondendo a 84%. Índice superior à meta estabelecida para o ano de 2016 que era de 80% de militares aptos.				

Indicador	29	Nome	Extranet (internet/intranet)	Meta	99,97%
Fórmula	$I = \left(1 - \frac{TI}{TP}\right) \times 100$		TI : Tempo em que o portal ficou indisponível ao usuário. TP : Total de minutos no período de aferição.	Resultado	99,52%

Fatores	Testes necessários no próprio ambiente de produção, pois não temos equipamento suficiente para montar um ambiente de teste idêntico ao da produção, evitando quedas e indisponibilidade do portal do CBMDF. Quando necessário, na manutenção do portal do CBMDF é preciso parar o serviço do portal, pois não existe equipamento para replicação do servidor, o que poderia evitar a indisponibilidade do portal. Alguns picos de energia e manutenção no sistema de grupo de no-breaks e gerador do Data Center, exigiram o desligamento dos servidores e com isso a indisponibilidade do portal do CBMDF. Grande quantidade de tráfego no uso de alguns sistemas internos, como o GSV-Web, causando indisponibilidade do portal.
Decisões	Aquisição de novos servidores de rede para hospedar o portal e o banco de dados corporativo. Aquisição de equipamentos de switches para uma melhora na rede de fibra entre storages e servidores de rede. Melhoria do link de dados entre as várias unidades do CBMDF. Melhora no contrato de manutenção de no-break e geradores.

Indicador	30	Nome	Índice de quebra de links na utilização do Portal	Meta	5,00%
Fórmula	$I = \frac{LQ}{TL} \times 100$	LQ: Número de links (caminhos) no portal que resultam em páginas vazias ou falhas. TL: Total de links (caminhos) na página de rosto do portal da internet em determinado dia escolhido aleatoriamente ou no último dia do período de aferição	Resultado		2,84%
Fatores		O crescimento expressivo de conteúdo publicado no Portal do CBMDF fez com que a quantidade de links quebrados aumentasse exponencialmente. Notícias com links externos também influenciaram na quantidade de links quebrados, pois, alguns sites não mantêm suas notícias ativas por muito tempo. Adoção do software “XENU” na verificação dos links do Portal, possibilitou constatar que alguns links dados como quebrados, se tratavam de arquivos não interpretados pelos softwares de verificação antes empregados.			
Decisões		Capacitação de servidores. Maiores investimentos financeiros nas tecnologias de desenvolvimento de software. Investimentos no intercâmbio das informações de TI para produção de portal governamental. Melhorar os processos internos sobre informações de intranet e internet. Desenvolvimento de um novo portal com mais performance e melhor nível de resposta. Monitoramento do portal por meio de ferramentas para controle de qualidade. Atualização constante das ferramentas de gerenciamento e de implementação de novas tecnologias. Melhoria nos processos de solicitação de demandas. Verificação de quais links estavam quebrados e correção dos mesmos.			

2.6 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em sua Estatística de atendimentos apresentou os seguintes resultados:

Quadro 6 - Estatística de atendimentos

Atendimentos	2012	2013	2014	2015	2016
Administrativas	7.537	8.229	7.314	9.341	9.274
Busca e Salvamento	2.156	1.728	2.512	2.980	2.504
Combate a Incêndio Urbano	4.527	3.966	8.528	7.277	3.180
Combate a Incêndio Florestal	6.238	4.391	3.110	6.617	6.917
Atendimento Pré-hospitalar	34.168	26.864	24.812	24.355	24.934
Acidente de Trânsito	19.336	16.049	37.472	31.074	14.251
Prevenções	2.249	1.252	1.523	1.644	2.288
Ocorrências Diversas	4.953	13.452	20.461	25.924	12.038
Total	81.164	75.931	107.620	109.212	77.173

Fonte: SGO e COMOP/CBMDF

Além dos atendimentos emergenciais, o CBMDF desenvolve atividades preventivas relacionadas com a segurança contra incêndio e pânico. A partir da adoção do enfoque de retroalimentar o sistema de segurança houve o aumento no número de perícias, conforme se verifica no quadro a seguir:

Quadro 7 – Perícias realizadas – 2012 a 2016

ATIVIDADES	2012	2013	2014	2015	2016
Vistoria para Alvará de Funcionamento	1.625	2.424	2.236	1.411	3.799
Vistoria para Habite-se	785	565	484	585	300
Outras Vistorias	1.310	1.112	809	1.894	1348
Atendimento ao Público	14.556	11.610	14.428	15.276	2.420
Consulta Prévia	3.393	2.810	2.505	592	1375
Projetos em Exigência e Aprovados	4476	3.291	3.135	1.669	1.726
Homologação de Certificado	3.505	3.747	4.166	4.094	3.690
Perícias de incêndio	190	132	268	615	765
Exames laboratoriais químicos e elétricos	50	51	100	161	255
Outros atendimentos DESEG	1897	5.862	6.717	7.770	6.507
Total	31.787	31.604	34.848	33.967	22.185

Fonte: DESEG/CBMDF

2.6.1 PREVENÇÕES EM EVENTOS

Quadro 8 – Quantidade de eventos e público atendido - 2016

MÊS	Nº DE EVENTOS	PÚBLICO
JAN	92	240.216
FEV	197	334.863
MAR	303	457.232
ABR	239	334.404
MAI	377	664.916

JUN	167	400.240
JUL	155	88.125
AGO	122	132.085
SET	165	423.235
OUT	197	169.990
NOV	165	413.653
DEZ	109	53.400
TOTAL	2.288	3.712.359

2.6.2 PROGRAMA BOMBEIRO NAS QUADRAS

Tem por objetivo realizar, por meio dos Grupamentos de Bombeiro Militar (GBMs), as seguintes atividades, nas diversas localidades do Distrito Federal: exposição de viaturas e equipamentos; demonstração de técnicas operacionais; interagir com os cidadãos presentes nos eventos, além de ministrar palestras de interesse e/ou simulados (conforme calendário previamente estabelecido).

Geralmente, os temas abordados são os seguintes: atendimento pré-hospitalar; prevenção a acidentes domésticos; salvamentos diversos; produtos perigosos; combate a incêndio, controle de pânico; dentre outras dicas de segurança que são repassadas para a população.

Quadro 9 – Projeto bombeiros nas quadras

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
---	2	3	3	7	4	2	---	3	11	5	3	43

2.6.3 OPERAÇÃO DE SIMULADOS DE ABANDONO NAS ESCOLAS DO DF

A operação tem como objetivo principal o de capacitar a direção, professores, alunos, colaboradores e demais segmentos da área de educação, no ordenamento das ações que deverão ser executadas por todos de qualquer estabelecimento de ensino do DF em situações reais de riscos que possam comprometer a segurança da comunidade escolar.

Também cria nessa comunidade específica e principalmente nos alunos dessas escolas uma nova visão, a de percepção de risco.

Quadro 10 – PLANO DE ABANDONO NAS ESCOLAS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
---	---	2	27	---	---	---	---	6	4	7	1	39

2.6.4 EXERCÍCIOS SIMULADOS DIVERSOS

O Exercício Simulado é o treinamento praticado pelo Bombeiro Militar de atividade de socorro operacional que mais se aproxima possível da realidade e que se destina ao aprimoramento técnico-profissional de todos os bombeiros militares.

Essa preparação tem o intuito de buscar a excelência nos atendimentos prestados à comunidade, visando a ajustar e padronizar a gestão de várias atividades realizadas pelo Comando Operacional (COMOP), que é órgão de execução incumbido de realizar as atividades-fim do CBMDF.

Quadro 11 – SIMULADOS DIVERSOS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
--	2	18	29	19	51	14	15	6	3	35	15	207

2.6.5 REUNIÕES COMUNITÁRIAS

As reuniões comunitárias são aquelas realizadas pelos Comandos de Área e comandos das unidades junto à comunidade e órgãos públicos do Distrito Federal.

Tem por objetivo tratar assuntos específicos da atividade do CBMDF ou de segurança pública, junto à comunidade.

Em especial, as reuniões dos Conselhos Operacionais Regionais, criados pelo Decreto nº 33.882, de 29 ago. 2012, que dispõe sobre as Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública AISP/RISP.

Quantidade de reuniões realizadas: 303 (Trezentos e três).

2.6.6 PREVENÇÕES AQUÁTICAS

Trata-se do emprego de militares, viaturas, embarcações, materiais e equipamentos do CBMDF para prestar pronto atendimento ao público participante de eventos realizados no meio aquático, como lagos, lagoas, piscinas em todo o Distrito Federal.

Quadro 12 – PREVENÇÕES AQUÁTICAS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
11	64	51	63	64	56	64	10	19	73	1	63	2659

2.6.7 PALESTRAS REALIZADAS

As palestras proferidas no ano de 2016 no âmbito do COMOP foram ministradas pelos Grupamentos de Bombeiro Militar e pelos Grupamentos Especializados a público interno e externo.

Quantidade de palestras realizadas: 486 (quatrocentas e oitenta e seis) com um público estimado de 30.213 (trinta mil, duzentos e treze) pessoas no total.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Considerando a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01 o termo Governança “compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” objetivando com isso a racionalização dos gastos públicos.

Corroborando nesse sentido, o Referencial Básico de Governança elaborado pelo TCU, discorre que as estruturas de governança são responsáveis por definir, implantar e manter em operação o sistema de governança da organização, como as instâncias internas de governança, a administração executiva, a gestão tática e a gestão operacional, bem como os instrumentos de governança.

Ambos os documentos retratam a necessidade de controle por parte do Estado das suas atividades, por meio da adoção de boas práticas de governança que estabeleçam por meio da alta administração da instituição o controle interno da gestão conjuntamente com a gestão de riscos possíveis, objetivando assim tornar a gestão pública mais transparente e responsável.

Nesse cenário o CBMDF apresenta-se como uma instituição em fase de implementação da nova legislação, procurando adequar-se à propositura da referida IN MP/CGU nº 01, embora possua uma estrutura peculiar, em comparação aos demais órgãos da Administração Pública, e tem como alicerce fundamental a Constituição Federal, conforme dispõe a literalidade do inciso XIV, do art. 21, inciso XXI, do art. 22, parágrafo 4º, do art. 32 e do art. 144 da referida Carta.

A Lei nº 8.255/1991 – Lei de Organização Básica (LOB), alterada pela Lei nº 12.086/2009, ratifica o previsto no Estatuto Bombeiros Militar e na própria CF, quando dispõe em seu artigo 1º, em síntese, que o CBMDF é organizado com base na hierarquia e disciplina, de acordo com as disposições previstas no EBM, visando realizar serviços específicos de bombeiros no âmbito do Distrito Federal.

Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, organizado com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto dos Bombeiros Militares da Corporação, destina-se a realizar serviços específicos de bombeiros na área do Distrito Federal. (BRASIL, 1991).

Para a execução de suas missões, o CBMDF possui uma estrutura dividida em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução (art. 4º, da Lei nº 8.255/1991), os quais se encontram também definidos na referida lei, conforme descrito a seguir:

Art. 4º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal será estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Art. 5º Os órgãos de direção são encarregados do comando e da administração geral, incumbindo-se do planejamento, visando à organização da corporação em todos os níveis, às necessidades de pessoal e de material e ao emprego do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para o cumprimento de suas missões, com atribuições, ainda, de acionar, coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e de execução.

Art. 6º Os órgãos de apoio atendem às necessidades de pessoal, de material e de serviços de toda a corporação, realizando tão-somente as suas atividades-meio.

Art. 7º Os órgãos de execução realizam as atividades-fim, cumprindo as missões e as destinações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante a execução de diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e a utilização dos recursos de pessoal, de material e de serviços dados pelos órgãos de apoio. (BRASIL, 1991).

Mediante proposta do Governador do DF, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.163/2010, regulamentou o inciso I do art. 10-B da Lei nº 8.255/1991 – LOB, que dispõe sobre a organização básica dos órgãos que compreendem o comando-geral e os órgãos de direção-geral e de direção setorial. Por sua vez, o Decreto Distrital nº 31.817/2010 regulamentou o inciso II, do art. 10-B, da LOB, que dispõe sobre a organização básica dos órgãos de apoio e de execução.

Em síntese apertada, a Lei nº 8.255/91, define a estrutura administrativo-operacional da Corporação, a qual está assim composta: Comandante-Geral; Subcomandante-Geral; Chefe do Estado-Maior-Geral; os Chefes de Departamentos; Controlador; o Chefe de Gabinete do Comandante-Geral; os Diretores; o Comandante Operacional; a Ajudância-Geral.

Assim, os Órgãos acima descritos compõem a estrutura de Governança da Corporação e que objetivam cumprir com as boas práticas de Governança como as descritas no Referencial do TCU.

Levando em consideração as definições contempladas no Referencial Básico de Governança elaborado pelo TCU, e como não existe Conselho de Administração no CBMDF, as Instâncias internas de Governanças são compostas pela Administração Executiva (autoridade máxima, e dirigentes superiores) e as Instâncias internas de apoio à Governança, representadas na Corporação pela Controladoria.

No que concerne às Instâncias internas de apoio à Governança o Corpo de Bombeiros possui hoje, além das Comissões Permanentes que possuem atribuições nas áreas de Governança, a Controladoria do CBMDF, que se divide em Auditoria, Corregedoria e Ouvidoria. A Controladoria possui previsão legal no art. 22 da Lei Federal nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, e os órgãos a ela subordinados foram instituídos pelo Decreto Presidencial nº 7.163, de 29 de abril de 2010.

A Auditoria do CBMDF visa auxiliar a Corporação na realização dos objetivos instituídos pelo Comando a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para **avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança**, possuindo entre suas funções:

- Avaliar os controles internos e propor melhorias (auditoria de desempenho);
- Verificar a legalidade dos atos de natureza orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de gestão de pessoas (auditoria de regularidade);
- Assessorar quanto ao exame e constatação de denúncia

A Corregedoria do CBMDF, órgão de correição da Corporação, responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades de instauração, confecção, instrução e homologação dos processos administrativos e judiciais, sob as esferas de responsabilidade penal, cível e administrativa, compete, entre outras incumbências:

- Promover investigações, visando a instruir procedimentos em curso no âmbito de sua competência;
- Avocar os atos, procedimentos e processos disciplinares instaurados no âmbito da Corporação ou declarar a sua nulidade;
- Promover o acompanhamento de demandas administrativas e judiciais envolvendo bombeiros militares; e.
- Cumprir ou determinar o cumprimento de diligências requisitadas pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público.

À Ouvidoria do CBMDF compete:

- Receber e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões que se relacionem com as atividades e operações da Corporação, dando ciência aos interessados, sempre que necessário, quanto às providências adotadas;

- Recomendar a adoção de medidas para a correção e prevenção de falhas ou omissões dos responsáveis pela prestação dos serviços no âmbito da Corporação;
- Organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir estatísticas indicativas de melhoria dos serviços prestados, observado o disposto no § 3º do art. 10; e.
- Integrar suas atividades ao Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal.

3.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Os principais colegiados do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal são o Comando-Geral e Alto Comando.

O Comando-Geral é constituído do Comandante-Geral, além dos seguintes membros:

- Subcomandante-Geral;
- Chefe do Estado-Maior-Geral;
- Chefes de Departamentos;
- Controlador;
- Chefe de Gabinete do Comandante-Geral;
- Diretores;
- Comandante Operacional; e
- Ajudância-Geral.

O Alto Comando, órgão consultivo do Comandante-Geral, é constituído dos seguintes membros:

- Comandante-Geral, na qualidade de Presidente;
- Subcomandante-Geral, na qualidade de Vice-Presidente;
- Chefe do Estado-Maior-Geral;
- Controlador;
- Chefe de Gabinete do Comandante-Geral;
- Chefes de Departamento;
- Diretores;
- Comandante-Operacional;
- Ajudante-Geral; E
- Os Ex-Comandantes-Gerais e Ex-Subcomandantes-Gerais da Corporação, enquanto não passarem para a inatividade.

3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos pode ainda ser observada por meio dos procedimentos adotados pela Auditoria Interna do CBMDF, que se trata de uma instância interna de apoio à governança. No ano de 2015, essa setorial utilizou-se do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2016, aprovado através da Portaria de 29 de fevereiro de 2016, publicado no Boletim-Geral nº 42, de 03 de março de 2016.

O PAINT foi criado em consonância com o Plano Estratégico da Corporação (publicado no Boletim-Geral nº 224, de 08 de dezembro de 2010), que atribuiu como meta à Auditoria, especificamente no item 5.8.2, a elaboração de um planejamento de auditoria que compreendesse o período de 2012-2015.

O PAINT foi criado em consonância com o Plano Estratégico da Corporação, e as auditorias planejadas foram distribuídas ao longo de 4 (quatro) anos nas áreas de maior risco.

No ano de 2016, foram realizadas 20 (vinte) ações de auditoria, e emitidas 28 (vinte e oito) recomendações de melhorias nos Controles Internos dos setores auditados.

Ademais, a Ouvidoria atua como importante mecanismo de controle interno na apuração de denúncias e solicitações do público interno e externo gerando feedback de informação para a Alta Gestão da Administração.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Quadro 13 – Força de Trabalho de UPC

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	5629	10	347
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	5629	10	347
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	5629	10	347
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública²	0	42	11	0
4. Total de Servidores (1+2+3)¹	0	5671	21	347

Fonte¹: O Total de Servidores que compõe a Força de Trabalho do CBMDF em 2016 é 5671, sendo 5629 militares ativos, 38 militares inativos em cargo em comissão e 5 servidores civis em cargo em comissão. Detalhamento sobre o assunto no tópico Análise Crítica.

Fonte: Legislação: Lei Complementar 840 de 23/12/2011 - institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal.

Fonte: Gecope - Gestão de Controle de Pessoal: Sistema Automatizado do Corpo de Bombeiros Militar do

Fonte: SIGRH - Sistema de Gestão de Recurso Humanos do Governo do Distrito Federal - Sistema Automatizado do GDF.

Quadro 14 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio ¹	Área Fim ¹
1. Servidores de Carreira (1.1)	2024	3605
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	2024	3605
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão ²	2024	3605
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública³	42	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2066	3605

Fonte¹: Instrução Normativa nº 01/2004 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, publicada no Boletim Geral nº 120 de 30/06/2004 (definição da Área Meio e Fim).

Fonte²: no campo servidores de carreira está incluso o efetivo de militares agregados e adidos. Detalhamento sobre o assunto no tópico Análise Crítica.

Fonte²: Gecope - Gestão de Controle de Pessoal: Sistema Automatizado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Fonte³: SIGRH - Sistema de Gestão de Recurso Humanos do Governo do Distrito Federal

Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	42	11	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	42	11	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	42	11	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	42	11	0

Fonte: SIGRH - Sistema de Gestão de Recurso Humanos do Governo do Distrito Federal.

Legislação: Lei Complementar 840 de 23/12/2011 - institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal.

Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	120	1	71
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	120	1	71
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	Não há	120	1	71
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	120	1	71

Jurisdicionada

Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	120	
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	120	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	120	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	120	

O cenário do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), comparado ao ano anterior, mudou apenas no quesito defasagem de efetivo. Ao final do ano de 2016 a redução passou de 38,51% para 41,99%, ou seja, houve um aumento no déficit de militares e consequentemente houve a diminuição do efetivo da área meio e fim.

· Quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade jurisdicionada:

Quantitativo ainda não suficiente para a prestação de serviço com mais efetividade e excelência. Para melhorar tal efetividade e excelência, o CBMDF utiliza o serviço gratificado voluntário o qual é regulamentado pelo Decreto nº 24.619 de 26 de maio de 2004 e a força de trabalho de militares inativos em cargo em comissão que é regulamentado pelo Decreto nº 36.299, de 22 de janeiro de 2015. Ressalta-se que os cargos comissionados foram criados com finalidade estratégica, com o intuito de melhorar o tempo resposta e o atendimento ao público na rede de telefonia 193, na Central Integrada de Atendimento e Despacho (CIADE). Essas nomeações

asseguraram a continuidade do serviço público, promovendo a utilização efetiva dos recursos que foram disponibilizados quando da criação destes cargos por meio do Decreto.

· **Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:**

O efetivo fixado do CBMDF é de 9.703 (nove mil setecentos e três) bombeiros militares de carreira. O CBMDF o distribuiu conforme a Matriz Operacional a qual objetiva a padronização e a alocação de Unidades de Bombeiros para o atendimento ao público no menor tempo possível, conforme parâmetros da NFPA 1710 e ISO 834/1994.

A Lei nº 12.086/2009 estabeleceu o quantitativo de 50 (cinquenta) Grupamentos de Bombeiro Militar (GBM) e seis Grupamentos Especializados para o atendimento emergencial à população no âmbito do Distrito Federal, além de outras Unidades que também são responsáveis pela execução e planejamento da Missão-Fim.

O Decreto Distrital nº 24.533/2004 prevê o percentual mínimo de 80% do efetivo geral de cada corporação, para destinação à atividade fim e, no máximo, 20% para atividade meio. Considerando o efetivo fixado na Lei nº 12.086/2009, tem-se a seguinte forma de distribuição: 7.763 bombeiros militares na atividade fim e, no máximo, 1.940 na área meio.

De acordo com o ano de referência, especificamente em 31 de dezembro de 2016, o efetivo existente do CBMDF é de 5.629 militares ativos, havendo uma vacância de 4.074 bombeiros (41,99% do efetivo geral fixado), sendo distribuídos da seguinte forma: 3.590 nas diversas Unidades da área fim, 1.603 nas unidades da área meio, grifando-se que: ***174 bombeiros estão na condição de adidos (dispensas médicas superiores a 90 dias/Força Nacional/Projeto Cão Guia); 223 bombeiros estão agregados em Órgãos EXTERNOS à Corporação (“cessões” pela legislação civil) e 39 bombeiros estão agregados no próprio CBMDF (passagem para reserva remunerada/presos/Dispensa Médica por mais de um ano); totalizando 436 bombeiros que não considerados nem área meio e tampouco fim, pois o CBMDF não pode contar com a força de trabalho deles temporariamente ou em alguns casos definitivamente.***

Ocorre que, atualmente das Unidades previstas para atividade fim, 24 (vinte e quatro) Grupamentos não estão em funcionamento, e para compor 100% do efetivo das unidades operacionais existentes, seriam necessários 4.173 bombeiros do efetivo fixado. Já os Órgãos da Área Meio, os quais estão, praticamente, todos instalados e em pleno funcionamento, seria necessário 100% do efetivo fixado para área meio (1.940 bombeiros), contudo só temos 1.603 bombeiros, representando uma defasagem de 337 bombeiros na área meio. Observa-se, claramente, que a relação entre a quantidade de militares da área meio e da área fim fica muito prejudicada quando se vê a realidade atual do CBMDF, pois como dito nem todas as Unidades Operacionais estão instaladas, faltando ainda 24 (vinte e quatro) e que praticamente todas as unidades da área meio estão em pleno funcionamento, soma-se a esse cenário a vacância de 4.074 bombeiros para completar o efetivo Geral do CBMDF.

Observa-se, destarte, pelos argumentos expendidos que nenhum efetivo extrapola o percentual do efetivo geral fixado em Lei para área meio, faltando, em verdade, o ingresso de 4.074 bombeiros que serão destinados em quase sua totalidade para a área fim da Corporação.

Ademais, o CBMDF editou a Portaria nº 01 de setembro de 2015 (publicada no BG 166, de 02 de setembro de 2015), a qual trata do Quadro de Organização e Distribuição de pessoal, a fim de melhorar ainda mais a distribuição do efetivo, para mais bem servir a população do Distrito Federal.

Quanto aos cargos comissionados, estes suprem a necessidade da corporação frente à defasagem de efetivo qualificado para prestação de serviços específicos nas áreas de direito, comunicação e pedagogia.

· **Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais velhos:**

Um estudo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal, tendo como base dados extraído do Sistema de Gestão e Controle de Pessoal sobre a previsão de egressos para o período de 2017 a 2026 constatando que o impacto será de 3.884 militares transferidos para a reserva remunerada até o ano de 2026. O impacto é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 11 – Projeção de aposentadoria para os próximos 10 anos

PROJEÇÃO DE APOSENTADORIA PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS NO CBMDF											
Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Reserva (Tempo de Serviço)	210	275	270	225	340	285	660	540	520	199	3524
Reserva (Quota Compulsória)	60	100	100	100	0	0	0	0	0	0	360
Total (Reserva Remunerada)	270	375	370	325	340	285	660	540	520	199	3884

O ingresso de servidores na Corporação está previsto na Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, anexo III. A Lei estabelece o limite de ingresso anual de 377 bombeiros militares na Corporação.

É importante frisar que o limite de ingresso anual de Bombeiros Militares previstos no anexo III da Lei nº 12.086/2010 é de 377 militares distribuídos nos diversos quadros de oficiais e praças e que para os próximos 10 anos a previsão é de que 3.884 militares passarão para a reserva remunerada, avaliando-se apenas o tempo de serviço e, se caso houvesse concurso todos os anos no período de 2017 a 2026, respeitando o limite de ingresso previsto em Lei, a Corporação não conseguiria completar o efetivo geral mantendo, aproximadamente, a atual vacância. Este cenário dificultará sobremaneira a excelente prestação do serviço que o CBMDF entrega à População do Distrito Federal anualmente, pois há uma previsão do aumento populacional elevado do Distrito Federal em dez anos e o CBMDF terá o mesmo efetivo hodierno para o ano de 2026, contudo com a população muito acima do que é hoje.

· **Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas na UJ:**

Podemos destacar dois tipos de afastamentos: o permanente (aposentadoria) e os afastamentos temporários (agregados externos – militares “cedidos” à moda legislação civil e os adidos - estão com dispensa médica total acima de 90 dias).

Em relação ao afastamento permanente, os comentários são os mesmos abordados do item anterior.

Em relação aos afastamentos temporários (agregados externos – militares “cedidos” à moda legislação civil e os adidos - estão com dispensa médica total acima de 90 dias), pode-se dizer que eles representam apenas 4,5% do total dos militares fixados pela Corporação, ou seja, são 436 bombeiros afastados temporariamente do total fixado de 9.703 bombeiros previsto em Lei.

Observa-se que tais afastamentos reduzem a força de trabalho na UJ, contudo não haveria impacto significativo, caso a força de trabalho do CBMDF estivesse completa, ou seja, com os 9.703 efetivos.

Assim, observa-se que há necessidade na contratação de mais bombeiros e no menor tempo possível, a fim de recompor a defasagem tão repisada nesse relatório, para depois alocá-los o mais rápido possível na área fim.

4.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

A prestação de tarefa por tempo certo, tratada no artigo 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010, é a execução de encargo, incumbência, tarefa ou missão de caráter voluntário e temporário, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo bombeiro militar da inatividade que se encontre na reserva remunerada e, em caráter excepcional, reformado, conforme as regras estabelecidas na Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012, publicada no Boletim Geral nº 161 de 27 de agosto de 2012.

Os militares nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, destinam-se ao atendimento das atividades, de caráter voluntário e temporário, desde que inexista no serviço ativo do CBMDF, pessoal militar habilitado e disponível para o exercício das seguintes atividades:

- I - professores, instrutores e monitores em estabelecimento de ensino da Corporação;
- II - administração, de saúde, de finanças, de informática e de ciência e tecnologia;
- III - apoio e em complemento a atividade operacional; e
- IV - realização de serviços ou atividades de natureza emergencial ou urgente, a critério do Comandante-Geral.

Quadro 16 – Custos de Pessoal

Quadro 8.1.2 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	PTTC			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	Não possui									
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 318.007.175,45	R\$ 1.517.942,45	R\$ 159.506.061,16	R\$ 162.188.295,15	R\$ 156.827.769,87	R\$ 6.022.373,66	R\$ -	R\$ 1.383.755,56	R\$ -	R\$ 805.453.373,30
	2015	R\$ 328.899.087,69	R\$ 1.581.845,16	R\$ 164.834.902,63	R\$ 168.263.336,18	R\$ 124.530.204,68	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.465,44	R\$ 796.828,13	R\$ 788.907.669,91
Servidores de carreira SEM VINCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	Não possui									
	2015										
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	Não possui									
	2015										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ 2.673.119,36	-R\$ 887,10	R\$ 769.521,68	R\$ 1.387.529,36	R\$ 1.289.488,38	R\$ 37.913,56	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.156.685,24
	2015	R\$ 7.010.716,25									R\$ 7.010.716,25
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 130.334,40	1.606.421,55	R\$ -	R\$ 6.323.373,69	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.060.129,64
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 241.366,14	R\$ 2.219.383,36	R\$ -	R\$ 8.322.336,57	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.783.086,07

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Obs:

- 1- De acordo com a Portaria TCU nº 321/2015 o quadro de custos de pessoal foi adequado para atender à realidade desta corporação sendo alterada a coluna demais despesas variáveis por PTTC (Prestação de Tarefa por Tempo Certo).
- 2- Os custos com os militares nomeados no PTTC estão constantes no campo Servidores com Contrato Temporário, por ser o mais apropriado.
- 3 - Nos valores de Vencimentos e Vantagens Fixas dos exercícios de 2016 e 2015 está deduzido o total de reposições ao erário.
- 4- A Gratificação de Função de Natureza Especial foi enquadrada como retribuição.
- 5- O valor de indenizações com o PTTC refere-se apenas ao Auxílio Alimentação. As demais rubricas devem ser informados pela DINAP por serem de caráter geral aos inativos.

Quadro 17 – Custos de Pessoal Inativo

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	120	1	71
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	120	1	71
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	Não há	120	1	71
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	120	1	71

Fonte: SECOT/DINAP

Quadro 18 – Distribuição da lotação efetiva Pessoal Inativo

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	120	
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	120	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (PTTC)	120	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	120	

Fonte: SECOT/DINAP

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Não é aplicado a PTTC visto que o artigo 14 da Portaria CBMDF nº 39 de 21 de agosto de 2012, que regula a prestação de tarefa por tempo certo – PTTC, veda ao militar inativo nomeado para a prestação de tarefa por tempo exercer cargos ou funções de chefia, concorrer à substituição temporária, ser nomeado em função gratificada, receber gratificação de serviço voluntário, ser requisitado ou cedido a outro órgão

Quadro 19 – Demonstrativo das despesas com pessoal inativo

Vencimentos e Vantagens Fixas			Retribuições	Gratificações	Despesas Variáveis			Benefícios Assistenc. e Previdenc.	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
					Adicionais	Indenizações						
Membros de Poder e Agentes Políticos												
Exercícios	2016											
	2015											
Servidores de Carreira vinculados ao órgão jurisdicionado (PTTC)												
Exercícios	2016			6.323.373,69	132.614,14	1.945.699,44						8.401.687,27
	2015			8.322.336,57	215.701,04	2.506.853,30						11.044.890,91
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o órgão jurisdicionado												
Exercícios	2016											
	2015											
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)												
Exercícios	2016											
	2015											
Servidores cedidos com ônus												
Exercícios	2016											
	2015											
Servidores com contrato temporário												
Exercícios	2016											
	2015											

Fonte: SECOT/DINAP

4.1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

O efetivo Geral do CBMDF é de 9.703 (nove mil setecentos e três) bombeiros militares de carreira, conforme art. 65 da Lei nº 12.086/2009, sendo distribuídos nos diversos quadros, qualificações, postos e graduações. O CBMDF distribuiu o seu efetivo conforme a Matriz Operacional a qual objetiva a padronização e a alocação de Unidades de Bombeiros para o atendimento ao público no menor tempo possível, conforme parâmetros da NFPA 1710 e ISO 834/1994.

A Lei nº 12.086/2009 estabeleceu o quantitativo de 50 (cinquenta) Grupamentos de Bombeiro Militar (GBM) e seis Grupamentos Especializados para o atendimento emergencial à população no âmbito do Distrito Federal, além de outras Unidades que também são responsáveis pela execução e planejamento da Missão-Fim.

Atualmente das Unidades previstas para atividade fim, 24 (vinte e quatro) Grupamentos não estão em funcionamento, e para compor 100% do efetivo das unidades operacionais existentes, seriam necessários 4.173 bombeiros. Já os Órgãos da Área Meio, os quais estão, praticamente, todos instalados e em pleno funcionamento, são necessários 100% do efetivo fixado para área meio (1941 Bombeiros).

De acordo com o ano de referência (2016), o efetivo existente do CBMDF é de 5.629 militares ativos, havendo uma vacância de 4.074 bombeiros (41,99% do efetivo geral fixado), sendo distribuídos da seguinte forma: 3.590 nas diversas Unidades da área fim, 1.603 nas unidades da área meio, grifando-se que 436 militares estão na condição de adidos, agregados internos ao CBMDF e a Órgãos do Governo que não são considerados nem área meio e nem área fim.

É importante frisar que o limite de ingresso anual de Bombeiros Militares previstos no anexo III da Lei nº 12.086/2010 é de 377 militares distribuídos nos diversos quadros de oficiais e praças e que para os próximos 10 anos a previsão é de que 3.884 militares passarão para a reserva remunerada. Avaliando-se o tempo de efetivo serviço e, se caso houvesse concurso todos os anos no período de 2017 a 2026, respeitando-se o limite de ingresso previsto em Lei, a Corporação não conseguiria completar o efetivo geral, permanecendo ainda com a atual vacância.

Observa-se, destarte, pelos argumentos expendidos que o principal risco identificado na gestão de pessoas, especialmente aqueles que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo é o déficit de efetivo e a não realização de concursos anualmente, conforme prevê a Lei 12.086/2010.

4.1.4 – CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

A prestação de tarefa por tempo certo, tratada no artigo 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010, é a execução de encargo, incumbência, tarefa ou missão de caráter voluntário e temporário, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo bombeiro militar da inatividade que se encontre na reserva remunerada e, em caráter excepcional, reformado, conforme as regras estabelecidas na Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012, publicada no Boletim Geral nº 161 de 27 de agosto de 2012.

Os militares nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, destinam-se ao atendimento das atividades, de caráter voluntário e temporário, desde que inexista no serviço ativo do CBMDF, pessoal militar habilitado e disponível para o exercício das seguintes atividades:

- I - professores, instrutores e monitores em estabelecimento de ensino da Corporação;
- II - administração, de saúde, de finanças, de informática e de ciência e tecnologia;

III - apoio e em complemento a atividade operacional; e

IV - realização de serviços ou atividades de natureza emergencial ou urgente, a critério do Comandante-Geral.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

4.2.1.1 IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UPC (UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS)

A frota do CBMDF é de suma importância para a realização das atividades operacionais de salvamento e combate a incêndio no atendimento à população do Distrito Federal, uma vez que as viaturas são específicas para este fim, proporcionando ao Corpo de Bombeiros os meios necessários para atuar com eficácia e eficiência nas suas missões que lhe são atribuídas.

A qualidade da frota hoje existente, na Corporação, promove um impacto de

Autoestima na tropa, que pode contar com equipamento de qualidade internacional utilizado nas Corporações da Europa e Estados Unidos, promovendo uma melhora significativa nas realizações das diversas atividades do CBMDF junto à população do Distrito Federal, diminuindo o tempo resposta e, conseqüentemente, aumentando a capacidade preservar vidas e bens.

4.2.1.2 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UPC, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHES SEJA DADA PELA UNIDADE;

I – VIATURAS OPERACIONAIS EM USO

A frota de veículos operacionais é composta por: 362 viaturas

Quadro 20 - distribuição por grupos de viaturas operacionais

QUANTIDADE	PREFIXO
10	ABE – AUTO BOMBA ESCADA
3	ABRC – AUTO BUSCA E SALVAMENTO COM CÃES
5	ABR – AUTO BUSCA E RESGATE
7	ABSL – AUTO BUSCA E SALVAMENTO
36	ABT – AUTO BOMBA TANQUE
25	ABTF – AUTO BOMBA TANQUE FLORESTAL
3	ACI – AUTO COMANDO DE INCIDENTE
8	AEM – AUTO ESCADA MECÂNICA
1	AGM – AUTO GUINCHO MECÂNICO
4	AMV – AUTO MULTIPLAS VÍTIMAS
35	AOF – AUTO OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
1	APP – AUTO PRODUTOS PERIGOSOS
3	APSG – AUTO PLATAFORMA DE SERVIÇOS GERAIS
39	AR – AUTO RÁPIDO
16	ARF – AUTO RÁPIDO FLORESTAL
30	ASE – AUTO SERVIÇO E EXTINÇÃO
8	AT - AUTO TANQUE
15	ATT – AUTO TRANSPORTE DE TROPA

2	ARA – AUTO REBOQUE PARA AVIÃO
47	MR – MOTO RESGATE
56	UR – UNIDADE DE RESGATE
8	URSA – UNIDADE DE RESGATE E SALV. AVANÇADO

II – VIATURAS OPERACIONAIS NÃO EMERGENCIAIS EM USO

A frota de veículos operacionais é composta por: 41 viaturas

Quadro 21 - viaturas operacionais não emergenciais em uso

QUANTIDADE	PREFIXO
2	AUTO PERÍCIA DE INCÊNDIO
14	AUTO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO
2	AUTO SERVIÇO DE HIDRANTE
23	AUTO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

III – VIATURAS DE APOIO EM USO

A frota de veículos de apoio é composta por: 348 viaturas

Quadro 22 – Frota de Veículos

QUANTIDADE	PREFIXO
6	AA – AUTO AMBULÂNCIA
20	AC – AUTO CAMINHÃO
4	AE – AUTO ESCOLA
43	AO – AUTO ÔNIBUS
161	APS – AUTO PESSOAL DE SERVIÇO
76	ASG – AUTO SERVIÇOS GERAIS
5	ASM – AUTO SERVIÇO MECÂNICO
2	ATC – AUTO TANQUE COMBUSTÍVEL
2	ASO – AUTO SERVIÇO ODONTOLÓGICO
1	CM – COMANDO MÓVEL
28	MT – MOTO

4.2.1.3 MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS

I – VIATURAS OPERACIONAIS: 21.000 (vinte e um mil quilômetros)

II - VIATURAS OPERACIONAIS NÃO EMERGENCIAIS: 10.000 (dez mil quilômetros);

III – VIATURAS DE APOIO: 8.000 (oito mil quilômetros);

4.2.1.4 IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPOS DE VEÍCULOS:

I – VIATURAS OPERACIONAIS: 7 (SETE) ANOS

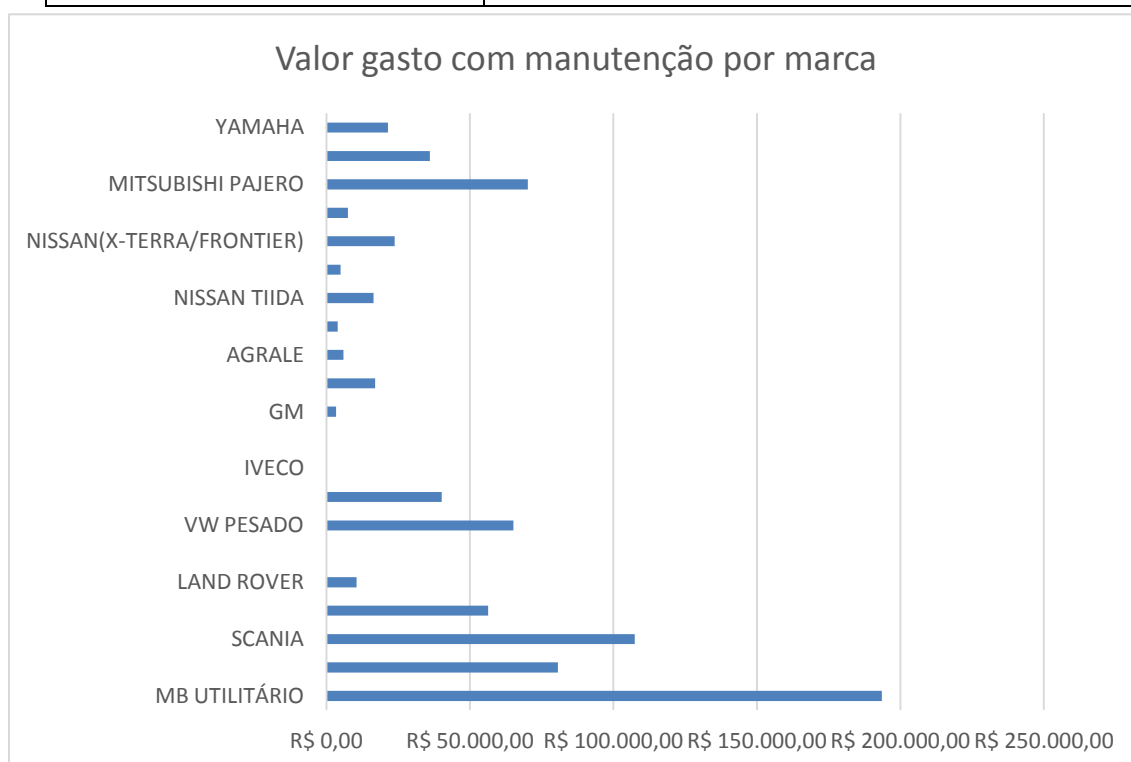
II - VIATURAS OPERACIONAIS NÃO EMERGENCIAIS: 6 (SEIS) ANOS

III – VIATURAS DE APOIO: 17 (DEZESSETE) ANOS

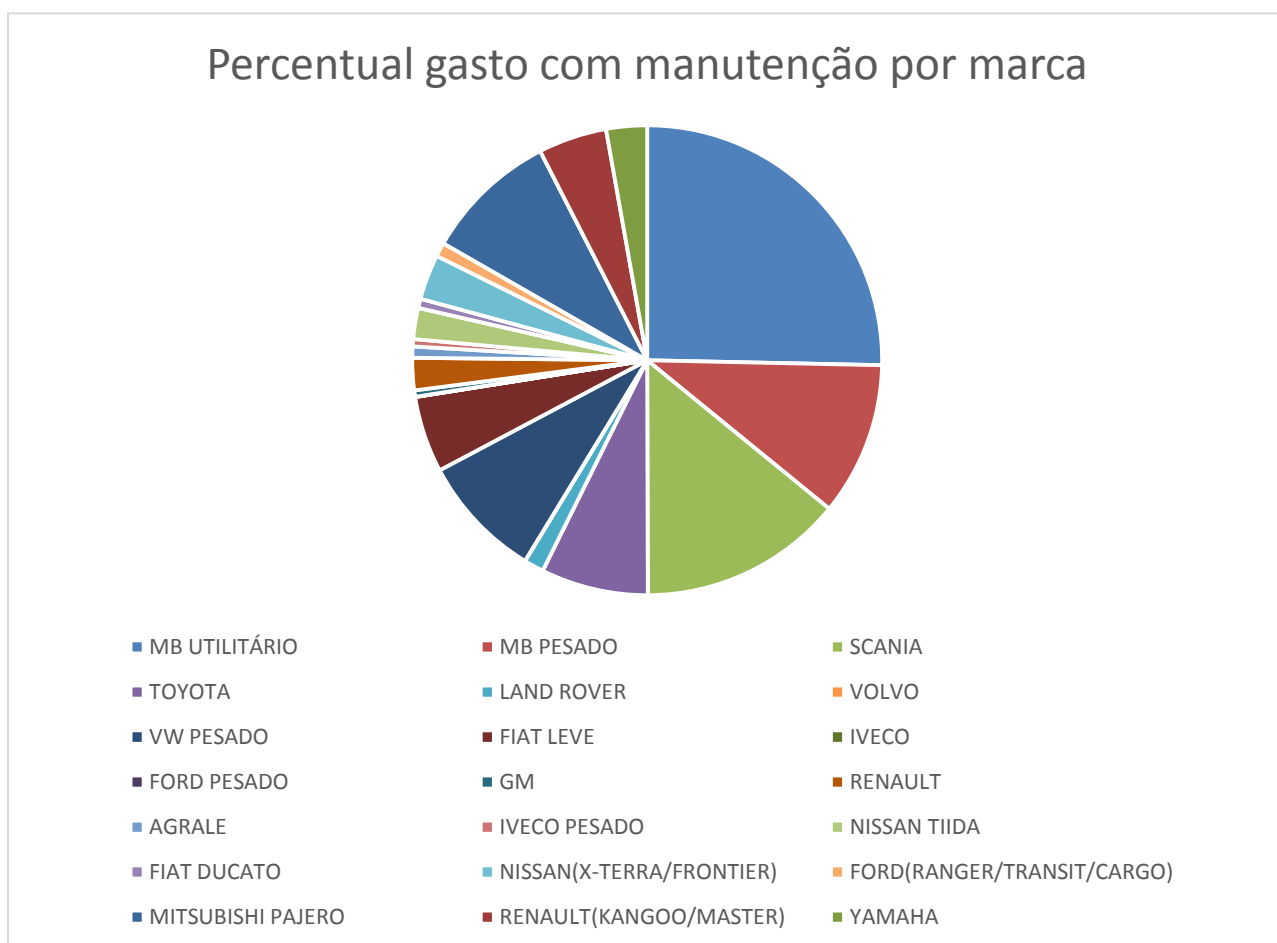
4.2.1.5 DESPESAS ASSOCIADAS À MANUTENÇÃO DA FROTA

Quadro 23 – Valor de veículo por marcas

MARCA	QUANTIDADE	GASTO REAL
MB UTILITÁRIO	50	R\$ 193.498,55
MB PESADO	66	R\$ 80.594,25
SCANIA	69	R\$ 107.436,03
TOYOTA	30	R\$ 56.354,31
LAND ROVER	11	R\$ 10.503,59
VOLVO	1	R\$ 0,00
VW PESADO	39	R\$ 65.148,45
FIAT LEVE	98	R\$ 40.137,03
IVECO	19	R\$ 128,40
FORD PESADO	1	R\$ 0,00
GM	6	R\$ 3.320,09
RENAULT	42	R\$ 16.964,80
AGRALE	19	R\$ 5.905,76
IVECO PESADO	15	R\$ 3.832,07
NISSAN TIIDA	45	R\$ 16.324,58
FIAT DUCATO	4	R\$ 4.860,14
NISSAN(X-TERRA/FONTIER)	24	R\$ 23.705,83
FORD(RANGER/TRANSIT/CARGO)	37	R\$ 7.405,25
MITSUBISHI PAJERO	35	R\$ 70.122,04
RENAULT(KANGOO/MASTER)	57	R\$ 36.041,55
RETIFICA MINEIRA	TODA FROTA	R\$ 4.105,73
YAMAHA	66	R\$ 21.445,29
T O T A L	734	R\$ 767.833,74
FONTE	CONTRATOS/REQUISIÇÕES/ CONTROLE DOS EXECUTORES	



PERCENTUAL POR MARCAS



Custos com retífica - R\$ 4.105,73

4.2.1.6 PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA:

Conforme a Norma de Padronização da Frota de Veículos Terrestres do CBMDF, a substituição da frota ficará sempre condicionada às efetivas necessidades do serviço, à dotação orçamentária prévia correspondente e à observação da legislação vigente, bem como poderá ser efetivada em razão da antieconomicidade decorrente de:

Desgaste prematuro;

Obsolescência;

Sinistro com perda total ou;

Manutenção, recuperação E/ou reforma economicamente inviável.

4.2.1.7 RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO:

A razão pela qual a frota do CBMDF é adquirida e não locada, dá-se em virtude, que na sua grande maioria, as viaturas são de modelo e características especiais, não sendo veículos similares ao mercado comum destinado ao público em geral, fazendo com que a Corporação procure fornecedores de veículos que atendam às necessidades operacionais.

Ressalta-se ainda que foi Realizada de Auditoria Operacional promovida pela Auditoria Interna do CBMDF, que teve como finalidade apurar dados relacionados ao custo total que a Corporação possui para adquirir e manter as viaturas da frota veicular terrestre não emergencial, bem como estudar a viabilidade de, ao invés de adquirir tais viaturas, alugá-las, analisando aspectos como a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da terceirização. Até a data de conclusão deste Relatório os trabalhos da auditoria ainda não haviam sido concluídos.

4.2.1.8 ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UPC DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE.

A Corporação tem adotado o Sistema de Controle de Viaturas – SISCONV, onde todo condutor é obrigado a fornecer informações diárias sobre a viatura, tais como: quilometragem percorrida, abastecimento realizado, tipo de serviço que está sendo realizado. Outro fator de controle de eficiência e economia é o limite mensal de combustível utilizado nas viaturas de apoio.

Ou seja, cada viatura tem um limite para ser utilizado, o que gera uma racionalização do veículo, economizando não só o combustível, como também toda a cadeia de manutenção que advém do uso constante.

4.2.2 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

A política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso está elencada na Portaria nº 19, Norma de Padronização da Frota de Veículos Terrestres do CBMDF, onde ocorre por desgaste prematuro, obsolescência, sinistro com perda total ou manutenção, recuperação e/ou reforma economicamente inviável.

Sendo que é previsto que as viaturas operacionais, que apresentarem os itens acima, poderão ser consideradas inservíveis. No caso de viaturas operacionais não emergenciais e de apoio, além do verificado acima, também é levado em conta o tempo de uso, que será de pelo menos 7 (sete) anos de uso.

Atualmente, a corporação conta com 69 (sessenta e nove) viaturas operacionais e 43 (quarenta e três) viaturas de apoio relacionadas para leilão público. Outras 73 (setenta e três) viaturas operacionais e, 7 (sete) viaturas de apoio desativadas temporariamente, por problemas mecânicos diversos ou aguardando reforma.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)

O planejamento organizacional compõe-se pelo estabelecimento de objetivos estratégicos, levantamento da situação atual e da elaboração de um plano que deverá nortear uma organização em direção ao objetivo projetado. Tomando por base estas premissas, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) deve estar alinhado a esses objetivos estratégicos organizacionais para atingir os objetivos vinculados aos principais eixos de ação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O PDTIC representa um instrumento indispensável para a gestão dos recursos de TIC, principalmente quando se trata de recursos públicos mantidos pela Administração. Por esse motivo os órgãos de controle do governo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), têm enfatizado a necessidade dos órgãos públicos elaborarem um PDTIC que contemple todas as ações e as associem aos objetivos estratégicos de suas áreas de negócio antes de executarem seus gastos relacionados à TIC.

Nesse sentido, para alinhar a atuação da área de TIC dos diversos órgãos da Administração Pública foi publicada a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2008, de 19 de maio de 2008, a qual foi atualizada para a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2010 pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP). Essa instrução normativa dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do SISP do Poder Executivo Federal.

No âmbito do CBMDF, a elaboração do PDTIC veio como desdobramento de um objetivo estratégico definido no Planejamento Estratégico da Corporação publicado no Boletim Geral nº 224, de 8 de dezembro de 2010: “7.1.2. Meta: Elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação”. O PDTIC do CBMDF.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é constituído pelo Subcomandante Geral do CBMDF, a quem caberá à presidência, um Secretário Executivo escolhido pelo presidente, não sendo este membro do comitê. Os demais membros do comitê serão:

1. Chefe do Departamento de Recursos Humanos;
2. Chefe do Departamento de Ensino Pesquisa Ciência e Tecnologia;
3. Chefe do Departamento de Administração Logística e Financeira;
4. Chefe do Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
5. Comandante Operacional;
6. Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comunicação;

Em 2016 foi realizada uma reunião do Comitê, conforme apresentado na tabela a seguir:

- Atualizações de informações sobre o Sistema de Radiocomunicação TETRA;
- Análise de aquisições de software aplicativo do tipo escritório, sistema informatizado "VideoFarma" e Licenças de Sistema de Gestão Hospitalar.
- Priorização de demandas para o contrato de fábrica de software.

Quadro 24 – Relação de Sistemas do CBMDF

SISTEMA	DESCRIÇÃO DO SISTEMA	RECURSOS DISPONÍVEIS	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DE NEGÓCIO
GECOPE	Sistema de Gestão e Controle de Pessoal - GECOPE reúne todas as informações referentes ao militar ativo e inativo. As funcionalidades são liberadas de acordo com o perfil do usuário.	Adicionar novo servidor	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir dados básicos.		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir contato		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir endereço		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir afastamentos		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir documentos		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir promoções		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir funções		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir averbações		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir habilidades		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir lotação		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir estado civil		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir estado civil		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir dependentes		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir quadro		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir status		
		Listar, cadastrar, atualizar e excluir condecoração (Medalha Sangue de Brasília)		
		Histórico de dependentes		
		Exportar ficha escaneada para PDF		
GEAF	Sistema de Controle de Afastamento. O sistema GEAF tem por finalidade a gestão e o controle dos afastamentos planejáveis, férias regulamentares, férias radiológicas, licença	Exportar relatório individual para PDF	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
		Gerar relatórios		
		Listar planos de férias regulamentares com o seu referido status		
		Inserir planejamento de férias		
		Marcar férias regulamentares e radiológicas		
		1ª, 2ª e 3ª homologação, análise e parecer do plano de férias		
		Listar militares de férias		
		Listar e gerar extrato mensal do plano de férias		

	especial, dispensa para desconto em férias e abono anual. Com opção de exportação das listas para Excel ou PDF.	Gerar nota de boletim Alteração do plano de férias Confirmação e remarcação de férias radiológicas Mostra status do planejamento Listar, cadastrar, atualizar e cadastrar DSDF Listar, cadastrar, atualizar e cadastrar abono anual Listar, cadastrar, atualizar e cadastrar licença especial Listar licença médica Incluir publicação Deferimento de afastamentos * Hierarquia de Unidades * Responsável homologação * Responsável marcação de férias * Correção de férias Histórico de alteração do plano Impossibilidade de usufruto de férias Exercício futuro		
GEDEP	O sistema de Gestão de Dependências - GEDEP, tem por finalidade a gestão e o controle de pensionistas e dependentes de militares e de pensionistas. Viabilizando a melhor integração dos sistemas de saúde com as informações relativas a dependentes e pensionistas. Com opção de exportação das listas para Excel ou PDF.	Listar, cadastrar e atualizar dependente Listar, cadastrar e atualizar pensionista Listar renúncia de contribuição Gerenciar dependências Recadastrar dependentes e pensionistas Gerar requerimento Anexar documentos Mostra o histórico do dependente ou pensionista Anexar documentos de identificação Listar curador/tutor Cadastrar dependente/pensionista Listar dependência em nota Relatórios	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
FUNÇÕES	Sistema de Controle de	Listar, cadastrar e atualizar cargos e funções	SGT ILDEANE ANTUNES	ST ERNANE RUAS

	Funções. O sistema FUNÇÕES tem por finalidade a otimização da gestão das atribuições de cargos e funções às Unidades do CBMDF e o controle efetivo das nomeações e exonerações, com a possibilidade de geração de relatórios sob várias perspectivas. Com opção de exportação das listas para Excel ou PDF.	Associar cargos e funções às Unidades Nomear e exonerar militares Gerar nota de boletim com lista de exoneração e nomeação Listar nomeação temporária Lista de exonerados (ainda não nomeados em outra função) Relatórios	DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	NEIVA SIAPE: 402576
SISGESEC	O Sistema de Gestão de Secretaria - SISGESEC tem por finalidade reunir as informações que o secretário necessita para desempenhar suas funções diariamente na secretaria das Unidades. Consiste em um painel que agrega informações de vários sistemas: GECOPE, SICON, SISPUBLIÇÃO, GEAF, CPMED, SISCONVI, FUNÇOES.	Lista dos militares lotados na unidade Cadastrar assuntos publicados Cadastrar, atualizar, excluir atividade/atuação Cadastrar, atualizar, excluir endereço Cadastrar, atualizar, excluir contato Exportar ficha escaneada para PDF Exportar relatório individual para PDF Divisão de militares por posto Resumo de militares Publicação dos militares Afastamentos Afastamentos Médicos Viaturas Funções Funções e Militares	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
CONSUL	Sistema de Pesquisa de Dados do CBMDF - O sistema Consul é um módulo de consulta de afastamentos. É possível visualizar todos os afastamentos de um militar dentro do período	Selecionar servidor Detalha as dispensas médicas	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576

SICAFI	indicado. Sistema de Cadastro de Ficha	Cadastro de Ficha	SGT ILDEANE ANTUNES DE CARVALHO ATAIDES SIAPE: 1405077	ST ERNANE RUAS NEIVA SIAPE: 402576
		Ficha Escaneada		
		Validação de Fichas		
CERBERUS	CerberusAuth - Sistema de Autenticação e CerberusWeb - Sistema de Controle de Acesso e Perfil do CBMDF	Controle de Perfis de usuário	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT LEONARDO BARBOSA NOGUEIRA SIAPE: 1405764
		Listagem de Funcionalidades		
		Controle de Workflow		
		Cadastro de Sistemas		
		Cadastro de Pessoas Físicas		
		Cadastro de Pessoas Jurídicas		
AGENDAWEB	AgendaWeb - Sistema de Agendamento de Consultas	Cadastro de Agendas Agendas Profissionais Agenda Secretário Público Externo	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	MAJ FERNANDO AUGUSTO THESING SIAPE: 1667065 TC CINTHIA DE CARVALHO GONTIJO SIAPE: 1400165
SAUDEWEB	SaudeWeb - Sistema de Saúde	Geração de guias	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	SGT MARCELO HENRIQUE MORAIS SILVA SIAPE: 1404931 SGT ELIEZER CANEDO DE SOUZA JUNIOR SIAPE: 1405533 TC MAX WERNER MAIA BANDEIRA SIAPE: 1399930
SAUDEWEB 2	SaudeWeb2 - Sistema de Saúde 2 - Sistema de controle de autorização de guias para procedimentos médicos	Cadastro de Credenciadas	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT MARCELO HENRIQUE MORAIS SILVA SIAPE: 1404931 SGT ELIEZER CANEDO DE SOUZA JUNIOR SIAPE: 1405533 TC MAX WERNER MAIA BANDEIRA SIAPE: 1399930
		Listagem de Evento/Guias		
		Execução de Guias		
		Listagem de Faturas		
		Tabela de Procedimentos		
		Tabelas de Apoio		
		Gestão de Usuário		

CPMED	Cpmed - Sistema de Controle de Perícias Médicas Sistema de controle dos afastamentos de saúde	Abrir e fechar Sessão Diária	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	TC VILANY MENDES FELIX SIAPE: 1400170
		Listar Atas de inspeção de Saúde		
		Listar Sessão		
		Listar Finalidades		
ODONTOWEB	OdontoWeb - Sistema de Gestão de Marcações de Consultas Odontológicas Sistema de gerenciamento de reuniões e consultas odontológicas	Listar Eventos	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	MAJ FERNANDO AUGUSTO THESING SIAPE: 1667065 TC CINTHIA DE CARVALHO GONTIJO SIAPE: 1400165
		Gerenciamento de Marcação de Consulta		
		Relatórios		
		Gestão de Usuário		
SEVOA	SEVOA - Sistema de Estatística de Voo Operacional Aeromédico	Lançamentos de Voo	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	TEN JEFFERSON VIDAL DE MATTOS SIAPE: 1403372
		Listar Turnos		
		Tabelas de Apoio		
SISPUBLICAÇÃO	Sisboletim - Sistema de Publicação	Cadastro e Consulta de Publicações	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT HUGO DE SOUSA SILVA JUNIOR SIAPE: 1405784
SISDOCWEB	SisdocWeb - Sistema de Documentos	Geração de Documentos	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719
SISMAT	Sismat - Sistema de Materiais	Listagem de Materiais	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	TC ALAN JOSE NATAL RAJAO SIAPE: 1399950
		Saída de Materiais		
		Controle de Materiais		
SISOM	Sisom - Sistema de Ordem de Missão	Criação de Ordens de Missão	SGT ANDERSON MARTINS LEITE SIAPE: 1405719	SGT MARLONS AURELIO MARQUES RODRIGUES SIAPE: 1404966
		Relatórios		
		Tabelas de Apoio		
		Gestão de Usuário		
DESEGWEB	DesegWeb - Sistema de Segurança contra Incêndio	Fluxo de Vistoria	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	TC VICENTE TOMAZ DE AQUINO JUNIOR SIAPE: 1399908
		Análise de Projeto - cadastro, listagem, distribuição e execução		
		Solicitação de Serviços pelo Solicitante		
		Baixa de boletos		

SICAP	Sicap - Sistema de Capacitação	Cadastro de Capacitações	TC RRM. CLEBER ROGERIO PEREIRA SIAPE: 1399831	ST ANTONIO JUNIO DE OLIVEIRA SIAPE: 1405121
		Relatórios		TC ROBERTO SANGALETI SIAPE: 1399953
		Gestão de Usuário		SGT JUAREZ FERREIRA BISPO SIAPE: 1401899
SISGETEC	Sisgetec - Sistema Suporte Técnico	Módulo Administrador	TC RRM. CLEBER ROGERIO PEREIRA SIAPE: 1399831	SGT GILVAN LEITE DE SÃO JOSÉ SIAPE: 1405110
				SGT ELIEZER GONÇALVES COSTA SIAPE: 1403272
				SGT RICARDO PEREIRA DE SOUSA SIAPE: 1403855
CONTROLADORIAWEB	SisgetecUsuario - Sistema Suporte Técnico Usuário	Módulo Usuário	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	
		Controladoria - Gestão de Comissões		
		Corregedoria - Gestão de Processos		
		Corregedoria - Listar Impedimento		
		Relatórios		
	Controladoria - Sistema de controladoria	Gestão de Usuário		
SICON	Sicon - Sistema de Aquisição e Convênios	Gestão de Aquisições	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	TC HÉLIO MAURÍCIO DE CARVALHO SIAPE: 1291140
		Gestão de contrato		
		Gestão de Convênios		
		Acompanhamento/Pagamento		
		Comissões de Execução		
		Relatórios		
		Modalidades de Garantia		
		Natureza de Despesa		
SISCONV (VIATURAS)	SISCONV - Viaturas - Sistema de Viaturas	Funções de Dia-a-Garagem	SGT ISMAEL DE FREITAS PINHO SIAPE: 1405707	MAJ ENER DINIZ BECKMANN SIAPE: 1667061
		Funções de controle oficina		
		Funções de Recepção de viaturas		
		Gerencia de Viatura		
		Relatórios		
SICOFAS	Sicofas - Sistema de	Controle de artefatos de ordens de serviços da Fábrica de Software	MAJ LUCAS ARAÚJO	SGT ALDENOR NUNES

WEBTAF	Controle das Ordens de Serviço da FS WebTaf - Sistema de TAF	Cadastro de TAF Cadastro de Resultados de TAF Relatório de TAF	PEREIRA SIAPE: 1568728 MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	NEIVA EULÁLIO SIAPE: 1404142 SGT LEONARDO BARBOSA NOGUEIRA SIAPE: 1405764 COMANDANTE DO CECAF
GSVWEB	Escalas - Sistema de GSV	Marcações de Escala Escalas Publicadas Inscrições de GSV	MAJ LUCAS ARAÚJO PEREIRA SIAPE: 1568728	COMANDANTE OPERACIONAL
PORTAL	Portal - Site do CBMDF	Justificativa de Faltas à GSV Portal Corporativo	TEN ELIAS PEREIRA DA SILVA SIAPE: 1402077	CHEFE DO CECOM
BRIGADINO	Sistema de Cadastro de Bombeiro Mirim	Cadastro de brigadinos Cadastro de turmas Gerenciamento de brigadinos	1 TEN JEAN ANDRE RODRIGUES DA PAZ SIAPE: 1402640	CHEFE DA APROS
ESCALADOR	Sistema de Escalas do COMOP	Gerenciamento de escala de militares	1 TEN ESTEVAO LAMARTINE NOGUEIRA PASSARINHO	COMANDANTE OPERACIONAL
FENIX	Sistema de Atendimento e Despacho Emergencial	Registro de Ocorrências Despacho de Ocorrências	CIADE	CIADE
SEIOP	Sistema Eletrônico de Informação Operacional	Consulta de Recursos Operacionais Controle de Regime Especial de Trabalho Consulta de Escalas	1 TEN ESTEVAO LAMARTINE NOGUEIRA PASSARINHO	COMANDANTE OPERACIONAL

4.3.2 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

O Plano de Gestão de Pessoas tem a finalidade de definir, em alinhamento aos objetivos estratégicos e ações do PDTIC, as necessidades da Corporação no que se refere aos recursos humanos e capacitação nas diversas áreas de TIC.

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação é responsável pelo planejamento, pelo desenvolvimento de soluções, pela infraestrutura e pelo suporte técnico na área de TIC, buscando sempre fornecer apoio às atividades administrativas e operacionais. No entanto, a defasagem de aprendizado em novas soluções tem se constituído num fator limitador às suas capacidades de proporcionar respostas às demandas requeridas. Face ao exposto, faz-se necessário a capacitação dos seus recursos humanos, buscando o desenvolvimento continuado para acompanhar as evoluções constantes da tecnologia.

4.3.3 CENÁRIO ATUAL DO PESSOAL DE TIC DO CBMDF

O CBMDF possui, em sua estrutura formal, militares que são organizados, de forma geral, em dois grandes grupos: Oficiais e Praças. Dentro de cada um desses grupos há algumas subdivisões, denominadas “Quadros” correspondentes às especializações das atividades desenvolvidas.

No que se refere à tecnologia da informação e comunicação, não existe um quadro próprio que organize os militares que atuam nessa área. No grupo dos Oficiais há um quadro denominado “Complementar”, que abrange pessoal qualificado em diversas especializações profissionais, como contabilidade, direito, enfermagem, pedagogia, assim como informática.

Em 2016, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação contava com 51 (cinquenta e um) militares atuando nas diversas frentes de trabalho, incluindo o Diretor e o Subdiretor. Todos esses militares são efetivos, ou seja, fazem parte da estrutura formal da Corporação. Desse total, apenas 5 (cinco) fazem parte do quadro de Oficiais Complementares, tendo sido aprovados em concurso público específico para exercer atividades na área de tecnologia da informação e comunicação. Os demais militares fazem parte dos outros quadros da Corporação, mas exercem suas atividades na diretoria pelo fato de terem algum tipo de treinamento e/ou experiência na área. A tabela a seguir apresenta um esquema de mostra o grau de instrução dos militares integrantes da DITIC.

Quadro 25 – Grau de instrução militares da DITIC

Grupo	Lotação	Fundamental	Médio Completo	Superior Completo		Especialização		Mestrado		Total
				TIC	Geral	TIC	Geral	TIC	Geral	
Oficiais	Planejamento				1					1
	Secretaria									
	Redes					1				1
	Sistemas			2				1		3
	Suporte									
	Telecomunicação			1	1					2
TOTAL OFICIAIS				3	2	1		1		7

Praças	Planejamento								
	Secretaria		1	1	2				4
	Redes		1	2	2	2			7
	Sistemas		1	6	1		1		9
	Suporte		1	2		1			4
	Telecomunicação	2	7	3	3				15
TOTAL PRAÇAS		2	11	14	8	3	1		39
TOTAL GERAL		2	11	17	10	4	1	1	46

4.3.4 CAPACITAÇÕES EM TIC

Em 2016, devido à contingência de recursos financeiros, não foi possível realizar cursos/treinamentos. Foi elaborado um projeto para a realização do curso apresentado a seguir, mas não se concretizou. Esse curso deverá ser realizado em 2017.

NOME	OBJETIVO	LOCAL / PREVISÃO	QTD DE VAGAS
Análise de Pontos de Função – APF	A Semana de APF tem o objetivo de abordar de maneira complementar vários aspectos da Análise de Pontos de Função. Ela é composta por três módulos, iniciando com sua fundamentação teórica, descrevendo seus benefícios - destacando como empregá-la em estimativas e contratos de software -, aprofundando como fazer a medição em PFs através de vários exemplos e estudos de caso; e finalizando como usar a APF de forma profissional, fácil e menos sujeita a erros.	Brasília-DF	2

4.3.5 GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC

Atualmente o CBMDF não possui processos de gerenciamento de serviços de TI definidos conforme as melhores práticas do ITIL ou outros modelos de gestão. Para o gerenciamento de serviços de TI relacionados a suporte de usuário, a Corporação possui uma equipe insuficiente de militares que constitui a Seção de Suporte Técnico, a qual recebe as ocorrências dos usuários e dependendo da natureza e complexidade da ocorrência, esta é encaminhada via e-mail ou pessoalmente, para a seção técnica capacitada para resolver o problema. Além da seção de Suporte, algumas OBMs possuem um militar com conhecimento na área de TI, que é designado como administrador de rede na Unidade e ajuda a seção de Suporte para resolver problemas de TI daquela Unidade. O CBMDF ainda não adota plenamente as melhores práticas de gestão de serviços conforme modelos de governança de TIC, como o ITIL. Algumas mudanças têm sido realizadas no sentido de melhoria das rotinas e procedimentos envolvidos no trabalho, com a utilização de ferramentas de apoio para a gestão e monitoramento da infraestrutura, bem como ferramenta para a gestão de atendimentos técnicos. No entanto, há previsão para se realizar a definição de processos de gerenciamento de TIC e a efetiva implantação nas unidades, o que depende da disponibilidade das equipes da Diretoria e orientação do Diretor.

4.3.6 PROJETOS DE TIC

No ano de 2016, alguns projetos foram elaborados e concluídos.

O projeto de replicação ou atualização do Data Center foi aceito pelo financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), entregue, mas até o momento não se tem mais notícia sobre as próximas fases do financiamento e data de uma possível licitação.

Foi elaborado um projeto para aquisição de equipamentos de TIC para atualização de ativos obsoletos há 6 anos. Esse projeto teve sua licitação iniciada em 2016 e foi concluída em janeiro de 2017. Com esses novos equipamentos, todo o Data Center do CBMDF sofrerá uma modernização em todos os ativos, desde cabeamento de fibra óptica, switches e servidores. Além do Data Center, toda a rede sem fio da Corporação será atualizada para uma nova tecnologia de ponta.

Além disso, foram elaborados outros dois projetos: um para aquisição de softwares de virtualização e appliance de balanceamento de carga para melhora na performance de aplicações web, e o outro para aquisição de licenças do antivírus corporativo. Esses projetos não se concretizaram em vista de priorização do projeto de aquisição de equipamentos de TIC.

O projeto de contratação de suporte em serviços de TIC foi aprovado em 2015 pelo Comitê Gestor de TIC, mas o projeto foi temporariamente suspenso por falta de recursos financeiros.

O projeto de contratação de nova empresa prestadora de serviços de fábrica de software começou a ser elaborado em 2015 e foi licitado e contratado em dezembro de 2016.

4.3.7 INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Atualmente não há empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na área de suporte, redes e infraestrutura. Nossas Unidades estão interligadas por meio de uma rede MPLS, administrada pela SEPLAG/DF e não possuem um segundo link de backup. Não há medidas, nem recursos humanos e nem financeiros para manter redundância ou mesmo suportar a ausência ou perda de algum serviço. Isso tem ocorrido principalmente devido às exigências normativas da Administração Pública, o que tem atrapalhado a concretização de um projeto de infraestrutura que possa prover uma real independência tecnológica.

Na área de sistemas, há uma empresa contratada para a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas na modalidade de fábrica de software. Entretanto, o CBMDF tem total domínio sobre as tecnologias utilizadas, como a linguagem de programação e o banco de dados, visto que são tecnologias livres, bem como sobre a arquitetura de software utilizada, que segue o padrão definido pela DITIC.

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As orientações para elaboração da visão geral da política de sustentabilidade ambiental, na perspectiva política e estratégica da Corporação, estão no escopo das atribuições da pasta do EMG.

As informações relativas à atuação da área operacional em relação à sustentabilidade ambiental, o órgão a ser consultado é o Grupamento Ambiental - GPRAM.

Dentro do propósito de Adesão à A3P, o Corpo de Bombeiros do DF criou no final do mês de maio de 2015, a Comissão para Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P no CBMDF, que por meio da Agenda Ambiental, nossa corporação busca o uso racional de recursos e do consumo sustentável e também desperta o comprometimento dos militares na redução de despesas da própria instituição, como exemplo educativo para a presente e futuras gerações.

A Comissão para Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P no CBMDF assessora o Comando Geral nos programas e projetos vinculados ao plano de trabalho com o apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Foi criada no item X do Boletim Geral 95, de 21 de maio de 2015 a COMISSÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P NO CBMDF.

O Termo de Adesão foi publicado no DOU nº 226, de 26 de novembro de 2015 em que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Tendo por finalidade integrar esforços para desenvolver, no âmbito da instituição, projetos destinados à implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com o objetivo de promover a conscientização de uma cultura anti-desperdício e a utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos. Processo: Nº 02000.001147/2015-37. Assinatura: 24/11/2015. Vigência: O presente Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de assinatura.

4.4.1 SE NA UNIDADE OCORRE SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS, BEM COMO SUA DESTINAÇÃO A ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES, CONFORME DISPÕE O DECRETO 5.940/2006;

Foi criada a Comissão através da Portaria de 29 out. 2014 - publicada no BG 201/2014, que trata da designação de militar para implantação do sistema de coleta seletiva no CBMDF e a mesma foi revogada com a Portaria de 2 de setembro de 2015 – publicada no BG 167/2015 com a criação da SUBCOMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA NO CBMDF subordinada a Comissão de Sustentabilidade A3P do CBMDF.

A Lei 4792/2012 determinou que os órgãos e as entidades da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal deverão implantar a coleta seletiva solidária de resíduos recicláveis descartados dentro da fonte geradora, ou seja, a separação e a destinação final dos resíduos recicláveis descartados dentro dos seus órgãos ou entidades entregando esses resíduos para Cooperativas ou Associações de catadores de materiais recicláveis. (art.2º, I e II da Lei 4.792/2012).

A Lei ainda prevê os requisitos para a habilitação das Associações ou Cooperativas que tenham o interesse de participar desse programa. Mas é o Decreto 35.817/2014 que regulamenta o processo de seleção dessas Associações ou

cooperativas, e ainda prevê as responsabilidades de cada órgão ou entidade na implantação do programa A3P dentro de seu âmbito de gestão.

Está previsto no Decreto que a associação ou cooperativa selecionada firmará um Termo de Compromisso, tendo como objeto a coleta seletiva solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, pelo período de 1 (um) ano.

Ainda não foi plenamente implementada a Coleta Seletiva. Quanto ao cumprimento do art. 19 do Decreto 35817/2014, o parágrafo 1º contempla a possibilidade de formação de uma comissão composta por representantes de diferentes áreas, conforme a complexidade e a dimensão de suas instalações, a fim de planejar, implantar e supervisionar a Coleta Seletiva Solidária, a qual está em fase de criação, dado o grande número de unidades (cinquenta e uma, entre unidades operacionais, administrativas e hospitalares) em todo o Distrito Federal.

O Edital de Seleção das Cooperativas está em sua fase final, o qual se encontra em análise por parte do setor responsável por contratos, chamamentos e aquisições do CBMDF.

Seguem abaixo algumas ações da implementação da coleta seletiva de resíduos nesta Corporação:

- Disposição de Coletor de Pilhas e Baterias, próximo ao Centro de Comunicação;
- Disposição de Caixas Coletoras de Papéis e Plásticos;
- Coletor de Bitucas de Cigarro;
- Adesivos Educativos à economia de água, aplicados nas unidades;
- Coletores Seletivos, com adesivo indicativo;
- Adesivos Educativos de Economia de Energia Elétrica;
- Coletores de Lixo Orgânico e Seco, instalados nos Novos Quartéis;
- Abrigos Instalados no Quartel do Comando Geral para Armazenamento de Resíduos, já Identificados pelas Cores da Coleta Seletiva;
- Coletor Para Resíduos Recicláveis Instalado no Quartel do Comando Geral;
- Máquina de Reciclagem de Cartões Plásticos;
- Bags de Armazenamento de Resíduos no Quartel do Comando Geral, já identificados com as Cores da Coleta Seletiva.

Cabe ressaltar, que bombeiros militares têm sido treinados para melhor atenderem à coleta seletiva e demais demandas da A3P, por meio de participações em palestras, como: “Uso de materiais alternativos: pensando em sustentabilidade”, ofertada pelo MPDFT, em junho de 2016, entre outras.

A empresa de conservação e limpeza que atua em todas as unidades do CBMDF, já está orientada quanto à realização de coleta seletiva dos resíduos, e tem sido uma grande parceira nessas ações.

Há também um projeto piloto de coleta de bitucas de cigarro, em cooperação com um projeto para reaproveitamento desse material realizado na Universidade de Brasília. Esses coletores são feitos com reaproveitamento de garrafas PET e colocados em áreas abertas, próprias para fumantes.

A Comissão A3P desenvolveu adesivos para campanhas educativas, que está sendo compartilhado em todo o CBMDF, com ênfase na economia dos recursos naturais: água, energia, e Coleta Seletiva.

Nas unidades recém-construídas existem as lixeiras seletivas para os lixos seco e orgânico, bem como depósito de material reciclável seco.

Outras ações de preparação dos locais, para o devido armazenamento dos resíduos recicláveis, foram feitas com reaproveitamento de materiais considerados inservíveis, tais como contêineres, bags e espaços cobertos ociosos.

4.4.2 OUTRAS AÇÕES DE PREPARAÇÃO DOS LOCAIS, PARA O DEVIDO ARMAZENAMENTO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS, FORAM FEITAS COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, TAIS COMO CONTÊINERES, BAGS E ESPAÇOS COBERTOS OCIOSOS.

Quanto à análise crítica em relação à política estratégica da Corporação, está no escopo das atribuições da pasta do EMG.

No que tange aos trabalhos realizados no âmbito da Comissão de Sustentabilidade A3P do CBMDF, informo que está completando dois anos, agora em maio, que foi implantada a agenda ambiental. O processo de implantação e adaptação com as questões ambientais estão sendo desenvolvidas conforme o Plano de Trabalho para 5 (cinco) anos.

O processo de conscientização e adaptação é demorado, mas apesar disto, com o apoio do Comandante Geral, por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Sustentabilidade e o engajamento dos nossos militares promoveu a mudança da cultura interna proporcionando resultados positivos para a Corporação e toda a população do DF.

4.4.3 DENTRE OS NOSSOS PROJETOS SUSTENTÁVEIS DESTACAMOS:

4.4.3.1 PROGRAMA DE GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS -

O Programa tem o objetivo de promover a redução de despesas financeiras da Corporação, por meio do uso racional de recursos e do consumo sustentável, e despertar o comprometimento dos militares na redução de despesas da própria instituição como exemplo educativo para as presentes e futuras gerações.

Este Programa é uma Competição entre as unidades para reduzir os consumos de Energia, Água e Papel. Com o final do terceiro semestre de avaliação, foi surpreendente o sucesso do programa.

Foi possível a otimização na aplicação dos recursos da Corporação, promovendo uma nova cultura organizacional, voltada para o consumo racional.

4.4.3.2 O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI –

O CBMDF reduziu em 49,45% o consumo de resma de papel, na comparação entre os anos de 2014 e 2015, gerando a economia de R\$ 36.214,00 nas aquisições desse material.

Outros resultados indiretos importantes com a utilização do SEI:

- Expansão em 93% (noventa e três por cento), das unidades da Corporação em 2015.
- Redução no consumo de toners de impressoras;
- Redução na manutenção de impressoras;
- Redução no consumo de combustível (protocolo entre unidades);
- Redução na manutenção das viaturas (protocolo entre unidades);

- Redução no consumo de capas de processo;
- Redução no consumo de grampos trilho para processo;
- Redução no tempo para solução dos processos;
- Aumento da Transparência das informações;
- Aumento da Agilidade processual.

4.4.3.3 USO DO SISTEMA DE AR COMPRIMIDO, A ESPUMA NO COMBATE A INCÊNDIOS CLASSE A E B” –

Recebeu em outubro de 2016 o prêmio de 1º lugar do 6º Prêmio de Boas Práticas de Sustentabilidade A3P do Ministério do Meio Ambiente, na categoria uso/manejo sustentável dos recursos naturais.

Resultados Alcançados

Redução de mais de 6 vezes para incêndio de médio porte, além de permitir um aumento na taxa de queda de temperatura também na ordem de mais de 6 vezes para incêndios em ambiente confinado. Além disso, o sistema tem potencial para diminuir a poluição gerada em um incêndio, na medida em que a espuma cobre e impede a liberação de gases tóxicos e gases combustíveis.

4.4.3.4 BENCHMARKING DE CONSUMO ENERGÉTICO EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO BRASIL –

De 300 inscritas foram selecionaram 20 (vinte) Instituições Públicas do Brasil para participar do Benchmarking de consumo energético. Destas 20 (vinte) Instituições, 5 são do DF e o Quartel Central do CBMDF foi um dos selecionados.

A próxima fase do trabalho consistirá em 3 etapas principais:

- 1) Instalação do sistema de medição de consumo energético pela empresa ACS; Fase concluída.
- 2) Realização de auditoria energética pelo CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) e Fase concluída.
- 3) Suporte para obtenção de recursos para implementação das medidas de eficiência energética por meio das chamadas públicas das concessionárias de energia (empresa a ser contratada).

4.4.3.5 OS QUARTÉIS TIPO B DO CBMDF

Nos 11 quartéis novos do tipo “B” e 01 quartel novo do tipo “A” tiveram as seguintes Intervenções de sustentabilidade:

- Coleta seletiva;
- Construção de baixo impacto ambiental;
- Maximização da iluminação e ventilação naturais;
- Redução das cargas térmicas pelo uso de brises;
- Reuso de águas pluviais para jardins e vasos sanitários;
- Aquecimento elétrico-solar combinados;

- Permeabilização de áreas externas;
- Maximização das áreas verdes;
- Otimização dos sistemas de iluminação e climatização;
- Área para estacionamento de viaturas leves e automóveis particulares foi prevista em concreto intertravado;
- Qualidade do ambiente de trabalho.

4.4.3.6 1º CONCURSO PÚBLICO VERDE

Foi lançado o edital para concurso público para ingresso no CBMDF que demandará conhecimento em área de sustentabilidade. E as provas serão impressas em papel reciclável.

4.4.3.7 INSTALAÇÃO DE BANNERS EDUCATIVOS

Estão sendo instalados nas unidades da Corporação como forma de conscientização com 8 modelos diferentes:

4.4.3.8 INSTALAÇÃO DE ADESIVOS EDUCATIVOS

Estão sendo instalados nas unidades da Corporação como forma de conscientização com 6 modelos diferentes:

4.4.3.9 LANÇAMENTO DO SPOT NA RÁDIO BOMBEIROS

Foram criados spots educativos para serem passados nos intervalos das músicas na nossa Rádio Bombeiros <https://www.cbm.df.gov.br/radio.phtml>

4.4.3.10 LANÇAMENTO DO FILME SOBRE A A3P

Lançado no dia 18 de junho de 2016 - Este vídeo foi desenvolvido para aumentar a sensibilização interna com a inclusão de nossos militares nas ações de proteção ao meio ambiente de modo a reduzir eventuais impactos negativos advindos da promoção da atividade bombeiro militar e motivar estes e toda comunidade à reflexão quanto à relevância dos problemas ambientais promovendo uma nova cultura organizacional.

Link do vídeo: <https://youtu.be/czKfzq3NmQg>

4.4.3.11 PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O BOMBEIRO MIRIM –

O Projeto Bombeiro Ambiental Mirim que tem como objetivo de trabalhar a conscientização para as questões sustentáveis e ambientais das crianças participantes do projeto Bombeiro Mirim (atualmente temos 1700 crianças participantes, distribuídas em várias cidades satélites do DF).

Lançado no 1 semestre de 2016 - Em parceria com a UnB e ADASA estão sendo realizadas 5 oficinas com as crianças do projeto Bombeiro Mirim sobre: Água, Energia, resíduos sólidos, queimadas e poluição do Ar. Neste primeiro momento foram formadas quase 400 crianças. As oficinas continuaram sendo realizadas uma vez por semestre.

<https://www.cbm.df.gov.br/institucional/2012-11-13-16-52-34>

4.4.3.12 PROJETO BOMBEIRO MAIS VERDE

Lançado no dia 26 de julho de 2016, que tem como objetivo conscientizar e estimular os militares e colaboradores do CBMDF na preservação ambiental, por meio do plantio de árvores, além de proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável devido à maior arborização das suas áreas verdes.

O Projeto contempla o plantio de mais 450 (quatrocentos e cinquenta) mudas nativas do cerrado brasileiro com risco de extinção e protegidas por lei, nas diversas unidades do CBMDF, como uma ação sustentável do primeiro Bombeiro Verde do Brasil, e em cumprimento à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

<https://www.cbm.df.gov.br/2980-bombeiro-mais-verde-alameda-dos-ipes?highlight=WyJtYWlziIwidmVyZGUiLCJtYWlziHZZlcmRlIl0=>

4.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

O Fundo de Saúde do CBMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15/07/2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de credenciamento e contratações de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do Corpo Bombeiros Militar do Distrito Federal – FUNCBM, foi criado pela Lei Distrital nº 4.076, de 28 de dezembro de 2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para o CBMDF, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

Deste modo, o FUNCBM visa complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF à manutenção das atividades desempenhadas pela Corporação, não possuindo força de trabalho própria.

4.5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF

As informações referentes a este item constam do ANEXO I deste Relatório

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As reclamações, críticas, sugestões e elogios recebidos pela Ouvidoria do Corpo de Bombeiros são encaminhados às diversas áreas da Corporação, para conhecimento e providências cabíveis, e devolvidos a esta instância, para análise e envio de respostas aos cidadãos. As denúncias contra os servidores militares são encaminhadas à Corregedoria para a devida apuração.

Mensalmente a Ouvidoria do CBMDF divulga em Boletim Geral relatórios onde constam os quadros demonstrativos das atividades desenvolvidas, referentes aos atendimentos às manifestações dos públicos interno e externo e também anônimo.

A Ouvidoria do CBMDF desenvolve seu atendimento de forma descentralizada, de forma a permitir uma maior transparência e isenção aos que utilizam nossos serviços, nas Unidades localizadas nos postos do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora – em Taguatinga (Pistão Sul – Próximo ao Taguatinga Shopping), Rodoviária do Plano Piloto, Gama Shopping, e no Shopping Popular em Ceilândia. Constam, ainda, as estatísticas de Atendimentos Pré-hospitalar, realizados no interior dos postos de atendimento, dado o grande fluxo diário de pessoas nas dependências do Na Hora e a nossa missão precípua de vidas alheias e riquezas a salvar.

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria é o órgão responsável por receber denúncias, reclamações, elogios e sugestões dos cidadãos, referentes aos serviços prestados pela corporação e seus agentes, além de executar o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Tipos de demandas legalmente estabelecidas e que estão disponíveis como ferramenta para o cidadão:

1. Denúncia;
2. Reclamação;
3. Sugestão;
4. Elogio; e
5. Solicitação de Informações.

Canais de atendimento e de acesso do cidadão:

1. Internet
 - a. www.cbm.df.gov.br
 - b. www.ouvidoria.df.gov.br

2. Presencial: De segunda-feira a sexta-feira das 7h30 às 18h30 nos locais abaixo:

- a. Unidade do Na Hora em Ceilândia: QNM 12 Lotes 18/20, Ceilândia Centro, Shopping Popular. Telefone: 2104-1489.

- b. Unidade do Na Hora no Gama: AE 01 Entre quadra 55/56, Setor Central, Gama Shopping. Telefone: 2104-1558.
- c. Unidade do Na Hora no Plano Piloto: Subsolo da estação Rodoviária do Plano Piloto, Plataforma “D”. Telefone: 3901-5954.
- d. Unidade do Na Hora em Taguatinga: QS 03 lote 11 Lojas 4/8, Pistão Sul, Águas Claras. Telefone: 2104-4526.
- e. Telefone da Ouvidoria Geral do DF: **Central 162**. De segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 21h; Sábado, domingo e feriados das 8h às 18h. Ligação gratuita para telefone fixo. Não recebe ligação de aparelho celular.

Prazos e Procedimentos

1. 10 dias a contar da data de registro: informar as primeiras providências adotadas;
2. 20 dias, a contar da data de registro: apurar e informar o resultado.
3. No caso de Denúncias o prazo poderá ser prorrogado pelo mesmo período de 20 dias.

Elementos fundamentais para o registro de uma Denúncia:

1. Nomes de pessoas e empresas envolvidas;
2. Quando ocorreu o fato;
3. Onde ocorreu o fato;
4. Quem pode testemunhar;
5. Se a pessoa pode apresentar provas.

Registro identificado

Apresentação de documento de identificação válido.

Registro anônimo

Haverá análise preliminar para confirmar se os fatos apresentados são verdadeiros.

Serviço de Informação ao Cidadão: SIC.

Tipo de Demanda atendida pelo SIC: Solicitação de Informações.

Canais de atendimento

O pedido de acesso à informação deverá conter:

1. Nome do requerente;
2. Número de documento de identificação válido;
3. Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
4. Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Prazos

20 dias, a contar da data de registro; mais 10 dias, mediante justificativa.

Natureza das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria

O objeto principal de uma Ouvidoria são as manifestações recebidas. A demanda é o principal documento que exterioriza as necessidades do cidadão e formaliza o atendimento buscado. Os quadros a seguir apresentam o quantitativo e a natureza das manifestações recebidas pelas setoriais de Ouvidoria do CBMDF comparando o ano de 2015 e 2016.

Quadro 26 - Natureza das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria

NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES DE 2015			NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES DE 2016		
Natureza	Quantidade	%	Natureza	Quantidade	%
Denúncia	81	2,0%	Denúncia	82	1,76%
Denúncia Vistoria	164	4,1%	Denúncia Vistoria	152	3,26%
Elogio	28	0,7%	Elogio	12	0,26%
Reclamação	133	3,4%	Reclamação	103	2,21%
Solicitação	113	2,9%	Solicitação	114	2,44%
Sugestão	7	0,2%	Sugestão	12	0,26%
APH	2670	67,5%	APH	2678	57,36%
Solicitação de Ocorrência	757	19,2%	Solicitação de Ocorrência	1516	32,47%
Total	3953	100%	Total	4669	100%

Quadro 27 – Manifestações e Demandas recebidas - Ouvidora

INDICADORES DO ANO DE 2015			INDICADORES DO ANO DE 2016		
Manifestações	Total	%	Manifestações	Total	%
Manifestações recebidas	526	100%	Manifestações recebidas	915	100%
Demandas Respondidas	386	73,4%	Demandas Respondidas	749	81,9%
Não respondidas	140	26,6%	Não respondidas	166	18,1%
Respondidas no prazo de 30 (trinta) dias	191	49,5%	Respondidas no prazo de 30 (trinta) dias	331	44,2%
Respondidas com prazo superior a 30 (trinta) dias	195	50,5%	Respondidas com prazo superior a 30 (trinta) dias	418	55,8%

Os canais de acesso ao cidadão estão disponíveis no endereço www.cbm.df.gov.br. No endereço o cidadão tem acesso às mais diversas informações sobre o funcionamento da instituição, bem como, um espaço para registro de denúncias e a disponibilização do e-mail da Ouvidoria: ouvidoria@cbm.df.gov.br. Está disponível também a relação telefônica de todas as Unidades.

O portal do CBMDF cumpre o estabelecido pela Lei de Acesso a Informação e oferece também o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, E-SIC, facilitando assim, a localização e obtenção das informações pelo cidadão.

A Ouvidoria atende também de forma presencial nos Postos do Na Hora em Taguatinga, telefones de contato: 3901 - 5952 e 2104 - 4526; do Na Hora em Ceilândia, telefone de contato: 2104 - 1489; do Na Hora no Gama, telefone de contato: 2104 - 1558 e do Na Hora da Rodoviária de Brasília, telefone de contato: 3901 - 5954.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto n.º 36.419 de 25 de março de 2015, com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços públicos do Distrito Federal e fomentar a sua participação no monitoramento da qualidade do serviço prestado, a fim de promover a melhoria contínua do atendimento disponibilizado.

A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, como descrito no Decreto Nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

Com esta importante e valiosa ferramenta de gestão pública, a corporação espera alcançar índices positivos de satisfação do usuário, estreitar a comunicação com os cidadãos e seguir os principais modelos de excelência em gestão.

Está disponível para consulta pública a Carta de Serviços do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal no site: www.cbm.df.gov.br

A Carta de serviços do CBMDF está inclusa na Carta de Serviços do governo e está disponível para consulta na página principal do site do Governo do Distrito Federal, cujo endereço é: <http://www.brasilia.df.gov.br/index.php/category/servicos/>.

A Carta de Serviços do CBMDF está sendo revisada e será disponibilizada também no site institucional.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O CBMDF não dispõe de mecanismos de medição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Informações sobre Prestação de contas, contratos, audiência pública, execução orçamentária, relatório de auditoria anual de contas – CGU, licitações e atas de registro de preços, também poderão ser consultadas em nosso site:

A. Entre no site do CBMDF: www.cbm.df.gov.br

B. Acesse o ícone: TRANSPARÊNCIA

Aparecerão as seguintes opções: acesso a informações, contatos, audiência pública, execução orçamentária, relatório de auditoria anual de contas – CGU, licitações e atas de registro de preços.

O sítio na internet possui outras informações quanto ao planejamento institucional, os contatos e fácil acesso à ouvidoria da corporação.

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O tema acessibilidade começou a ser discutido no Brasil desde a década de 1940. Porém, somente com o advento da Constituição Federal de 1988, o assunto foi apresentado como questão social, quando em seu artigo 227, inciso II, afirmou-se a obrigação do Estado de promover ações a fim assegurar a inclusão de todas as pessoas.

No entanto, a citada legislação, situada no topo do ordenamento jurídico do país e servindo de parâmetro de validade de todas as demais espécies normativas, não se constituiu na introdução de ações que, de fato, fossem voltadas ao atendimento às pessoas com necessidades especiais nas edificações.

Visando a complementação dos ditames da Carta Magna foram elaboradas diversas normas legais e administrativas que reafirmam a necessidade de adaptação e conscientização no âmbito de nossa sociedade. Citam-se algumas de âmbito Distrital, que fazem parte do assunto aqui abordado, Lei Distrital nº 2.105/98, no Decreto Distrital nº 19.915/98 e na NBR 9050/04.

O CBMDF possui diversas edificações em seu patrimônio imobiliário que datam do início da construção de Brasília, outras foram construídas de forma improvisada na década de 1990, sem a existência de projetos que viabilizassem o cumprimento de normas ou parâmetros arquitetônicos e urbanísticos.

Considerando a data das publicações e a data de inauguração da maioria das unidades existentes na Corporação, fica evidente que tais edificações não foram construídas em consonância ao atendimento da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

No entanto, tendo como premissa a busca pela excelência nos serviços prestados à comunidade, o Comando da Corporação iniciou a modernização de suas unidades, tendo como marco a construção do Centro de Capacitação Física do CBMDF com início do ano de 2010.

Com o mesmo enfoque no atendimento às normas vigentes, seguiram as construções de 11 Grupamentos de Bombeiro (GBM tipo "B") e o 25º Grupamento de Bombeiro de Águas Claras (GBM tipo "A"), já finalizados e entregues à população. Destaca-se ainda a Reforma e ampliação da Policlínica do CBMDF e o auditório da Academia de Bombeiro Militar, com obras em andamento.

Ao se falar em acessibilidade deve-se ter em mente não apenas cadeirantes, mas também pessoas que por um motivo ou outro tenham suas capacidades de movimento reduzidas, tais como, idosos, gestantes, mulheres com crianças de colo, obesos, pessoas de baixa ou alta estatura, pessoas com deficiência, uma pessoa com algum tipo de restrição de movimento, seja ela temporária ou permanente, além das múltiplas deficiências encontradas.

Considerando tais limitações, as novas edificações atendem aos parâmetros arquitetônicos vigentes e possuem equipamentos modernos no que se refere ao

atendimento aos portadores de necessidades especiais, tais como elevadores, rampas, guardas e corrimãos, banheiros PNE, vagas para estacionamento, pisos com rebaixo, dentre outros que facultem que cadeirantes, deficientes visuais e pessoas com mobilidade reduzida possam vencer desníveis ou deslocar-se por diferentes pavimentos com autonomia, conforto e segurança.

Em relação à implementação de adaptações nas edificações já existentes aos padrões de acessibilidade vigentes, esta deve ser precedida de amplo estudo e levantamento de necessidades para que seja elaborado um plano de ação voltado à avaliação das condições e especificidade de cada uma delas. Cabe lembrar que se encontra em andamento processo para contratação de empresa especializada para reforma dos quartéis pioneiros, onde serão adotadas as providências necessárias para adequação, respeitando contudo, as limitações impostas a tais construções.

Ressalta-se que a falta de projeto arquitetônico, a forma improvisada com a qual algumas delas foram edificadas, dentre outros quesitos constituem-se em obstáculos que podem até mesmo inviabilizar adaptações que resultem em algo realmente acessível.

A construção de novas unidades do CBMDF obedece aos parâmetros da Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis. Já as unidades antigas, quando reformadas, são adaptadas para garantir a acessibilidade. As adequações nas unidades antigas são limitadas à disponibilidade orçamentária.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentação das demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ou a justificativa da não apresentação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
17/01/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.424.950.607,83	1.304.130.853,19
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.424.950.607,83	1.304.130.853,19
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	1.429.613.826,18	1.298.577.872,92	Transferências Financeiras Concedidas	40.686.285,62	8.910.526,43
Resultantes da Execução Orçamentária	1.423.539.781,74	1.298.577.872,92	Resultantes da Execução Orçamentária	2.382,31	-
Sub-repasse Recebido	1.423.539.781,74	1.298.577.872,92	Sub-repasse Devolvido	2.382,31	-
Independentes da Execução Orçamentária	6.074.044,44	-	Independentes da Execução Orçamentária	40.683.903,31	8.910.526,43
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.074.044,44	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	40.683.903,31	8.910.526,43
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	60.026.593,07	48.137.717,01	Despesas Extraorçamentárias	33.952.582,58	48.175.218,45
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	24.416.045,62	38.790.461,18	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	32.951.894,00	47.738.494,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.000.688,58	436.724,22	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.000.688,58	436.724,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	34.609.858,87	8.910.531,61	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	5,18			
Arrecadação de Outra Unidade	34.609.858,87	8.910.526,43			
Saldo do Exercício Anterior	41.830.364,74	56.331.372,88	Saldo para o Exercício Seguinte	31.881.307,96	41.830.364,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	41.830.364,74	56.331.372,88	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.881.307,96	41.830.364,74
TOTAL	1.531.470.783,99	1.403.046.962,81	TOTAL	1.531.470.783,99	1.403.046.962,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
17/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	31.881.307,96	41.830.364,74	PASSIVO CIRCULANTE	122.084.304,28	1.413.208,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.881.307,96	41.830.364,74	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	122.084.304,28	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	1.413.208,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.096.585,07	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	122.084.304,28	1.413.208,57
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	1.096.585,07	-			
Bens Móveis	813.195,00	-			
Bens Móveis	813.195,00	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	283.390,07	-			
Bens Imóveis	283.390,07	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	32.977.893,03	41.830.364,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.977.893,03	41.830.364,74

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	31.881.307,96	41.830.364,74	PASSIVO FINANCEIRO	30.016.688,87	41.830.364,74
ATIVO PERMANENTE	1.096.585,07	-	PASSIVO PERMANENTE	122.084.304,28	-
SALDO PATRIMONIAL	119.123.100,12				

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.147.273,62	9.808.897,81	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	119.749.237,29	68.106.793,09
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.147.273,62	9.808.897,81	Execução dos Atos Potenciais Passivos	119.749.237,29	68.106.793,09
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.147.273,62	9.808.897,81	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	119.749.237,29	68.106.793,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	3.147.273,62	9.808.897,81	TOTAL	119.749.237,29	68.106.793,09

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.864.619,09
Recursos Vinculados	-
TOTAL	1.864.619,09



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
17/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.468.697.972,90	1.314.471.649,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	32.633.194,64	8.494.768,03
Contribuições Sociais	32.633.194,64	8.494.768,03
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.429.613.826,18	1.298.577.872,92
Transferências Intragovernamentais	1.429.613.826,18	1.298.577.872,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.413.208,57	5.671.324,24
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	28.803,81
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.413.208,57	5.642.520,43
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.037.743,51	1.727.683,93
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.037.743,51	1.727.683,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.598.215.960,14	1.445.871.318,47
Pessoal e Encargos	1.004.447.733,66	885.693.307,77
Remuneração a Pessoal	716.587.572,80	711.978.784,79
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	255.785.183,23	154.788.886,24
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	32.074.977,63	18.945.656,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	506.649.824,49	431.129.458,30
Aposentadorias e Reformas	379.209.710,98	322.620.150,72
Pensões	128.199.872,89	107.179.716,80
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.240.240,64	1.329.590,78
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	36.314.168,90	27.259.067,05
Uso de Material de Consumo	18.098.127,88	9.352.799,16
Serviços	18.216.041,02	17.906.267,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	47,28
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	47,28
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	40.686.285,62	8.910.526,43
Transferências Intragovernamentais	40.686.285,62	8.910.526,43
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.953.456,92	92.726.568,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.628.747,35	85.593.477,75
Incorporação de Passivos	-	1.413.208,57
Desincorporação de Ativos	2.328.709,57	5.719.881,82



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 17/01/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	12.799,59	12.595,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.799,59	12.595,50
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	151.690,96	139.748,00
Premiações	132.850,81	65.920,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	18.840,15	73.828,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-129.517.987,24	-131.399.669,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 17/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25015 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	1.424.950.607,83	1.424.950.607,83
TOTAL	-	-	1.424.950.607,83	1.424.950.607,83
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.414.937.868,00	1.395.410.423,66	1.395.410.423,66	-1.414.937.868,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.166.083.940,00	1.160.487.238,89	1.160.487.238,89	-1.166.083.940,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	248.853.928,00	234.923.184,77	234.923.184,77	-248.853.928,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	10.012.739,83	5.124.138,55	5.124.138,55	-10.012.739,83
Investimentos	-	-	10.012.739,83	5.124.138,55	5.124.138,55	-10.012.739,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.424.950.607,83	1.400.534.562,21	1.400.534.562,21	-1.424.950.607,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSION
17/01/2017

PAGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FICF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.424.950.607,83	1.400.534.562,21	1.400.534.562,21	-1.424.950.607,83
TOTAL	-	-	1.424.950.607,83	1.400.534.562,21	1.400.534.562,21	-1.424.950.607,83

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.283.732,47	29.315.311,36	27.025.990,56	27.025.990,56	1.524.804,18	2.048.249,09
Pessoal e Encargos Sociais	24.540,43	2.336.545,61	2.336.545,61	2.336.545,61	12.334,24	12.206,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.259.192,04	26.978.765,75	24.689.444,95	24.689.444,95	1.512.469,94	2.036.042,90
DESPESAS DE CAPITAL	342.962,52	9.475.149,82	5.925.903,44	5.925.903,44	339.814,74	3.552.394,16
Investimentos	342.962,52	9.475.149,82	5.925.903,44	5.925.903,44	339.814,74	3.552.394,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.626.694,99	38.790.461,18	32.951.894,00	32.951.894,00	1.864.618,92	5.600.643,25

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
17/01/2017

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCD-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.100.985,21	-3.135.988,07
INGRESSOS	1.465.224.373,63	1.307.925.128,75
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.465.224.373,63	1.307.925.128,75
Ingressos Extraorçamentários	1.000.688,58	438.724,22
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	5,18
Transferências Financeiras Recebidas	1.429.613.826,18	1.298.577.872,92
Arrecadação de Outra Unidade	34.809.858,87	8.910.526,43
DESEMBOLSOS	-1.464.123.388,42	-1.311.061.116,82
Pessoal e Demais Despesas	-1.422.401.617,31	-1.301.664.440,12
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170304 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25015 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 17/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-1.422.401.617,31	-1.301.664.440,12
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-34.796,91	-49.426,05
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-34.796,91	-49.426,05
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-41.686.974,20	-9.347.250,65
Dispêndios Extraorçamentários	-1.000.688,58	-436.724,22
Transferências Financeiras Concedidas	-40.686.285,62	-8.910.526,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.050.041,99	-11.365.020,07
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.050.041,99	-11.365.020,07
Aquisição de Ativo Não Circulante	-10.897.692,99	-11.281.510,14
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-152.349,00	-83.509,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	170394 - FCDF-SSP-CORPO BOMBEIRO MILITAR DO DF
ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 17/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-9.949.056,78	-14.501.008,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	41.830.364,74	56.331.372,88
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	31.881.307,96	41.830.364,74

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

O Quadro abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, destinadas a atender às deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU, estando estruturado em dois (2) blocos de informações: Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: Deliberações expedidas pelo TCU, que identificam as determinações ou a recomendação lavrada por ele, em nível de item do Acórdão, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

O CBMDF dispõe competência interna, prevista em Lei e regulamentação (conforme art. 22, da lei nº 8.255/91 e Decreto 7.163/2010), para promover o efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle. Atualmente a Corporação está tratando as informações recebidas e demais processos por meio do *Sistema Eletrônico de Informações - SEI*, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, bem como se habilitou militares da Controladoria do CBMDF para acompanharem o Plano de Providências Permanente – PPP da Corporação por meio do sistema corporativo da Controladoria-Geral da União – EXTRANET-CGU destinado para tal fim e por registros próprios para acompanhamento.

Por derradeiro, informa-se que adentraram a esta Corporação um total de 02 (duas) deliberações, sendo 01 (uma) dar ciência e 01 (uma) orientação determinação. Todas foram cumpridas e/ou registradas.

Quadro 28 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa:					Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 011.236/2003-7	678/2016 TCU - 2ª Câmara		xx	Ofício n.º 0041/2016-TCU/SecexAdministração
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CBMDF					
Descrição da Deliberação					
Não houve deliberações/recomendações/orientações direcionadas ao CBMDF, segundo consta do Acórdão nº 678/2016 - TCU – 2ª Câmara, apenas para conhecimento da representação no mérito e, considerá-la prejudicada e determinar encerramento do processo, e dar ciência ao representante e a Corporação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010). Demanda acompanhada pelo SEI nº 053-					

012766/2016.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
Sem providências a serem adotadas.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	043.927/2012-2	1047 - TCU - 1ª Câmara	1.9	DE	A comunicação não chegou à Auditoria diretamente do TCU, mas por meio do Mem. 1090/2014-ASTAD/DERHU e Mem. 929/2014—SEAAD/DIOFI, que são segmentos internos do CBMDF.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CBMDF					
Descrição da Deliberação					
1.9. determinar ao Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) e à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que informem no próximo Relatório de Gestão, se há servidores cedidos sem o ressarcimento, por parte do cessionário, da remuneração correspondente aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como as medidas adotadas e os resultados alcançados para solucionar a questão, se for o caso.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Departamento de Recursos Humanos (registros e controle) e Portaria de designação de Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual do CBMDF - Portaria nº 31, de 20 de agosto de 2013.					
Síntese da Providência Adotada					
A Auditoria do CBMDF instaurou procedimento próprio (Processo nº 053.000.928/2015, Processo Eletrônico nº 00053-SEI013786/2015 e 00053-SEI053811/2015) para concatenar as informações, providências e resultados referentes aos militares cedidos a outros órgãos da administração pública. Atualmente as ações estão sendo acompanhadas pelo Processo SEI 053 0036490/2016, de forma mais ampla.					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
O Departamento de Recursos Humanos do CBMDF levantou o quantitativo de militares e notificou os órgãos para fins de ressarcimento. Já há órgãos efetivando os ressarcimentos, conforme constam dos processos referenciados na síntese das providências. A Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Portaria Normativa nº 1, de 11 de janeiro de 2016, e publicou-a no Diário Oficial da União - Seção 1 nº 8, quarta-feira, 13 de janeiro de 2016, cujo texto estabelece orientações quanto ao reembolso nos casos de cessão e de requisição de policiais, civis e militares, e bombeiros militares vinculados às Instituições de que trata o art. 1º da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, mantidas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.					

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Às informações prestadas no tópico referente ao TCU, o CBMDF dispõe competência interna, prevista em Lei e regulamentação (conforme art. 22, da lei nº 8.255/91 e Decreto 7.163/2010), para promover o efetivo acompanhamento das deliberações dos órgãos de controle interno. Atualmente a Corporação está tratando as informações recebidas e demais processos por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e por meio do sistema corporativo da Controladoria-Geral da União – EXTRANET-CGU destinado para tal fim e por registros próprios para acompanhamento.

Os Quadros abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelo CBMDF destinadas a atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: Recomendações Expedidas pelo OCI, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Observa-se que em relação ao Acórdão 1047 – TCU 1ª Câmara item 1.9. que “determinar ao Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) e à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que informe, no próximo Relatório de Gestão, se há servidores cedidos sem o ressarcimento, por parte do cessionário, da remuneração correspondente aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como as medidas adotadas e os resultados alcançados para solucionar a questão”. A Corporação continua adotando as medidas necessárias para a efetivação dos ressarcimentos pelos órgãos cessionários, conforme o Processo SEI 053 0036490/2016. Destarte, a demanda continua provocando impacto na gestão da unidade.

Quadro 29 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório n.º 201601567		Ofício-Circular n.º 189/2016 – SUTES/SEF e Ofício n.º 17385/2016/CGFAZ/DF/SFC-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (Inciso II, art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
1. Arquivos eletrônicos relativos ao Relatório Auditoria, ao Certificado de Auditoria e ao Parecer do Dirigente do Controle Interno, objeto de publicação na internet nos termos do art. 2º da Portaria CGU nº 262/2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
As tratativas referentes ao Relatório n.º 201601567 foram migradas para o Processo SEI 00053-SEI076462/2016. Sendo enviado o Ofício n.º 1497/2016 GABCG, exaurindo a demanda.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Solicitação de Fiscalização	Item da SF	Comunicação Expedida
01	Solicitação de Fiscalização 201600562-003	1 e 2	Despacho nº 1327/2016 Gab/Cmt-Geral e Solicitação de Fiscalização 201600562-003.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (Inciso II, art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010), Auditoria do CBMDF (art. 14 do Decreto 7.163/2010) e Diretoria de Contratações e Aquisições (art. 33 do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
1. Contrato de Repasse nº 1005.651-16, registrado no Sistema SICONV nº 785634/2013, “revitalização das instalações da quadra poliesportiva do CECAF/CBMDF” e 2. Especificações das atividades de revitalização, início e fim da execução; documentação dos responsáveis e justificativas técnicas que fundamenta o cancelamento da Nota de Empenho nº 2015NE000545.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Diretoria de Contratações e Aquisições do CBMDF.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
As tratativas referentes à Solicitação de Fiscalização 201600562-003 foram migradas para o Processo SEI 00053-SEI023372/2016. Cada solicitação fora tratada até o esgotamento das pendências. Conforme os termos do Processo SEI nº00053-SEI023372/2016 e Ofício nº 448/2016 GABCG.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação da Solicitação	Item do SA	Comunicação Expedida
01	Solicitação de Auditoria nº 201601569/001 e Solicitação de Auditoria nº 201601569/002	Solicitações SA 201601569/001- 1 a 11; SA 201601569/002 1 a 19.	Solicitações de Auditoria nº 201601569/001 e 201601569/002; Despacho nº 2176/2016 GABCG
Órgão/Entidade Objeto da Solicitação			Código SIORG
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Solicitação			

1. Levantamento do quantitativo de militares cedidos, e notificar os órgãos para fins de efetivar os ressarcimentos; quanto ao reembolso nos casos de cessão e de requisição de policiais, civis e militares, e bombeiros militares vinculados às Instituições de que trata o art. 1º da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, mantidas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. 2. tratativa junto à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGE/MP), visando à adequação do SIAPE à situação dos agregados, entre outras.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010), Departamento de Recursos Humanos (registros e controle).	
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas	
Demanda atendida por meio do Processo SEI nº 005335303/2016 – Processo tramitou na Auditoria do CBMDF, Departamento de Recursos Humanos, Diretoria de Inativos e Pensionistas e Comando-Geral do CBMDF. Remessa dos Ofícios nº 803/2016 e 1138/2016 GABCG , exaurindo os questionamentos. Atualmente as ações de estão sendo acompanhadas pelo Processo SEI 053 0036490/2016, de forma mais ampla .	

Denominação Completa			Código SIORG
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica 1715/2015/DEFAZ/II/DE/SFC/CGU-PR - Relatório nº Relatório 201307825.	Constatação 2.1.3.2	Ofício nº 24.450/DEFAZII/DE?SFC/CGU-PR.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comando do CBMDF (inciso II, do art. 7º, do Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (Inciso III, art. 10, do Decreto Federal nº 7.163/2010), Departamento de Recursos Humanos (inciso VI, do art. 29, do Decreto Federal nº 7.163/2010).			
Descrição da Recomendação			
Constatação 2.1.3.2 – <i>Participação de bombeiros militares em gerência ou administração de empresa privada</i> . Recomendação 4: Desenvolver mecanismos de monitoramento dos casos identificados de transgressão ao art. 30, da Lei nº 7.479/1986, definindo normativos, rotinas e setor responsável.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Controladoria/Auditoria do CBMDF (controle e acompanhamento do cumprimento, conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.163/2010) e Estado-Maior-Geral (planejamento estratégico e pela orientação do preparo e do emprego da Corporação) e Departamento de Recursos Humanos.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
A Auditoria da Corporação está tratando do assunto. Fora editada uma Instrução Normativa, todavia, o Departamento de Recursos Humanos da Corporação desaprovou tal normativa conforme os termos do Processo nº 053.000.942/2014 . A Auditoria pleiteou acesso aos Sistemas da Receita Federal do Brasil visando metodologia de pesquisas a serem feitas periodicamente, conforme o teor do Ofício nº 006/2015/SEAUD/AUDIT, todavia não houve resposta por parte desse órgão. As ações foram migradas para o Processo SEI 053.00008363/2017-89, cujo intuito é editar uma minuta de portaria para que anualmente a Auditoria do CBMF inclua em seus planejamentos anuais auditoria visando identificar bombeiros militares vinculados a pessoas jurídicas de forma destoadada da lei.			

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Foram obtidos os registros de processos autuados no ano de 2016, com o objetivo de se apurar a responsabilidade pelo dano causado ao bem público e o devido ressarcimento ao erário, conforme exposto abaixo:

Quadro 30 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário - 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito <R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros casos ¹	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração ²	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não comprovação	Débito <75.000		
84	0	0	18	0	0	0	6	0

Obs:

1) Os 18 (dezoito) processos, que não tiveram a instauração de tomada de contas especial, referem-se aos casos em que houve a composição administrativa, na forma a seguir especificada:

a) Ressarcimento do débito: 1 (um) processo;

b) Recuperação do bem patrimonial: 10 (dez) processos;

c) Absorção do prejuízo pelo erário, para os casos de caso fortuito, impossibilidade de identificação de autoria: 5 (cinco) processos;

d) Responsabilização de terceiro alheio à Administração Pública: 01 (um) processo; e

e) Comprovada inexistência de dano: 01 (um) processo.

2) Os 6 (seis) processos de TCE, que foram instaurados no exercício de 2016 sob o fundamento do Decreto Distrital nº 37.096/2016, não foram remetidos ao TCU por estarem em diligências nas comissões tomadoras de contas, bem como pelo fato da peculiaridade do CBMDF ter suas contas analisadas pelo TCDF.

Os demais processos autuados no ano de 2016 que não se enquadraram nas especificações acima, em um total de 65 (sessenta e cinco), estão em fase de saneamento processual.

Estrutura e controle para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos:

De maneira geral, esta Corporação possui a Corregedoria para realizar as apurações de ocorrência de ilícitos administrativos, conforme estabelecido no art. 15 do Decreto Federal nº 7.163, de 29 de abril de 2010, *in verbis*:

“Art. 15. À Corregedoria, órgão de correição da Corporação, responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades de instauração, confecção, instrução e homologação dos processos administrativos e judiciais, sob as esferas de responsabilidade penal, cível e administrativa, compete:

I - Promover investigações, visando a instruir procedimentos em curso no âmbito de sua competência;

II - Avocar os atos, procedimentos e processos disciplinares instaurados no âmbito da Corporação ou declarar a sua nulidade;

III - promover o acompanhamento de demandas administrativas e judiciais envolvendo bombeiros militares; e

IV - Cumprir ou determinar o cumprimento de diligências requisitadas pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público. ”

Em consequência a esta previsão legal, a Corregedoria recebeu a seguinte estrutura, estabelecida no inciso III do art. 2º Portaria nº 27, de 29 de abril de 2011, que aprova o Regimento Interno da Controladoria/CBMDF.

“Art. 2º...

[...]

III - Corregedoria (COGED):

a) Secretaria da Corregedoria (SECOR);

b) Seção de Análise de Processos Administrativos e Judiciais (SAPAJ);

c) Seção de Gerenciamento de Tomada de Contas Especiais (SGTCE);

d) Seção de Investigação Correcional (SINCO);

e) Seção de Acompanhamento Judicial e Extrajudicial de Pessoal (SAJEP)

[...]”.

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Apesar do Sistema do TCU, E-contas, não ter incorporado ao cadastro do CBMDF a necessidade de inserir informações dos itens de "Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna. O CBMDF achou por bem encaminhar tal Relatório uma vez que a CGU solicitou tais informações em reunião preparatória para a elaboração do Relatório de Gestão às 14:00 horas, do dia 2 de fevereiro de 2017, no auditório da TERRACAP, bem como por existir Auditoria Interna formalmente implementada no âmbito desta Corporação.

O Relatório em questão foi adicionado ao ANEXO II deste Relatório, no Capítulo de "ANEXOS E APÊNDICES"

8.2 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Apesar do Sistema do TCU, E-contas, não ter incorporado ao cadastro do CBMDF a necessidade de inserir informações dos itens de "Relatório de instância ou área de correção". O CBMDF achou por bem encaminhar tal Relatório uma vez que a CGU solicitou tais informações em reunião preparatória para a elaboração do Relatório de Gestão às 14h00min horas, do dia 2 de fevereiro de 2017, no auditório da TERRACAP, bem como por existir setor de Corregedoria formalmente implementada no âmbito desta Corporação.

O Relatório em questão foi adicionado ao ANEXO III deste Relatório, no Capítulo de "ANEXOS E APÊNDICES".

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF

CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

FEVEREIRO/2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF

CBMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FUNDO DE SAÚDE DO CBMDF

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 154 e 156/2016, da Portaria-TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

Unidades Agregadas: Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Brasília, 02/2017

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CECAF – Centro de Capacitação Física
CEABM – Centro de Assistência Bombeiro Militar
CGU – Controladoria-Geral da União
CPMED – Centro de Perícias Médicas
DISAU – Diretoria de Saúde
DN – Decisão Normativa
FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal
FS-CBMDF – Fundo de Saúde do CBMDF
IN – Instrução Normativa
OBM – Organização Bombeiro Militar
OPME – Órteses, Próteses e Materiais Especiais
PARF – Plano de Aplicação de Recursos Financeiros
PARO – Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários
PODON – Policlínica Odontológica
POMED – Policlínica Médica
QOBM/Compl. – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Complementares
QOBM/S – Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Saúde
RG – Relatório de Gestão
RI – Regimento Interno
SECOPI – Seção de Controle e Planejamento Orçamentário da Diretoria de Saúde
SEXEC – Seção de Execução de Contratos da Diretoria de Saúde
SEAUD – Seção de Auditoria da Diretoria de Saúde
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Federal
SIGGO – Sistema de Gestão Governamental do GDF
SUTES – Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal
TAF – Teste de Aptidão Física
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro A.1.1.3 (Portaria TCU 90/2014) – Identificação – Relatório de Gestão Agregado	5
TABELA 2 – MAPA DA FORÇA: QUADRO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE (POMED/PODON/CEABM)	9
TABELA 3 - QUANTIDADE DE ATENDIMENTO EM REDE PRÓPRIA	10
TABELA 4 - DEMANDA INSTITUCIONAL	10
TABELA 6 - EMPRESAS CREDENCIADAS.....	11
Quadro– Ações não Previstas LOA 2016 - Restos a Pagar - OFSS	14
Quadro A.6.1.1 (Portaria TCU 90/2014) – Programação de Despesas	16
Quadro A.6.1.2.1 (Portaria TCU 90/2014)– Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	17
Quadro – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	18
Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	19
Quadro A.6.4 (Portaria TCU 90/2014) – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	21
TABELA 9 - PARF 2016 - custeio	22
Fonte: BG 198 de 19/10/2016.	22
TABELA 10 - PARF 2016 - investimento	22
Fonte: BG 198 de 19/10/2016.	22
Tabela 11- Análise da Realização do PARF 2016	23
Quadro A.5.4 (Portaria TCU 90/2014) – Indicadores de Desempenho	24
Tabela 12 - Diminuição do Público Alvo	25
Tabela 13 - Comportamento da Demanda em Rede Própria	25
Tabela 14 - Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2016	25
TABELA 17 – RELATÓRIO DE GASTOS MENSIS COM CREDENCIAMENTO.....	26
Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho	27
Tabela 18 - Tabela de Glosas	28
Tabela 19 - Economia com OPMES no exercício de 2016	29
Quadro A.5.5 (Portaria TCU 90/2014) – Variações de Custos	29

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 - VISÃO GERAL DA UNIDADE	5
1.1.1 - Identificação da unidade jurisdicionada	5
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	8
2.1 Planejamento Organizacional	8
2.1.1 A Assistência Médica e o Plano Estratégico do CBMDF	8
2.2 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	9
2.2.1 – Atendimento em Rede Própria.....	9
2.2.2 Demanda Institucional	10
2.3 – Desempenho Operacional	11
2.3.1 - Atendimento na rede credenciada.....	11
2.3.1.1 Edital de credenciamento nº 01/2011	11
2.4 – Desempenho Orçamentário.....	13
2.4.1 Ações - OFSS	13
2.4.2 Ações/Subtítulos - OFSS	14
Quadro Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	14
2.4.3 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	14
2.4.4 Análise Situacional	15
2.4.5 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	16
2.4.5.1 Programação e Execução das despesas.....	16
2.4.5.1.1 Programação das despesas	16
2.4.5.1.2 Análise Crítica	17
2.4.5.1.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	17
2.4.5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas	18
2.4.5.1.4.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	18
2.4.5.1.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	19
Fonte: SIAFI-2016.....	19
2.4.5.1.5 Análise crítica da realização da despesa	19
2.4.5.1.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Suprimento de Fundos	20
Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal	20
QUADRO – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	20
QUADRO – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	20
QUADRO – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	20
2.4.5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	21
2.4.5.2.1 Análise Crítica	21
2.5 Execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros	21
2.6 Desempenho operacional	24
2.6.1 – Indicador Institucional	24
2.6.2 Indicadores de Apoio à Gestão	24
2.6.2.2.1 Análise dos indicadores institucionais	25
Atendimento em rede própria	25
Atendimento em Rede Credenciada	26
2.7 Atividades de apoio à execução dos termos de credenciamento.....	27
2.7.1 Serviço de Auditoria Médica/Hospitalar	27

2.7.2 Serviço de Análise e Controle de OPMES	28
2.8 Informações sobre custos de produtos e serviços	29
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.	31
3.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	31
3.2 Medidas relativas à acessibilidade	32
4. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	33
4.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	33
4.1.1 Balanço Financeiro	33
4.1.2 Balanço Patrimonial.....	34
4.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais	37
4.1.4 Balanço Orçamentário	39
4.1.5 Demonstração das Disponibilidades	42
4.1.6 Disponibilidade da Fonte de Recursos.....	Erro! Indicador não definido.
4.1.7 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza	Erro! Indicador não definido.
4.1.8 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função	Erro! Indicador não definido.
5. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	Erro! Indicador não definido.

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Assistência Médica e do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem como objetivo apresentar as realizações deste Fundo de Saúde no exercício de 2016, cumprindo o disposto nas Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, Decisões Normativas - TCU nº 154 e 156/2016 e Portaria - TCU nº 59/2017.

A partir da publicação do acórdão TCU 2.631/2010 - Plenário, que decidiu pela natureza tributária dos recursos arrecadados diretamente pelo Fundo de Saúde do CBMDF, estes passaram a ser executados junto com os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Ambos os créditos orçamentários são destinados ao mesmo fim: assistência à saúde dos bombeiros militares do DF e seus dependentes.

Com a publicação do Decreto nº 7.163/2010, que reorganizou a estrutura do CBMDF, em seu artigo 30, foi delegada a função de ordenar despesas à Diretoria de Saúde da corporação, conforme abaixo, sendo criada no mesmo exercício a Unidade Gestora SIAFI 170495 para a gestão do seu orçamento:

Art. 30. Compete à Diretoria de Saúde, órgão incumbido das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas, além do previsto no art. 26:

I - praticar os atos necessários ao recolhimento das indenizações ao Fundo de Saúde, observada a legislação específica;

II - zelar pelo cumprimento do Regulamento Geral da Assistência Médica e Odontológica da Corporação; e

III - exercer a função de ordenador de despesas, especificamente, quanto aos créditos e recursos relacionados com a sua área de competência, observada a legislação específica.

O Ofício nº 0272/2013 - TCU/Secex/Fazenda, de 20/11/2013, enquadrou o FCDF, em relação ao quadro *“QUADRO A1 – RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES JURISDICIONADAS E OS CONTEÚDOS GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO”* da Decisão Normativa nº 134/2013, como outros fundos alínea “f)”, dessa forma, faremos algumas considerações quanto à apresentação dos conteúdos obrigatórios deste Fundo de Saúde.

O Decreto nº 7.163/10 inovou apenas na gestão dos créditos orçamentários. Assim, a gestão e políticas de recursos humanos, patrimônio e controle interno continuam sob a estrutura do Comando-Geral.

Por isso, os itens obrigatórios da Portaria 321/2015 TCU que tratam especificamente das estruturas de GOVERNANÇA (item 5); ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO (item 8); CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (item 9); OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES (item 10), que são de responsabilidade da Controladoria do CBMDF, serão apresentados no relatório da Fundo de Saúde Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, UG 170394, para não gerar duplicidade de informação.

Em relação ao item Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, em decorrência dos recursos do Fundo Constitucional do DF serem operações especiais e não constarem no PPA, serão apresentadas as informações apenas do subitem 4.3.2 – Execução física e financeira das ações

da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade, que determinou a apresentação das informações que constem na lei orçamentária anual.

Desde outubro de 2013, mediante o crescente gasto na rede credenciada e a necessidade de utilização de orçamento do GDF para cobrir as despesas com a assistência médico-hospitalar, houve um maior controle dos gastos gerados na rede credenciada, pelo acompanhamento mensal em memorial de cálculo.

A aquisição de equipamentos e materiais para as Policlínicas Médica e Odontológica ocorreu de forma estratégica para diminuir, tanto quanto possível, o encaminhamento de procedimentos para a rede credenciada e, por consequência, dos gastos, aproveitando a capacidade instalada da rede própria do CBMDF.

Entretanto, apesar dos esforços despendidos, o baixo efetivo na Auditoria da DISAU, aliado à desorganização e incapacidade administrativa de diversas credenciadas, tem gerado, ano após ano, graves problemas na gestão dos recursos que se destinam a essa área.

Para o exercício de 2017, com uma política já implementada desde o final de 2014, esta Diretoria de Saúde pretende efetivar um controle preciso dos gastos que estão ocorrendo, de forma a se apurar mensalmente o valor dos serviços que já foram prestados pela credenciada, bem como a aproximação do planejamento orçamentário à execução financeira.

1 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 - Identificação e Atributos das Unidades Jurisdicionadas cujas Gestões compõem o Relatório

1.1.1 - Identificação

Quadro A.1.1.3 (Portaria TCU 90/2014) – Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 99999
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: Fundo Constitucional do DF - FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 0903		Código SIAFI: 170392
Natureza Jurídica: Fundos		CNPJ: 05.448.380/0001-45	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813
Endereço Eletrônico: geaha@fazenda.df.gov.br			
Página na Internet: www.buriti.df.gov.br			
Endereço Postal: ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação Completa: Fundo Constitucional do DF – Assistência Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: FCDF - CBMDF – ASS. MED.			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI: 170495
Natureza Jurídica: Fundos		CNPJ:	
Principal Atividade: Assistência à Saúde			Código CNAE: 6520-1/00
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3901-3625	(061) 3901-3130	(061) 3901-7929
E-mail: ds@cbm.df.gov.br			
Página na Internet: https://www.cbm.df.gov.br/site/ds/			
Endereço Postal: SAIS Quadra 04 Lote 5, CEP.: 70602600 Brasília-DF.			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei 10486/1996; Lei 12.086/2009; Decreto 7163/2010; Lei nº 7.479/86.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria CBMDF nº25 de 05/10/2006 – Regulamentação do Fundo de Saúde; Portaria CBMDF nº 18 de 11/03/2011 – Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros de 2011; Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011 – Regimento Interno do Departamento de Recursos Humanos.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
170392	FCDF		
170394	FCDF - SSP - CBMDF		
170960	DE/SFC/CG		
170961	DEFAZ/DE/SFC/CGU		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170392		00001	
170394		00001	
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Código SIAFI	Nome		
170392	FCDF		

1.2 – Finalidade e Competências

A assistência médica e odontológica aos bombeiros militares, seus dependentes e pensionistas, conforme preceitua o artigo 51, inciso IV, alínea e, da Lei nº 7.479/86 (Estatuto do CBMDF), o *caput* do art. 32 da Lei nº 10.486/2002 e artigo 20 do Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, é direito garantido e competência da Diretoria de Saúde do CBMDF, conforme previsto em regimento interno do Departamento Recursos Humanos da Corporação, art. 70 da Portaria CBMDF nº 93 de 21/12/2011, a saber:

Art. 70 A Diretoria de Saúde (DISAU) é o órgão de Direção Setorial, subordinado ao Departamento de Recursos Humanos, que tem por finalidade a coordenação, planejamento, controle, fiscalização e execução das atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

No citado art. 32 da Lei nº 10.486/2002, o legislador expôs em quais situações e para quem a assistência médica da corporação é prevista:

Art. 32. A assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005).

§ 1º O militar e seus dependentes poderão receber atendimento em outras organizações hospitalares, nacionais ou estrangeiras, nas seguintes situações especiais:

I - de urgência ou emergência, quando a organização hospitalar da Corporação não puder atender;

II - quando a organização hospitalar da respectiva Corporação, não dispuser de serviço especializado;

III - Ao inativo e pensionista, será fornecido o transporte, quando houver necessidade de internação hospitalar decorrente de prescrição médica utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação do Governo do Distrito Federal.

§ 2º A organização de saúde da Corporação destina-se a atender ao militar, seus dependentes e pensionistas.

A manutenção dos serviços de saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é feita de duas formas, primeiro, por meio de organizações de saúde da própria corporação e, segundo, através da contratação de outras organizações externas de saúde visando abranger um maior número de serviços a serem prestados.

Para essa contratação, o CBMDF conta com duas fontes de recursos: a principal, que são os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF (FCDF), e a outra são os recursos arrecadados diretamente dos seus militares constituindo o Fundo de Saúde do CBMDF (FS-CBMDF), conforme *caput* do art. 33 e seu parágrafo 3º da Lei 10.486/2002:

Art. 33. Os recursos para assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes também poderão provir de outras contribuições e indenizações, nos termos dos incisos II e III do *caput* do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)

[...] § 3º As contribuições e indenizações previstas no **caput** deste artigo serão destinadas à constituição de um Fundo de Saúde, que será regulamentado pelo Comandante-Geral de cada Corporação [...]

O FS-CBMDF foi regulamentado conforme disposto no parágrafo acima pelo Comandante-Geral da Corporação através da Portaria CBMDF nº 25 de 05/10/2006, definindo no artigo 1º, seu caráter complementar e de maneira geral, para quais situações ele deve ser destinado:

Art. 1º O Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal destina-se a complementar os recursos necessários à assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social aos militares, seus respectivos dependentes e aos pensionistas da Corporação.

§ 1º Os recursos do Fundo de Saúde serão empregados para o custeio e o investimento das atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, como a aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, manutenção, obras em geral, otimização técnica e operacional, relacionados com o serviço de saúde da Corporação [...]

Até o fim do exercício de 2010, o Fundo de Saúde foi executado por regras distritais e em sistema próprio: Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO). Contudo, após a publicação do ACÓRDÃO Nº 168/2007 – TCU – Plenário, aquela corte entendeu que esses recursos têm caráter tributário oriundos do orçamento da União e deveriam ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Assim, determinou através do Item 1.5.1 do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 – TCU – Plenário, sua execução por este sistema:

1.5.1. O registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011.

1.3 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Já tratado no subitem 1.2.

1.4 - Ambiente de atuação

Já tratado no subitem 1.2.

1.5 - Macroprocessos finalísticos

Já tratado no subitem 1.2.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 A Assistência Médica e o Plano Estratégico do CBMDF

O plano estratégico da Corporação para o período de 2011-2016, publicado através da portaria CBMDF nº 30, de 03/11/2010, estabeleceu como missão para o CBMDF, em seu item 2: “Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente”. Em seu item 3, foi estabelecida a visão institucional: “Ser referência para a sociedade pela excelência dos serviços prestados, por meio da qualificação dos seus integrantes, da gestão estratégica da Instituição, do constante reequipamento e da inovação tecnológica.”

No item 8.4 do Plano Estratégico, o CBMDF estabeleceu como Objetivo Estratégico para a Assistência Médica e Fundo de Saúde a otimização do atendimento assistencial e social prestado pela Instituição.

Descrição: Otimização do atendimento assistencial e social prestado pela instituição aos seus militares da ativa, da reserva, seus dependentes e pensionistas.

A Política do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal publicada por meio da Portaria CBMDF nº 55 de 19/07/2011, cabe a Assistência Médica da Corporação, conforme item 3.1.21 “Atender às demandas de saúde e sócio-assistenciais, preventivas e promocionais do bombeiro militar, em consonância com a legislação vigente”.

Ainda de acordo com a Portaria nº 55/2011, o CBMDF tem como missão o cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais. Assim, a Constituição Federal, no caput e nos parágrafos 5º e 6º do artigo 144, incumbe ao CBMDF a execução de atividades de defesa civil e de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, além de destacá-lo como órgão integrante do Sistema de Segurança Pública.

Já o art. 2º da Lei n. 8.255/91, Lei da Organização Básica do CBMDF, estabelece as seguintes competências ao CBMDF:

- I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- II - realizar serviços de busca e salvamento;
- III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;
- IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;
- VIII - executar as atividades de defesa civil;
- IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal;
- X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar. (Incluído pela Lei nº 12.086, de 2009)

Dessa forma, como é possível observar, passa a ser imprescindível a prestação de um serviço de saúde de qualidade para os militares, seus dependentes e pensionistas, auxiliando a corporação no cumprimento de sua missão, em que são desempenhadas atividades do mais alto risco e quase sempre insalubres.

2.2 – Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

2.2.1 – Atendimento em Rede Própria

O objetivo primordial é o atendimento, com qualidade, do disposto na legislação de criação do Fundo de Saúde, que é a assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes.

A Diretoria de Saúde do CBMDF, responsável pela gestão orçamentária e financeira dos recursos da Assistência Médica e do Fundo de Saúde, para cumprir com sua missão finalística, conta com, além desses recursos, 05 (cinco) órgãos subordinados e de atuação na área de saúde:

a) Policlínica Médica (POMED) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

b) Policlínica Odontológica (PODON) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.

c) Centro de Assistência ao Bombeiro Militar (CEABM) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.

d) Centro de Capacitação Física (CECAF) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.

e) Centro de Perícias Médicas (CPMED) - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

Esses órgãos são responsáveis pelos serviços de saúde ofertados pela corporação, com efetivo composto pelos seguintes profissionais:

TABELA 2 – MAPA DA FORÇA: QUADRO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE (POMED/PODON/CEABM)

SERVIDORES/ESPECIALIDADE	QUANTIDADE
Oficiais-Médicos	33
Oficiais-Enfermeiros*	1
Oficiais-Dentistas	33
Oficiais-Nutrição*	1
Oficiais-Psicologia*	1
Oficiais-Farmácia*	4
Oficiais-Fisioterapeutas*	4
Praças- área de saúde**	74
Militares capacitados em Ed. Física	11

Total Geral	162
--------------------	------------

Fonte: DISAU.

*Quadro de Oficiais Complementares;

**Militares oriundos do extinto quadro de saúde, QBMP-6, praças com formação nas áreas: Técnico em enfermagem, Técnico em radiologia, Técnico em laboratório, Técnico de gesso, Técnico em Higiene dentária e Enfermeiros com formação superior. Todos auxiliam nas execuções dos serviços diários da área de saúde;

Esses órgãos realizam atendimentos nas dependências próprias da DISAU aos usuários do sistema de saúde do CBMDF, em suas respectivas áreas de atuação. Durante o exercício de 2016, foram responsáveis pelos atendimentos descritos na Tabela 3.

TABELA 3 - QUANTIDADE DE ATENDIMENTO EM REDE PRÓPRIA

Exercício	Atendimentos
2015	381.223
2016	387.260

Fonte: POMED/DISAU

2.2.2 Demanda Institucional

A demanda institucional, definida tanto pela alínea e, inciso IV do artigo 51 da lei 7476/1986 – Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, bem como pelo caput do artigo 32 da lei 10.486/2002, é composta pelos militares (ativos e inativos), dependentes e os pensionistas àqueles que a lei estende o direito. O público alvo do sistema em 2016 passou a ser o descrito na Tabela 4.

TABELA 4 - DEMANDA INSTITUCIONAL

USUÁRIO	QUANTIDADE		DIFERENÇA
	2015	2016	
Militar	5.952	5.572	-380
Militar Inativo	2.537	2.671	134
Dependente	18.608	18.714	106
Pensionista	1.703	1.767	64
TOTAL	28.800	28.724	-76

Fonte: DIGEP e DITIC/CBMDF em 21/02/2016.

Diferentemente dos exercícios anteriores, a demanda total diminuiu, por causa da diminuição dos militares ativos, principalmente, pela passagem para a reserva remunerada e o licenciamento por aprovação em outros cargos públicos. Mesmo assim, houve um aumento em todos os outros critérios da demanda. No contexto geral, o público-alvo diminuiu em 0,26% em relação ao ano anterior.

A construção do novo prédio da POMED, licitada em 2011 por meio da Concorrência nº 020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF nº 248 de 28/12/2011 referente ao processo 053.000.830/2010, tinha previsão de entrega até 17 de março de 2014. Devido a uma série de fatores, explicitados no processo, optou-se por celebrar termo aditivo contemplando algumas alterações necessárias. A obra ainda não foi entregue, devido à necessidade de ajustes para obtenção de ‘Habite-se’. A nova previsão de entrega é no 2º semestre de 2017. Os objetivos da construção do novo prédio são:

melhorar as condições de atendimento, ampliar a capacidade na prestação dos serviços e a consequente redução dos gastos com credenciamento.

2.3 – Desempenho Operacional

2.3.1 - Atendimento na rede credenciada

A complexidade dos serviços de saúde, a grande demanda relativa à nossa capacidade de atendimento em rede própria e a descentralização dos custos da administração dos riscos de serviços tão especializados, impõe ao CBMDF a necessidade de contratar empresas prestadoras desses serviços para atender aos usuários do sistema de saúde naquilo que não é suportado nas unidades da DISAU. A opção pela modalidade de contratação foi o credenciamento, que conforme o item 8.2 decisão nº 656/95 – TCU:

[...] os órgãos/entidades dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo poderão, a seu critério, adotar sistema próprio para a prestação de serviços de assistência complementar à saúde dos servidores, inclusive o de credenciamento de profissionais e instituições médico-hospitalares, com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/93, observados os princípios básicos da administração pública;

2.3.1.1 Edital de credenciamento nº 01/2011

Objeto do Processo nº 053.000.337/2011, o edital de credenciamento do CBMDF publicado no DODF nº 159 de 16 de agosto de 2011, adotou novas tabelas de valores para pagamento, a fim de manter alguns serviços que já estavam, há muito tempo, com valores defasados pela inflação e que geravam muitas reclamações pelas entidades de classe da área de saúde. São elas:

a) A tabela **Associação Médica Brasileira de 1992 (AMB/92)**, como regra; e

b) Nos casos em que o procedimento não constar na AMB/92, o serviço é pago pela tabela **Lista de Procedimentos Médicos 1999** ou pela **Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualizada**, com deságio de 20% (vinte por cento).

As empresas credenciadas até 31/12/2016 são descritas na Tabela 6.

TABELA 6 - EMPRESAS CREDENCIADAS

CREDENCIADAS ATIVAS EM 2016		
Qtd	Empresa	CNPJ
1	3ª DIMENSÃO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	06.056.327/0001-61
2	ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S/S LTDA	09.104.513/0001-17
3	ATITUDE CLÍNICA PSICOLÓGICA E MULTIDISCIPLINAR LTDA	08.073.742/0001-59
4	BABY PED PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL LTDA.	11.092.950/0001-00
5	BIOCÁRDIOS INSTITUTO DE CARDIOLOGIA LTDA	05.544.035/0001-05
6	CARDIO CENTER CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA	00.596.543/0001-13
7	CARDIO VIDA CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA	05.843.380/0001-40
8	CARDIOBRASÍLIA CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL DE CARDIOLOGIA LTDA - ME	09.643.369/0001-97
9	CARDIOCARE - DF CLÍNICA CARDIOLÓGICA SOCIEDADE SIMPLES PURA LTDA	01.281.570/0001-60
10	CARNEIRO MACHADO E FRIEDMAN S/S LTDA - EPP	06.287.497/0001-57
11	CBV - CENTRO BRASILEIRO DA VISÃO LTDA	06.160.688/0001-53
12	CENTRO CLÍNICO E ECOGRÁFICO DE SOBRADINHO LTDA	01.467.047/0001-22
13	CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE BRASÍLIA LTDA.	03.419.044/0001-49
14	CENTRO DE CONVIVÊNCIA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	36.767.721/0001-79
15	CENTRO OFTALMOLÓGICO DR. RODRIGUES LTDA - EPP	33.431.651/0001-95
16	CENTRO SUL DE IMAGEM E MEDICINA FETAL SS LTDA	26.964.205/0001-80
17	CETTRO - CENTRO DE CÂNCER DE BRASÍLIA	00.520.237/0001-01
18	CLIDAE CLINICA DE DIAGNOSTICOS RADIOLOGICOS E ECOGRAFICOS S/S LTDA	26.495.275/0001-37

19	CLINICA ANAHATA SAUDE INTEGRAL LTDA	09.432.656/0001-58
20	CLÍNICA CARDIOLÓGICA SÃO CAMILO LTDA	10.668.829/0001-10
21	CLÍNICA DE ANGIOLOGIA, CIRURGIA VASCULAR E RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA SS - EPP	12.389.274/0001-01
22	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA JULIANA LTDA - EPP	01.759.280/0001-89
23	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA MULTIFISIO LTDA	11.140.975/0001-31
24	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA REABILITAÇÃO TOTAL LTDA	06.315.096/0001-63
25	CLÍNICA DE NEFROLOGIA RENAL VIDA LTDA - ME	18.783.509/0001-13
26	CLÍNICA DE PSICOLOGIA ABZM LTDA ME	11.646.757/0001-73
27	CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA FENELON LTDA	03.628.122/0001-15
28	CLÍNICA GERAL E ORTOPEDICA SUDOESTE LTDA	05.637.408/0001-92
29	CLÍNICA MÉDICA FISIO GAMA LTDA-ME	05.251.170/0001-62
30	CLÍNICA ONCOLOGY LTDA	11.820.670/0001-70
31	CLÍNICA OTORRINO OSWALDO NASCIMENTO LTDA - EPP	37.160.645/0001-00
32	CLÍNICA PRODIGEST LTDA.	01.443.380/0001-00
33	CLÍNICA RADIOLÓGICA E ODONTOLOGICA SAFE CARNEIRO LTDA - ME	00.709.014/0001-89
34	CLINISER - CLÍNICA INTEGRADA DE MEDICINA , PSICOLOGIA E OS. LTDA	03.165.043/0001-15
35	COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL	24.905.234/0001-46
36	CORPO E MENTE PILATES FISIOTERAPIA LTDA - ME	09.029.178/0001-30
37	DIAGNOSTIC S/S	03.500.455/0001-64
38	DIGIDOC RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA	01.258.895/0001-21
39	ECODINÂMICA CLÍNICA CARDIOLOGICA LTDA	09.277.457/0001-12
40	ENERGÉTICA CENTRO DE FISIOT. PILATES E CLÍNICO GERAL LTDA.	11.437.757/0001-63
41	ERIKA DRYS CENTRO OFTALMOLOGICO LTDA	04.714.858/0001-79
42	ESPAÇO EQUILIBRIUM CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA.	08.439.436/0001-93
43	FIB - FISIOTERAPIA INTEGRADA DE BRASÍLIA LTDA	37.150.471/0001-96
44	FISIOCEI - CLINICA DE REABILITAÇÃO	03.413.641/0001-66
45	FISIOEMOV - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DO MOVIMENTO LTDA	14.990.692/0001-77
46	GALERIA FISIOTERAPIA LTDA	08.454.601/0001-86
47	GILL'S CLÍNICA MÉDICA, FISIOTERÁPICA E FITNESS LTDA - ME	13.919.613/0001-79
48	HIDROFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA.	08.258.737/0001-10
49	HOB - TAGUATINGA LTDA	04.081.229/0001-59
50	HOSPITAL LAGO SUL S/A	00.382.069/0001-27
51	HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A	38.000.485/0001-96
52	HOSPITAL ORTOPETICO E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA	37.108.388/0001-59
53	HOSPITAL PRONTONORTE AS	00.511.816/0001-80
54	HOSPITAL SANTA HELENA AS	00.049.791/0001-44
55	HOSPITAL SANTA MARTA	05.090.412/0001-83
56	HOSPITAL SANTA MARTA LTDA.	00.610.980/0001-44
57	IDR - INSTITUTO DE DOENÇAS RENAIS LTDA	04.373.272/0001-98
58	IMAGE DOPPLER ULTRASSONOGRAFIA LTDA	07.187.929/0001-10
59	IMAGEM DENTAL RADIOLOGIA LTDA	07.338.610/0001-49
60	INBOL - INSTITUTO BRASILIENSE DE OLHOS SC LTDA	37.114.071/0001-25
61	INDF- INSTITUTO NEUROLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL S/S	08.107.725/0001-95
62	INEB – Instituto de Nefrologia de Brasília Ltda	10.580.711/0001-36
63	INOB - INSTITUTO DE OLHOS E MICROCIRURGIA DE BRASÍLIA LTDA.	00.363.702/0001-30
64	INSTITUTO DE CÂNCER DE BRASÍLIA LTDA	11.859.927/0001-06
65	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA E PEDIATRIA DE BRASÍLIA LTDA - EPP (CLINICOR)	02.629.291/0001-07
66	INSTITUTO DE CATARATA DE BRASÍLIA LTDA	12.992.115/0001-99
67	INSTITUTO DE NEUROCIRURGIA MEDULLARIS S/S LTDA	10.909.624/0001-80
68	INSTITUTO DE OLHOS DE TAGUATINGA LTDA - EPP	02.671.139/0001-92
69	INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA LTDA.	06.292.778/0001-06
70	INSTITUTO DO CORAÇÃO DE TAGUATINGA LTDA	72.602.071/0001-75
71	INTERAGE - CLINICA DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR LTDA	10.269.366/0001-14
72	ISOB - INSTITUTO DE SAÚDE DE OLHOS BRASÍLIA S/S LTDA	03.056.609/0001-70
73	JD IMAGEM E DIAGNÓSTICO ODONTOLÓGICO EIRELI	16.798.663/0001-33
74	JK RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA - ME	16.524.725/0001-19
75	LABORATÓRIO DIAGNÓSTICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	26.491.530/0001-73

76	LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.	00.718.528/0001-09
77	LABORATÓRIO SANTA CRUZ LTDA	00.346.098/0001-33
78	LÂMINA LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E PREVENÇÃO DE CANCER LTDA - EPP	00.626.754/0001-51
79	LUCIENE PIRES DE ARAUJO LINS ME	15.500.164/0001-55
80	M. ISRAEL PSICOLOGIA LTDA.	72.593.742/0001-89
81	MEDCOR - CARDIOLOGISTAS ASSOCIADOS DA ASA SUL LTDA	03.903771/0001-87
82	MEDICINA DA VISÃO - CLÍNICA OFTALMOLÓGICA LTDA	07.405.575/0001-33
83	MICRA LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA	02.777.949/0001-28
84	MM DA SILVA LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA	97.520.386/0001-02
85	NÚCLEO DE DIAGNOSE E MICROCIRURGIA OCULAR DE BRASÍLIA LTDA	37.992.740/0001-61
86	ONCOTEK - CLÍNICA DE TRATAMENTO E PESQUISA ONCOLOGICA	07.026.212/0001-97
87	ONCOVIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA LTDA	01.682.668/0001-29
88	OPÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	10.541.877/0001-43
89	OXTAL - MEDICINA INTERNA E TERAPIA INTENSIVA LTDA	10.793.027.0001/32
90	PEDIATRIA ASA NORTE LTDA	10.993.607/0001-73
91	PELLE VITTA DERMATOLOGICA S/S LTDA	18.336.254/0001-40
92	PHYSYS - FISIOTERAPIA LTDA	03.809.065/0001-70
93	PSICOCLINICA - CLÍNICA DE PSICOLOGIA, PSICOTERAPIA E ORIENTAÇÃO P. LTDA	37.120.144/0001-91
94	RADIO RADIODIAGNÓSTICO EM ODONTOLOGIA S S LTDA	26.985.168/0001-97
95	RÁDIO RADIODIAGNOSTICO EM ODONTOLOGIA S S LTDA	26.985.168/0002-78
96	RADIOCLINIC DIAGNÓSTICO ORAL POR IMAGENS LTDA	04.468.770/0001-14
97	RADIOGRAPH CLÍNICA DE IMAGEM LTDA - EPP	00.243.530/0001-60
98	RADIOMASTER RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA.	04.558.329/0001-23
99	REABILITARTE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA	11.023.583/0001-92
100	RIO PRETO ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	07.196.243/0003-58
101	RM CLINICA DE REABILITACAO LTDA - EPP	02.373.139/0001-06
102	ROBRÁS RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA DE BRASÍLIA LTDA	32.910.853/0001-57
103	SANTÉ CLÍNICA MÉDICA E PSICOLOGIA LTDA.	08.342.650/0001-27
104	SEANE SERVIÇO DE ASSISTENCIA CLÍNICA E NEFROLOGIA LTDA	01.619.412/0001-77
105	Serviços Hospitalares Yuge LTDA	72.576.143/0001-57
106	SPORTFISIO - CLÍNICA DE REABILITAÇÃO CORPORAL LTDA.	04.607.201/0001-02
107	UCI - UNIDADE DE CARDIOLOGIA INTEGRADA LTDA - EPP	18.000.366/0001-26
108	UROMEDICAL - CENTRO AVANÇADO DE UROLOGIA E ANDROLOGIA S/A LTDA	03.953.658/0001-06
109	VIVER CLÍNICA DE IMAGENS MÉDICAS LTDA	07.592.441/0002-50

Fonte: Comissão Permanente de Credenciamento - CPC/DISAU

O Edital nº 01/2011 – Credenciamento na área de saúde foi implementado a fim de contemplar as áreas médico-hospitalares não realizadas nas unidades da DISAU, como complementação do serviço de saúde.

Considerando que os valores praticados pela DISAU são os mesmos desde 2012, é possível concluir que o aumento dos gastos mensais junto à rede credenciada advém da utilização crescente por parte dos usuários do sistema de saúde. Tal fato é atribuído ao ingresso de novos dependentes e à migração de usuários, que antes se utilizavam de planos de saúde privados, para o sistema de saúde do CBMDF. Em relação a 2016, na rede credenciada, houve a exclusão de uma empresa e o credenciamento de outra até 31/12.

2.4 – Desempenho Orçamentário

2.4.1 Ações - OFSS

Os Quadros que serão informados abaixo tratam da peculiaridade dos recursos deste Fundo de Saúde, uma vez que a ação 0903.00FM.0053 - *Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal*, englobou, no exercício de 2016, não só os valores para assistência médica do CBMDF, mas de toda segurança pública do Distrito

Federal. Além disso, o Quadro – *Ações do Orçamento de Investimento* também não será apresentado, tendo em vista esta FUNDO DE SAÚDE não compor o orçamento de investimento.

2.4.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00FM			Tipo: Operação Especial			
Descrição	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal						
Programa	Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica Código: 0903						

Fonte: PLOA-2016 e SIAFI-2016 (>CONOR).

2.4.3 Ações não Previstas na LOA 2016 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro– Ações não Previstas LOA 2016 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	0903.00FI.0053		Tipo: Operação Especial		
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do CBMDF no DF				
Programa	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do CBMDF				
Unidade Orçamentária	73901 - Fundo Constitucional Do Distrito Federal				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
33.612.365,68	21.623.894,51	3.079.292,06	Pessoa Beneficiada	Unidade	28.724

Fonte: PLOA e SIAFI-2016.

2.4.4 Análise Situacional

Com a progressão dos gastos com assistência médica aos usuários do sistema, o acompanhamento dos valores mensais com atendimentos nas credenciadas através de informações por elas prestadas, foi evidenciada, mediante planilhas próprias elaboradas pela Seção de Acompanhamento da Execução de Contratos, a necessidade de incremento do orçamento.

Assim, ficou apontado no mês de agosto de 2016 através da projeção dos gastos informados pelas credenciadas e ajustes internos no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), que para o fechamento do exercício o valor estimado para aporte no orçamento seria de R\$ 8.603.745,40 apresentando um valor total de R\$ 77.783.605,70 de recursos a serem destinados aos atendimentos dos beneficiários do sistema de saúde do CBMDF junto às empresas credenciadas.

Diante da crescente demanda e da possibilidade de os recursos não serem suficientes para cobrir as despesas ocorridas, desde o exercício de 2012 a DISAU estabeleceu métodos de controle, tais como:

- Qualquer autorização de procedimentos a serem realizados na rede credenciada deve ter a anuência de profissional de saúde da Corporação em atendimento nas unidades do CBMDF. Tal ação visa a utilização completa das unidades de saúde e evitar que procedimentos desnecessários sejam realizados.
- Ação mais criteriosa nos trabalhos da Seção de Auditoria em Saúde, em autorizações de procedimentos.
- Adoção de modalidade de pagamento por meio de ressarcimento, com o fito de coibir uso desnecessário de serviços médicos eletivos.
- Realização de palestras para executores de contratos de credenciamento orientando uma melhor execução orçamentária e financeira.
- Realização de curso de Gestão de Contratos na Escola de Governo, sendo uma turma de 30 militares no período de 5 a 9 de outubro de 2015 e outra de 27 militares de 23 a 27 de novembro de 2015.
- Instituição de comissão para realização de estudo de viabilidade de adoção de empenho para a própria Unidade Gestora, publicado no item VIII do Boletim Geral da Corporação de número 141, de 28JUL2015.
- Realização de trabalho monográfico sobre a implantação de Empenho único para a própria Diretoria de Saúde, do qual conclui-se ir contra a legislação vigente o uso de empenho único para a própria Unidade Gestora, contrariando normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que rege todo o arcabouço normativo de orçamento e finanças públicas.

O objetivo é utilizar ferramentas no sentido de manter os gastos dentro da meta planejada anualmente, uma vez que o ingresso expressivo de militares nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, aliado ao envelhecimento da tropa e reconhecimento de novos dependentes elevou-se consideravelmente os gastos.

A execução dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, com algumas alterações orçamentárias como o aporte financeiro, veiculados por meio das seguintes Notas de Créditos: NC000109 de 27/10/2016 no valor de R\$ 2.045.000,08, NC000122 de 10/11/2016 no valor de R\$ 420.174,00, NC000127 de 28/11/2016 no valor de R\$ 2.278.452,00, e a NC000132 de 22/12/2016 no valor R\$ 7.708.808,00 proporcionaram o regular andamento dos serviços junto às empresas credenciadas

prestadoras de serviços de saúde, bem como fornecedores de materiais. Para alcançar este resultado foi realizado um aporte no orçamento de R\$ 9.987.260,00 além da mudança da natureza da despesa de investimento para custeio no valor de R\$ 2.465.174,38.

Dessa forma, o montante final disponibilizado para gastos com credenciamento ficou em R\$ 81.129.479,59 totalmente empenhado, destinado ao exercício de 2016 e Reconhecimento de Dívidas de Exercício Anteriores.

O orçamento total disponibilizado para a Assistência Médica do CBMDF, após os aportes financeiros da SUTES/GDF informados nas NC's acima, para 2016 foi de R\$ 86.992.500,00.

Com o avançar do tempo somado às novas inclusões, e ainda com a análise do comportamento da demanda nos atendimentos médicos, vislumbra-se a necessidade de reavaliação do orçamento destinado à Assistência Médica do CBMDF, uma vez que este se encontra cada vez mais aquém da capacidade de cobertura dos gastos.

Em exercícios anteriores, por causa da informação errônea das credenciadas, chegou-se a anular mais de um milhão de reais dos inscritos em restos a pagar, o que representa grave ameaça à gestão dos recursos destinados à saúde.

Baseado neste fato, a interrupção, pura e simplesmente, dos serviços de saúde no último bimestre poderia representar a perda de saldo por posteriores anulações versus o agravamento da condição física e emocional de pacientes sob tratamento ou sob risco de morte.

Como a DISAU não possui ainda um sistema informatizado que permite controlar financeira e operacionalmente as guias de autorização, a estimativa dos inscritos em restos a pagar depende das informações geradas por credenciada.

Em relação ao alto índice de restos a pagar, há uma grande dificuldade de liquidação das despesas na DISAU, principalmente no que diz respeito ao credenciamento.

Os hospitais e clínicas têm apresentado um prazo de faturamento médio de 60 dias, a contar do atendimento do usuário na rede credenciada. Por outro lado, a Seção de Auditoria (SEAUD) da DISAU trabalha com um terço do efetivo de enfermeiros auditores, comparado com um plano de saúde de mesmo porte, levando, em média, 70 dias para os serviços de auditoria, o que dificulta, sobremaneira, a aproximação da execução financeira ao planejamento orçamentário e aumenta, significativamente, a inscrição em restos a pagar.

2.4.5 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

2.4.5.1 Programação e Execução das despesas

2.4.5.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 (Portaria TCU 90/2014) – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: FCDF			Código UO: 73901	UGO: 170392
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes	
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL				3- Outras Despesas Correntes
CRÉDITOS	Suplementares			74.005.240,00
	Especiais	Abertos		11.121.180,00

		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2016 (A)					85.126.420,00	
Dotação final 2015(B)					65.129.257,00	
Variação (A/B-1)*100					30,70	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			3.000.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares		-1.133.920,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2016 (A)			1.866.080,00			
Dotação final 2015 (B)			3.875.947,00			
Variação (A/B-1)*100			-51,85			

Fonte: SIAFI-2016 (>CONOR).

2.4.5.1.2 Análise Crítica

Desde o início do exercício de 2016, já estava previsto que seriam utilizados, para despesas com Reconhecimento de Dívidas, um montante em torno de R\$ 3 milhões. Dessa forma, esta Diretoria já iniciou o exercício com o orçamento comprometido. Diante desse cenário, envidou-se esforços para que esse orçamento fosse de alguma forma suplementado, tendo em vista que os gastos em saúde estavam aumentando, e uma parte considerável do orçamento aprovado já estava, teoricamente, comprometido em razão dos processos de reconhecimento de dívida que viriam.

Com isso, para alcançar o equilíbrio foi realizado um aporte no orçamento de R\$ 9.987.260,00 além da mudança da natureza da despesa de investimento para custeio no valor de R\$ 2.465.174,38 (será detalhada posteriormente).

2.4.5.1.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não houve movimentação externa de créditos, por isso não será informado o Quadro – *Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa*.

Quadro A.6.1.2.1 (Portaria TCU 90/2014)– Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170392	170495	28.845.0903.00FM.0053			76.005.240,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170392	170495	28.845.0903.00FM.005	7.987.260,00		

Fonte: SIAFI-2016.

2.4.5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas

Este Fundo de Saúde não é responsável por créditos diretamente na LOA, conforme portaria 59/2017-TCU, entretanto apresentamos os quadros abaixo que tratam da Execução da despesa do Fundo de Saúde.

2.4.5.1.4.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.267.489,97	1.312.249,59	1.267.489,97	1.312.249,59
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	1.267.489,97	1.312.249,59	1.267.489,97	1.312.249,59
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	44.284.635,09	30.670.112,93	44.284.635,09	30.670.112,93
h) Dispensa	63.799,52	2.230,90	63.799,52	2.230,90
i) Inexigibilidade	44.220.835,57	30.667.882,03	44.220.835,57	28.954.328,55
3. Regime de Execução Especial	3.833,09	20.877,58	3.833,09	20.877,58
j) Suprimento de Fundos	3.833,09	20.877,58	3.833,09	20.877,58
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0	0	0	0
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	0	0	0	0
5. Outros	3.246.172,68	6.928.674,48	3.246.172,68	4.161.809,07
m) Despesa de Exercício Anterior	3.244.511,07	6.927.938,65	3.244.511,07	4.161.073,24

n) Indenizações	1.661,61	735,83	1.661,61	735,83
6. Total (1+2+3+4+5)	48.802.130,83	38.931.914,58	48.802.130,83	36.165.049,17

Fonte: TESOURO-GERENCIAL.

2.4.5.1.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros Enc. da Dívida								
3. Outras Desp. Correntes	85.125.919,35	65.129.257,00	48.657.850,91	38.075.353,91	36.468.068,44	26.253.848,45	48.657.850,91	34.374.190,99
3.3.90.39	77.499.736,80	52.066.550,87	44.312.314,66	30.801.589,98	33.187.422,14	21.264.960,89	44.312.314,66	29.067.206,83
3.3.90.92	3.803.821,29	8.193.056,33	3.246.172,68	6.928.674,48	557.648,61	1.264.381,85	3.246.172,68	4.161.809,07
3.3.90.30	2.916.115,98	3.989.389,01	272.990,53	345.089,45	2.643.125,45	3.644.299,56	272.990,53	345.089,45
Demais elementos do grupo	906.245,28	880.260,79	826.373,04	800.085,64	79.872,24	80.206,15	826.373,04	800.085,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	865.001,90	2.706.670,86	144.279,92	76.394,70	720.721,98	2.630.276,16	144.279,92	76.394,70
4.4.90.52	720.905,52	1.348.712,92	144.279,92	76.394,70	576.625,60	1.272.318,22	144.279,92	76.394,70
4.4.90.51	144.096,38	1.357.957,94	0	0	144.096,38	1.357.957,94	0	0
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: TESOURO-GERENCIAL.

2.4.5.1.5 Análise crítica da realização da despesa

A execução da despesa não foi muito diferente do ano anterior, caracterizada, principalmente, pelos gastos crescentes junto à rede credenciada, no entanto, apesar de manter o mesmo elemento de despesa gasto, houve um aumento no valor gasto com este serviço de Credenciamento, chegando ao valor de R\$ 81 milhões de saldo empenhado para este elemento de despesa.

Esse gasto ainda representou 93,2% do orçamento de todo o orçamento desta diretoria. Em relação aos restos a pagar dessa despesa, apesar de ter aumentado o valor total em termos numéricos, houve uma redução no percentual de inscrição em Restos a Pagar, pois em 2015 o percentual inscrito foi de 43,8%, e em 2016, de 43,24%.

As aquisições de equipamentos ocorreram em montante inferior do que no exercício anterior, visto que quase a totalidade dos materiais permanentes da nova POMED já foram adquiridos.

Foram adquiridos máquinas e equipamentos para o novo prédio da policlínica Médica e Odontológica, como uma Cadeira de otorrinolaringologia, um sistema teste de esforço visando reduzir os gastos com estas especialidades nas empresas credenciadas, além de materiais de fisioterapia e ao longo do ano. Estava previsto também para ser adquirida mais uma Unidade Móvel de Atendimento Odontológico em 2016, no entanto ocorrerá no começo de 2017.

Surgem algumas implicações para esta Diretoria de Saúde, uma vez que o ingresso de novos militares e dependentes e o envelhecimento dos usuários atuais faz com que os gastos cresçam sem qualquer interferência desta Unidade.

A fim de gerenciar os gastos relativos à saúde, a DISAU, a partir de 2015, com a publicação em BG (item XXV do BG nº 40, de 02 de março de 2015), ofertou-se algumas especialidades por meio de ressarcimento, tais como psicologia, fisioterapia, cardiologia, radiologia odontológica e exames laboratoriais, todos eletivos, na tentativa de inibir a utilização do sistema sem a real necessidade, uma vez

que o usuário efetua o pagamento para depois solicitar o valor no CBMDF, sendo descritos por gestores de saúde reconhecidos mundialmente como fato moderador de sistemas de saúde. Os gastos nessas áreas diminuíram com a aplicação desta política.

2.4.5.1.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	170495	Assistência Médica CBMDF			2	3.833,09	8.000,00
2015	170495	Assistência Médica CBMDF			8	39.200,00	8.000,00
Fonte: SIAFI 2015 e 2016							

QUADRO – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	170495	Assistência Médica CBMDF			2	0,00	3.833,09	3.833,09
2015	170495	Assistência Médica CBMDF			2	1.200,00	19.677,58	20.877,58

Fonte: SIAFI 2015 e 2016

QUADRO – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170495	Assistência Médica CBMDF	3.3.90.30	16	290,00
			24	353,09
			43	280,00
170495	Assistência Médica CBMDF	3.3.90.39	20	405,00
			63	480,00

2.4.5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Não houve inscrição de restos a pagar processados em 2014 e 2015.

Quadro A.6.4 (Portaria TCU 90/2014) – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	32.991.122,05	22.372.244,39	2.440.806,01	8.178.071,65
2014	4.564.513,15	3.546.369,29	322.790,38	695.353,48
2013	410.505,87	36.036,33	338.715,56	35.753,98

Fonte: TESOURO GERENCIAL.

2.4.5.2.1 Análise Crítica

A DISAU, no exercício de 2016, empenhou-se no sentido de executar os valores inscritos em restos a pagar dos anos de 2013, 2014 e 2015. Para isso foi demandado junto aos executores de contrato que notificassem as empresas para se pronunciar quanto à existência de débitos devendo proceder ao pagamento ou sua anulação conforme a resposta obtida.

Ao final do exercício de 2016 foi contabilizado um valor de R\$ 22.372.244,39 de valores de inscrição pagos, que representam 68% do total; e R\$ 3.582.405,62 de valores de reinscrição que alcança 72% deste total.

O alto valor apresentado na inscrição e reinscrição de restos a pagar se deve a especificidade do serviço de assistência médica, que além da imprevisibilidade da utilização do serviço de urgência e emergência hospitalar, conta com serviços de autorização com validade de 60 dias para utilização podendo não ser executado no exercício de origem.

2.5 Execução do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), regulamentado pela portaria CBMDF nº 54 de 18/07/2011, tem como objetivo, conforme exposto em seu artigo 1º “subsidiar o Comando-Geral no processo decisório de alocação de recursos orçamentários e proposta orçamentária”. Nele, são estabelecidos, em nível de órgão, os valores destinados a cada projeto ou atividade institucional.

Sua metodologia consiste, basicamente, em buscar informações junto às unidades operacionais e administrativas da corporação sobre seus projetos, atividades e demais necessidades. Cada demanda é apresentada ao órgão responsável pela elaboração do plano, em que é analisada sua viabilidade, se estão de acordo com o planejamento estratégico, prioridade e compatibilidade com os planos e programas de governo.

Após analisadas, os pedidos são condensados em um plano único, que é publicado em boletim interno de acesso a toda corporação, dando transparência ao processo e permitindo o controle a todos os interessados. Através dele é elaborada a proposta orçamentária a ser incluída no projeto de lei orçamentária do Distrito Federal.

Assim, os setores responsáveis pela inclusão de demandas no PARF apresentam os projetos básicos referentes às contratações até o dia 15/03 do ano de execução do plano para que a Diretoria de Contratações e Aquisições do CBMDF tenha tempo hábil para a realização dos procedimentos.

O PARF do exercício de 2016 foi publicado por meio da portaria CBMDF de 13 de outubro de 2015 no Boletim Geral nº 194 de 14/10/2015, contudo, devido a licitações atrasadas, contingenciamento, aumento dos serviços proporcionado pelo novo edital, bem como problemas causados por execução de contrato deficiente, foi alterado pela Portaria 20 de 18/10/2016, publicada no BG nº 198 de 19/10/2016, conforme o descrito a seguir.

TABELA 9 - PARF 2016 - custeio

RESPONSÁVEL	COD.	Descrição	VALOR
DISAU	CS-01	Credenciamento de Clínicas e Hospitais	69.179.860,30
DISAU	CS-02	Capacitação de militares	54.000,00
PODON	CS-03	Auxiliares de Saúde Bucal	1.000.000,00
PODON	CS-04	Manutenção de Equipamentos da PODON	200.000,00
POMED	CS-05	Contratação de Pessoal Terceirizado: enfermeiros, técnicos e auxiliares	-
POMED	CS-06	Manutenção de Equipamentos da POMED e Fisioterapia	1.000.000,00
POMED	CS-07	Controle Externo de Qualidade de laboratório	6.500,00
POMED	CS-08	Manutenção do software do laboratório	-
CEABM	CS-09	Material de Expediente	2.000,00
CECAF	CS-10	Materiais diversos	100.000,00
CECAF	CS-11	Rede de proteção para o ginásio poliesportivo	20.000,00
PODON	CS-12	Material de Consumo Odontológico	750.000,00
POMED	CS-13	Aquisição de Medicamentos	250.000,00
POMED	CS-14	Material de Consumo do Laboratório - Tubos	-
POMED	CS-15	Kits reagentes para diagnósticos - Laboratório	2.200.000,00
POMED	CS-16	Material de consumo para Centro Cirúrgico, Ambulatório e Fisioterapia	400.000,00
DISAU	CS-17	Material Bibliográfico não imobilizável	-
DISAU	CS-18	Aquisição de Periódicos e anuários	6.800,00
DISAU	CS-19	Transporte de paciente - Suporte Avançado	-
DISAU	CS-20	Ressarcimento	-
TOTAL - Custeio			75.169.160,30

Fonte: BG 198 de 19/10/2016.

TABELA 10 - PARF 2016 - investimento

RESPONSÁVEL	COD.	DESCRIÇÃO	VALOR 2016
CECAF	IS-01	Aparelhos Esportivos	120.000,00
PODON	IS-02	Caminhão tipo baú, equipado com consultório odontológico	485.000,00
PODON	IS-03	Equipamentos Odontológicos	84.000,00
POMED	IS-04	Aquisição de Equipamentos Médicos	886.079,70
POMED	IS-05	Equipamento de Fisioterapia	-
POMED	IS-06	Sistema de Gestão Hospitalar	-
DISAU	IS-07	Aparelhos de Ar Condicionado	116.000,00
DISAU	IS-08	Equipamentos Audiovisuais	-
POMED	IS-09	Reajuste contratual Obra POMED	145.000,00
TOTAL - Investimento			1.836.079,70

Fonte: BG 198 de 19/10/2016.

A seguir, a tabela nº 11 confronta o planejado com o executado pelo Fundo de Saúde, bem como a justificativa geral das ações que não foram realizadas ou realizadas parcialmente:

Tabela 11- Análise da Realização do PARF 2016

CÓD.	ATIVIDADE	VALOR PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	JUSTIFICATIVA
CS-01	Credenciamento de Clínicas e Hospitais	62.167.485,92	80.570.169,37	130%	Conforme o planejado.
CS-02	Capacitação de militares	304.000,00	29.772,04	10%	Proibição de realização de cursos Decreto 37.121/16 - GDF
CS-03	Auxiliares de Saúde Bucal	1.000.000,00	906.245,28	91%	Conforme o planejado. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-04	Manutenção de Equipamentos da PODON	200.000,00	141.994,56	71%	Conforme o planejado. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-05	Contratação de Pessoal Terceirizado: técnicos e auxiliares em enfermagem	1.100.000,00	0,00	0%	Atraso na Obra da POMED. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-06	Manutenção de Equipamentos da POMED e Fisioterapia	1.000.000,00	287.712,56	29%	Atraso na Obra da POMED. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-07	Controle Externo de Qualidade de laboratório	6.500,00	2.230,90	34%	Conforme o planejado. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-08	Manutenção do software do laboratório	0,00	0,00	0%	Atraso na Obra da POMED. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-09	Material de Expediente	10.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-10	Materiais diversos	100.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-11	Rede de proteção para o ginásio poliesportivo	20.000,00	13.430,00	67%	Conforme o planejado. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-12	Material de Consumo Odontológico	1.000.000,00	267.873,70	27%	Licitações frustradas.
CS-13	Aquisição de Medicamentos	250.000,00	39.550,92	16%	Licitações frustradas. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-14	Material de Consumo do Laboratório - Tubos	200.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-15	Kits reagentes para diagnósticos - Laboratório	4.000.000,00	2.202.657,00	55%	Conforme o planejado. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-16	Material de consumo para Centro Cirúrgico, Ambulatório e Fisioterapia	1.200.000,00	97.350,68	8%	Atraso na Obra da POMED. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-17	Material Bibliográfico não imobilizável	6.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-18	Aquisição de Periódicos e anuários	10.000,00	7.622,12	76%	Conforme o planejado.
CS-19	Transporte de paciente - Suporte Avançado	100.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
CS-20	Ressarcimento	0,00	1.661,61	xxx	Incluído no PARF conforme a Demanda
IS-01	Aparelhos Esportivos	120.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos devolvidos.
IS-02	Caminhão tipo baú, equipado com consultório odontológico	500.000,00	0,00	0%	Licitação Frustrada. Recursos devolvidos.
IS-03	Equipamentos Odontológicos	254.000,00	83.139,92	33%	Licitação Frustrada. Recursos devolvidos.
IS-04	Aquisição de Equipamentos Médicos	1.032.079,70	637.765,60	62%	Licitação Frustrada. Recursos devolvidos.
IS-05	Equipamento de Fisioterapia	96.674,38	0,00	0%	Licitação Frustrada. Recursos devolvidos.
IS-06	Sistema de Gestão Hospitalar	2.045.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
IS-07	Aparelhos de Ar Condicionado	116.000,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
IS-08	Equipamentos Audiovisuais	22.500,00	0,00	0%	Não apresentação de projeto básico. Recursos remanejados para o credenciamento.
IS-09	Reajuste contratual Obra POMED	145.000,00	144.096,38	99%	Conforme o planejado.
TOTAL		77.005.240,00	85.433.272,64	111%	Houve uma suplementação orçamentária e mudança de rubrica para atender toda a

Fonte: BG 198 de 19/10/2016 e SIAFI-2016.

2.6 Desempenho operacional

2.6.1 – Indicador Institucional

O indicador de ordem institucional estabelecido pela corporação para a DISAU, por meio da Portaria nº 38, publicada no BG nº 138, de 30/09/2013, foi o índice de inscrição de restos a pagar. Ele é um indicador de eficácia, que é medido subtraindo o valor total pago do valor total empenhado. Com tal indicador de eficácia é possível avaliar como tem sido conduzida gestão orçamentária e financeira da diretoria.

Um índice muito elevado permite perceber que algum problema pode estar acontecendo na gestão, uma vez que os serviços ofertados em ou compras realizadas não têm sido liquidados e pagos em datas contratadas. Assim, foi estabelecido para o ano de 2016, pelo anexo II da portaria citada acima o percentual de 4% de inscrição sobre a provisão recebida.

O índice medido em 2016 foi de 43,24%. A DISAU tem tentado alterar o índice de 4% previsto na portaria nº 138, uma vez que os serviços de saúde dependem exclusivamente da demanda que não tem padrão de comportamento. Além disso, outros fatores influenciam esse alto percentual de Restos a Pagar: Prazo de faturamento médio das empresas credenciadas de 60 dias o que leva a uma liquidação tardia de despesas com clínicas e hospitais; Baixo efetivo da Seção de Auditoria - SEAUD que impacta diretamente no prazo de realização das auditorias nas faturas das empresas credenciadas, alongando o prazo necessário para a efetiva liquidação da despesa; Processos licitatórios e aditivos que são celebrados com maior frequência no mês de dezembro, sem tempo hábil para liquidação e pagamento.

Quadro A.5.4 (Portaria TCU 90/2014) – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
índice de inscrição de restos a pagar	42,58%*	4%	43,24%	Anual	$\frac{(\text{Valor total empenhado} - \text{Valor total pago})}{\text{Valor total empenhado}}^{**}$

Fonte: SIAFI-2016.

*Exercício de 2015.

**Medição realizada no dia 31/12/16.

2.6.2 Indicadores de Apoio à Gestão

A necessidade de mensurar os serviços de saúde surge da escassez dos recursos públicos destinados à Assistência Médica do CBMDF. Decorrente de obrigação legal, a manutenção dos serviços limita-se à disponibilidade de recursos. Dessa forma, deve-se chegar a um equilíbrio entre a demanda, atendimentos em rede própria e os atendimentos em rede credenciada.

Esse equilíbrio passa a ter importância maior em situações de contingenciamento ou de situações econômicas adversas, em que a escassez dos recursos irá influenciar num maior ou menor incentivo ao uso da rede de atendimento disponível. Assim, o Fundo de Saúde vem considerando, como pode ser observado nos relatórios anteriores, dois indicadores de apoio a gestão: o número de atendimentos em rede própria e o número de atendimentos em rede credenciada.

Tabela 12 - Diminuição do Público Alvo

Exercícios	2015	2016	DIFERENÇA	Aumento Percentual
Quantidade Total	28.800	28.724	-76	0,26%

Fonte: DITIC/CBMDF

2.6.2.2.1 Análise dos indicadores institucionais

Atendimento em rede própria

A análise do atendimento em rede própria é utilizada para entender o comportamento da demanda institucional. Como os serviços executados por rede credenciada, com exceção dos relativos à urgência e emergência, passam necessariamente por atendimento interno prévio, torna-se possível a mensuração do número de pessoas encaminhadas. Outra utilidade da análise da rede própria é a possibilidade do controle de gastos, uma vez que é executada triagem dos tratamentos que podem ser realizados nas empresas contratadas.

Tabela 13 - Comportamento da Demanda em Rede Própria

	2015	2016	Diferença	Variação %
Procedimentos	381.223	387.260	6.037	1,58%

Fonte: DISAU/CBMDF

Tabela 14 - Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2016

Discriminação dos procedimentos	Quantidade	
	2015	2016
Número de consultas ambulatoriais realizadas (POMED)	46.045	42.672
Procedimentos da Enfermaria (POMED)	3.904	4.859
Cirurgias (POMED)	688	475
Procedimento na Ortopedia/Gesso (POMED)	127	57
Eletrocardiograma (POMED)	36	0
Ecografia (POMED)	2.349	1.728
Endoscopia (POMED)	779	790
Fluxometria (POMED)	0	0
Colonoscopia (POMED)	381	420
Exames de Laboratório (POMED)	198.604	218.620
Atendimentos Fisioterápicos (POMED)	11.101	6.649
Exames Radiológicos (POMED)	2.829	2.293
Colposcopia (POMED)	1.362	1.363
Procedimentos Odontológicos (PODON)	49.177	49.353
Psicologia e Psiquiatria (CEABM)	507	697
Número de Perícias (CPMED)	37.206	31.861
Número de Inspeções em Saúde (CPMED)	25.335	24.115
Número de Pessoas Atendidas pelos programas do CECAP	793	1.308
Total de Procedimentos	381.223	387.260

Fonte: DISAU/CBMDF.

Em termos quantitativos, o aumento no número de procedimentos em âmbito interno sugere um crescimento também no número de atendimentos em rede credenciada, uma vez que surgirão novos encaminhamentos, na maioria das vezes para diagnóstico precoce de patologias.

Embora outros métodos sejam usados para medir o comportamento da demanda institucional, a sua confirmação é feita dessa maneira. Quando cresce o número de atendimentos na rede própria, eleva-se também na credenciada pela necessidade de realização de exames para complementação do diagnóstico.

Esse controle foi importante no auxílio à tomada de decisão da DISAU em 2016, pois percebeu-se o aumento da demanda já no primeiro semestre, o que possibilitou a busca pela suplementação orçamentária no valor de R\$ 8 milhões e de mudança de rubrica de investimento para custeio no valor de mais de R\$ 1,1 milhão.

Atendimento em Rede Credenciada

A análise do comportamento da demanda institucional pode ser feito também por meio da utilização da rede credenciada. Com auxílio do subitem anterior, este indicador possibilita prever o comportamento do gasto em relação ao aumento da demanda.

Observa-se uma proporcionalidade direta no aumento/redução do número de atendimentos na rede interna e credenciada, que ocorre devido à obrigatoriedade de prévia autorização por médico do CBMDF, procedimento instituído ao longo do ano de 2014 e que foi mantido em 2016, conforme a disponibilidade da POMED, para evitar os maus gastos por abuso do sistema ou por fraude, com exceção dos atendimentos urgência/emergência.

Para se chegar ao equilíbrio entre demanda interna, externa e orçamento, estabeleceu-se um indicador de gasto a fim de proporcionar o controle mais efetivo sobre os recursos. Ele é calculado com base no valor total autorizado para as despesas de assistência em saúde, dividido por doze. O resultado obtido (valor autorizado mensal médio) é dividido por um milhão, para que se alcance o Indicador de Gasto:

No ano de 2016, os valores utilizados para cálculo do indicador foram:

- Valor inicial autorizado (PARF) = **R\$ 58.364.485,92***
- Valor autorizado mensal médio = $\text{R\$ } 58.364.485,92 / 12 = \text{R\$ } 4.863.707,16$
- Indicador de Gasto Limitador = $\text{R\$ } 4.863.707,16 / 1.000.000 = 4.86$

Após os ajustes no PARF, com base na previsão mensal de gasto dos executores de contrato, o valor final previsto para o credenciamento ficou:

- Valor total autorizado para Assistência em Saúde = **R\$ 76.767.169,37***
- Valor autorizado mensal médio = $\text{R\$ } 76.767.169,37 / 12 = \text{R\$ } 6.397.264,11$
- Indicador de Gasto Limitador = $\text{R\$ } 6.397.264,11 / 1.000.000 = 6.4$

Assim, por meio do acompanhamento do executor do contrato, calcula-se o valor efetivamente gasto por mês e divide-se por um milhão para se obter o número que será objeto de comparação com o Indicador de Gasto Limitador, aferido anteriormente.

Caso o resultado encontrado seja maior que o padrão estabelecido, a previsão inicial dos gastos deve ser revista; se o resultado for inferior ao parâmetro, devem-se apurar suas causas e fatores contributivos, para que se apure se há necessidade de incentivo à utilização do sistema ou se o trabalho preventivo tem proporcionado melhora na saúde da corporação.

TABELA 17 – RELATÓRIO DE GASTOS MENSAIS COM CREDENCIAMENTO

Mês	Valor mensal gasto (R\$)	Valor inicial - sem aporte orçamentário		Valor final - com aporte orçamentário	
		Indicador de	Variação	Indicador de	Variação absoluta

		Gasto	absoluta em relação ao limitador (4.86)	Gasto	em relação ao limitador (6.4)
Janeiro	5.630.044,70	5,63	-0,77	5,63	0,77
Fevereiro	4.590.441,57	4,59	0,27	4,59	1,81
Março	5.887.110,93	5,89	-1,03	5,89	0,51
Abril	5.146.205,69	5,15	-0,29	5,15	1,25
Mai	5.643.974,83	5,64	-0,78	5,64	0,76
Junho	6.986.142,21	6,99	-2,13	6,99	-0,59
Julho	6.343.133,24	6,34	-1,48	6,34	0,06
Agosto	5.850.879,59	5,85	-0,99	5,85	0,55
Setembro	4.866.268,65	4,87	-0,01	4,87	1,53
Outubro	4.457.841,69	4,46	0,40	4,46	1,94
Novembro	3.766.144,27	3,77	1,09	3,77	2,63
Dezembro	6.195.011,10	6,20	-1,34	6,20	0,20
TOTAL	65.363.198,47	-	-	-	11,44

FONTE: Seção de Execução de Contratos – DISAU

O valor residual do indicador, quando negativo, informa a necessidade de reconhecimento de dívida para o próximo exercício. Quando positivo, informa que haverá crédito orçamentário disponível e cancelamento de restos a pagar. Percebe-se que a partir de setembro há uma contração na demanda, devido ao contingenciamento de recursos adotados pela DISAU, uma vez que a suplementação de R\$ 8 milhões para a manutenção dos serviços quase não ocorre. Assim, a diretoria teve que restringir ainda mais o uso do sistema que culminou com a queda do indicador ao nível de novembro. Como os recursos foram garantidos e repassados somente em dezembro, a demanda retornou ao seu patamar normal.

Durante o exercício financeiro de 2016, o indicador se apresentou da seguinte forma:

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Indicador de Gasto Limitador	4.86	6.4	5.45	Mensal	$(\text{Valor gasto}/1.000.000)-((\text{valor autorizado}/12)/1.000.000)$

Fonte: DISAU.

2.7 Atividades de apoio à execução dos termos de credenciamento

2.7.1 Serviço de Auditoria Médica/Hospitalar

Para a execução dos termos de credenciamento, a DISAU conta com os serviços de auditoria em serviços de saúde, a fim de evitar gastos por abuso ou fraude ao sistema. A busca pela melhoria na qualidade do gasto parte em princípio por uma gestão eficaz na fiscalização dos recursos utilizados para atingir seus objetivos institucionais, por isso mesmo, todas as faturas geradas na rede credenciada são auditadas.

Esse serviço próprio de auditoria médica e hospitalar atua tanto na verificação de todos os procedimentos realizados em relação à tabela de preços contratados, bem como na autorização de procedimentos de autocusto e complexidade.

Os militares que atuam nesta área são profissionais com formação específica (enfermeiros, médicos, dentistas) chefiados por um oficial superior do quadro médico.

Na aplicação de glosas sobre valores cobrados em discordância da tabela ou em procedimentos em desacordo com o edital de credenciamento, evitaram que o CBMDF desperdiçasse, só em 2016, mais de R\$ 10.596.620,59 (dez milhões, quinhentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos), conforme tabela de glosas abaixo:

Tabela 18 - Tabela de Glosas

Tipo de Auditoria Realizada	Valores de julho a dezembro de 2016
Auditoria Interna no CBMDF (Home Care)	R\$ 67.067,48
Auditoria Interna no CBMDF	R\$ 441.050,35
Auditoria nos Hospitais (Externa) do CBMDF	R\$ 8.706.237,74
Auditoria de OPME	R\$ 2.584.530,04
TOTAL	R\$ 10.596.620,59

Fonte: SEAUD/DISAU/DRHU/CBMDF

Em 2016, a SEAUD esteve em foco, pois o aumento da utilização dos serviços de saúde na rede credenciada pressupõe um aumento de suas atividades. Como vimos no subitem anterior, o gasto maior com procedimentos de alta complexidade, além de elevar o valor despendido, demandou uma quantidade bem maior de contas hospitalares para aquela seção.

Há de se considerar a enorme dificuldade de ser realizar esta tarefa. Muitos atores estão envolvidos neste processo: pacientes, funcionários de hospitais, auditores enfermeiros, auditores médicos, auditores odontológicos, militares do Serviço de Análise e Controle de OPMES e militares administrativos. Para ilustrar-se a dimensão deste trabalho, apenas para a tabulação dos dados de internação entre 2015 e 2016, mais 4 mil linhas do aplicativo excel foram utilizadas, sem contar as dezenas de horas de trabalho utilizadas para a realização disto.

Um fator importante que determina a atual mora na auditoria das contas é o fato de as clínicas e hospitais credenciados não mandarem as faturas mensalmente. Existem casos que um atendimento realizado demora mais de dois meses para ser faturado e apresentado pela empresa. Este fato já foi observado pela DISAU e as empresas credenciadas que, rotineiramente, atrasam a entrega das faturas estão sendo notificadas.

2.7.2 Serviço de Análise e Controle de OPMES

As Órteses, Próteses, Materiais Especiais e de Síntese (OPMES), insumos utilizados em cirurgias de alta complexidade, elevam os custos na área de saúde de forma vertiginosa. Na inexistência de contratos de fornecimento direto, os materiais são fornecidos indiretamente pelo hospital e os valores lançados em fatura. Em planos de saúde sem auditoria médica, o valor pago será o da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço hospitalar.

Na situação descrita, não ocorre o questionamento dos valores das OPMES utilizadas, mas somente a verificação de seu uso pela auditoria e perícia médica e odontológica. Essa falta de controle por parte do contratante permite aos fornecedores estabelecerem seus próprios valores, além de gerar e estimular custos de intermediação por parte do hospital.

Com o intuito de limitar os abusos por parte dos fornecedores desses materiais, o CBMDF, por meio da Diretoria de Saúde, implantou, em maio de 2011, o Serviço de Análise e Controle de OPMES, cuja atuação consiste basicamente no registro das cotações dos materiais e orçamentos recebidos em banco de dados próprio, no cadastramento dos fornecedores, na classificação das práticas de cada empresa, no estabelecimento de parcerias comerciais, na discussão dos preços ofertados, na negociação para obtenção da melhor relação custo/benefício, no auxílio à decisão dos auditores e executores de contratos, na geração de estatísticas e informações estratégicas e no arquivamento de cópias dos processos de autorização.

O Serviço de Análise e Controle de OPMES atende ao disposto na alínea C, do item recomendações, do Relatório Preliminar de Ação de Controle nº 249919/SFCI/CGU/PR, que recomendou maior controle nos gastos com esses materiais, solicitando ao hospital prestador do serviço no mínimo três orçamentos, de diferentes empresas.

Dessa forma, com a publicação do Edital de Credenciamento nº1/2011, a empresa credenciada somente pode realizar cirurgias eletivas, aquelas que não são consideradas de emergência, com a autorização da auditoria médica ou odontológica do CBMDF.

Nos casos das cirurgias de emergência, em que o tempo é essencial para o resultado positivo, a discussão sobre preço apresentado ocorre já com o material utilizado, dificultando o serviço da auditoria. Porém, mesmo assim, com a manutenção de banco de dados de OPMES, obtiveram-se descontos expressivos junto aos fornecedores.

Tabela 19 - Economia com OPMES no exercício de 2016

Cirurgia	Valor Total Inicial	Valor Total Final	Economia Total
Eletiva	R\$ 4.470.388,75	R\$ 3.213.645,56	R\$ 1.256.743,19
Emergência	R\$ 4.647.903,02	R\$ 3.595.474,59	R\$ 1.052.428,43
Bucomaxilo	R\$ 369.262,30	R\$ 93.903,88	R\$ 275.358,42
TOTAL	R\$ 9.487.554,07	R\$ 6.903.024,03	R\$ 2.584.530,04

Fonte: SEAUD/DISAU

Considerando que o valor gasto com hospitais e clínicas credenciadas foi de R\$ 81.129.879,59 e que o gasto total com OPMES foi de R\$ 6.903.024,03, aproximadamente 10,98% de todo o orçamento destinado a atender as despesas com serviços prestados pelas credenciadas correspondeu à autorização de Órteses, Próteses, Materiais Especiais e de Síntese.

2.8 Informações sobre custos de produtos e serviços

A assistência Médica do CBMDF, recebeu o valor per capita inicial de R\$ 167,70 por usuário do sistema, totalizando R\$ 68.421.600,00. O valor foi reajustado pela gestão do FCDF que de 2015 a 2015 repassou o valor de R\$ 129,00. Os transtornos dessa falta de reajuste nos anos anteriores foram evidentes, pois restaram em 2016 cerca de R\$ 3,8 milhões em reconhecimento de dívida. Mesmo com o aumento do valor do per capita foi necessário outro aporte de recursos para contemplar toda a demanda da DISAU.

Embora tenha ocorrido uma diminuição no número total de usuários do sistema, a quantidade de atendimentos aumentou decorrente de fatores externos, tais como preço dos planos de saúde mantidos em conjunto pelos usuários que optaram pelo atendimento na corporação, reajustes contratuais e aquisições para a nova POMED.

Quadro A.5.5 (Portaria TCU 90/2014) – Variações de Custos

Produtos/Serviços	Custo Total de 2016	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2016 com base em 2015	Economia Total em 2016 com base em 2014
		2016	2015	2014	2016/2015	2016/2014		
Assistência à Saúde aos militares, dependentes e pensionistas do CBMDF.	68.421.600,00	167,7	129	129	1,3	1,3	0,00	0,00

Fonte: SIAFI-2016.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Apesar de não serem exclusivos desta Diretoria de Saúde, existem canais de acesso ao usuário do sistema de saúde, por meio da página do CBMDF, para fins de solicitações, reclamações, sanar dúvidas sobre a aplicação do sistema de saúde, denúncias, entre outras demandas, com o fim de identificar os eventuais pontos fracos, fortalecê-los, assim como potencializar os pontos fortes, de maneira a atingir uma prestação de serviço ao usuário do sistema de saúde do CBMDF em nível de excelência.

A Assistência Médica do CBMDF conta com um canal de pesquisa por e-mail automático, logo após uma consulta médica realizada na Policlínica Médica, com o intuito de verificar a percepção do usuário sobre o serviço de saúde prestado.

Os dados abaixo revelam o resultado da pesquisa realizada durante o ano de 2016, dentro dos quesitos descritos.

TABELA : GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA POMED - 2016.

LEGENDA	NÃO OPINOU	REPROVOU	REGULAR	BOM	ÓTIMO	BOM + ÓTIMO
1 - Marcação da sua consulta.	167 (3.55%)	818 (17.38%)	595 (12.64%)	1017 (21.61%)	2277 (48.37%)	3294 (69.98%)
2 - Opções de especialidades.	205 (4.36%)	463 (9.84%)	816 (17.34%)	1671 (35.5%)	1757 (37.33%)	3428 (72.83%)
3 - Médicos, interesse, respeito, etc.	77 (1.64%)	71 (1.51%)	107 (2.27%)	595 (12.64%)	3934 (83.58%)	4529 (96.22%)
4 - Recepção, cordialidade, respeito...	70 (1.49%)	108 (2.29%)	238 (5.06%)	910 (19.33%)	3451 (73.32%)	4361 (92.65%)
5 - Instalações, banheiro, consultório, etc.	155 (3.29%)	1144 (24.3%)	1359 (28.87%)	1349 (28.66%)	855 (18.16%)	2204 (46.82%)
6 - Limpeza e higiene, banheiro, consultório...	168 (3.57%)	538 (11.43%)	942 (20.01%)	1677 (35.63%)	1550 (32.93%)	3227 (68.56%)
7 - Satisfação geral do atendimento.	97 (2.06%)	144 (3.06%)	474 (10.07%)	1755 (37.28%)	2334 (49.59%)	4089 (86.87%)

Fonte: <http://pomed.cbm.df.gov.br/sistemas/diretoriadesaude/estatistica/pesquisa.php?data=15/12/2016>. Acesso em 20/02/2017.

Conforme se observa na tabela acima, foi atingido o percentual de 86,87% como satisfação geral do atendimento. Os resultados das pesquisas realizadas, assim como as demandas e reclamações consolidam subsídios para a tomada de decisão dos gestores da Diretoria de Saúde.

O serviço de ouvidoria é realizado pela Ouvidoria do CBMDF, não dispondo a DISAU de uma ouvidoria própria. Mesmo assim, as demandas chegam ao conhecimento do Diretor de Saúde para que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo hábil.

Para marcar consultas na POMED, é disponibilizado ao usuário a marcação na especialidade pretendida pela internet, mediante a disponibilidade de vagas, além da Seção de Marcação de Consultas, caso o usuário prefira fazer isso pessoalmente.

O site é <http://pomed.cbm.df.gov.br/sistemas/diretoriadesaude/novo/index.php?parte=login&pag=2>. (WEBMED).

A DISAU também disponibiliza, no portal do CBMDF: <https://www.cbm.df.gov.br/>, na Aba “Saúde”, um amplo canal que dá acesso, após o usuário devidamente logado:

1. À escala médica semanal da POMED e os seus respectivos informativos. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-26-42>.
2. Aos resultados de exames laboratoriais realizados no Laboratório da POMED. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-26-20>.
3. Informações sobre como acessar a Policlínica Odontológica (PODON), na qual são prestados serviços de endodontia (tratamento de canal), odontopediatria (atendimento das crianças), ortodontia (instalação e manutenção de aparelhos dentários), cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial (remoção de dentes e outros procedimentos cirúrgicos), dentística (restaurações em dentes), periodontia (tratamento das doenças da gengiva), saúde coletiva e prótese dentária. O link direto é <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-27-03>;
4. Hospitais e clínicas credenciadas, para os serviços de saúde eletivos, (hospitais, serviços de oncologia e radioterapia, clínicas de fonoaudiologia, clínicas de imagens diagnósticas, clínicas de cardiologia, clínicas de psicologia, clínicas de especialidades diversas, clínicas de oftalmologia e clínicas de fisioterapia) com seus respectivos endereços e telefones para contato. No caso de urgência e emergência, o usuário é orientado a procurar diretamente o hospital credenciado para atendimento. link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/hospitais-e-cl%C3%ADnicas-credenciados>;
5. Edital de credenciamento na área da saúde, ao qual as empresas que queiram prestar serviço de saúde ao CBMDF devem se submeter. O último edital é de 2011. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/2012-11-12-20-27-19>;
6. Cartilha do sistema de saúde. Através desta cartilha, a Diretoria de Saúde, que tem por objetivo prestar um adequado atendimento a todos os usuários do sistema de saúde, vem orientar seu público quanto à padronização de seus procedimentos, para que os serviços em saúde continuem sendo realizados de forma satisfatória. Link direto: <https://www.cbm.df.gov.br/2012-11-12-18-44-45/cartilha-do-sistema-de-sa%C3%BAde>.

3.2 Medidas relativas à acessibilidade

A Diretoria de Saúde não promoveu no ano de 2016 e anteriores nenhuma ação direta visando atender os aspectos legais de acessibilidade. A única ação nesse sentido tem sido a construção do novo prédio da POMED que foi licitada em 2011 por meio da Concorrência nº 020/2011-ASCAL/PRES, publicada no DODF nº248 de 28/12/2011 referente ao Processo 053.000.830/2010 e tratada em subitem próprio, que em seu projeto básico, por se tratar de uma policlínica médica, deve, obrigatoriamente, cumprir regras da ABNT referente a este assunto.

4. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

4.1.1 Balanço Financeiro



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 170495 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 11/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	85.990.921,25	67.835.927,86
Ordinárias	-	-	Ordinárias	77.871.352,90	61.650.394,86
Vinculadas	-	-	Vinculadas	8.119.568,35	6.185.533,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	8.119.568,35	6.185.533,00
Transferências Financeiras Recebidas	85.264.605,79	66.728.113,73	Transferências Financeiras Concedidas	882.503,52	36.634,12
Resultantes da Execução Orçamentária	85.264.605,79	66.728.113,73	Resultantes da Execução Orçamentária	735.994,88	35.568,76
Sub-repasse Recebido	85.264.605,79	66.728.113,73	Sub-repasse Devolvido	735.994,88	35.568,76
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	146.508,64	1.065,36
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	146.508,64	1.065,36
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	37.689.627,49	33.398.313,84	Despesas Extraorçamentárias	26.726.786,56	22.870.841,63
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	4.501.248,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.747.995,51	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	37.188.790,42	28.884.093,61	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21.623.894,51	22.859.536,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	354.328,43	11.305,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	354.896,54	11.305,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	146.508,64	1.666,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		32,75			
Arrecadação de Outra Unidade	146.508,64	1.065,36			
Demais Recebimentos		568,11			
Saldo do Exercício Anterior	40.340.644,14	30.957.620,18	Saldo para o Exercício Seguinte	49.694.666,09	40.340.644,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.340.644,14	30.957.620,18	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.694.666,09	40.340.644,14
TOTAL	163.294.877,42	131.084.047,75	TOTAL	163.294.877,42	131.084.047,75

4.1.2 Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 170495 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 11/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	49.694.666,09	40.341.232,25	PASSIVO CIRCULANTE	557.891,16	8.813.073,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	49.694.666,09	40.340.644,14	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	588,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	557.858,41	5.973.259,31
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	32,75	2.839.814,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.051.424,62	3.129.284,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	557.891,16	8.813.073,57
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	5.051.424,62	3.129.284,68	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	3.011.435,64	2.630.713,10	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	3.011.435,64	2.630.713,10	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	54.188.199,55	34.657.443,36

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	2.039.988,98	498.571,58	Resultado do Exercício	20.415.347,56	5.525.755,25
Bens Imóveis	2.039.988,98	498.571,58	Resultados de Exercícios Anteriores	34.657.443,36	29.131.688,11
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-884.591,37	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Intangível	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.188.199,55	34.657.443,36
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	54.746.090,71	43.470.516,93	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.746.090,71	43.470.516,93

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	49.694.666,09	40.340.644,14	PASSIVO FINANCEIRO	46.098.002,28	40.825.439,25
ATIVO PERMANENTE	5.051.424,62	3.129.872,79	PASSIVO PERMANENTE	209,80	-
			SALDO PATRIMONIAL	8.647.878,63	2.645.077,68

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.035.288,53	1.018.150,46	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	40.608.978,54	28.916.117,53
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.035.288,53	1.018.150,46	Execução dos Atos Potenciais Passivos	40.608.978,54	28.916.117,53
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.035.288,53	1.018.150,46	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	40.608.978,54	28.916.117,53
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.035.288,53	1.018.150,46	TOTAL	40.608.978,54	28.916.117,53

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	4.046.455,62
Recursos Vinculados	-449.791,81
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-449.791,81
TOTAL	3.596.663,81

4.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 170495 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 11/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	88.509.049,88	68.590.679,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.330,45	1.065,36
Contribuições Sociais	1.330,45	1.065,36
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	85.264.605,79	66.728.113,73
Transferências Intragovernamentais	85.264.605,79	66.728.113,73
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.097.935,45	1.861.500,83
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.097.935,45	1.861.500,83
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	145.178,19	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	145.178,19	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	68.093.702,32	63.064.924,67

Pessoal e Encargos	3.553.486,08	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	3.553.486,08	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	63.657.712,72	59.975.796,38
Uso de Material de Consumo	3.707.277,12	2.202.829,14
Serviços	59.950.435,60	57.772.967,24
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	10,18
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	10,18
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	882.503,52	36.634,12
Transferências Intragovernamentais	882.503,52	36.634,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	3.051.748,16
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	552.290,31
Incorporação de Passivos	-	2.499.457,85
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	735,83
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	735,83
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.415.347,56	5.525.755,25

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

4.1.4 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 170495 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 11/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	85.990.921,25	85.990.921,25
TOTAL	-	-	85.990.921,25	85.990.921,25
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	85.125.919,35	48.657.850,91	48.657.850,91	-85.125.919,35
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	85.125.919,35	48.657.850,91	48.657.850,91	-85.125.919,35
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	865.001,90	144.279,92	144.279,92	-865.001,90
Investimentos	-	-	865.001,90	144.279,92	144.279,92	-865.001,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	85.990.921,25	48.802.130,83	48.802.130,83	-85.990.921,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	85.990.921,25	48.802.130,83	48.802.130,83	-85.990.921,25
TOTAL	-	-	85.990.921,25	48.802.130,83	48.802.130,83	-85.990.921,25

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.359.222,69	26.253.817,45	18.246.034,49	18.246.034,49	3.079.292,06	6.287.713,59
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.359.222,69	26.253.817,45	18.246.034,49	18.246.034,49	3.079.292,06	6.287.713,59
DESPESAS DE CAPITAL	3.369.049,38	2.630.276,16	3.377.860,02	3.377.860,02	-	2.621.465,52
Investimentos	3.369.049,38	2.630.276,16	3.377.860,02	3.377.860,02	-	2.621.465,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.728.272,07	28.884.093,61	21.623.894,51	21.623.894,51	3.079.292,06	8.909.179,11

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
------------------------	-------------------------	--	-------	------------	-------

	ANTERIORES	ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	-	4.747.995,51	4.747.995,51	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	4.747.995,51	4.747.995,51	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	4.747.995,51	4.747.995,51	-	-

4.1.5 Demonstração de Fluxo de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 170495 - FCDF - CBMDF - ASSISTENCIA MEDICA
ORGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 11/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	12.876.161,89	11.475.796,75
INGRESSOS	85.765.442,86	66.741.052,65
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	85.765.442,86	66.741.052,65
Ingressos Extraorçamentários	354.328,43	11.305,45
Transferências Financeiras Recebidas	85.264.605,79	66.728.113,73
Arrecadação de Outra Unidade	146.508,64	1.065,36
Demais Recebimentos	-	568,11
DESEMBOLSOS	-72.889.280,97	-55.265.255,90
Pessoal e Demais Despesas	-71.651.880,91	-55.217.316,33
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-

Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-71.651.880,91	-55.217.349,08
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	32,75
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.237.400,06	-47.939,57
Dispêndios Extraorçamentários	-354.896,54	-11.305,45
Transferências Financeiras Concedidas	-882.503,52	-36.634,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.522.139,94	-2.092.772,79
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.522.139,94	-2.092.772,79
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.522.139,94	-2.092.772,79
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.354.021,95	9.383.023,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	40.340.644,14	30.957.620,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	49.694.666,09	40.340.644,14

ANEXO II

RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Seção de Coordenação de Auditorias

Relatório SEI-GDF n.º 1/2017 - CBMDF/AUDIT/SECOR

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2017

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN 2017
COMPETÊNCIA 2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS.....	3
2.1 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 001 - Elaboração do RAIN 2016, Competência 2015.....	3
2.2 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 002 - Prestação de Contas Anual, Competência 2015 – Consolidação do Relatório de Gestão.....	3
2.3 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 003 - Gestão de Patrimônio – Comissão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes.....	3
2.4 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 004 - Assessoramento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	4
2.5 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 005 - Gestão de Almoxarifado – Comissão de Almoxarifado do Cesma.....	4
2.6 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 006 - Gestão de Almoxarifado – Comissão de Almoxarifado da Policlínica.....	4
2.7 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 007 - Acompanhamento das Recomendações Externas.....	4
2.8 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 008 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	5
2.9 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 009 - Revisão e atualização do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Exercício 2017.....	5
2.10 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 010 - Inscrições e baixas contábeis oriundas de Tomadas de Contas Especial – TCE.....	5
2.11 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 011 - Acompanhamento da Execução Orçamentária – PARF/PPA.....	5
2.12 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 012 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.....	6
2.13 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 013 - Gestão de Inativos – Pagamento de Verbas Indenizatórias na Passagem para a Inatividade.....	6
2.14 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 014 - Diária e Ajuda de Custo (Auditoria de Desempenho).....	6
2.15 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 015 - Sistema de Saúde.....	7
2.16 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 016 - Capacitação dos Militares Lotados na Auditoria.....	7
2.17 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 017 - Acompanhamento do processo de implementação do novo software - SICON.....	8
2.18 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 018 - Análise diligencial - Material de Consumo da aeronave Resgate 03.....	8
2.19 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 019 - Análise diligencial - Áreas em demanda na Instituição.....	8
2.20 AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 020 - Análise diligencial - Reforma CEMEV.....	9
3. DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO.....	9
3.1 DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.....	9
3.2 DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	10
3.3 DETERMINAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO.....	10
3.4 DETERMINAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL.....	10
3.5 SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA.....	11
3.6 PROCEDIMENTOS INTERNOS.....	11
3.7 AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.....	11
3.8 AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL.....	12
3.9 RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA DO CBMDF.....	12
3.9.1 Recomendações 014/2015 a 022/2015 - COMISSÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E SEMOVENTES.....	12
3.9.2 Recomendações 023, 026, 027 e 028/2015 - Situação da Frota Veicular do CBMDF 2012.....	14
3.9.3 Recomendações 029/2015 a 50/2015 - Auditoria na COOPANEST E IPAD.....	15
3.9.4 Recomendações 001/2016 a 008/2016 - AUDITORIA NA DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO.....	19
3.9.5 Recomendações 009/2016 a 015/2016 - AUDITORIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	20
3.9.6 Recomendações 016/2016 a 017/2016 - FROTA VEICULAR TERRESTRE NÃO EMERGENCIAL DO CBMDF 2015.....	22
3.9.7 Recomendações 018/2016 a 020/2016 - COMISSÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E SEMOVENTES 2015.....	22
3.9.8 Recomendação 021/2016 - AUDITORIA FOLHA DE PAGAMENTO 2015.....	23
3.9.9 Recomendações 022/2016 a 023/2016 - AUDITORIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO CBMDF.....	23

3.9.10 Recomendações 024/2016 a 026/2016 - ESTUDO DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO EM ÁREAS EM DEMANDA NO CBMDF...	23
3.9.11 Recomendações 027/2016 a 028/2016 - AUDITORIA DE GESTÃO DE INATIVOS.....	24
3.10 AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA ENTIDADE OU OUTRAS UNIDADES DE OUVIDORIA.....	24
3.11 RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.....	25
4. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA.....	25
5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO - FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA NA ENTIDADE....	25
5.1 CAPACITAÇÃO - CURSOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS POR MILITARES DA AUDITORIA EM 2016.....	25
5.2 AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AUDITORIA DO CBMDF / REFERENTES AO ANO DE 2016.....	26
5.2.1 INSTALAÇÕES/SEGURANÇA.....	26
5.2.2 NORMATIVOS ELABORADOS.....	26
5.2.3 EQUIPAMENTOS.....	26
5.2.4 AQUISIÇÃO DE METODOLOGIAS/SOFTWARES.....	26
5.2.5 PESSOAL.....	26

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento à determinação da Instrução Normativa Nº. 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União, que estabelece o conteúdo e as normas de elaboração e acompanhamento da execução do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, a Auditoria, subordinada à Controladoria do CBMDF, em conformidade com os procedimentos contidos nas Instruções Normativas supracitadas, apresenta a seguir seu Relatório Anual de Atividades **referente ao exercício de 2016**.

O presente Relatório tem por objetivo apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria nos diversos setores desta Corporação. As atividades foram desenvolvidas em função do previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2016, aprovado através da Portaria de 29 de fevereiro de 2016, publicado no Boletim-Geral nº 42, de 03 de março de 2016.

No decorrer do exercício os militares da Auditoria procuraram executar todas as missões com responsabilidade e eficiência, buscando implantar sistemas de trabalhos de auditoria, e também procurando conhecer e aprimorar a gestão do CBMDF.

Consideramos que foi um ano com avanço significativo para a concretização e crescimento da Auditoria Interna.

Quadro Geral das Atividades desenvolvidas pela Auditoria do CBMDF

AUDITORIAS INTERNAS				
Origem	Não executadas	Em andamento	Concluídas	TOTAL
Auditorias Planejadas *	3	3	10	16
Auditorias não Planejadas	0	0	4	4
TOTAL	3	3	14	20

* Conforme o PAINT 2016, **foram PLANEJADAS 16 (dezesseis) Ações de Auditorias para aquele exercício**.

DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO			
Origem	Concluídas	Em andamento	TOTAL
Determinações TCDF	150	4	154
Determinações TCU	03	0	03
Determinações CGU	07	0	07
Determinações CGDF	49	6	55
Solicitações de Auditoria	17	0	17
Procedimentos Internos	134	9	143
Ações MPDFT	10	0	10
Ações Procuradoria GDF	98	0	98

Total	468	19	487
-------	-----	----	-----

Nos itens a seguir são relatadas de forma detalhada as ações das Auditorias Internas e Demandas de Órgãos de Controle Interno e Externo, bem como outras ações relevantes na consecução dos trabalhos da Auditoria do CBMDF ao longo do ano de 2016.

2. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS

Em 2016, a Auditoria Interna do CBMDF trabalhou de forma a melhorar a estrutura existente no setor, executando as ações de auditoria abaixo listadas:

2.1. AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 001 - Elaboração do RAINT 2016, Competência 2015.

Atividade Planejada: Relatar as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna em 2015, confrontando com o planejado no PAINT 2015, de modo a buscar o aperfeiçoamento das atividades de auditoria.

Escopo de trabalho: Elaboração de relatório detalhado sobre todas as atividades desenvolvidas por meio da consolidação de informações entre as seções que compõem a Auditoria do CBMDF.

Áreas, unidades e setores auditados: Auditoria.

Cronograma: 01/01/16 a 06/04/16.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT 2016 do CBMDF, referente ao ano de 2015, foi elaborado no período supracitado, e suas peças foram juntadas ao Processo SEI-053-011147/2016. O Relatório foi homologado pelo Comando do CBMDF e publicado por meio do Boletim-Geral Nº. 065, de 6 de abril de 2016.

2.2. AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 002 - Prestação de Contas Anual, Competência 2015 – Consolidação do Relatório de Gestão.

Atividade Planejada: Acompanhar a formalização do Processo de Prestação de Contas Anual, de acordo com a legislação pertinente, visando a sua aprovação pelos Órgãos de Controle. O resultado esperado é a entrega do Processo de Prestação de Contas Anual dentro do prazo legalmente determinado e de acordo com o normativo imposto pelo TCU e pela CGU.

Escopo de trabalho: Análise da legislação vigente, distribuição dos cadernos às áreas que devem prestar informações, e consolidação do Processo de Prestação de Contas Anual (Relatório de Gestão) referente ao exercício 2015.

Áreas, unidades e setores auditados: Comando-Geral, Subcomando-Geral, Estado Maior-Geral, Auditoria, Corregedoria, Diretoria de Orçamento e Finanças, Diretoria de Saúde, Diretoria de Contratações e Aquisições, Diretoria de Gestão de Pessoal, Diretoria de Inativos, Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Diretoria de Materiais e Serviços.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 07/01/16 a 31/05/16.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna que, além de prestar as informações de sua competência, consolidou as informações fornecidas pelos demais órgãos da Corporação, visando à emissão do Relatório de Gestão, que foi disponibilizado ao Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, para conhecimento e avaliação, bem como ao Tribunal de Contas da União – TCU em via eletrônica, por meio do sistema E-CONTAS, visando à aprovação da prestação de contas do CBMDF.

Situação: Foi feito o acompanhamento junto aos órgãos envolvidos na prestação de contas do CBMDF, bem como a participação nas reuniões com os órgãos de controle antes da entrega final do Relatório pelo CBMDF. Devido à complexidade e responsabilidade das informações a serem prestadas, e a fim de atender às necessidades de levantamento de dados, análises e preparação de informações com a elaboração e consolidação anual, dos Relatórios de Gestão e de Atividades da Corporação, o CBMDF possui a Comissão Anual de Prestação de Contas Anual - CPPCA/CBMDF, para atender às demandas do Tribunal de Contas da União, no que se refere ao Relatório de Gestão e, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no que tange o Relatório de Atividades Anual da Corporação. A referida Comissão Anual foi designada através da Portaria nº 25, de 24 de julho de 2014, que designou todos os dirigentes envolvidos no processo de elaboração de informações para a prestação de contas como responsáveis pelo ateste e validação de todas as informações afetas às suas áreas de competência, que comporão os Relatórios de Gestão de Atividades da Corporação, bem como co-responsáveis pelo conteúdo completo do Relatório de Gestão e de Atividades.

A Auditoria interna do CBMDF, além de possuir a responsabilidade de produzir informações de sua competência, tem o encargo de verificar o compêndio normativo atualizado que trata da obrigatoriedade de apresentação, dos prazos de entrega e do detalhamento das informações que compõem o Relatório de Gestão, e de apresentar aos membros da CPPCA/CBMDF as informações que deverão ser entregues pelas áreas representadas na CPPCA/CBMDF, inclusive sugerindo prazos limites.

2.3. AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 003 - Gestão de Patrimônio – Comissão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes.

Atividade Planejada: Examinar a adequação dos registros internos; Verificar os controles internos; Verificar o cumprimento das normas internas e da legislação pertinente. Constatar a ocorrência de impropriedades nas rotinas pertinentes à área visando corrigi-las e evitar reincidência. Analise sobre o aspecto e metodologia de auditagem das observações / irregularidades do inventário físico anual.

Escopo de trabalho: Aferição dos controles apresentados pelos responsáveis pelos setores detentores de carga patrimonial no CBMDF, contabilização de todo o patrimônio do CBMDF no Sistema SISGEPAT, bem como identificação de possíveis alterações que devam ser corrigidas dentro do exercício, de modo que todos os bens móveis, imóveis e semoventes estejam devidamente tombados, e em conformidade com a legislação em vigor.

Áreas, unidades e setores auditados: Todos os setores do CBMDF.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 22/08/2016 a 20/01/2017.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna e da Comissão Especial de Auditoria formalmente nomeada.

Situação: Foi criada por intermédio do item XI do Boletim-Geral do CBMDF nº 159, de 22 de agosto de 2016 – a Comissão de Inventário

Físico Anual dos Bens Móveis, Imóveis e Semoventes (bens permanentes) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente ao exercício de 2016, qual teve os trabalhos instaurados por meio da Auditoria nº 1/2016. A documentação produzida pela Comissão foi autuada nos autos do processo nº SEI-053-061645/2016.

O resultado dos trabalhos foi enviado à Coordenação Geral de Patrimônio - COPAT/SUCON/SEF por meio do Ofício SEI-GDF n.º 1/2017 - CBMDF/DIMAT/DIRETOR.

2.4. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 004 - Assessoramento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.**

Atividade Planejada: Assessoramento aos Órgãos de Controle Interno e Externo por meio de viabilização, mediante a cessão do espaço adequado (para as auditorias *in loco*) e o fornecimento das informações necessárias para o desenvolvimento das auditorias.

Escopo de trabalho: Recepção de Agentes internos e externos, produção de planejamentos de Auditoria e Pareceres de Auditoria.

Áreas, unidades e setores auditados: Auditoria Interna.

Cronograma: Conforme cronograma da CGDF, CGU, TCU e TCDF.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: Conforme Portaria CBMDF que regulamentou a recepção de Agentes de Controle Externo ou Interno (ACEI), bem como a tramitação de documentação advindas de tais órgãos, esta Auditoria vem trabalhando ao longo do ano de 2016 para garantir a correta tramitação das Solicitações de Auditoria dos Órgãos de Controle e Fiscalização e o devido trâmite de informações para o recebimento dos Auditores Externos no CBMDF.

2.5. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 005 - Gestão de Almoxarifado – Comissão de Almoxarifado do Cesma.**

Atividade Planejada: promover a contagem do material estocado no CESMA, abrangendo todos os itens que compõem o estoque, bem como identificar materiais inservíveis ou obsoletos para que sejam tomadas as providências cabíveis visando à regularização do estoque da Unidade Gestora, utilizando-se dos relatórios e dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMa.net, para a conferência dos documentos de entrada (Nota de Recebimento, Doação Entrada, Fabricação Própria, etc) e de saída (Pedido Interno de Material, Termo de Baixa de Material, etc).

Escopo de trabalho: Análise física e documental de todos os itens que compõem o almoxarifado do CESMA - Centro de Suprimentos e Materiais.

Áreas, unidades e setores auditados: CESMA.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 08/11/2016 a 11/01/2017.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna e de Comissão Especial de Auditoria formalmente nomeada.

Situação: Foi Instaurado o Processos SEI-053-065333/2016 para nomeação da Comissão de Auditoria, nomeada por meio do do BG nº 210 de 08 de novembro de 2016.

Foi instauradas a Auditoria nº 05/2016 para formalizar os trabalhos das Comissões.

O resultado dos trabalhos foi enviado à Subsecretaria de Contabilidade - SUCON/SEF/GDF por meio do Ofício SEI-GDF n.º 99/2017 - CBMDF/GABCG.

2.6. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 006 - Gestão de Almoxarifado – Comissão de Almoxarifado da Policlínica.**

Atividade Planejada: promover a contagem do material estocado no Almoxarifado da Policlínica Médica e Odontológica - POMED abrangendo todos os itens que compõem o estoque, bem como identificar materiais inservíveis ou obsoletos para que sejam tomadas as providências cabíveis visando à regularização do estoque da Unidade Gestora, utilizando-se dos relatórios e dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMa.net, para a conferência dos documentos de entrada (Nota de Recebimento, Doação Entrada, Fabricação Própria, etc) e de saída (Pedido Interno de Material, Termo de Baixa de Material, etc).

Escopo de trabalho: Análise física e documental do e todos os itens que compõem o almoxarifado da Policlínica Médica e Odontológica - POMED/PODON.

Áreas, unidades e setores auditados: Policlínica Médica e Odontológica - POMED/PODON.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 08/11/2016 a 23/01/2017.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna e de Comissão Especial de Auditoria formalmente nomeada.

Situação: Foi Instaurado o Processos SEI-053-072566/2016 para nomeação da Comissão de Auditoria, nomeada por meio do do BG nº 207 de 03 de novembro de 2016.

Foi instaurada a Auditoria nº 04/2016 para formalizar os trabalhos das Comissões.

O resultado dos trabalhos foi enviado à Subsecretaria de Contabilidade - SUCON/SEF/GDF por meio do Ofício SEI-GDF n.º 100/2017 - CBMDF/GABCG e seu complemento, o Ofício SEI-GDF n.º 102/2017 - CBMDF/GABCG.

2.7. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 007 - Acompanhamento das Recomendações Externas.**

Atividade Planejada: Verificar os atos e fatos administrativos que geraram reprovação ou recomendação e acompanhar adoção das recomendações emitidas pelos órgãos de Controle Externos ao CBMDF. Neste trabalho o objetivo é alcançar resultados satisfatórios, com atuação de forma integrada, buscando a eliminação total das falhas detectadas, e ainda, buscando apresentar medidas corretivas para as falhas apontadas.

Escopo de trabalho: Os exames serão realizados "in loco", sugerindo-se ações de correção conforme as recomendações dos Órgãos de Controle CGDF, CGU, TCDF e TCU, bem como outras instituições fiscalizadoras. Verificar quem são os responsáveis, solicitar justificativas quanto aos apontamentos constatados nos relatórios e acompanhar a implementação de ações voltadas à sua regularização.

Áreas, unidades e setores auditados: Todos os Setores do CBMDF.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: O acompanhamento das Recomendações, Determinações e Decisões correlatas ao CBMDF é realizado pela Auditoria Interna do CBMDF.

Neste particular há ainda o Plano de Providências do CBMDF que é constantemente atualizado, com fins a se atender as recomendações da Controladoria Geral do Distrito Federal e da Controladoria-Geral da União.

Os registros quanto à implementação ou cumprimento, pela Corporação, ao longo do exercício de 2016, de recomendações ou determinações efetuadas pelos órgãos central e setorial do sistema de Controle Interno e Tribunais de Contas (Controladoria Geral da União - CGU, Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF) são resumidos na Introdução deste Relatório e detalhados no item III.

2.8. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 008 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Interna.**

Atividade Planejada: Elaborar documentos questionando sobre a implementação das recomendações oriundas da Auditoria Interna e realizar inspeções para conferência.

Escopo de trabalho: Acompanhar o cumprimento das recomendações no âmbito dos setores auditados.

Áreas, unidades e setores auditados: Auditoria Interna.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 03/01/2016 a 12/01/2017.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: A Unidade de Auditoria do CBMDF entende a importância do acompanhamento detalhado das recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria. Por isso, esta atividade passou a ser desenvolvida no CBMDF em 2015, com a previsão no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) de 2015. Com a publicação do Boletim-Geral nº 084, de 07 de maio de 2014, foi dado início ao funcionamento da Seção de Coordenação de Auditorias – SECOR, diretamente vinculada ao Auditor do CBMDF. A Seção possui, dentre outras responsabilidades, o planejamento e a coordenação das auditorias programadas, especiais e ordinárias acerca da gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal da Corporação.

Por meio desta Seção, a Auditoria do CBMDF deu início ao controle das recomendações exaradas pela sua Auditoria Interna, sendo que os trabalhos de fiscalização e acompanhamento das recomendações iniciaram-se a partir de 15 de novembro de 2014, e os resultados dos trabalhos foram autuados no Processo SEI-053-018138/2016, bem como nos seus processos vinculados, e encontram-se detalhados no item 3.9 deste RAIN, o qual aborda as RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA DO CBMDF.

2.9. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 009 - Revisão e atualização do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Exercício 2017.**

Atividade Planejada: Traçar metas a serem cumpridas no exercício de 2017. Cumprir o preceituado na legislação pertinente.

Escopo de trabalho: : Analisar as metas, planos, objetivos, programas e políticas, bem como os resultados obtidos no exercício anterior e traçar o plano de trabalho.

Áreas, unidades e setores auditados: Auditoria Interna.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 07/10/2016 a 23/11/2016.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: Em março de 2016 foi homologado pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral do CBMDF o PAINT para os exercícios de 2016-2019. Considerando a necessidade de, a cada ano, se atualizar o PAINT do ano posterior que entrará em vigor, foi realizada tal revisão através do Processo SEI-053-076454/2016, e o PAINT 2017 atualizado foi Homologado no Boletim-Geral nº 220, de 23 de novembro de 2016, sendo encaminhadas cópias para a CGU, o TCU, a CGDF e o TCDF, por meio dos ofícios nº 1707, 1708, 1709 e 1710 /2065 – CBMDF_GABCG, datados de 23 de novembro de 2016.

2.10. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 010 - Acompanhamento das inscrições e baixas contábeis oriundas de Tomadas de Contas Especial – TCE.**

Atividade Planejada: Auditar e controlar as inscrições contábeis de responsáveis por dano ao erário.

Escopo de trabalho: Análise e controle dos lançamentos de inscrição, baixa e atualização de valores nas contas contábeis 113410201, 113410901, 113410905, 113411002, 113419801, 113419803, 113419805 e 113419899.

Áreas, unidades e setores auditados: Auditoria Interna.

Cronograma: Os trabalhos foram realizados de 04/01/2016 a 31/12/2016.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: As contas contábeis relacionadas são rotineiramente acompanhadas, sendo os resultados dessas análises, quando necessários, encaminhados à CGDF para as devidas providências de cunho de registros contábeis.

Em virtude da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, por meio de sua Subsecretaria de Contabilidade/Coordenação de Tomada de Contas/GETOD, foi encaminhado àquele órgão a relação de inscrições contábeis nas contas, bem como seus saldos e movimentações ao longo do ano de 2016, através do Processo SEI nº 00053-00013579/2017-66, Ofício Sei - GDF nº 240/2017 - CBMDF/GABCG.

2.11. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 011 - Acompanhamento da Execução Orçamentária – PARF/PPA.**

Atividade Planejada: Comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas nas legislações pertinentes; Evitar a ausência de conformidade na execução orçamentária, bem como comprovar a conformidade da execução do PPA, evitar o descumprimento das metas e limites previamente estabelecidos naquele Plano Plurianual.

Escopo de trabalho: Acompanhar o cumprimento da elaboração e da execução do Plano Plurianual e do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros da Corporação.

Áreas, unidades e setores auditados: CMT GERAL, EMG e DEALF.

Cronograma: AUDITORIA NÃO EXECUTADA.

Recursos humanos e materiais empregados: AUDITORIA NÃO EXECUTADA.

Situação: A Auditoria não foi executada em razão de falta de efetivo para tanto, conforme detalhado no Capítulo 4 deste Relatório.

2.12. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 012 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.**

Atividade Planejada: Atestar a conformidade, da qualidade, da eficácia e da efetividade dos serviços prestados de tecnologia da informação e comunicação no CBMDF.

Escopo de trabalho: auditoria dos controles implementados na área de TIC bem como, por meio de uma amostragem de 15%, dos sistemas em funcionamento no CBMDF em 02 de setembro de 2016.

Áreas, unidades e setores auditados: DITIC, DESEG, DIGEP, DISAU, DICOA e DIMAT.

Cronograma: Os trabalhos ainda estão em execução e foram iniciados em 11/11/2016, com previsão de término em 01/04/2017.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna, por meio de Comissão nomeada para este fim.

Situação: Por meio da **DECISÃO 6113/2014 do TCDF**, o CBMDF foi impelido a implementar em seu planejamento anual a Auditoria na área de Tecnologia da Informação, conforme transcrição abaixo:

Recomendar aos órgãos do complexo distrital nominados no parágrafo 13 do Relatório que implementem e/ou aperfeiçoem, em atenção aos princípios da eficiência e eficácia, e com base nos critérios adotados nos Achados, os seguintes processos formais de trabalho:

a) realização de auditorias de TIC, que permitam a avaliação regular da conformidade, da qualidade, da eficácia e da efetividade dos serviços prestados de tecnologia da informação e comunicação.

Assim, a Auditoria do CBMDF instaurou Auditoria nº 006/2016 para realizar os trabalhos da auditoria em questão. Foi criado o processo SEI-053-061752/2016 para juntar todas as peças diligenciais necessárias ao levantamento de informações. Foi programada a realização de Auditoria Integrada - Regularidade e Operacional.

A Comissão de Auditoria foi nomeada por meio do BG nº 213, de 11 de novembro de 2016.

A Auditoria de Regularidade está sendo realizada no tocante à observação e cumprimento das normas vigentes relacionadas à implementação e uso dos sistemas de informação dentro do CBMDF.

A Auditoria Operacional está sendo realizada como objetivo de análise dos Controles implementados nos processos de Tecnologia da Informação dentro do CBMDF, avaliando os critérios adotados na Corporação em relação aos recomendados pelos Órgãos de Controle Externo, e também a eficiência e o adequado uso dos sistemas de informação do CBMDF.

Os trabalhos da Comissão ainda estão em andamento.

2.13. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 013 - Gestão de Inativos – Pagamento de Verbas Indenizatórias na Passagem para a Inatividade.**

Atividade Planejada: Certificar a regularidade do pagamento das verbas indenizatórias (ajuda de custo, conversão de licença especial, e etc.) feito aos militares que passaram para a inatividade.

Escopo de trabalho: Auditar rubricas específicas do pagamento de verbas indenizatórias, considerando a relação dos militares que passaram para a inatividade no exercício de 2015.

Áreas, unidades e setores auditados: DINAP.

Cronograma: 01/04/2016 a 28/09/2016.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: A Auditoria do CBMDF, por meio da Inspeção n.º 2/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, elaborou o Planejamento de Auditoria, o qual contém os elementos necessários para a execução de tal Auditoria, e instaurou o Processo Administrativo SEI-053-023022/2016. Foi instaurada então a Auditoria nº 05/2016 para formalizar os trabalhos, e definida a amostra de 10% (dez por cento) da relação total de militares que passaram para a inatividade no exercício de 2015.

Após a análise de todos os processos de inativação, foram identificados 06 (seis) achados de auditoria, os quais necessitavam de uma apreciação detalhada por parte da DINAP, para que fossem confirmadas (ou não) as suas irregularidades. Os achados de auditoria foram enviados à DINAP através da Notificação de Auditoria nº 21 (0591549).

Todos os achados foram submetidos à apreciação da DINAP, com o intuito de recebermos as devidas explicações. Tais explicações foram encaminhadas à esta Auditoria através do Memorando SEI nº 231 (0608684), constante no processo SEI-053-023022/2016.

Após a manifestação daquela Diretoria, restaram pendentes, no entendimento desta Auditoria, os seguintes achados:

Irregularidade no pagamento de saldo remanescente de férias de 2 (dois) militares e Irregularidade no pagamento de adicional por tempo de serviço de 1 (um) militar.

Os resultados da Auditoria foram formalizados por meio do Relatório de Auditoria n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, o qual foi Homologado pelo auditor do CBMDF por meio do Parecer n.º 1/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, o qual **CERTIFICOU** a matéria auditada como **REGULAR COM RESSALVAS**, por haver pontos carentes de regularização, todavia, que não comprometiam ou invalidavam os trabalhos da área auditada.

Por fim, a Auditoria foi encaminhada ao Comando da Corporação e Homologada por meio do BG nº 212, de 10 novembro 2016.

2.14. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 014 - Diária e Ajuda de Custo (Auditoria de Desempenho).**

Atividade Planejada: Assegurar que as rotinas administrativas e o fluxograma dos processos de diárias e ajudas de custo ocorram em consonância com a legislação em vigor, e de forma segura, eficiente, eficaz e efetiva.

Escopo de trabalho: Averiguar a estrutura e a qualidade dos controles internos das áreas envolvidas no processo de diárias e ajudas de custo.

Áreas, unidades e setores auditados: DIGEP, DINAP, DIOFI e DISAU.

Cronograma: AUDITORIA NÃO EXECUTADA.

Recursos humanos e materiais empregados: AUDITORIA NÃO EXECUTADA.

Situação: A Auditoria do CBMDF iniciou os trabalhos de planejamento de auditoria em 13 de maio de 2015, por meio da Inspeção nº 05/2016, a qual foi juntada ao processo SEI-053-062342/2016 instaurado para o mesmo fim, entretanto não foi possível concluir o planejamento nem iniciar a execução da auditoria em questão em razão do baixo efetivo da Seção responsável pela coordenação de auditorias internas do CBMDF, conforme detalhado no Capítulo 4 deste Relatório.

2.15. AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 015 - Sistema de Saúde.

Atividade Planejada: Apurar e garantir que os processos que ocorrem no âmbito da DISAU sejam realizados consoante a legislação em vigor, e garantir que aspectos relacionados à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do Sistema de Saúde sejam preservados e/ou postos em prática.

Escopo de trabalho: Auditoria de contratos de credenciamento executados no âmbito da Diretoria de Saúde, vigentes em maio de 2016. Foi selecionada uma amostra de 5% do universo de credenciamento vigentes na data supracitada, a qual foi disponibilizada em anexo próprio deste Planejamento.

Áreas, unidades e setores auditados: DISAU.

Cronograma: 15/10/2016 a 13/12/2016.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna, e Comissão nomeada para este fim.

Situação: A Auditoria do CBMDF, por meio da Inspeção n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, elaborou o Planejamento de Auditoria, o qual contém os elementos necessários para a execução de tal Auditoria, e instaurou o Processo Administrativo SEI-053-036709/2016. Foi instaurada então a Auditoria nº 02/2016 para formalizar os trabalhos, e definida a amostra de 5% do universo de credenciamento vigentes em maio de 2016.

Os resultados da auditoria foram consolidados pela Comissão no "Relatório SEI-GDF n.º 2/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR_CEACC" por meio do registro de protocolo SEI nº 0823495.

Os trabalhos da Comissão foram norteados pelo Planejamento de Auditoria elaborado pela Auditoria do CBMDF, por meio do registro de protocolo SEI nº 0587561.

A demanda inicial pela execução da Auditoria nos Credenciamentos da DISAU ocorreu em virtude de se fazer necessário saber se a execução de serviços sem cobertura contratual seria algo recorrente no CBMDF, tendo em vista os achados de auditoria advindos da Auditoria Especial dos processos de credenciamento da DISAU com a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do Distrito Federal – COOPANEST – DF, Processo nº 053.001.372/2012, e com o Instituto de Proctologia e Cirurgia Digestiva de Brasília – IPAD, Processo nº 053.002.203/2012, realizada em 2014.

Constatou-se, porém, que 100% dos contratos analisados estiveram vigentes em todas as fases da execução, o que demonstra que a situação supracitada se trata de caso isolado e casual.

Os Achados de Auditoria foram inicialmente reportados no Relatório SEI-GDF n.º 1/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR_CEACC (0795224) e submetido à Diretoria de Saúde, que se manifestou a respeito dos termos apresentados. Após análise, pela Comissão de Auditoria, da manifestação da DISAU, foi elaborado o Relatório SEI-GDF n.º 2/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR_CEACC (0823495) o qual trouxe os Achados de auditoria atualizados.

Após análise do Relatório pela Auditoria do CBMDF, foram emitidas as recomendações à Diretoria de Saúde expostas abaixo de forma resumida:

1. Analise, justifique e tome as medidas cabíveis em relação aos atrasos de pagamento identificados.
2. Aplique medidas preventivas de forma a impedir a recorrência nos atrasos de pagamento às Credenciadas;
3. Analise, justifique e tome as medidas cabíveis em relação aos descumprimento do prazo legal de 120 dias de antecedência para os pedidos de prorrogação de prazo contratual;
4. Aplique medidas de forma a impedir a recorrência (para todos os contratos de credenciamento vigentes) de descumprimento do prazo legal de 120 dias de antecedência para os pedidos de prorrogação de prazo contratual;
5. Analise, justifique e tome as medidas cabíveis em relação às ausências dos Relatórios, de que trata a Portaria CBMDF n.º 53, de 23 de outubro de 2012, nos processos de Credenciamento de Saúde;
6. Aplique medidas visando garantir a presença dos Relatórios de execução contratual nos Processos de Credenciamento de Saúde, em consonância com a periodicidade prevista nos normativos vigentes;
7. Analise, justifique e tome as medidas cabíveis em relação à situação relatada pela Comissão de Auditoria, no que diz respeito à delonga na nomeação da Comissão de Execução do Contrato 053.001.952/2013;
8. Analise e corrija as impropriedades formais apontadas no processo 053.000.183/2013 - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A, bem como nos processos de pagamento relacionados;
9. Crie modelos documentais que facilitem a comunicação EXECUTOR-DISAU / EXECUTOR-DICOA;
10. Analise a Recomendação da Comissão de Auditoria no tocante à aplicação de uma metodologia comum que organize os processos, relacionando serviços, notas fiscais, atestos e pagamentos, facilitando sua compreensão e inspeção, quando for o caso, de modo a se alcançar uma melhor organização processual.

A análise do Relatório da Auditoria foi formalizada por meio da Informação SEI-GDF - CBMDF/AUDIT/SECOR, a qual foi Homologada pelo Auditor do CBMDF por meio do Parecer SEI-GDF n.º 1/2017 - CBMDF/AUDIT/SECOR, o qual **CERTIFICOU** a matéria auditada como **REGULAR COM RESSALVAS**, por haver pontos carentes de regularização, todavia, que não comprometiam ou invalidavam os trabalhos da área auditada.

Por fim, a Auditoria foi encaminhada ao Comando da Corporação a qual aguarda análise visando Homologação dos trabalhos.

2.16. AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 016 -Capacitação dos Militares Lotados na Auditoria.

Atividade Planejada: Aprimoramento profissional; Intercâmbio com outras instituições de ensino; Esclarecimento de questionamentos e

busca de soluções a problemas comuns no universo público das instituições de ensino.

Escopo de trabalho: Participação dos servidores lotados no Setor de Auditoria Interna.

Áreas, unidades e setores auditados: Auditoria Interna.

Cronograma: 01/01/2016 A 31/12/2016

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da de Auditoria Interna.

Situação: Em razão do congelamento orçamentário imputado pelo Decreto Distrital nº 36.471 de 30/04/2015, não foi possível o cumprimento do planejamento de cursos previstos aos militares lotados na Auditoria do CBMDF. Assim, detalha-se no item 6.1 deste Relatório os cursos de capacitação realizados pelos militares lotados na Auditoria do CBMDF.

2.17. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 017 - Acompanhamento do processo de implementação do novo software - SICON.**

Atividade Planejada: Acompanhar junto à DICOA o processo de implementação do novo software (SICON - Sistema de Contratos) e analisar se ele possui funcionalidade para o acompanhamento eficiente dos prazos de vigência dos contratos firmados em todo o CBMDF.

Escopo de trabalho: Auditoria do Sistema SICON, analisando as funcionalidades existentes e o seu uso eficiente.

Áreas, unidades e setores auditados: DICOA e DISAU.

Cronograma: 14/03/2016 a 19/08/2016

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da de Auditoria Interna.

Situação: A Ação de Auditoria em questão foi originada em virtude da homologação de Recomendações da AUDITORIA NO CREDENCIAMENTO DA COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL E DO INSTITUTO DE PROCTOLOGIA E CIRURGIA DIGESTIVA, realizada nos processos nº 053.001.372/2012 e nº 053.002.203/2013, na qual resultou na proposição de determinações por parte do Exmo. Sr. Comandante-Geral (item IV do BG nº 209, de 06 de novembro de 2015) destinada à Auditoria do CBMDF, qual seja:

Acompanhar junto à DICOA o processo de implementação do novo software (SICON) e analisar se ele possui funcionalidade para o acompanhamento eficiente dos prazos de vigência dos contratos firmados em todo o CBMDF.

Assim, foi instaurada a Diligência n.º 1/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, autuada no Processo SEI-053-019136/2016.

Após as Diligências necessárias, no mesmo processo SEI supracitado, a Seção de Coordenação de Auditorias emitiu a Informação n.º 6/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, a qual, após o recebimento das respostas fornecidas pela DICOA e pela DISAU (que detêm a competência da gestão de contratos no âmbito do CBMDF) dos questionamentos feitos através das Notificações de Auditoria 10, 12 e 13, atestou o correto uso do Sistema e concluiu a Diligência.

2.18. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 018 - Análise diligencial sobre os procedimentos a serem adotados para regularizar a pendência sistêmica do SIGMA.Net referente à entrada de Material de Consumo da aeronave Resgate 03**

Atividade Planejada: Análise diligencial sobre os procedimentos a serem adotados para regularizar a pendência sistêmica do SIGMA.Net referente à entrada de Material de Consumo da aeronave Resgate 03 - modelo EC135T2 e marcas PR-CBM (atuador do fenestron) no valor de R\$ 181.698,92

Escopo de trabalho: Apuração e estudo sobre regularização de lançamentos realizados no sistema SIGMA.Net.

Áreas, unidades e setores auditados: DICOA, CESMA e DIOFI.

Cronograma: 08/07/2016 a 15/09/2016

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: A Ação de Auditoria em questão foi originada em virtude de demanda do Sub Diretor de Contratações do CBMDF por meio do Memorando n.º 135/2016 - CBMDF_GAVOP_EXEC_AQUISI, recebido no Processo SEI 053-000145/2015, o qual informou situação anômala de lançamento realizado no sistema SIGMA-NET e solicitou análise e aplicação das medidas necessárias a promover a correção, com possível ressalva ao inventário 2015 da Corporação.

Assim, foi instaurada a Diligência n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, autuada no Processo supracitado.

Por meio da Informação n.º 2/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, a Auditoria se posicionou sobre o caso em questão e recomendou:

1. juntada, aos autos, da comprovação documental da devolução física da peça adquirida (atuador do fenestron) à Empresa HELICOPTEROS DO BRASIL S/A - HELIBRAS.
2. O envio das informações levantadas para à Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), com a finalidade de se ressaltar a Tomada de Contas do Ordenador de Despesa autuado no Processo Administrativo nº 040.001.568/2015.
3. A notificação da Diretoria de Orçamento e Finanças do envio dos documentos acima relacionados à CGDF a fim de que se possa regularizar a pendência nos controles efetuados por aquela Setorial.

Todas as recomendações acima descritas foram atendidas em conformidade com a documentação anexa ao Processo SEI 053-000145/2015.

2.19. **AÇÃO DE AUDITORIA Nº. 019 - Análise diligencial sobre resposta ao Acompanhamento de Recomendações advindo da Auditoria na Distribuição do Efetivo - proposta (s) para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição.**

Atividade Planejada: Analisar resposta ao Acompanhamento de Recomendações advindo da Auditoria na Distribuição do Efetivo quanto ao item "elaboração de estudo por parte do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia capaz de apontar proposta (s) para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição."

Escopo de trabalho: Verificar a possibilidade de ofertar mais vagas nos cursos de especialização para as especialidades supracitadas ou de aumentar a quantidade dos cursos ministrados no decorrer do exercício, bem como propor, conforme decorrer da análise, novas recomendações para cumprimento do Objeto em exame.

Áreas, unidades e setores auditados: DIREN, DIGEP, COMOP.

Cronograma: 18/07/2016 a 16/08/2016.

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da de Auditoria Interna.

Situação: A Ação de Auditoria em questão tratou da análise diligencial instaurada com o objetivo de avaliar a resposta ao Acompanhamento das Recomendações provenientes da Auditoria na Distribuição do Efetivo, bem como sugerir novas recomendações para que se torne possível o cumprimento do objeto de estudo determinado à DIREN.

Assim, foi instaurada a Diligência n.º 4/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, autuada no Processo SEI-053-018547/2016.

Por meio do Memorando n.º 108/2016 - CBMDF_DIREN_SEPLA(0355161), a DIREN se manifestou informando que para seja possível concluir um estudo que possibilite traçar medidas eficientes e eficazes capazes de atrair e recrutar militares nas áreas em demandas no CBMDF, seria necessário o levantamento pelo setor de Recursos Humanos das vacâncias de pessoal nos diversos setores com suas respectivas especializações e a parceria com a área de Ensino e Comando Operacional para a realização de planejamento, liberação de instrutores, aquisição de materiais e equipamentos para a instrução.

Assim, verificou-se que não seria possível o mero cumprimento da Recomendação de Auditoria por meio de um estudo na DIREN, e foi vislumbrada a necessidade de que o assunto tratado naquela Recomendação se desvinculasse do trâmite processual de acompanhamento do cumprimento para que fosse criado um novo processo diligencial com cooperação interdepartamental, e assim possibilitando a implementação de medidas eficientes e eficazes no CBMDF, que solucionem as lacunas de militares nas áreas em demanda na Corporação.

Por meio da Informação n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, a Auditoria do CBMDF se manifestou sobre o caso e recomendou a instauração de uma Comissão envolvendo dirigentes e técnicos da DIGEP, COMOP, e DIREN. Tal Ação foi implementada através do BG 165/2016.

2.20. **ACÇÃO DE AUDITORIA Nº. 020 - Análise diligencial sobre resposta ao Acompanhamento de Recomendações advindo da Auditoria de Levantamento da Situação da Frota Veicular do CBMDF 2012 - Reforma CEMEV.**

Atividade Planejada: Analisar resposta ao Acompanhamento de Recomendações advindo da Auditoria de Levantamento da Situação da Frota Veicular do CBMDF 2012 quanto ao item :

"Estudo sobre as possibilidades de reforma ou construção de um novo CEMEV.

Escopo de trabalho: Verificação das respostas exaradas pelas áreas demandas na Auditoria de Levantamento da Situação da Frota Veicular do CBMDF 2012, bem como Proposição, conforme decorrer da análise, de novas recomendações para cumprimento do Objeto em exame.

Áreas, unidades e setores auditados: EMG, DIMAT, COMOP e DIOFI.

Cronograma: 14/06/2016 a 26/07/2017

Recursos humanos e materiais empregados: A execução da referida ação ficou a cargo da Auditoria Interna.

Situação: A Ação de Auditoria em questão tratou da análise das manifestações à respeito das Recomendações exaradas pela Informação nº 008/2015 - SECOR/AUDIT, recebidas pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral, por meio do Boletim-Geral nº 149 , de 7 de agosto de 2015, que na mesma publicação determinou aos órgãos SUBCG, EMG e COMOP que providenciassem análise das Recomendações com posterior manifestação a ser destinada ao Controlador do CBMDF.

As Recomendações citadas acima foram resultados de análise à **Auditoria de Levantamento da Situação da Frota Veicular do CBMDF 2012**, cujos trabalhos foram autuados no Processo Administrativo nº 053.001.441/2011.

Assim, foi instaurada a Diligência n.º 5/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, autuada no Processo Os trabalhos foram autuados no Processo 00053-SEI025961/2015.

Após apreciação das respostas dos órgãos destinatários da demanda exarada pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral, essa Auditoria, por meio da Informação n.º 5/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR concluiu que seria necessário Nomeação de Comissão envolvendo dirigentes e técnicos do EMG, DIMAT, COMOP, e DIOFI com o objetivo de:

1. Realizar estudo sobre as possibilidades de reforma ou construção de um novo CEMEV adequado à nova realidade do CBMDF, para que se tenham condições de abrigar as Viaturas existentes, evitando que as mesmas fiquem expostas às intempéries e aumentem os desgastes dos seus componentes, diminuindo sua vida útil;
2. Vislumbrar no decorrer dos trabalhos as reformas ou construções necessárias para que se possa garantir também a correta segurança para o trabalho laboral dos militares lotados no CEMEV, bem como para a correta garantia de descarte de materiais visando minimizar impactos ambientais e cumprir com a legislação ambiental vigente;
3. avaliar os dados até a presente data coletados por meio do Processo 00053-SEI025961/2015, 053.001.441/2011 e o trabalho monográfico do Curso de Altos Estudos para Oficiais combatentes intitulado: "Um estudo sobre a estrutura física do Centro de Manutenção de Equipamentos e Viaturas do CBMDF e seus reflexos na prestação dos serviços de manutenção veicular.;"
4. Aprofundar os estudos realizados até a presente data demonstrando valores reais a serem investidos, tempo de aplicação e consequências esperadas com os possíveis investimentos;
5. Trazer opções de aplicações ao Comando da Corporação, demonstrando os riscos de gestão em cada escolha.

Tal Ação foi implementada através do BG 214, de 14 nov. 2016.

3. **DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO E INTERNO**

3.1. **DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) tem como atribuição a manutenção e preservação do patrimônio do Distrito Federal, com o escopo de assegurar que a aplicação do dinheiro público seja efetiva, regular e esteja dentro da Lei.

O TCDF aprecia as contas anuais dos governadores, emitindo parecer para o julgamento na Câmara Legislativa; julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos; confere a legalidade dos atos de admissão de pessoal (concursos públicos e outras contratações) e a concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores do GDF; avalia a execução das metas estabelecidas no plano

plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.

Neste contexto, esta análise trata de determinações exaradas pela Corte de Contas do Distrito Federal. Tais diligências adentraram à Auditoria que, de forma preliminar, procede a um juízo de valor e as destina ao segmento correspondente que detém a competência legal para respondê-las. Posteriormente, as respostas são remetidas à Seção de Análise de Conformidade Normativa - SACOF/AUDIT com o objetivo de se examinar quanto ao fiel cumprimento das Decisões. Caso positivo, serão tais relatos remetidos à Egrégia Corte de Contas. Caso negativo serão levadas a feito novas diligências no sentido de bem cumprir o determinado.

Salienta-se que as determinações oriundas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) são as mais volumosas no tocante a quantidade de decisões que adentram esta Auditoria.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram à Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016 e quantas ainda estão pendentes de cumprimento (de forma aproximada):

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
154	04

Dessa feita, observa-se que o TCDF é o órgão de controle externo que mais solicita serviços desta Auditoria; devendo, portanto, ser despendidos maiores esforços no sentido de atendimento.

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.2. **DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle interno, regido por diversos normativos, em especial da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

O TCU é um tribunal administrativo que julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário federal.

É também responsabilidade do TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal no âmbito da administração direta e indireta federal - admissão, aposentadoria, reforma e pensão - e fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do distrito federal e dos municípios. Tais atribuições são definidas na Constituição Federal.

Além das competências previstas na Constituição, várias outras têm sido conferidas ao Tribunal por meio de leis específicas, dentre as quais se destacam a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Licitações e Contratos e, anualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No tocante ao controle exercido por parte da União Federal, observa-se que, dentre outros, o TCU é um dos principais órgãos que demandam o CBMDF.

Neste contexto, observa-se que as determinações do TCU seguem o mesmo procedimento interno de cumprimento das demandas do TCDF, qual seja, que as diligências adentram a Auditoria que, de forma preliminar, procede um juízo de valor e destina-as ao setor correspondente. Posteriormente, as respostas são apresentadas à SACOF/AUDIT com o objetivo de se analisar quanto ao o fiel cumprimento das Decisões. Caso positivo, serão tais relatos remetidos à Egrégia Corte de Contas da União. Caso negativo, serão levadas a feito novas diligências no sentido de bem cumprir o determinado.

Salienta-se que as determinações do TCU (neste ano de 2016) foram poucas, em comparação com as demandas do TCDF.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram a Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016:

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
03	00

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.3. **DETERMINAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO**

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A CGU também deve exercer, como órgão central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

Em relação ao controle exercido pela CGU no âmbito do CBMDF, mais uma vez, salienta-se que as demandas da CGU seguem os mesmos procedimentos internos acima relatados do TCU e TCDF no tocante ao cumprimento.

Salienta-se que as determinações do GCU (neste ano de 2016) foram poucas quando em comparação com as demandas do TCDF.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram à Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016 e quantas ainda estão pendentes de cumprimento (de forma aproximada):

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
07	00

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.4. **DETERMINAÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

A Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), com status equivalente à de Secretaria de Estado, tem atuação e competência nas

seguintes áreas:

- I - supervisão, tratamento e orientação dos dados e informações disponíveis no Portal da Transparência;
- II - supervisão e coordenação do sistema de controle interno;
- III - correição e auditoria administrativa;
- IV – coordenação geral das ouvidorias do Distrito Federal;
- V - defesa do patrimônio público e da transparência;
- VI - prevenção e combate à corrupção;
- VII - verificação dos princípios constitucionais nos atos da Administração Pública;
- VIII - apuração de indícios de irregularidades;

A CGDF exerce o controle interno no CBMDF, no âmbito de um controle distrital.

De mais a mais, salienta-se que as demandas da CGDF seguem os mesmos procedimentos internos acima relatados no tocante ao cumprimento.

Salienta-se que as determinações do CGDF (neste ano de 2016) foram poucas quando em comparação com as demandas do TCDF.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram à Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016.

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
55	07

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.5. SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA

As Solicitações de Auditoria são exaradas pelos órgãos de controle interno (a CGDF foi o órgão que mais levou a feito solicitações junto ao CBMDF) com o escopo de se averiguar determinada situação para que os Auditores de Controle Interno (ou a autoridade correspondente) possam fazer um juízo de valor e se pronunciar e dar subsídios às decisões ou determinações dos órgãos.

A Solicitação de Auditoria é definida como sendo um documento utilizado para formalizar, ao gestor dos recursos ou ao responsável pela área, a solicitação de documentos, de justificativas, informações e de esclarecimentos sobre os assuntos relevantes e pertinentes ao longo dos trabalhos de auditoria.

Ademais, salienta-se que as demandas denominadas de Solicitações de Auditoria seguem os mesmos procedimentos internos acima relatados no tocante ao cumprimento.

Uma dificuldade encontrada no tocante ao cumprimento das solicitações relaciona-se aos prazos. Geralmente, tais solicitações já adentram à Auditoria com o prazo em andamento e/ou os segmentos competentes não respondem no prazo estipulado. Isso gera pedidos de prorrogações.

Ressalta-se que houve uma diminuição considerável do ano de 2016 em comparação com o ano de 2015.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram a Auditoria até a data de 31 de novembro de 2016.

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
17	00

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.6. PROCEDIMENTOS INTERNOS

Os procedimentos internos consistem em demandas originárias dos segmentos internos desta Corporação, bem como de respostas exaradas com fundamento em solicitações realizadas por esta Controladoria. Diversos segmentos do CBMDF remeteram documentos à Auditoria, sejam relacionadas às respostas de diligências oriundas da auditoria ou a solicitações de providência de medidas.

No concernente aos Procedimentos Internos, observa-se que houve uma alta demanda.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram a Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016:

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
143	09

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.7. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pertence à estrutura do Ministério Público da União (MPU) e atua perante o poder judiciário do Distrito Federal. Não cabe ao MPDFT trabalhar em matérias de competência da justiça federal e somente nas ações que competem às justiças estaduais. Entre as áreas de atuação do MPDFT estão criminal, meio ambiente, patrimônio público, saúde, educação, infância e juventude e filiação. Para não haver confusão sobre a abrangência de cada ramo do MPU, a primeira providência quando chega um processo ao MPDFT é a verificação se os crimes foram cometidos contra bens, serviços ou interesses da União. Se há interesse da União, a atuação vai ser do MPF.

O MPDFT como defensor do ordenamento jurídico, utilizou-se de suas prerrogativas e exerceu junto ao CBMDF seu papel fiscalizador.

Notou-se que as demandas do MP, em sua grande maioria, relacionaram-se às licitações.

Segue a tabela referente as demandas que adentraram a Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016 e quantas ainda estão pendentes de cumprimento (de forma aproximada):

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
10	00

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.8. **AÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, órgão central do sistema jurídico do Distrito Federal, é uma instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, cabendo-lhe a representação judicial e a consultoria jurídica do Distrito Federal, como atribuições privativas dos Procuradores do Distrito Federal, na forma do art. 132 da Constituição Federal.

Prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal; representar o Distrito Federal judicial e extra-judicialmente; zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da PGDF; orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal; efetuar a cobrança judicial da dívida do Distrito Federal; e promover a uniformização da jurisprudência administrativa e a compilação da legislação do Distrito Federal.

Observa-se que houve um aumento considerável do ano de 2015 para o ano de 2016.

Segue a tabela referente às demandas que adentraram à Auditoria até a data de 31 de dezembro de 2016 e quantas ainda estão pendentes de cumprimento (de forma aproximada):

Nº. DE DEMANDAS	PENDÊNCIAS
98	00

Segue anexo ao presente Relatório todas as demandas.

3.9. **RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA DO CBMDF**

Esta atividade foi prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) de 2016. O início do funcionamento da Seção de Coordenação de Auditorias – SECOR, diretamente vinculada ao Auditor do CBMDF, tornou-se público por meio do BG nº 084, de 07 de maio de 2014; e possui, dentre outras responsabilidades o planejamento e a coordenação das auditorias programadas, especiais e ordinárias acerca da gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal da Corporação.

Por meio desta Seção a Auditoria do CBMDF acompanhou no ano de 2016 o controle das recomendações exaradas pela sua Auditoria Interna. Consta nesta seção o acompanhamento de todas as recomendações de auditorias que constavam com o status de pendente em 2016, desde às apuradas em anos anteriores e que não tiveram solução adequada no ano da emissão, até as recomendações exaradas no próprio ano de 2016.

O resultado do acompanhamento das recomendações exaradas pela Auditoria do CBMDF seguem abaixo:

3.9.1. **Recomendações 014/2015 a 022/2015**

Referência: COMISSÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E SEMOVENTES DO CBMDF - EXERCÍCIO 2014

• **Recomendação 014/2015**

Descrição: Setor Norte Quadra 2, AE 01 - Gama 16º GBM - Necessitando reforma geral e emergencial;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT;

Situação: Atendida.

Conforme Memorando n.º 3/2016 - CBMDF_CESMA_SAPAI (24/03/16), enviado pelo Processo SEI 00053-SEI005216/2015 o qual informou que a reforma visa apenas garantir conforto aos usuários e acima de tudo a valorização dos profissionais lotados na unidade, o que não se configura em emergencial, mas sim em uma prioridade do Comando-Geral dentre as diversas obras apontadas como necessárias. Apesar das condições que apontam a necessidade de reforma, não foram verificados problemas estruturais que possam por em risco a vida dos usuários.

Completo informando que está sendo elaborado pelo COMAP, o projeto básico para contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia que possa viabilizar a futura execução das obras de reforma e ampliação da unidade.

• **Recomendação 015/2015**

Descrição: SEP EQ 701/901- Lote A - Asa Sul - Terreno Concedido por meio do Termo de Concessão e Uso 01/09 - TJDF/CBMDF - Analisar se o Termo encontra-se vigente e dentro dos parâmetros legais;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT;

Situação: Atendida.

Conforme Memorando n.º 16/2016 – CBMDF_DICOA_SUBDIR foi informado que o Termo de Concessão de Uso n.º 01/09 firmado com o TJDF não mais encontra-se vigente. Não obstante, a parceria agora está estabelecida por meio do Termo de Permissão de Uso n.º 001/2015, dentro dos parâmetros sim de legalidade, conforme é a instrução constante nos autos do processo n.º 053.002.078/2014.

- **Recomendação 016/2015**

Descrição: SHI, QI 04 Lote "D" Lago Sul 11º GBM - Terreno sem cerca, situação predial em péssimo estado, necessitando de reforma geral. Existe uma torre de celular da empresa "VIVO" dentro da área;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT;

Situação: Atendida.

Quanto a torre de celular da empresa da VIVO: respondido através do Memorando n.º 3/2016 - CBMDF_CESMA_SAPAI (24.03.16) que esclareceu que as referidas antenas continuam instaladas nos GBM's supracitados por meio de Decisão Liminar, a qual é objeto do Recurso Extraordinário nº 638575 - STF.

Quanto a necessidade de reforma e cercamento da área: Foi informado por meio do Memorando n.º 74/2016 - CBMDF_COMAP (26/04/2016) que não há prazo definido para realização da reforma geral da unidade. No entanto, algumas intervenções por meio do contrato de manutenção predial estão sendo realizadas na unidade de forma a garantir as condições mínimas necessárias aos usuários. Em relação ao cercamento segue em desenvolvimento neste Centro o projeto básico conforme Memorando n.º 47/2016.

- **Recomendação 017/2015**

Descrição: Bairro Águas Claras QS 09 Rua 100 Lote 02 - Cerca danificada e muito lixo;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT;

Situação: Atendida.

Conforme Memorando n.º 3/2016 - CBMDF_CESMA_SAPAI (24.03.16): "Foi feita visita ao local pelo Comandante de Área II e o Comandante do 2º GBM e após constatado apenas mato alto dentro do espaço, foi determinado ao Comandante do 2º GBM que solicite junto a Administração Regional, máquinas e pessoal para a limpeza.

Foi solicitada a inclusão do terreno ao projeto de cercamento por meio do Memorando n.º 5/2016 – CBMDF_CESMA_SAPAI, no processo SEI SEI-053-026328/2016.

- **Recomendação 018/2015**

Descrição: QN 22, Conjunto2, Lote01 - Riacho Fundo II - Não existe cerca nem informação visual de que a área pertença ao CBMDF. Lote ao lado de um galpão da Construtora direcional;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT;

Situação: Atendida.

Foi informado por meio do Memorando nº 3/2016 - CBMDF_CESMA_SAPAI que o Imóvel em questão está sendo ocupado pela Empresa JC GONTIJO Engenharia SA, e que após questionada enviou Ofício (0330084 - [SEI-053-015983/2016](#)) ao Comando do CBMDF solicitando autorização para continuar a ocupação. Como se trata de uma questão cujos deslindes processuais já são de conhecimento e estão sendo analisados pelo Comando da Corporação, entende-se por atendida a recomendação.

No que toca ao cercamento do lote o COMAP informou por meio do Memorando n.º 74/2016 CBMDF_COMAP que a Área está contemplada no atual projeto de cercamento em andamento no COMAP.

- **Recomendação 020/2015**

Descrição: Setor Central, Área Especial 14 - Vila Estrutural - Lote invadido pela Igreja Evangélica Casa da Benção;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT

Situação: Pendente.

Conforme Memorando n.º 7/2015 - CBMDF_CESMA_SAPAI, enviado pelo Processo SEI 00053-SEI005216/2015 o qual informou que a situação do lote da Vila Estrutural está sendo acompanhada pela SAPAI, o processo nº 053.001.031/2014 encontra-se na SEGETH. O terreno não possui identificação do CBMDF, e possui muro da Igreja Casa da Benção, mesmo não existindo nenhum documento de autorização para utilização do espaço. Andamento do processo, em 28 de outubro de 2015, encaminhado para a AGEFIS para adoção de medidas pertinentes para regularização da área.

A situação permanece a mesma, conforme ratificado por meio do Memorando n.º 3/2016 - CBMDF_CESMA_SAPAI em 24 de março de 2016. Faz-se necessário aguardar deslinde processual no órgão do GDF (SEGETH).

- **Recomendação 021/2015**

Descrição: Setor Oeste, Área Especial sem número, Quadra 29, Gama-DF - Não existe cerca nem informação visual de que a área pertença ao CBMDF;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT

Situação: Atendida.

Foi relatado por meio do Memorando n.º 4/2016 – CBMDF_CESMA_SAPAI, Processo SEI 00053-SEI005216/2015, que conforme consta nos autos do processo 053.001.571/2010, a área do lote do CBMDF não pode ser cercada, haja vista existir uma pista asfaltada cortando o mesmo. O referido processo se encontra na COMAR IV para que, junto com a Administração Regional do Gama, providencie uma nova área que irá substituir o lote em questão.

- **Recomendação 022/2015**

Descrição: Setor Leste, Área Especial sem número, Quadra 43, Gama-DF - Não existe cerca nem informação visual de que a área pertença ao CBMDF, PARTE DO TERRENO FOI INVADIDO pela construção de uma igreja;

Área Responsável pela Implementação: CESMA/DIMAT

Situação: Atendida.

Conforme Memorando n.º 4/2016 – CBMDF_CESMA_SAPAI , Processo 00053-SEI025961/2015 foi informado que o lote em que existe a invasão de uma igreja foi permutado com o lote localizado na A/E Quadra 13/05, Setor Sul do Gama, conforme ofício da Administração Regional do Gama (0379406). Sendo que o lote do Setor Leste, Área Especial sem número, Quadra 43 não faz parte do acervo patrimonial do CBMDF.

3.9.2. Recomendações 023, 026, 027 e 028/2015

Referência: Auditoria de Levantamento da Situação da Frota Veicular do CBMDF 2012

• Recomendação 023/2015

Descrição: Estudo sobre as possibilidades de reforma ou construção de um novo CEMEV adequado à nova realidade do CBMDF, para que se tenham condições de abrigar as Viaturas existentes, evitando que as mesmas fiquem expostas às intempéries e aumentem os desgastes dos seus componentes, diminuindo sua vida útil;

Área Responsável pela Implementação: EMG/COMOP/CESMA

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI 00053-SEI025961/2015 para realização de estudo sobre esse item, e posteriormente, publicada, por meio do BG 214, de 14 de novembro de 2016, nomeação da Comissão interdepartamental que irá realizar o estudo sobre o assunto. Os trabalhos da Comissão estão em andamento.

• Recomendação 026/2015

Descrição: Publicação em BG da Corporação, de forma ostensiva, de determinação aos responsáveis por toda e qualquer viatura movimentada em Boletim Geral, para que seja providenciado, em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da movimentação, a confecção do Termo de Transferência e Guarda de Bens Patrimoniais, bem como o envio deste ao CESMA, a fim de que possa ser constantemente atualizada a relação das viaturas;

Área Responsável pela Implementação: EMG/COMOP/CESMA

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI 00053-SEI025961/2015 para realização de estudo sobre esse item. De acordo com o Memorando n.º 6/2015 - CBMDF_CEMEV_ASTEC, foi informado que não é atribuição do CEMEV realizar determinações ou palestras neste sentido aos detentores de carga. Assim, após o recebimento das respostas do EMG, referentes as outras demandas de mesma origem, essa recomendação foi incluída em minuta de Boletim do Excelentíssimo Senhor Comandante Geral, como sugestão de determinação, à DIMAT para implementação da demanda, situação essa concretizada por meio do item XI do Boletim Geral 153, de 12 de agosto de 2016. Até a presente data não houve conferência da implementação da Recomendação.

• Recomendação 027/2015

Descrição: Realização de Palestra, com os Comandantes das Unidades Militares que dispõem de Viaturas, para tratar sobre a forma correta de movimentação das viaturas administrativas;

Área Responsável pela Implementação: EMG/COMOP/CESMA

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI 00053-SEI025961/2015 para realização de estudo sobre esse item. De acordo com o Memorando n.º 6/2015 - CBMDF_CEMEV_ASTEC, foi informado que não é atribuição do CEMEV realizar determinações ou palestras neste sentido aos detentores de carga. Assim, após o recebimento das respostas do EMG, referentes as outras demandas de mesma origem, essa recomendação foi incluída em minuta de Boletim do Excelentíssimo Senhor Comandante Geral, como sugestão de determinação, à DIMAT para implementação da demanda, situação essa concretizada por meio do item XI do Boletim Geral 153, de 12 de agosto de 2016. Até a presente data não houve conferência da implementação da Recomendação.

• Recomendação 028/2015

Descrição: Edição de Portaria Interna que regulamente o processo de descarte de peças inservíveis no CBMDF, com base em estudo da aplicabilidade ao CBMDF da normatização mencionada no item III (fls. 1.420/1.425 do processo 053.001.441/2011) do Relatório da Subcomissão Especial de Auditoria de Conferência do Processo de Descarte de Peças Inservíveis no Cemev, quais sejam:

I. Portaria-SEPLAN nº 39/2011, de 30/março/2011;

II. Decreto nº 5.940, de 25 de out. de 2006, da Presidência da República;

III. Lei Nº 12.305. de 2 de agosto de 2010, da Presidência da república;

IV. RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 257. de 30 de Junho de 1999;

Área Responsável pela Implementação: EMG/COMOP/CESMA

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI 00053-SEI025961/2015 para realização de estudo sobre esse item. Após o recebimento das respostas do EMG, essa recomendação foi incluída em minuta de Boletim do Excelentíssimo Senhor Comandante Geral, como sugestão de determinação, ao ao DEALF, com o auxílio da Comissão A3P e outros órgãos pertinentes, para implementação da demanda, situação essa concretizada por meio do item XI do Boletim Geral 153, de 12 de agosto de 2016. Até a presente data não houve conferência da implementação da Recomendação.

3.9.3. Recomendações 029/2015 a 50/2015

Referência: AUDITORIA NO CREDENCIAMENTO DA COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL E DO INSTITUTO DE PROCTOLOGIA E CIRURGIA DIGESTIVA

• Recomendação 029/2015

Descrição: Designar uma Comissão Permanente, composta por, no mínimo, militares da DISAU (Assessoria Jurídica, Auditoria Médica e SECOP), da DICOA (Assessoria Jurídica), e da DIOFI, para elaborar um curso de execução de contratos totalmente adaptado a realidade do CBMDF.

Área Responsável pela Implementação:GabCG/Auditoria

Situação: Atendida.

Emitido As Notificações de Auditoria 24, 25 e 26/2015 9 via física) para solicitar os nomes dos militares que comporão a comissão, às áreas envolvidas(DISAU, DICOA e DIOFI). Foi instaurado o Processo SEI-053-041146/2016 para a nomeação da referida Comissão que foi formalmente designada por meio do Boletim Geral 212, de 10 de Novembro de 2016.

• Recomendação 030/2015

Descrição: Realizar um estudo que comprove a possibilidade/impossibilidade de aumento do efetivo da DISAU para o exercício das funções de auditoria médica e de execução contratual. Caso a viabilidade do aumento do efetivo fique comprovada, que se conclua tal recomendação com a movimentação dos militares.

Área Responsável pela Implementação:DERHU

Situação: Atendida.

Emitido A Notificaçõesde Auditoria 17/2015 via física ao DERHU em Dezembro de 2015.

Emitida a Notificação de auditoria n.º 5/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR via Sei em 11 de março de 2016

Memorando n.º 299/2016 - CBMDF_DISAU_SEEXC, em 19 de outubro de 2016 respondeu:

1. O efetivo de executores de contratos à época assemelha-se ao atual, porém, foi possível verificar que haviam diversos militares em afastamento, o que impedia a ação completa por parte das comissões executoras.
2. Com a permuta de alguns executores, e ainda, com o início da utilização do SEI neste ano, é possível dizer que o efetivo atual é suficiente para o atendimento da demanda neste ano de 2016.

• Recomendação 031/2015

Descrição: Enviar cópia à DISAU via SEI da Informação nº 64/2013 – SSERC/DICOA, datada de 11 de setembro de 2013, para posterior manifestação.

Área Responsável pela Implementação: AUDIT.

Situação: Atendida.

Enviada a Informação via SEI.

• Recomendação 032/2015

Descrição: Acompanhar junto à DICOA o processo de implementação do novo software (SICON) e analisar se ele possui funcionalidade para o acompanhamento eficiente dos prazos de vigência dos contratos firmados em todo o CBMDF.

Área Responsável pela Implementação:AUDIT.

Situação: Atendida.

Emitido A Notificações de Auditoria 19/2015 via física a DICOA em Dezembro de 2015.

Instaurada a Diligencia 01/2016 para tratar do assunto (Processo SEI-053-019136/2016), na qual verificou-se que o Sistema foi Implementado, conforme Informação nº 06/2016 - SECOR do meso Processo.

• Recomendação 033/2015

Descrição: Abertura de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade a quem deu causa ao apurado pela Comissão Especial de Auditoria, qual seja, a prestação dos serviços por parte das Credenciadas COOPANEST – DF e IPAD fora da vigência contratual, na conformidade do art. 59 Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93, e da Orientação Normativa da AGU nº 04/2009.

Área Responsável pela Implementação:COGED.

Situação: Atendida.

Emitido A Notificação de Auditoria 21/2015 via física ao COGED em Dezembro de 2015

Memorando n.º 272/2016 - CBMDF_COGED: Em atenção a Notificação de auditoria n.º 2/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, este Correicional tem a informar que fora instaurada a Sindicância n.º 251/15 para apuração da responsabilidade a quem deu causa a prestação dos serviços por parte das Credenciadas COOPANEST - DF e IPAD fora da vigência contratual.

- **Recomendação 034/2015**

Descrição: Emitir posicionamento e manifestação acerca da Informação nº 64/2013 – SSERC/DICOA, datada de 11 de setembro de 2013, que será enviada via SEI pela Auditoria.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Pendente.

Emitido A Notificações de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015.

Encaminhada a Informação 64/2013 da DICOA por meio do processo SEI 00053-SEI055863/2015 em 30/12/2015.

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

- **Recomendação 035/2015**

Descrição: Formalizar orientação a todos os executores de contrato e publicar em Boletim-Geral, ordem para que eles procedam com a autuação dos processos de forma organizada e em ordem cronológica, de forma que os autos dos processos de execução demonstrem a real evolução da prestação dos serviços contratados, desde a fase inicial de contratação. Que também seja publicada em BG, instrução para que os executores de contrato passem a cobrar formalmente o cumprimento de obrigações definidas em edital (e que as cobranças sejam anexadas aos processos), como por exemplo, a previsão de apresentação até o 5º dia útil das faturas que detalham os atendimentos fornecidos no mês anterior, e a apresentação da Guia de Recolhimento Previdenciário.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitido A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: os executores de contratos tem sido orientados formalmente, através de circulares internas, quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange à organização da autuação dos processos, bem como ao cumprimento por parte das credenciadas, das obrigações definidas em edital. Com a adoção do uso do SEI, a Recomendação 35/2015, quanto a organização do processo, tornou-se fácil e automática sendo possível o acompanhamento do processo em sua totalidade. Através da DICOA algumas orientações aos executores foram publicadas em Boletim Geral reforçando as orientações dadas pela SEEXEC.

- **Recomendação 036/2015**

Descrição: Fazer estudo junto com o EMG visando à inserção no Regimento Interno da SEEXEC, de previsão de rotina do controle dos prazos contratuais, de modo a tornar-se uma atividade obrigatória dessa Seção a conferência dos prazos de vigência contratuais.

Área Responsável pela Implementação: DISAU.

Situação: Pendente.

Emitido A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

A DISAU respondeu que não há problemas em fazer o estudo integrado com o EMG para alterar o regimento interno, e ressaltou que eles já fazem um controle em planilha para controlar os prazos contratuais e alertar os executores quando os seus contratos estão vencendo com 150 dias de antecedência.

A recomendação de se realizar estudo integrado com o EMG para buscar um entendimento da possibilidade/viabilidade de alteração do Regimento Interno da SEEXEC permanece pendente.

- **Recomendação 037/2015**

Descrição: Verificar a possibilidade de se colocar etiquetas nas capas dos processos de credenciamento (de forma similar aos processos dos litigantes idosos no Poder Judiciário) contendo a data com o fim da vigência, de modo a facilitar a visualização do prazo por parte de qualquer militar. Em sendo identificada a viabilidade, que se proceda com a colocação das etiquetas nas capas dos processos imediatamente.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Esse procedimento foi adotado por essa seção, onde os processos físicos de credenciamento foram etiquetados com a vigência processual na capa. Com o advento do SEI, os processos foram digitalizados, sendo que essa sugestão não pode ser aplicada da mesma maneira.

- **Recomendação 038/2015**

Descrição: Elaborar estudo da possibilidade de acréscimo do campo denominado “orçamento restante” nos relatórios de execução de contrato, para possibilitar o controle mensal do quanto foi gasto nos contratos, bem como o saldo restante. No caso da identificação da viabilidade, que nos relatórios de execução seguintes já constem tal alteração.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Tal medida será incluída nos relatórios dos executores de contrato. Todavia, cumpre destacar que, mesmo os relatórios não contendo esse campo específico, possui um campo denominado de saldo atual, o qual apresenta os valores atualizados, depois de descontados as despesas efetuadas.

• **Recomendação 039/2015**

Descrição: Desenvolver um estudo integrado com a DICOA e a DITIC, para identificar se é possível acrescentar no SICON, funções que permitam o imediato conhecimento dos atendimentos dos usuários pela contratada e pela contratante, assim como o controle de prazos, de processos e de informações dos credenciamentos da DISAU, de forma que seja possível também, possibilitar uma comunicação integrada entre as credenciadas, a DISAU e a DICOA.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Pendente.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

Aguardar resposta da DISAU, mas de antemão já temos resposta da DICOA via Memorando n.º 16/2016 - CBMDF_DICOA_SUBDIR

Tal estudo em verdade, e de certo modo, já vem ocorrendo desde o fomento inicial da aquisição da fábrica de softwares, oportunidade em que os militares especializados (DITIC) começaram a se debruçar sobre as várias demandas que as setoriais de contratação e de atendimento de credenciamentos de saúde apresentavam. Sendo assim, houve uma bifurcação em termos de produção de sistemas sendo gerado os sistemas SICON e SAUDEWEB, o primeiro voltado para uma necessidade da DICOA com relação as contratações finalísticas da corporação, incluindo apenas sob o aspecto do contrato de credenciamento as informações básicas de cada contrato de credenciamento.

Resposta da DISAU: Como o SICON ainda não está implementado, já foram solicitados e será atendido, as informações a serem acrescidas para o imediato conhecimento dos atendimentos dos usuários pela contratada e pela contratante, assim como o controle de prazos, de processos e de informações dos credenciamentos da DISAU, de forma que seja possível também, possibilitar uma comunicação integrada entre as credenciadas, a DISAU e a DICOA.

Se faz necessário solicitar documentação comprobatória para acompanhamento junto à DITIC do desenvolvimento do estudo em questão.

• **Recomendação 040/2015**

Descrição: A partir dos próximos editais de credenciamento, fazer constar, no início dos autos dos processos de execução, os próprios Editais de Credenciamento, bem como os Projetos Básicos (se aplicáveis) referentes ao objeto contratado.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Pendente.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Cabe à Comissão Permanente de Credenciamento, uma vez que todos os processos de credenciamento são iniciados naquela seção. Porém não há óbices para que conste nos futuros contratos.

Se faz necessário solicitar manifestação da Comissão Permanente de Credenciamento.

• **Recomendação 041/2015**

Descrição: Criar rotina com os executores de contrato, no sentido de sempre cientificar a DICOA dos casos de reiterado descumprimento na apresentação dos documentos por parte da contratada dentro do prazo (até o 5º dia útil do mês subsequente), para que a DICOA proceda com a análise da possibilidade de aplicação de sanção contratual.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Nesse ponto, os executores foram orientados, pessoalmente e através de circulares, que foram reenviadas em 2016, a notificar por escrito a Contratada para cumprirem as obrigações constantes do item 10, do Edital de credenciamento n.º1/2011, sob pena de sanções, nos termos do que preceitua o item 12, do mesmo edital. Aqui se reitera a orientação dada aos executores para que cobrem das contratadas o adequado cumprimento de suas obrigações sob pena do descumprimento gerar às empresas a aplicação de penalidades previstas no regramento específico. No

mais, os executores foram orientados a procederem a cobrança das obrigações da contratada para que forneçam as informações/documentos em tempo hábil, e que estas notificações e documentos recebidos deverão ser juntados ao processo.

- **Recomendação 042/2015**

Descrição: Envidar esforços no sentido de fazer constar nos processos de execução dos contratos de credenciamento, os dados da pessoa designada como preposto do contratado.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Essa informação está inserida no Relatório, que o executor preenche mensalmente.

- **Recomendação 043/2015**

Descrição: Fazer constar no campo “vigência” de todos os relatórios de execução (emitidos a partir da presente data), a referida data de vigência do contrato, em caixa alta e em negrito, para evitar que tal informação passe despercebida pelos próprios executores de contrato, e pelos destinatários dos relatórios.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Informo-vos que no modelo atual de relatório mensal já consta a informação da vigência contratual. Porém, os executores serão orientados a evidenciarem a informação (caixa alta e negrito).

- **Recomendação 044/2015**

Descrição: produzir um estudo integrado da SEXEC com a SECOP, no sentido de saber da possibilidade de emissão de um relatório final detalhado referente à execução e aos pagamentos realizados no exercício financeiro, para que seja anexado no processo do contrato de credenciamento.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Informo que ao fim do presente ano, em cada processo de credenciamento conterà o relatório mensal que traz informações dos meses anteriores, uma vez que é cumulativo. Além disso, será realizado pela SEXEC/SECOP um relatório geral de todos os contratos informando a situação geral dos pagamentos realizados, valores empenhados e valores informados pelas credenciadas.

- **Recomendação 045/2015**

Descrição: Apurar todos os serviços prestados pelas Credenciadas COOPANEST – DF e IPAD, bem como adotar as medidas cabíveis visando o pagamento dos saldos a pagar com e sem cobertura contratual, na forma do art. 59 da Lei 8.666/1993.

Área Responsável pela Implementação:DISAU.

Situação: Atendida.

Emitida A Notificação de Auditoria 18/2015 via física a DISAU em Dezembro de 2015

O CBMDF - Memorando 99 (0645886) foi encaminhado pela Auditoria, pois desde março que a DISAU não havia se manifestado acerca das recomendações. Com a reiteração da cobrança por parte da Auditoria, a DISAU emitiu o CBMDF - Memorando 276 (0690365), fornecendo algumas respostas, porém, deixando de se manifestar quanto a Recomendação 34, que foi incumbida à Comissão Permanente de Credenciamentos da Diretoria.

Resposta da DISAU: Em relação aos serviços prestados pelas Credenciada IPAD, informo que não existe dívida a ser paga pelo CBMDF, conforme manifestado pela empresa através do ofício "inexistência de despesa relativa aos anos de 2013 e 2014". Em consequência, foi anulado o empenho e seu contrato já encerrado. Quanto a credenciada COOPANEST - DF, seu contrato atualmente em vigor, possui três processos de reconhecimento de dívida. Um dos processos refere-se a um período de contrato em vigor (SEI-053-013122/16, R\$ 90.881,08) e outros dois referente a períodos sem contrato em vigor (SEI-053-26.118/2016, R\$ 8.199,74 e SEI-053-001555-2015, R\$ 737,90), todos em tramitação visando o pagamento à credenciada.

3.9.4.

Recomendações 001/2016 a 008/2016

Referência: AUDITORIA NA DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO

- **Recomendação 001/2016**

Descrição: Elaboração de estudo para análise da aplicabilidade da Diretriz Operacional estabelecida no Boletim-Geral 115, de 24 de junho de 2014, na padronização da distribuição de viaturas e de efetivo no CBMDF, ou, se for o caso, a elaboração de nova diretriz para padronização de porte de Grupamento que se adeque à realidade vivenciada pela Corporação

Área Responsável pela Implementação: COMOP.

Situação: Atendida

Foi Emitida a Notificação de auditoria n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR ao COMOP em 10/03/2016 por meio do Processo SEI-053-018273/2016. A resposta foi recebida através do Memorando n.º 501/2016 - CBMDF_EMOPE_SEREH, o qual informou que durante o primeiro semestre de 2016, foram desenvolvidos estudos que culminaram com uma nova matriz operacional, em fase de revisão e aprovação, baseada nas ocorrências atendidas por cada unidade e na localização das unidades operacionais, mediante a frota existente e disponível.

- **Recomendação 002/2016**

Descrição: Aplicação de medidas para instituição dos números mínimo e máximo de militares em cada GBM por quadros e postos ou graduações de forma a respeitar a existência harmônica dos círculos de chefia, de supervisão e de execução das missões operacionais

Área Responsável pela Implementação: COMOP.

Situação: Atendida.

Foi Emitida a Notificação de auditoria n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR ao COMOP em 10/03/2016 por meio do Processo SEI-053-018273/2016. A resposta foi recebida através do Memorando n.º 501/2016 - CBMDF_EMOPE_SEREH, o qual informou que a Seção de Recursos Humanos do Estado-Maior Operacional tem designado os militares para as unidades com maior necessidade por quadro e graduação, mediante a apresentação de novos militares ao Comando Operacional. Entretanto, encontram-se em estudo ações para a movimentação de militares por graduação e quadro, conforme a necessidade das unidades operacionais, dentro de cada Comando de Área, até o final de 2016.

- **Recomendação 003/2016**

Descrição: Reforço do efetivo no 2º e 8º GBMs em conformidade com o número de ocorrências atendidas por estas unidades anualmente a fim de garantir à tropa destes GBMs condição análoga ao que vivem os militares dos outros GBMs.

Área Responsável pela Implementação: COMOP.

Situação: Atendida.

Foi Emitida a Notificação de auditoria n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR ao COMOP em 10/03/2016 por meio do Processo SEI-053-018273/2016. A resposta foi recebida através do Memorando n.º 501/2016 - CBMDF_EMOPE_SEREH, o qual informou:

Quanto aos efetivos do 2º GBM/Taguatinga e do 8º GBM/Ceilândia, houve pouca mudança desde janeiro de 2015 até a presente data. No entanto, duas novas unidades foram inauguradas na área de atuação destes: o 46º GBM/Taguatinga Sul/GPCIN e o 41º GBM/SIA Ceilândia. 2º GBM/Taguatinga - hoje possui 108 combatentes e 32 condutores; possuía 114 combatentes e 35 condutores em janeiro de 2015; 8º GBM/Ceilândia - possui atualmente 108 combatentes e 27 condutores; em janeiro de 2015, o efetivo era de 115 combatentes e 33 condutores; Assim sendo, mesmo não recebendo reforço de efetivo, os trabalhos desenvolvidos pelos dois grupamentos receberam apoio de novas duas unidades, distribuindo os esforços necessários dentro de uma mesma área.

- **Recomendação 004/2016**

Descrição: Elaboração de estudo em conjunto com o Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia para avaliar a possibilidade de adoção de especializações, por QBMP, de combate a incêndio, salvamento e emergência médica ainda na fase do Curso de Formação de Praças onde todos receberiam o conhecimento essencial às missões fins da instituição e o conhecimento específico de sua QBMP. Avaliando dentre outras opções a possibilidade de existir especialidades de salvamento e de combate a incêndio com destinação já a partir do curso de ingresso.

Área Responsável pela Implementação: COMOP.

Situação: Atendida

Foi Emitida a Notificação de auditoria n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR ao COMOP em 10/03/2016 por meio do Processo SEI-053-018273/2016. A resposta foi recebida através do Memorando n.º 501/2016 - CBMDF_EMOPE_SEREH, o qual informou que encontra-se em fase de análise pelo Estado-Maior Geral, o relatório da comissão de estudo sobre implementação das QBMP.

Foi identificado o processo nº 053.000.940/2010 que trata desse assunto. por meio do Memorando n.º 115/2016 - CBMDF_EMG_SELEG, foi informado que os autos retornaram recentemente pela ASJUR-GAB CMT-GERAL em 14 de novembro de 2016 e iniciado novos questionamentos novas análises. Foram identificados pelo EMG e ASJUR do CBMDF alguns aspectos que antes não foram objeto de análise, mas, com o retorno dos autos para nova apreciação merecem uma discussão. Assim, o Processo foi encaminhado à Auditoria do CBMDF em 06 de dezembro de 2016 para parecer, e retornou ao EMG para continuidade do estudo. Entende-se, portanto, que a recomendação foi corretamente implementada e o estudo sobre o tema foi e continua sendo realizado.

- **Recomendação 005/2016**

Descrição: Acompanhamento da implementação da nova distribuição de efetivo e viaturas nas unidades operacionais proposta pelo EMOPE/COMOP no Memorando n.º 22/2015, constante às fls 475/490 do processo n.º 053.001.851/2014.

Área Responsável pela Implementação: AUDITORIA

Situação: Pendente.

Foi instaurada a Diligência 02/2016 para tratar do assunto, por meio do Processo SEI-053-019164/2016, porém ainda não houve conclusão dos trabalhos.

- **Recomendação 006/2016**

Descrição: Acompanhamento da implementação do Sistema de Controle de Recursos pelo COMOP avaliando se sua utilização acarretou em melhorias na rotina de remanejamento do efetivo administrativo para a área operacional com o intuito de atingir o percentual mínimo estabelecido em lei.

Área Responsável pela Implementação: AUDITORIA

Situação: Pendente.

Foi instaurada a Diligência 02/2016 para tratar do assunto, por meio do Processo SEI-053-019164/2016, porém ainda não houve conclusão dos trabalhos.

- **Recomendação 007/2016**

Descrição: Elaboração de estudo por parte do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia capaz de apontar proposta (s) para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição, especialmente: salva-vidas, socorristas e condutores e operadores de viaturas de porte pesado. Analisar também a possibilidade de ofertar mais vagas nos cursos de especialização para as especialidades supracitadas ou de aumentar a quantidade dos cursos ministrados no decorrer do exercício.

Área Responsável pela Implementação: DIREN.

Situação: Atendida

Foi Emitida a Notificação de auditoria n.º 4/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR ao COMOP em 11/03/2016 por meio do Processo SEI-053-018547/2016. A resposta foi recebida através do Memorando n.º 108/2016 - CBMDF_DIREN_SEPLA, o qual informou diversas sugestões para o cumprimento da Recomendações ora analisada. A auditoria do CBMDF instaurou a Diligência 04/2016 e concluiu, por meio da Informação n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, que não seria possível o mero cumprimento da Recomendação de Auditoria por meio de um estudo na DIREN, e foi vislumbrado a necessidade de que o assunto tratado naquela Recomendação se desvinculasse do tramite processual de acompanhamento do cumprimento para que fosse criado um novo processo diligencial com cooperação interdepartamental, e assim possibilitando a implementação de medidas eficientes e eficazes no CBMDF, que solucionem as lacunas de militares nas áreas em demanda na Corporação.

Essa Setorial acredita que as manifestações trazidas para o presente Processo não seriam suficientes para que o Comandado realizasse as Tomadas de Decisões necessárias para aplicação de ações eficazes para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição.

Assim, optou-se por marcar a presente Recomendação como "Atendida", uma vez que a DIREN efetivamente cumpriu com as exigências de sua competência, e foi encaminhada Minuta de NB ao Cmt Geral para nomeação de Comissão Interdepartamental para estudo do tema, situação essa concretizada por meio do BG 165 de 31 de ago de 2016 o qual resultou na emissão de novas 3 recomendações (25 a 28/2016).

- **Recomendação 008/2016**

Descrição: Elaboração de estudo em conjunto com o Comado Operacional para avaliar a possibilidade de adoção de especializações, por QBMP, de combate a incêndio, salvamento e emergência médica ainda na fase do Curso de Formação de Praças onde todos receberiam o conhecimento essencial às missões fins da instituição e o conhecimento específico de sua QBMP. Avaliando dentre outras opções a possibilidade de existir especialidades de salvamento e de combate a incêndio com destinação já a partir do curso de ingresso.

Área Responsável pela Implementação: DIREN.

Situação: Atendida.

Seguindo a mesma lógica apresentada na Recomendação 004/2016, conclui-se essa Recomendação como Atendida.

3.9.5.

Recomendações 009/2016 a 015/2016

Referência: AUDITORIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

- **Recomendação 009/2016**

Descrição: Que analise a possibilidade de se incluir em Instrução Normativa própria, a exigência, como regra, de apresentação de no mínimo 03 (três) orçamentos para a aquisição de materiais e serviços através do Suprimento de Fundos, resguardando também, a possibilidade de justificação, como exceção, por parte do Agente Suprido, para os casos em que tal prática for impossibilitada, de modo que a celeridade no uso dos recursos não seja prejudicada.

Área Responsável pela Implementação: DIOFI.

Situação: Atendida.

Resposta fornecida no Memorando 85 do processo 00053-SEI025050/2015. "Não obstante o exposto, de forma a não descumprir a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 01/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR (0273321), foi incluída na Instrução Normativa nº 001/2016, em seu art. 5º, letra "b", que o Agente Suprido deverá apresentar "Pesquisa de preços junto a potenciais fornecedores, com preferencialmente 3 (três) orçamentos, de modo a comprovar vantajosidade da aquisição"

- **Recomendação 010/2016**

Descrição: Que faça constar nos autos dos próximos processos de concessão de Suprimento de Fundos, todos os documentos relativos a cada concessão, desde a solicitação do Suprimento de Fundos, até o seu encerramento, de forma que seja possível evidenciar a situação real/atual dos processos, demonstrando todas as etapas seguidas pelo Agente Suprido na aquisição de materiais e serviços, em especial a solicitação do Suprimento de Fundos, cotação de preços e prestação de contas, e também as etapas seguidas pela Unidade Gestora na execução do orçamento público, em especial a

emissão do empenho, ajustes contábeis e anulação do saldo inutilizado.

Área Responsável pela Implementação: DISAU

Situação: Atendida.

O Diretor de Saúde determinou às áreas envolvidas da DISAU que cumpra as determinações expedidas pelo Comandante-Geral. Despachos 454 e 459 do processo 00053-SEI025050/2015.

- **Recomendação 011/2016**

Descrição: Que alertem os seus agentes supridos quanto ao cumprimento do item 11.5 da Macrofunção SIAFI nº 021121, de forma que eles façam constar nos autos dos próximos processos de concessão de Suprimento de Fundos, o (a) ateste/carimbo/declaração que comprova o recebimento do valor pago aos fornecedores de materiais/prestadores de serviço.

Área Responsável pela Implementação: DIOFI e DISAU

Situação: Atendida.

Resposta fornecida no Memorando 85 do processo 00053-SEI025050/2015. "O item restou cumprido nos processos onde não constavam o ateste/carimbo/declaração que comprovem o recebimento do valor pago aos fornecedores de materiais/prestadores de serviço."

- **Recomendação 012/2016**

Descrição: Que a anulação do saldo inutilizado do empenho se faça logo após a prestação de contas do Agente Suprido e do pagamento da fatura do Cartão de Pagamento do Governo Federal, de forma que o valor inutilizado seja novamente disponibilizado para o uso futuro e oportuno da Unidade Gestora. Tal prática, do ponto de vista desta Auditoria, funciona como uma melhor gestão orçamentária, pois reduz as chances de erro no futuro, e diminui as possibilidades do saldo não utilizado, porém, ainda empenhado, passar para o exercício seguinte como Restos a Pagar.

Área Responsável pela Implementação: DISAU.

Situação: Atendida.

O Diretor de Saúde determinou às áreas envolvidas da DISAU que cumpra as determinações expedidas pelo Comandante-Geral. Despachos 454 e 459 do processo 00053-SEI025050/2015.

- **Recomendação 013/2016**

Descrição: Que analise a possibilidade de se incluir em Instrução Normativa própria, a exigência da justificativa por parte do comandante do Agente Suprido, que é o responsável por solicitar o Suprimento, para os casos de inutilização integral dos Suprimentos de Fundos concedidos.

Área Responsável pela Implementação: DIOFI.

Situação: Atendida.

Resposta fornecida no Memorando 85 do processo 00053-SEI025050/2015. A DIOFI discordou da necessidade de justificativa para os casos de inutilização total.

- **Recomendação 014/2016**

Descrição: Que analise a possibilidade de se incluir em Instrução Normativa própria, a exigência de uma padronização mínima na obtenção de orçamentos, de forma a garantir, ao menos, que esses sejam emitidos em nome do CBMDF, fazendo constar também o CNPJ do contratante e do contratado. Tal recomendação foi feita, porque foi detectado, por exemplo, que existem orçamentos emitidos em nome do agente suprido; existem orçamentos que não mencionam, sequer, a razão social e o CNPJ da empresa que fez a proposta de preços; existem orçamentos que não detalham, adequadamente, os materiais a serem adquiridos, impossibilitando o posterior lançamento do recebimento dos mesmos no sistema de almoxarifado utilizado pelo CBMDF.

Área Responsável pela Implementação: DIOFI.

Situação: Atendida.

O item foi cumprido pela edição da Instrução Normativa nº 001/2016 - DIOFI, publicada no BG nº 34, de 22/02/2016, conforme prescreve o seu art. 16: "Os documentos comprobatórios das despesas relativas a aquisição de material ou prestação de serviços devem ser emitidos, sem rasuras, em nome do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, fazendo neles constar, em especial, o CNPJ do CBMDF (08.977.914/0001-19) e a discriminação da despesa efetivamente realizada, não se admitindo a generalização ou abreviaturas que impossibilitem a identificação do gasto." Resposta recebida por meio do Memorando 85, processo 00053-SEI025050/2015.

- **Recomendação 015/2016**

Descrição: Que realize um estudo apresentando possíveis soluções para que o CBMDF reduza a quantidade de compras de materiais de expediente e afins por meio de Suprimentos de Fundos. Esta Auditoria entende que, caso houvesse um planejamento adequado por parte das diversas OBM's possuidoras do Cartão de Pagamento do Governo Federal, grande parte dos materiais adquiridos por Suprimento de Fundos poderia ser licitada, e, provavelmente, seriam comprados por valores menores, gerando economia de gastos.

Área Responsável pela Implementação: DEALF.

Situação: Pendente.

Item não respondido pelo DEALF. Será necessário novo envio via Notificação de Auditoria solicitando o cumprimento dessa Recomendação.

3.9.6. **Recomendações 016/2016 a 017/2016****Referência: AUDITORIA DA FROTA VEICULAR TERRESTRE NÃO EMERGENCIAL DO CBMDF 2015**• **Recomendação 016/2016**

Descrição: Que encaminhe à Auditoria do CBMDF, no prazo de 30 dias, um pronunciamento acerca do descumprimento da Portaria nº 19, de 15 de maio de 2013, no que diz respeito às alterações levantadas pela Comissão Especial de Auditoria (quantidade existente de viaturas incompatível com a quantidade fixada pela norma, cor, motor, e outros...), conforme apontamentos feitos no Relatório Final da Comissão Especial de Auditoria.

Área Responsável pela Implementação: DIMAT.

Situação: Atendida

Por meio do Memorando nº 3144/2016-DIMAT/DEALF, autuado no Processo 053.000.408/2015, o DEALF justificou a situação por diversos motivos como o fato de grande parte das viaturas terem sido adquiridas antes de 2013, recebimento de viaturas por meio de doações e a necessidade de se adequar a Portaria a nova realidade vivenciada pelo CBMDF. Por meio do Boletim Geral 023, de 1º de fevereiro de 2017, o Comandante-Geral, visando adequações às auditorias internas e externas dos órgãos de controle e fiscalização na gestão da frota do CBMDF, nomeou Comissão para apresentar proposta para reformulação da Portaria 19, de 15 maio 2013, publicada no BG 096, de 22 maio 2013, item IX - PORTARIA DE APROVAÇÃO DE NORMA DE PADRONIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES DO CBMDF

• **Recomendação 017/2016**

Descrição: Que encaminhe à Auditoria do CBMDF, no prazo de 30 dias, um pronunciamento acerca do pagamento dos tributos (IPVA, DPVAT e Licenciamento Anual) da Frota Veicular Terrestre Não Emergencial, referente aos exercícios de 2015 e 2016, conforme apontamentos feitos no subitem 2.1.4 e no anexo 6 do Relatório Final da Comissão Especial de Auditoria.

Área Responsável pela Implementação: DIMAT.

Situação: Atendida

Para regularizar essa situação foi nomeado Grupo de Trabalho por meio do BG 143, de 29 de julho de 2016, cujos trabalhos foram autuados no Processo SEI-053-052879/2016.

3.9.7. **Recomendações 018/2016 a 020/2016****Referência: COMISSÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO ANUAL DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E SEMOVENTES - CIFABMIS 2015**• **Recomendação 018/2016**

Descrição: Informar, detalhadamente, como está o processo de regularização dos itens: Bens móveis doados e não incorporados - item j - APROS e NCUST - folha 4;

Área Responsável pela Implementação: CESMA.

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI-053-055447/2016 para acompanhamento desta recomendação.

Enviado a - Notificação de auditoria n.º 17/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR. Resposta fornecida através do Memorando 242. A questão do NCUST já foi atendida, porém, a da APROS resta pendente, pois o processo está na DICOA.

Enviada nova Notificação de auditoria (nº 22) em novembro de 2016 para acompanhamento da regularização das pendências, porém sem recebimento de resposta até a presente data.

• **Recomendação 019/2016**

Descrição: Informar, detalhadamente, como está o processo de regularização dos itens: Bens móveis adquiridos por convênio e não incorporados (favor responder relacionando os bens e separando-os por convênio) - item q - CEFAP, CETOP, ABMIL, DINVI, CEABM e COSEA - folha 5.

Área Responsável pela Implementação: CESMA.

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI-053-055447/2016 para acompanhamento desta recomendação.

Enviado a - Notificação de auditoria n.º 17/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR. Resposta fornecida através do Memorando 242, a qual informou que o CESMA já iniciou os procedimentos administrativos necessários para a regularização dos itens, porém que se faz necessário aguardar tramites burocráticos na conformidade do detalhado no referido processo.

Enviada nova Notificação de auditoria (nº 22) em novembro de 2016 para acompanhamento da regularização das pendências, porém sem recebimento de resposta até a presente data.

• **Recomendação 020/2016**

Descrição:

Informar, detalhadamente, como está o processo de regularização dos itens: Bens sem tombamento e não incorporados - 9º GBM - folha 56 - UR 509, maca da UR 509, cadeira da UR 509 e rádio de comunicação da UR 509.

Área Responsável pela Implementação: CESMA.

Situação: Pendente.

Foi aberto o Processo SEI-053-055447/2016 para acompanhamento desta recomendação.

Enviado a - Notificação de auditoria n.º 17/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR. Resposta fornecida através do Memorando 242. De acordo com o CESMA, "os bens já foram incorporados à carga patrimonial do 9º GBM."

3.9.8. **Recomendação 021/2016**

Referência: AUDITORIA FOLHA DE PAGAMENTO 2015

• **Recomendação 021/2016**

Descrição: No que se refere à ficha de assentos pessoais, que as informações relativas a cursos sejam padronizadas considerando a nomenclatura do curso por extenso ou por sigla, bem como, se possível, agrupadas considerando a interferência no cálculo do Adicional por Certificação Profissional com o respectivo percentual à frente.

Área Responsável pela Implementação: DIREN e DIGEP.

Situação: Pendente.

Se faz necessário a realização de investigação para averiguação do cumprimento desta Recomendação.

3.9.9. **Recomendações 022/2016 a 023/2016**

Referência: AUDITORIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO CBMDF.

• **Recomendação 022/2016**

Descrição: A inclusão na Minuta de NB, referenciada no item IV do BG 209, de 6 nov. 2015, ou em documento que a substitua, dos assuntos listados abaixo referentes aos tópicos a serem acrescidos ao planejamento dos Cursos de Execução de Contratos:

3.1.2) Funções do Executor de Contrato e Funções do Gestor de Contratos; 3.1.3) Detalhamento do Processo de Pagamento; 3.1.4) Responsabilidades adicionais do Executor de contratos de terceirização de mão de obra por meio de serviços continuados e Contratação de Obras; 3.1.5) Dos Controles e acompanhamentos existentes na Execução de contrato; 3.1.6) Das funcionalidades úteis aos executores de Contratos do Sistema implementado na DICOA (SICON).

Área Responsável pela Implementação: AUDIT.

Situação: Atendida.

Na conformidade com a recomendação, a Auditoria do CBMDF incluiu na Minuta de NB 8 CBMDF_AUDIT_SECOR, através do processo SEI-053-041146/2016, que visa designar comissão para planejar e estruturar instrução de gestão e execução de contratos administrativos totalmente adaptado a realidade do CBMDF.

• **Recomendação 023/2016**

Descrição: Atualizar o Manual Básico para Executores de Contratos, bem como a Portaria 53, de 23 out. 2012 (BG 200, de 24 out. 2012) visando contribuir para a melhoria na execução contratual, esclarecendo de forma clara e objetiva a respeito dos deveres dos executores e em consonância com a Legislação vigente, estudando, ainda, a possibilidade de inclusão ou alteração das seguintes áreas de informações:

3.2.2) Funções do Executor de Contrato e Funções do Gestor de Contratos; 3.2.3) Estudo da normatização da Secretaria de Estado de Planejamento do GDF que regula a execução contratual através da CARTILHA DO EXECUTOR DE CONTRATO e importação do conteúdo pertinente ao normativo do CBMDF; 3.2.4) Inserção de item que preveja necessidade de pré-requisito de conclusão de cursos específicos anterior ao ato da designação do militar como executor de contrato, prevendo também as devidas exceções; 3.2.5) Alteração dos itens que preveem o requisito de apresentação de cópia de nota de empenho e Nota Fiscal nos Relatórios mensais, quando esses documentos se fizerem necessários apenas no processo de pagamento.

Área Responsável pela Implementação: DEALF/DICOA

Situação: Pendente.

Se faz necessário a realização de investigação para averiguação do cumprimento desta Recomendação.

3.9.10. **Recomendações 024/2016 a 026/2016**

Referência: ESTUDO PARA MELHORIA NA DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO EM ÁREAS EM DEMANDA NO CBMDF.

• **Recomendação 024/2016**

Descrição: Que informem, diretamente no Processo SEI-053-018547/2016, no prazo de 10 (dez) dias contados desta publicação, o seguinte: enviar o nome de 1 (um) Oficial Superior e 1 (um) militar do corpo técnico à Controladoria do CBMDF para compor a Comissão referenciada no item 2 desta Publicação.

Área Responsável pela Implementação: DIGEP.

Situação: Atendida.

Tendo em vista a necessidade de se cumprir a Recomendação 007/2016, que se originou da AUDITORIA NA DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO, a qual traz a necessidade de elaboração de estudo por parte do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia capaz de apontar proposta (s) para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição, e tendo a Auditoria do CBMDF concluído por meio da Informação n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, que não seria possível o mero cumprimento da Recomendação de Auditoria por meio de um estudo na DIREN, optou-se por nomeação de Comissão Interdepartamental para estudo do tema, conforme Publicação do BG 165 de 31 de ago de 2016.

Os nomes dos membros da Comissão foram recebidos em conformidade com o Processo SEI-053-018547/2016, gerando assim a Minuta de NB 22 CBMDF_AUDIT_SECOR, que permanece sob análise do Gabinete do Comando para futura nomeação da Comissão.

- **Recomendação 025/2016**

Descrição: Que informem, diretamente no Processo SEI-053-018547/2016, no prazo de 10 (dez) dias contados desta publicação, o seguinte: enviar o nome de 1 (um) Oficial Superior e 1 (um) militar do corpo técnico à Controladoria do CBMDF para compor a Comissão referenciada no item 2 desta Publicação.

Área Responsável pela Implementação: COMOP.

Situação: Atendida.

Tendo em vista a necessidade de se cumprir a Recomendação 007/2016, que se originou da AUDITORIA NA DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO, a qual traz a necessidade de elaboração de estudo por parte do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia capaz de apontar proposta (s) para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição, e tendo a Auditoria do CBMDF concluído por meio da Informação n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, que não seria possível o mero cumprimento da Recomendação de Auditoria por meio de um estudo na DIREN, optou-se por nomeação de Comissão Interdepartamental para estudo do tema, conforme Publicação do BG 165 de 31 de ago de 2016.

Os nomes dos membros da Comissão foram recebidos em conformidade com o Processo SEI-053-018547/2016, gerando assim a Minuta de NB 22 CBMDF_AUDIT_SECOR, que permanece sob análise do Gabinete do Comando para futura nomeação da Comissão.

- **Recomendação 026/2016**

Descrição: Que informem, diretamente no Processo SEI-053-018547/2016, no prazo de 10 (dez) dias contados desta publicação, o seguinte: enviar o nome de 1 (um) Oficial Superior e 1 (um) militar do corpo técnico à Controladoria do CBMDF para compor a Comissão referenciada no item 2 desta Publicação.

Área Responsável pela Implementação: DIREN.

Situação: Atendida.

Tendo em vista a necessidade de se cumprir a Recomendação 007/2016, que se originou da AUDITORIA NA DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO, a qual traz a necessidade de elaboração de estudo por parte do Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia capaz de apontar proposta (s) para atrair/recrutar militares interessados nas áreas em demanda na instituição, e tendo a Auditoria do CBMDF concluído por meio da Informação n.º 3/2016 - CBMDF_AUDIT_SECOR, que não seria possível o mero cumprimento da Recomendação de Auditoria por meio de um estudo na DIREN, optou-se por nomeação de Comissão Interdepartamental para estudo do tema, conforme Publicação do BG 165 de 31 de ago de 2016.

Os nomes dos membros da Comissão foram recebidos em conformidade com o Processo SEI-053-018547/2016, gerando assim a Minuta de NB 22 CBMDF_AUDIT_SECOR, que permanece sob análise do Gabinete do Comando para futura nomeação da Comissão.

3.9.11. **Recomendações 027/2016 a 028/2016**

Referência: AUDITORIA DE GESTÃO DE INATIVOS.

- **Recomendação 027/2016**

Descrição: Anexe a presente publicação ao processo SEI-053-023022/2016 e remeta-o à DINAP, para a adoção das medidas subsequentes.

Área Responsável pela Implementação:AUDIT

Situação: Atendida.

A Auditoria do CBMDF incluiu a Publicação do Boletim Geral 212, de 10 de Novembro de 201 no Processo SEI-053-023022/2016 na data de 10/11/2016.

- **Recomendação 028/2016**

Descrição: Analise as irregularidades apontadas, e caso haja concordância, proceda com os atos necessários visando as devidas regularizações, encaminhando, por fim, todos os documentos comprobatórios dos procedimentos adotados à Auditoria do CBMDF.

Área Responsável pela Implementação:DINAP

Situação: Atendida.

Conforme informações fornecidas pela DINAP no Memorando 3 (0860127) e no Memorando nº 03/2017 - SEREF/DINAP (0861462), ambos juntados ao processo SEI-053-023022/2016, a recomendação foi concluída, uma vez que as seguintes irregularidades foram sanadas: IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE SALDO REMANESCENTE DE FÉRIAS (2 casos); IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (1 caso).

3.10. **AÇÕES RELATIVAS A DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA ENTIDADE OU OUTRAS UNIDADES DE OUVIDORIA.**

No ano de 2016 a Auditoria não recebeu nenhuma demanda originária de denúncia na Ouvidoria.

3.11. **RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS**

Todas as informações de que trata o artigo 7º da Instrução Normativa nº. 01, de 03 de janeiro de 2007, estão detalhadas no Relatório de Gestão do CBMDF, que será elaborado pela Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual criada através da Portaria nº 31, de 20 de agosto de 2013.

4. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2016 ocorreram situações que prejudicaram o exercício das atribuições previstas no PAINT 2016, embaraçando as ações planejadas, quais sejam:

- Do planejamento do PAINT dimensionado acima da capacidade de resposta da Auditoria;
- Da limitação de pessoal. Dificuldade na escolha e excesso de substituição de presidentes e membros das comissões.
- Da limitação na qualificação dos mesmos;
- Das atribuições inerentes à profissão Bombeiro Militar, no tocante a escala em serviços operacionais de 24 horas, formaturas, representações, reuniões, comissões e cursos;
- Das dispensas regulamentares (médicas, férias e afastamento, etc).

Em relação a falta de pessoal nas fileiras de trabalho da Auditoria do CBMDF, destaca-se que essa é uma situação que se repete ao longo dos últimos anos, porém que não se trata de caso isolado na Corporação, uma vez que se percebe nas auditorias realizadas a constante baixa do número de militares nas diversas seções do Corpo de Bombeiros sem a consequente reposição por concurso público.

No caso da Auditoria do CBMDF em específico, pesa-se o fato de que ao longo dos últimos 4 anos vem sendo realizado um trabalho de implementação de Auditorias Planejadas, elaborando-se as respectivas Matrizes de Planejamento de Auditoria, em consonância com o previstos nos diversos Manuais dos Órgãos de Controle da União e do DF, e efetivando um rigoroso acompanhamento das Recomendações exaradas por esta Auditoria Interna. Trabalho esse que tende a aumentar de forma agregada a cada ano que se passa, pois nem sempre é possível o cumprimento de todas as recomendações no mesmo ano de sua publicação, tendo em vista o grau de complexidade que a mesma pode ter.

Essa falta de pessoal reflete-se em alto impacto na Seção de Auditoria Contábil -SACON, responsável, entre outras atribuições, por averiguar quanto à correta aplicação dos princípios orçamentários, contábeis e financeiros nos processos produzidos nos diversos órgãos da Corporação, que hoje conta com apenas 2 (dois) militares, e que em 2016 recebeu novas atribuições devido à reestruturações da Corporação ou alterações de normativos Distritais tais como:

1. acompanhar os pagamentos dos devedores de Tomadas de Contas Especial – TCE,
2. efetuar os cálculos de conformidade dos processos de pagamento de dívidas de exercícios anteriores de toda a Corporação

Com advento do Decreto Distrital 37.096/2016, a SACON recebeu mais uma tarefa, a de efetuar a inscrição, atualização e baixa contábil dos inscritos em TCE. Anteriormente o procedimento era realizado na CGDF e regimentalmente a competência seria da Diretoria de Orçamento e Finanças, entretanto ficou a cargo da Auditoria.

A Seção é composta por um Tenente e um sargento. O Oficial cuida das atividades de cálculo e análise dos processos e o praça cuida das tarefas administrativas como: controle e atualização dos processos desconto em folha.

Em virtude do volume da demandas e da urgência com que chegam na Auditoria, esta Seção tem se dedicado: ao trabalho de acompanhar os pagamentos de tomadas de contas especial, principalmente por conta de prazos exigidos pelo TCDF para a implementação dos descontos em folha de pagamento, e ao processo de pagamento de dívidas de exercícios anteriores em virtude de incorrerem juros contra a Corporação no caso de demora no pagamento.

Em números a SACON acompanhou no ano de 2017:

1. aproximadamente 300 processos de Tomadas de Conta Especial; e
2. 334 demandas (cálculos, implementação de descontos em folha e outras demandas de órgãos externos).
3. Oito contas contábeis, as quais são registradas os créditos para o Estado referentes a Tomadas de Contas Especial, somando um montante de R\$ 17.467.629,54 (dez/2016)

Na mesma seara, a Seção de Coordenação de Auditorias, responsável por planejar e providenciar a execução de todas as Auditorias Planejadas e Especiais do CBMDF, bem como por manter o acompanhamento das Recomendações exaradas pela Auditoria Interna, conta com 2 (dois) militares para providenciar tal feita.

Assim, não obstante tais limitações expostas, neste período os militares da Auditoria procuraram executar todas as missões com responsabilidade e eficiência, buscando implantar sistemas de trabalhos de auditoria, além de procurar conhecer melhor o sistema de gestão do CBMDF

5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA NA ENTIDADE.

5.1. CAPACITAÇÃO - CURSOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS POR MILITARES DA AUDITORIA EM 2016

Semana de Orientações para as Comissões instituídas pela Auditoria do CBMDF	Optou-se pela criação de matrizes de planejamento, nos moldes utilizados pelo Tribunal de Contas de União, referentes às auditorias trabalhadas por Comissões instituídas, de forma a deixar por escrito todas as orientações necessárias.
SIAFI OPERACIONAL - ABOPE	01 militar: 1º Ten. Rômulo de Araújo Coelho Reis, matr. 2036329

5.2. AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AUDITORIA DO CBMDF / REFERENTES AO ANO DE 2016

5.2.1. INSTALAÇÕES/SEGURANÇA

Em maio de 2016 ocorreu a mudança das instalações da Auditoria do 6º andar da torre A do Taguatinga Shopping (salas 601, 602, 608 e 610) para o prédio da Defesa Civil no SIA Trecho 6 no 1º andar. As vantagens das novas instalações são:

Prédio novo, com portaria e monitoramento com câmeras;

Salas novas com banheiros, ar-condicionados, rede sem fio wi-fi;

Ótima localização, com lanchonetes, bancos, lojas, supermercados, etc.

Ainda não foi destinado um local para as novas instalações da Auditoria/Controladoria. Existe a possibilidade de elas serem alocadas no anexo III do Quartel Central que está na fase de licitação.

5.2.2. **NORMATIVOS ELABORADOS**

Não houve edição de novos normativos no ano 2016.

5.2.3. **EQUIPAMENTOS**

Não foram recebidos materiais permanentes da Auditoria no ano de 2016:

O mobiliário e os equipamentos usados pela auditoria na antiga edificação foram parcialmente realocados para a Diretoria de Gestão de Pessoal do CBMDF e a Auditoria do CBMDF passou a utilizar as instalações, mobiliário e computadores do GDF.

5.2.4. **AQUISIÇÃO DE METODOLOGIAS/SOFTWARES**

Foi recebido um sistema denominado CONTROLADORIAWEB para controle de auditorias, comissões gerais, grupos de trabalho, sindicância, IPM, TCE e demandas da Ouvidoria.

5.2.5. **PESSOAL**

O Auditor do CBMDF foi substituído uma vez: sai o Ten. Cel. Kleber e entra o Ten. Cel. José Paulo Miranda da Silva em 26/01/2016.

O Auditor Adjunto do CBMDF foi substituído uma vez: sai a Ten. Cel. Emília Bernardes Setubal e entra o Ten. Cel. Alessandro de Siqueira Cesar em 12/04/2016.

Conforme o Regimento Interno da Controladoria o efetivo mínimo necessário para o funcionamento desta Auditoria é de 10 (dez) Oficiais e 12 (doze) Praças Atualmente esta Auditoria dispõe de 06 (seis) Oficiais e 06 (seis) Praças como efetivo total, o que representa um déficit de pessoal de aproximadamente 45,5%.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DE SIQUEIRA CESAR, Ten-Cel. QOBM/Comb, matr. 1399980, Auditor(a) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Substituto(a)**, em 16/03/2017, às 16:51, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO RAMOS DE ANDRADE, Cap. QOBM/Compl, matr. 1823450, Bombeiro Militar**, em 16/03/2017, às 16:56, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROMULO DE ARAUJO COELHO REIS, 2º Ten. QOBM/Compl, matr. 2036329, Bombeiro Militar**, em 16/03/2017, às 17:17, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ALVES RODRIGUES, 1º Ten. QOBM/Compl, matr. 2911663, Bombeiro Militar**, em 16/03/2017, às 17:22, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **0958347** código CRC= **8BD1F40E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 06 Lotes 25 e 35 - Ed. Excellence Business Center - Bairro Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - CEP 71205-060 - DF

00053-00011510/2017-06

Doc. SEI/GDF 0958347

ANEXO III

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO 2016



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Corregedoria

Memorando SEI-GDF n.º 131/2017 - CBMDF/COGED

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2017

PARA: o Sr. Ten-Cel. QOBM/Comb. Auditor do CBMDF,

Em resposta ao item 2 do Memorando SEI-GDF n.º 16/2017 - CBMDF/AUDIT/SECOR, encaminho a Vossa Senhoria Tabela abaixo com o quantitativo de sindicância e inquéritos policiais militares instaurados nesta Corporação no exercício de 2016.

No exercício de 2016 foram instaurados 333 (trezentas e trinta e três) sindicâncias, que visam apurar possíveis práticas de transgressão disciplinar de Bombeiros Militares por:

QTDE	MOTIVO	DETALHAMENTO
123	Faltar ao serviço	Faltar, chegar atrasado ou deixar de comunicar a impossibilidade de comparecer ao serviço, instrução, formatura ou compromisso previsto
52	Descumprimento de Norma Regulamentar	Deixar cumprir normas regulamentares, ordens pré-estabelecidas, deixar de averbar dispensa médica Cumprir Serviço Gratificado, mesmo de Dispensa Médica averbada pela Policlínica
44	Trabalhar mal	Deixar de observar procedimentos e normas que possam acarretar danos ao erário e/ou transtornos ao serviço Deixar de participar a superior ato contrário à Disciplina Ser indiscreto com assunto de caráter oficial
18	Envolvimento em ocorrências policiais	Inquéritos Policiais instaurados para apurar indícios de crime de trânsito, furto, injúria, ameaças e vias de fato e outros. (incluindo os crimes previstos na Lei Maria da Penha)
18	Negligência	Não zelar por viatura, material e/ou documentos sob sua custódia e, ainda, quando do extravio de arma de fogo de sua propriedade
16	Portar-se de maneira inconveniente	Concorrer para a discórdia, rixa e agressão com civil e/ou se apresentar em local público em desacordo com conduta social
15	Descumprimento de convocação	Deixar de cumprir convocações publicadas em boletim ostensivo
14	Desentendimento entre militares	Concorrer para a discórdia e desarmonia, rixa e até agressão mútua entre militares

6	Censurar ato de superior hierárquico	Censurar ato de superior hierárquico ou questionar ordem recebida
5	Ausentar-se do serviço sem autorização	Ausentar-se do serviço sem autorização
4	Apresentar-se mal uniformizado	Apresentar-se com uniforme em desalinho, incompleto ou, ainda, com uniforme diferente ao predeterminado para a ocasião
3	Apresentar-se com sinais de embriaguez	Assumir ao serviço com sinais de embriaguez ou ingerir bebida alcoólica durante o serviço
3	Deixar de se apresentar na OBM	Deixar de se apresentar no quartel onde está lotado após término de afastamento legal.
3	Fazer uso indevido de uniformes e equipamentos	Fazer uso de uniformes, equipamentos e materiais próprios do serviço bombeiro militar fora da finalidade a qual são destinados
2	Ressarcimento de uniforme danificado	Ressarcimento de uniforme danificado
2	Usar a viatura oficial sem permissão	Retirar viatura da OBM sem autorização Deslocar viatura operacional para fora de sua área de atuação sem autorização prévia
2	Desrespeitar autoridade	Descumprir ordem judicial Desacatar autoridades civis
1	Disparo de arma de fogo	Disparo de arma de fogo por imprudência ou negligência
1	Praticar atividade não prevista	Exercer atividade comercial ou industrial não permitida em Estatuto.
1	Recebimento indevido de pecúnia	Não acusar ou devolver o recebimento de diária ou gratificação à qual não tem direito

Foram, ainda, instaurados 24 (vinte e quatro) Inquéritos Policiais Militares dos quais para apurar possível prática de crime militar, dos quais:

- 5 – por apresentação de documentos e/ou atestados médicos falsos;
- 4 – por extravio de material da Corporação; e
- 4 – por desobediência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO PRADO RODRIGUES, Ten-Cel. QOBM/Comb, matr. 1399886, Corregedor**, em 24/02/2017, às 16:44, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **0989783** código CRC= **3CA8B386**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

EDIFÍCIO EXCELLENCE BUSINESS CENTER-SIA TRECHO 6 - Bairro BRASÍLIA - CEP 71025-060 - DF

00053-00002219/2017-39

Doc. SEI/GDF 0989783